

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

IARA LUZIA SALES DA LUZ TIZOT

VERDE E AMARELO, SEM FOICE E SEM MARTELO: ENSINO DE HISTÓRIA A
PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES DO ANTICOMUNISMO NO JORNAL DA
MANHÃ DE PONTA GROSSA – 1964

PONTA GROSSA

2020

IARA LUZIA SALES DA LUZ TIZOT

VERDE E AMARELO, SEM FOICE E SEM MARTELO: ENSINO DE HISTÓRIA A
PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES DO ANTICOMUNISMO NO JORNAL DA
MANHÃ DE PONTA GROSSA – 1964

Dissertação apresentada para obtenção do título de
mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa,
Área de Ensino de História.

Orientadora: Profa. Dra. Christiane Marques Szesz.

PONTA GROSSA

2020

T625 Tizot, Iara Luzia Sales da Luz
Verde e amarelo, sem foice e nem martelo: ensino de História a partir das representações do anticomunismo no Jornal da Manhã de Ponta Grossa - 1964./ Iara Luzia Sales da Luz Tizot. Ponta Grossa, 2020.
289p.; il.

Dissertação (Mestrado em História. Área de concentração História, Culturas e Identidade). Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Christiane Marques Czezcz.

1. História - ensino. 2. Representações. 3. Anticomunismo. 4. Golpe cívico-militar. I. Czezcz, Christiane Marques (Orient.) II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em História. III. T.

CDD : 907

Ficha catalográfica elaborada por Maria Luzia F. Bertholino dos Santos– CRB9/986



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



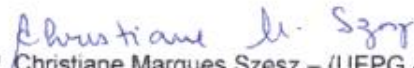
Universidade
Estadual de
Ponta Grossa

TERMO DE APROVAÇÃO

IARA LUZIA SALES DA LUZ TIZOT

**VERDE E AMARELO, SEM FOICE E SEM MARTELO: ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR
DAS REPRESENTAÇÕES DO ANTICOMUNISMO NO JORNAL DA MANHÃ DE PONTA
GROSSA – 1964**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História, no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 10 de dezembro de 2020, pela seguinte banca examinadora:


Prof.^a Dr.^a Christiane Marques Szesz – (UEPG - Orientadora)



Prof. Dr. Paulo Eduardo Dias de Mello (UEPG)



Prof.^a Dr.^a Andréa Mazurok Schactae (IFPR/UEPG)

Ponta Grossa, 10 de dezembro de 2020.

AGRADECIMENTOS

À família: Amauri, Luara e Aimê, pelo apoio incondicional, amor, carinho e compreensão nas horas de ausência. Especialmente ao Amauri, por ser meu companheiro em todas as horas e de todas as maneiras, pela preocupação com o meu sono, pelos abraços, pelas cervejas para descontraí, pelos almoços gostosos com cardápios especiais todos os dias, por compreender o mau-humor, a ansiedade e a falta de tempo; à minha filha Luara, que esteve presente desde a escolha do tema até nos agradecimentos, pelas diversas leituras, conversas sobre o trabalho, por todas as referências e fontes transcritas, orientações, por estar atenta à minha saúde e por fazer papel de mãe da Aimê neste período; à minha filha Aimê, por todos os abraços silenciosos, por dormir do meu lado enquanto eu trabalhava, pelas boas escolhas de filmes que foram fundamentais para relaxar e por todos os bolos deliciosos na hora do lanche.

A todos os professores do mestrado. Minha eterna gratidão pelos ensinamentos, dicas, orientações e palavras de apoio em momentos difíceis. Em especial à professora Christiane, que foi minha orientadora neste trabalho; ao professor Paulo, pelo incentivo e carinho dedicados em todos os momentos; e à professora Angela, minha amiga, por ter acreditado que eu conseguiria mesmo antes de começar, pelo incentivo e por ser um exemplo de mulher e professora.

Aos colegas do Prof. História 2018, por dividirem comigo as angústias e darem espaço para eu compartilhar as minhas; pelas risadas; pelas indicações de textos; pela troca de conhecimento; pelas dicas de estudo e pelos momentos agradáveis nas horas de viagens. Sentirei falta do apoio de vocês, das nossas aulas e momentos juntos onde conseguíamos tornar tudo mais leve.

Muito obrigada!

Filhos da época

Somos filhos da época
e a época é política.

Todas as tuas, nossas, vossas coisas
diurnas e noturnas,
são coisas políticas.

Querendo ou não querendo,
teus genes têm um passado político,
tua pele, um matiz político,
teus olhos, um aspecto político.

O que você diz tem ressonância,
o que silencia tem um eco
de um jeito ou de outro político.

Até caminhando e cantando a canção
você dá passos políticos
sobre um solo político.

Versos apolíticos também são políticos,
e no alto a lua ilumina
com um brilho já pouco lunar.
Ser ou não ser, eis a questão.

Qual questão, me dirão.
Uma questão política.

Não precisa nem mesmo ser gente
para ter significado político.
Basta ser petróleo bruto,
ração concentrada ou matéria reciclável.
Ou mesa de conferência cuja forma
se discuta por meses a fio:
deve-se arbitrar sobre a vida e a morte
numa mesa redonda ou quadrada.

Enquanto isso matavam-se os homens,
morriam os animais,
ardiam as casas,
ficavam ermos os campos,
como em épocas passadas
e menos políticas.
(Wisława Szymborska)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo entender como se construíram as representações anticomunistas no Brasil e como se consolidou a ideia segundo a qual o golpe civil-militar de 1964 é resultado de uma prevenção a um suposto golpe comunista. Tais inquietações decorreram da grande presença de discursos anticomunistas nos dias atuais e da insistência por parte de alguns grupos de relacionar o golpe sofrido por Goulart a uma ameaça comunista. Para tanto, utilizamos como fonte documental o *Jornal da Manhã* do ano de 1964, um periódico da cidade de Ponta Grossa/PR, de propriedade de João Vargas de Oliveira, empresário e deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN), com o objetivo de entender como era representado o comunista e a maneira como o golpe foi apresentado no periódico. Caracteriza-se por ser uma pesquisa documental e bibliográfica e tem como metodologia de análise o conceito de representações proposto por Chartier (1990), compreendendo que estas não são neutras, carregando, portanto, valores e ideologias. Ao pensar o anticomunismo presente no *Jornal da Manhã*, partimos das análises de Motta (2000), segundo o qual o anticomunismo apresenta matrizes cristãs, liberal e nacionalista; e dos estudos de Mendes (2004), que pesquisou o anticomunismo presente especialmente entre os militares, empresários e udenistas. Para entender as construções acerca do golpe de 1964, nos apropriamos das proposições de Fico (2014) e Napolitano (2014), para os quais o golpe foi um Golpe Civil-Militar efetuado pelo exército brasileiro com o apoio de setores da sociedade civil. A parte propositiva deste trabalho foi a construção de uma Unidade Didática, objetivando facilitar o trabalho pedagógico sobre o anticomunismo, sobre o Golpe Civil-Militar de 1964, e colaborar com a formação de sujeitos mais críticos e tolerantes com a pluralidade de ideias e concepção políticas. Diante do resultado da pesquisa, foi possível compreender que o anticomunismo presente no *Jornal da Manhã* apresentou caráter udenista, nacionalista, liberal e cristão, sendo que o golpe sofrido por Goulart foi representado nele como uma necessidade diante da suposta ameaça comunista.

Palavras-chave: Ensino de História. Representações. Anticomunismo. Golpe civil-militar. Jornal. Ponta Grossa.

ABSTRACT

This dissertation has as main aims understand how anti-communist representations were built on Brazil and how the idea was consolidated according to which the 1964 civil-military coup are the results of a prevention to a supposed communist coup. Such concerns elapsed of the big presence of anti-communist speeches nowadays and of insistence by some groups to relate the coup suffered by Goulart to a communist threat. For this, we used as documentary source the *Jornal da Manhã* of the year 1964, a journal of the city Ponta Grossa/PR, owned by João Vargas de Oliveira, businessman and state deputy for the National Democratic Union (NDU), with the objective of understanding how were represented the communist and the way that the coup was showed in the journal. Characterized by being a documentary research and bibliographic and has as analysis methodology the concept of representations proposed by Chartier (1990), understanding that these are not neutral, carrying, therefore, values and ideologies. When thinking about anti-communism present in the *Jornal da Manhã*, we left the Motta (2000) analysis, that says that the anti-communism present christian matrices, liberal and nationalist; and of the Mendes (2004) studies, that searched the anti-communism between the military, businessman and udenists. To understand the constructions about the 1964 coup, we appropriated the propositions by Fico (2014) and Napolitano (2014), for which the coup was a civil-military coup done by the Brazilian army with support of civil society sectors. The purposeful part of that work was the construction of a didactic unit, aiming to facilitate the pedagogic work about anti-communist, about the civil-military coup of 1964, and collaborate with the formation of more critical and tolerant people with plurality of ideas and political conceptions. Before the search results, was possible to understand the anti-communism that the *Jornal da Manhã* showed udenist, nationalist, liberal and Christian, being that the coup suffered by Goulart was represented in him as a need against the supposed communist threat.

Key-Words: History Teaching. Representations. Anti-communism. Civil-military coup. Journal. Ponta Grossa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Deputado João Vargas de Oliveira	49
Figura 2 - Homenagem aos mortos de 1935	69
Figura 3 - Ação de Graças e Intentona Comunista	70
Figura 4 - Verde e amarelo, sem foice e sem martelo.....	91
Figura 5 – Lista atualizada de comunistas	160
Figura 6 – Deputado João Vargas de Oliveira	167
Figura 7 – Comunistas	169
Figura 8 – Sindicatos	176
Figura 9 – Brasileiros I	177
Figura 10 – Brasileiros II	177
Figura 11 – Brasileiros III	178
Figura 12 – Brasileiros IV	178
Figura 13 – Brasileiros V	179
Figura 14 – Brasileiros VI	179
Figura 15 – Brasileiros VII	180
Figura 16 – Homenagens em memória dos mortos da Intentona Comunista	184
Figura 17 – Goulart e o comunismo	187
Figura 18 – Comunistas no governo	192
Figura 19 – Porque sou contra o livro único	193
Figura 20 – Médicos mineiros	194
Figura 21 – Desintoxicação da mocidade	196
Figura 22 – Juventude abandonada	197

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - A PESQUISA HISTÓRICA E O ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DO JORNAL COMO FONTE: O JORNAL DA MANHÃ DE PONTA GROSSA	18
1.1. O JORNAL COMO FONTE: HISTÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA POR MEIO DA IMPRENSA	19
1.1.1 O uso do jornal no ensino de História	26
1.2 PONTA GROSSA	33
1.2.1 Ponta Grossa em 1964	41
1.3 JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA E O JORNAL DA MANHÃ	46
CAPÍTULO 2 - O ANTICOMUNISMO, SUAS CONSEQUÊNCIAS E O ENSINO DE HISTÓRIA: UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO	51
2.1 COMUNISMO E ANTICOMUNISMO	51
2.2 CONSEQUÊNCIAS DO ANTICOMUNISMO NA HISTÓRIA POLÍTICA DO BRASIL	65
2.3 VISÕES DO GOLPE: O GOLPE DE 1964 NA HISTORIOGRAFIA E NO ENSINO DE HISTÓRIA	77
CAPÍTULO 3 - REPRESENTAÇÕES ANTIMOMUNISTAS: O COMUNISMO E O GOLPE CIVIL MILITAR NO JORNAL DA MANHÃ	91
3.1 REPRESENTAÇÕES ANTICOMUNISTAS NO JORNAL DA MANHÃ	92
3.1.1 João Vargas de Oliveira e o comunismo	98
3.1.2 Comunismo e cristianismo	109
3.1.3 Comunismo e educação	117
3.1.4 Comunismo e corrupção	124
3.2 COMUNISMO E GOULART	125
3.2.1 Goulart e o golpe comunista	135
3.2.2 O comício das reformas	139
3.3 COMUNISMO PÓS-GOLPE	143
CAPÍTULO 04 - UNIDADE DIDÁTICA - ANTICOMUNISMO: UMA CONSTRUÇÃO	152
4.1 DE PROFESSOR PARA PROFESSOR: O USO DO JORNAL NO ENSINO DE HISTÓRIA	152
4.2 PARA COMEÇAR... ANTICOMUNISMO: UMA CONSTRUÇÃO	159
4.3 JORNAL VEÍCULO DE REPRESENTAÇÕES	160
4.4 MAS AFINAL, O QUE SÃO REPRESENTAÇÕES?	164
4.4.1 O Jornal da Manhã de Ponta Grossa um veículo de representações anticomunistas	166
4.5 O QUE É ANTICOMUNISMO?.....	170
4.5.1 O anticomunismo brasileiro segundo Mendes.....	170
4.5.2 O anticomunismo segundo Sá Motta	173
4.6 OS PASSOS DO ANTICOMUNISMO NO BRASIL ATÉ 1964	180
4.6.1 O anticomunismo na República Velha	180
4.6.2 O anticomunismo na Era Vargas	182
4.6.3 O anticomunismo na década de 1960	185
4.7 COMUNISMO, O QUE É?	201

4.8	PARA TERMINAR	206
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	208
	REFERÊNCIAS	211
	APÊNDICE A – MATERIAL DIDÁTICO – ANTICOMUNISMO: UMA CONSTRUÇÃO	224

INTRODUÇÃO

A escolha de um tema de pesquisa não é sempre uma tarefa fácil. Por vezes nos vemos indecisos e amadurecendo ideias. A posição que ocupa um professor ou uma professora de História é desafiadora e nos leva a refletir inúmeras questões que interferem na escolha de um tema de pesquisa. Como professora da educação básica fazendo mestrado, considero inúmeras possibilidades de tema para pesquisa. Minhas inquietações partem, especialmente, da prática, das relações com os alunos, com os demais professores, mas também com o mundo a minha volta. Ensinar História é um exercício de leitura do mundo, de procura pelo entendimento do mundo atual, assim como o é uma pesquisa em História.

Os últimos anos foram anos de retrocessos e do retorno de inquietações que há tempos pareciam superadas, um desses retornos foi o medo do comunismo. Medo este que talvez jamais tenha ido embora, e assim como no passado se confunde com o medo da esquerda e com o medo das conquistas de trabalhadores. Após o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, esse medo esteve em constante evidência. Inclusive em sala de aula. Pensar por que, apesar de nunca ter havido no Brasil uma ameaça comunista real e ainda assim o medo ser tão grande, foi uma inquietação que amadureceu com o mestrado e as primeiras orientações.

Em sala de aula esse medo também está presente. Quando lecionava numa turma de 8º ano de uma escola da rede estadual, me deparei com uma reação interessante de dois alunos. Ao colocar o conteúdo no quadro, “O socialismo de Marx e Engels”, a reação de alguns meninos foi dizer “chegou a hora!”, “é agora, vamos ver!”. Já havíamos estudado os socialistas utópicos, e estes não causaram o mesmo entusiasmo. Vivíamos o ano de 2018, ano de eleição presidencial, a qual culminou com uma disputa em segundo turno entre Jair Bolsonaro, candidato pelo Partido Social Liberal (PSL), e Fernando Haddad, candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Os alunos em questão eram filhos de pais partidários de Jair Bolsonaro, candidato que viria ganhar a disputa presidencial, com um discurso de combate ao comunismo, ao socialismo e aos ideais de esquerda.

Em seu plano de governo, Jair Bolsonaro incluiu diversos elementos que comprovam sua posição frente ao comunismo e à esquerda, que em muito se parece com os discursos anticomunistas da década de 1960¹.

Nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira. [...] Nossa bandeira é verde e amarela. [...] Após 30 anos em que a esquerda corrompeu a democracia e estagnou a economia, faremos uma aliança da ordem com o progresso: um governo Liberal democrata. [...] Foro de São Paulo, fundado pelo PT e pelo ditador cubano. [...] Dentre instituições, grupos, pessoas ou atividades, que tiveram sua imagem atacada pela doutrinação ideológica de esquerda, certamente as Forças Armadas do Brasil estão entre as que mais sofreram. Houve clara intenção de desconstruir a imagem desta espinha dorsal da Nação, afinal, elas são o último obstáculo para o socialismo. Saliente-se que as Forças Armadas do Brasil têm uma História que nos orgulha. [...] Posteriormente, outros heróis impediram a tomada do poder por forças de esquerda que planejavam um golpe comunista no Brasil em 1964, conforme o editorial: Julgamento da Revolução – O GLOBO, 7 de outubro de 1984. [...] Mais Médicos: Nossos irmãos cubanos serão libertados. Suas famílias poderão imigrar para o Brasil. Caso sejam aprovados no REVALIDA, passarão a receber integralmente o valor que lhes é roubado pelos ditadores de Cuba! (BOLSONARO, 2018, p. 8-40).

A retórica que embala o plano do governo do então candidato está presente em jornais e textos diversos em todo o país e transmitem formas de pensar, constroem representações. Esse discurso presente no plano de governo ocupa inúmeras páginas na internet, circula livremente pelas redes sociais e está ao alcance de todos. Estas trazem conteúdos rápidos, preconceituosos, sem nenhuma fundamentação teórica e promovem o ódio aos grupos ligados a um pensamento de esquerda, às minorias como LGBT, indígenas, movimentos sociais, relativizam e combatem os direitos humanos. Em todos os discursos o repúdio ao comunismo é evidente.

Hoje, assim como no passado, setores politicamente mais à esquerda, independente do real posicionamento político, são rotulados todos indistintamente de comunistas, esquerdistas, “petralhas”. E as manifestações anticomunistas são diversas, vão desde a campanha liderada por partidários do projeto “Escola sem

¹ No contexto atual, a presença de discursos anticomunistas é frequente. É possível observar este anticomunismo em diversas reportagens como as que seguem:

- Manifestante confunde bandeira do Japão com símbolo comunista. (MANIFESTANTE..., 2016);
- Jovem defende ‘morte de comunistas’ e mostra arma em carreata contra o isolamento social em SP. (JOVEM..., 2020);
- Com arma na mão, Roberto Jefferson ameaça “comunistas” e manda Bolsonaro promover golpe de Estado. (COM..., 2020);
- Bolsonaro ameaça perseguição ao “comunismo”, mirando as organizações da juventude e trabalhadores. (BOLSONARO..., 2019).

Partido”² para que alunos gravem as aulas de seus “professores doutrinadores”, - ainda que o projeto tenha sido considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal³, ele embala milhares de seguidores de suas ideias - ; a bandeira do Japão sendo confundida com uma bandeira comunista; e a tentativa de “criminalizar a apologia ao comunismo” com o Projeto de Lei nº 5358/2016, que esteve em tramitação entre 2016 e 2019 na Câmara dos Deputados.⁴

Meus alunos não são imunes a esse discurso tão negativo; ao contrário, alguns são simpáticos a ele. Tais representações devem ser estudadas por representarem um risco à nossa frágil democracia, principalmente neste momento em que o próprio Presidente da República é declaradamente anticomunista.

Ao longo da História do Brasil alguns grupos construíram formas de pensar, de descrever, de representar a política, os grupos sociais e o comunismo. Essas representações foram absorvidas pela sociedade e por meio delas passamos a construir conceitos e juízo das coisas e perduram até os dias atuais. O resultado da apropriação dessas representações foi um conjunto de visões que acabaram por apresentar consequências muito sérias em nossa história política, como o Golpe Civil-militar de 1964.

Para analisar as representações sobre o comunismo, partimos da definição de representações de Chartier (2010, p. 26):

[...] representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas, de uma realidade que lhe fosse exterior. Elas possuem uma energia própria que convence de que o mundo, ou o passado, é realmente aquilo que dizem que é.

Ao longo do século XX, especialmente grupos dominantes utilizaram-se de representações negativas a respeito do comunismo para divulgar ideias e garantir adesão e assim construir junto à população uma aversão a ele. O objetivo fundamental era garantir adeptos de suas ideias políticas. Dentre esses grupos podemos destacar, segundo Motta (2000), a igreja, o empresariado, alguns partidos políticos e os

² Para entender a Escola Sem Partido e seus efeitos, indico a dissertação de Mauricio Antonio Dal Molin Filho, “Um estudo da alienação como efeito do Programa Escola Sem Partido: como defender o ofício de ensinar História”. (MOLIN FILHO, 2018).

³ Sobre a inconstitucionalidade do projeto Escola Sem Partido, ver: O iluminismo venceu o obscurantismo: STF enterra escola sem partido. (O ILUMINISMO..., 2020).

⁴ O Projeto de Lei nº 5358/2016 é de autoria de Eduardo Bolsonaro, então deputado federal pelo Estado de São Paulo. O projeto prevê a alteração da redação da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, a mesma que criminaliza a apologia ao Nazismo, e da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, também chamada de Lei Antiterrorismo, para criminalizar a apologia ao comunismo.

militares. Para tanto, tais grupos utilizaram e ainda utilizam os meios de comunicação como veículo de divulgação das suas ideias, em especial a imprensa escrita. Segundo Chartier (1988, p. 17):

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Se toda representação possui uma intencionalidade, os diversos grupos que se dedicaram a construir representações sobre o comunismo possuíam sua maneira de ver o mundo; e se construíam uma representação sobre o comunismo ou qualquer outra coisa, era porque acreditavam nesta ideia, mas, acima de tudo, porque a proposta de uma sociedade nos moldes do comunismo representaria o fim de muitos privilégios desses grupos. O grande problema a partir dessa perspectiva é que toda representação possui consequências, que podem ser positivas e negativas, porém no caso das representações construídas sobre o comunismo os resultados acabaram por interferir na vida política do país de forma muito negativa, criando inclusive uma intolerância ao pensamento comunista e aos partidários do comunismo.

Sobre as representações, Chartier (1988, p. 17) continua:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas sociais, escolares, políticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio.

Se as percepções do social não são discursos neutros, saber como elas foram construídas, por quem, com quais objetivos, permite construir uma visão própria do mundo, permite ler o mundo por si só e não absorver ideias e visões de mundo de outros sem reflexão. Na medida em que os diversos grupos foram tentando entender o comunismo também construíram representações positivas e negativas acerca deste, criando uma disputa pela construção de um discurso hegemônico a respeito do comunismo; isto confirma a ideia de Chartier (2011, p. 23) de que “as representações possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou que

o passado é exatamente o que elas dizem que é”. No caso brasileiro, as representações negativas conseguiram convencer muitas pessoas.

Muito embora as ideias de Marx pautem a construção de uma sociedade igualitária, com os trabalhadores no comando e a divisão comum dos meios de produção, a partir das construções de representações sobre o comunismo, este passou a ser odiado mesmo entre os trabalhadores, indivíduos mais beneficiados caso as ideias de Marx fossem colocadas em prática. Segundo Motta (2014)⁵, os livros de Marx não foram censurados no Brasil, isso indica que o brasileiro poderia buscar informação a respeito, por si só. Os motivos do porquê não o fizeram são inúmeros e caberia uma grande investigação, mas não entraremos nesta discussão.

Motta (2019, p. 1) também discute como em pleno século XXI o discurso anticomunista voltou a ocupar lugar central no debate político:

O anticomunismo voltou a ocupar lugar central no debate político brasileiro. Será necessário demonstrar essa afirmação? Depois dos episódios no sul do Brasil no início de 2018, quando a caravana de Lula foi recebida em alguns lugares com tiros e gritos ‘lincha que é comunista!’? Depois da paralisação dos transportes rodoviários de maio de 2018, quando alguns saudosistas da ditadura decepcionados por não terem conseguido nova intervenção militar chamaram de comunista até ao comandante do Exército, o general Vilas Boas? Depois dos votos de certos deputados a favor do impeachment de Dilma Rousseff, no primeiro semestre de 2016, que alegaram afastar a presidente para livrar o Brasil dos comunistas? Nesses tempos de guinada direitista, igualmente digno de nota é o intenso uso de foices e martelos e imagens de Marx, Guevara e outros símbolos comunistas na propaganda antiesquerdista. Uma das mais expressivas manifestações simbólicas do fenômeno é a oposição das cores nacionais, o verde-amarelo, ao vermelho da esquerda. ‘Nossa bandeira jamais será vermelha’, ecoam milhares de posts nas redes sociais, e uma massa de manifestantes a favor do impeachment de Rousseff foi às ruas com a tradicional camisa da seleção brasileira, mostrando mais uma vez como as performances políticas podem dialogar com a cultura do futebol.

Motta (2019) destaca que uma das expressivas manifestações simbólicas é a disputa entre as cores que devem ser representantes legítimas da nação. O anticomunismo talvez nunca tenha ido embora e, como muito bem coloca o autor, ocupa novamente posição de destaque. Tais argumentos pareciam estar superados, ou ao menos deveriam ter sido superados, uma vez que é sabido que o comunismo nunca representou de fato um perigo tão grande à nação brasileira. Se já não o era no passado, tão pouco seria agora. Essa realidade, ao que parece, é um indicativo de

⁵ Em entrevista concedida para o programa 1964: Entrevistas da UNIVESP-TV, em 07/04/2014, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta observa que foram proibidas obras de Lenin, Mao Tsé Tung, Che Guevara, de maneira que eram proibidas obras de pensadores considerados revolucionários, ou incentivador de revolução, mas obras do filósofo Marx não foram proibidas.

que o tema não foi suficientemente estudado e, o que é um tanto mais difícil, não foi devidamente apropriado pela população, que ainda acredita no comunismo como uma “força maligna” (MOTTA, 2019) que pode prejudicar a nação. Então é preciso estudar, pesquisar, trazer o assunto à tona; é preciso entender o anticomunismo para desnaturalizar esta construção sobre o comunismo. Para Motta (2019, p. 2), “o mundo acadêmico menosprezou o anticomunismo e talvez resida aí sua permanência”.

Um dos elementos que, de certa maneira, também contribuiu com a construção do anticomunismo foi o ensino de História. Controlado por 21 anos por governos militares, ele acabou por reproduzir a visão segundo a qual João Goulart, “governante fraco”, estava próximo de permitir uma tomada do poder pelos comunistas; logo os militares “salvaram” o Brasil de um golpe. Essa visão presente nos livros didáticos se faz presente ainda hoje na memória das pessoas e não é difícil encontrar entre os alunos argumentos relacionando a opinião positiva dos pais a respeito da ditadura, visão esta aprendida também a partir da escola.

Muitos grupos anticomunistas utilizaram os jornais como meio de divulgação de suas ideias; por isso a importância de estudar os jornais para compreender o anticomunismo. Portanto, utilizamos como fonte nesta pesquisa o *Jornal da Manhã* de Ponta Grossa/PR do ano de 1964, para entender como um pequeno jornal, assumidamente anticomunista, do interior do Paraná, tratou o comunismo e o golpe nesse período. Entender como é formulado e enunciado o discurso anticomunista e o golpe civil-militar na imprensa local; identificar suas estratégias argumentativas, suas metáforas, sua lógica interna; identificar seus enunciadores e seus vínculos sociais e políticos; entender qual era o público pretendido pelo discurso; pensar o uso do jornal como fonte no ensino de História, são alguns de nossos propósitos. Essa fonte histórica se encontra disponível no Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH), do departamento de História da Universidade Estadual da Ponta Grossa (UEPG).

O *Jornal da Manhã*, um dos jornais diários de Ponta Grossa, apresentava-se como um elo entre a pessoa que lê e um mundo por ele desconhecido; dessa maneira o jornal construía narrativas históricas que ganhavam caráter de verdade. Para muitos leitores a informação presente no jornal era a única que se tinha acesso.

Essa ideia do comunismo como um regime muito maléfico à sociedade fazia parte de um discurso comum aos jornais da época e os jornais de Ponta Grossa acompanhavam essa tendência. No início da década de 1960 os discursos contrários

ao comunismo se intensificaram e ganharam o reforço de uma vinculação do presidente João Goulart ao comunismo. Ligar o Presidente da República ao comunismo apresentava o mal como algo que na prática estava muito perto.

Ao ler os jornais do período, observa-se um esforço de mostrar que o risco do comunismo tomar o poder no Brasil era muito real e estava muito próximo de acontecer. O *Jornal da Manhã* trazia manchetes com títulos que demonstravam o quanto os comunistas e o presidente eram próximos: “Comportamento de Goulart preocupa dirigentes políticos” (JORNAL DA MANHÃ, 05/01/64); “Goulart manda eleger chapa dos comunistas” (JORNAL DA MANHÃ, 08/01/64); “Governo distribui armas aos sindicatos” (JORNAL DA MANHÃ, 17/01/64); “Goulart e o comunismo” (JORNAL DA MANHÃ, 22/01/64); “Goulart e Fidel: Comunistas no Governo” (JORNAL DA MANHÃ, 31/01/64). Essa proximidade, argumentavam, poderia levar o Brasil rumo a uma revolução comunista, tal como havia acontecido na Rússia 1917 e dessa maneira a democracia, a liberdade, o cristianismo e tudo aquilo que representavam os “alicerces” da sociedade brasileira estariam em risco. Dessa maneira, construía-se também a representação de um Brasil comprometido com todos esses princípios.

A necessidade de combate ao comunismo era tratada como urgente e foi tão intensa que João Goulart foi deposto num golpe civil-militar em 31 de março de 1964. O que se seguiu foi à implantação de uma ditadura civil-militar que durou 21 anos, período de intenso combate aos comunistas e a qualquer ideologia que por algum motivo parecesse com o comunismo.

Essa experiência não era nova e já havia sido utilizada em outros momentos da história política brasileira, como no governo Getúlio Vargas. Naquele período o medo dos comunistas se justificava devido à Revolta Comunista de 1935, uma tentativa frustrada de tomar o poder, realizada pelos comunistas ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e à Aliança Nacional Libertadora (ANL). A resposta do governo foi a violenta repressão aos envolvidos, com prisões e mortes e o PCB foi colocado na ilegalidade. E em 1937 o governo Vargas se aproveitou deste medo e criou o “Plano Cohen”, um suposto plano de golpe comunista que lhe permitiu justificar a ditadura do Estado Novo, com intensa perseguição aos comunistas.

Passados mais de 70 anos do fim do Estado Novo, e mais de 30 anos do fim da ditadura militar, o medo do comunismo ainda é real e segue sendo fundamentado por discursos de ódio, que em nada combinam com a democracia. Segue sendo

utilizado para justificar a ação de política de setores conservadores; para alimentar ideias de grupos políticos que defendem o “combate” ao comunismo; para justificar o golpe civil-militar de 1964, como se este fosse uma reação a um suposto golpe comunista; e para alimentar grupos que pedem o retorno dos militares ao poder. E qual é o papel do ensino de História diante desse contexto?

É preciso ensinar sobre o anticomunismo e sobre o comunismo, é preciso que o aluno entenda como esta representação foi construída. Cabe à História, enquanto disciplina que objetiva a leitura do mundo pelos alunos, portanto, ensinar os alunos que representações não são neutras. Entender como esse anticomunismo foi gerado é fundamental para compreender por que ele se mantém. Desconstruir representações, ensinar os alunos a “ler” representações, é formá-los críticos, é ensiná-los a ler o mundo por si só.

Paulo Freire (1989, p. 9) nos ensina que “a leitura de mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele”. Dessa maneira, compreendemos que um dos objetivos do ensino de História é ensinar o aluno a ler o mundo, mas de forma crítica, para não se deixar manipular, para que possa ele mesmo construir sua relação com as ideias, os conceitos e o mundo ao seu redor.

Objetivando construir um ensino de História comprometido com a construção de um sujeito crítico e autônomo, capaz de fazer por si só uma leitura crítica do contexto histórico em que está inserido, este trabalho apresenta como proposta de produto uma unidade didática, onde o aluno possa conhecer o que são representações; conhecer as representações criadas pelo *Jornal da Manhã* sobre comunismo; compreender o golpe civil-militar de 1964, uma consequência da construção destas representações; refletir sobre as representações criadas sobre o comunismo nas redes sociais atualmente; ponderar sobre as consequências de tais representações nos dias de hoje; e conhecer um pouco do pensamento comunista.

CAPÍTULO 1 - A PESQUISA HISTÓRICA E O ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DO JORNAL COMO FONTE: O *JORNAL DA MANHÃ* DE PONTA GROSSA

Para fundamentar esta pesquisa, neste primeiro capítulo, desenvolvemos estudos sobre o uso do jornal na pesquisa e no ensino de História, procurando entendê-lo como fonte histórica e como participante ativo no processo de construção da História. No caso específico da história do Brasil, a participação da imprensa escrita foi determinante em muitos momentos históricos. No ensino de História, o jornal também pode ser usado como fonte, permitindo ensinar aos alunos a pensar historicamente, além de se apresentar como uma alternativa às formas mais tradicionais de ensino. No caso específico do estudo sobre representações, o jornal é muito rico, uma vez que era um veículo utilizado para divulgar tais representações.

A fonte histórica aqui é o *Jornal da Manhã*, um diário matutino da cidade de Ponta Grossa, uma cidade do interior do Paraná, que ao longo de sua história foi influenciada por formas de pensamento diversas. Serão analisadas aqui aquelas que foram politicamente mais conservadoras. Entenda-se o conservadorismo apresentado aqui como um conjunto de ideias e práticas que prezam pelo zelo de instituições como a família, a igreja, a propriedade da terra, e de alguns valores morais, opondo-se dessa maneira a qualquer ideia de mudança mais radical na sociedade, representando, portanto, ideais políticos mais à direita.

Durante sua fundação, todo o poder político estava concentrado nas mãos de uma elite proprietária de terras e escravos, os tropeiros e os proprietários de invernadas para pouso de animais. Várias dessas famílias ainda hoje se mantêm como lideranças políticas importantes no município. Posteriormente, com o desenvolvimento urbano do município e a chegada da ferrovia, os operários foram “protegidos” de influências anarquistas, socialistas e comunistas pela Ação Católica e seu combate às ideias materialistas. Já na década de 1930, o movimento integralista chega com força, conquistando na cidade as votações mais expressivas do Estado. E, por último, o Centro Cultural Euclides da Cunha, que congregou todas essas ideias em torno de um grupo de intelectuais que se faziam presentes nas escolas, faculdades, rádios e jornais, influenciando consideravelmente a maneira de pensar do pontagrossense.

As ideias divergentes se faziam presentes no município, a exemplo dos anarquistas, mas não eram essas ideias que estavam sendo defendidas pelo *Jornal*

da Manhã (JM). Em 1964, o JM sintetiza o pensamento conservador comprometido com a família, com ideais cristãos, construído desde a fundação de Ponta Grossa. O JM era de propriedade de João Vargas de Oliveira, comerciante, deputado estadual e descendente de família tradicional da cidade ligada no passado ao tropeirismo.

1.1 O JORNAL COMO FONTE: HISTÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA POR MEIO DA IMPRENSA

“A imprensa registra, comenta e participa da história” (ROSSI *apud* CAPELATO, 1988, p. 13). Quando se tem o jornal como fonte, muitos são os elementos envolvidos e que devem ser considerados. Além das informações objetivas e bem visíveis aos olhos, deve-se considerar a subjetividade, aquilo que está para além do primeiro olhar. O historiador empenhado nesta função descobrirá logo que, muito embora as fontes não falem por si só, elas têm muito a dizer, cabe ao historiador fazer as perguntas certas.

Mas não foi sempre assim, nem sempre o jornal foi utilizado como fonte. A história positivista entendia como fontes históricas apenas documentos oficiais, como os elaborados pelo Estado, com conteúdo basicamente político, de maneira que ignorava a história sob diversos aspectos, dentre elas a história do ponto de vista dos povos iletrados, por não serem assim produtores de “documentos”. Para essa corrente, a função do historiador era apenas de “recuperar o passado”, tal qual presente nas fontes, consideradas retrato da verdade. Sobre a escrita da História nessa perspectiva, Luca (2005, p. 112) observa:

Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo.

O ato de escrever a História se apresenta como uma ação “mecânica”, um apanhado de fatos, uma série de narrativas onde o historiador não deve aparecer. O trabalho com jornais não se adequava ao fazer histórico por ser uma produção subjetiva.

Neste contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros

fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. (LUCA, 2005, p. 112).

A subjetividade, os interesses, o jogo de poder e tudo aquilo que movia a produção de um jornal não se apresentavam como interessante ao historiador, por não permitir que este fosse fiel ao acontecimento histórico.

A imprensa começou a ser utilizada como fonte histórica após as mudanças provocadas pela Escola dos Annales, momento em que as fontes passaram a ser entendidas como “todos os vestígios deixados pela humanidade” (LUCA, 2005, p. 112) e que passam a fazer sentido a partir das perguntas feitas pelo historiador. Essas perguntas devem responder a uma problematização feita, a partir de indagações do tempo presente.

A utilização da imprensa na pesquisa histórica está relacionada a duas possibilidades: a primeira é tê-la como fonte, e a segunda como objeto. Muito embora, parafraseando Zicman (1985, p. 90), “fazendo a história por meio da imprensa, fazemos também a história da imprensa, pois historicizamos as fontes, logo, os jornais, que é uma fatia do que denominamos imprensa.” No primeiro aspecto, a imprensa como fonte histórica, ganhou força com a Escola dos Annales sob influência de Marc Bloch e Lucien Febvre, e o entendimento de que as fontes históricas poderiam ser diversas, trazendo para a pesquisa histórica diversas possibilidades de fontes, dentre elas o jornal e diversas possibilidades de temas. Foi o momento de se pensar a História de todas as maneiras, de todos os lados e sob as mais diferentes perspectivas. A História passava a ver a sociedade como um todo, propondo novos temas que descrevessem a humanidade de forma ampla, consultando, para tanto, tudo como fonte e não mais apenas os documentos oficiais.

Com a Escola dos Annales, a História inaugurou novos objetos, novos enfoques e métodos por meio de novas fontes. Durante todo o século XX, a História inovou sob a influência dos Annales, amadureceu e ficou cada vez mais interessante. A partir da terceira geração, com historiadores importantes, a exemplo de Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie e Georges Duby, a utilização dos impressos na pesquisa se efetiva (CALONGA, 2012, p. 3).

Nesse momento a novidade também são os estudos interdisciplinares, a História passa a fazer parceria com as demais formas de conhecimento, dentre elas a Antropologia e a Psicologia; a cultura, nesse contexto, ganhou destaque na História, e ela agora tem mais sabor. Sobre isso Luca (2005, p. 112) destaca:

Os aportes analíticos provenientes de outras Ciências Humanas, como a Sociologia, a Psicanálise, a Antropologia, a Linguística e a Semiótica, ao mesmo tempo em que incentivaram a interdisciplinaridade e traziam contribuições metodológicas importantes, forçavam o historiador a refletir sobre as fronteiras de sua própria disciplina, cada vez mais difíceis de precisar.

Num primeiro momento, as fontes oficiais eram consideradas verdades incontestáveis, agora tudo virou fonte exigindo do historiador um estudo minucioso, não só sobre o tema estudado, mas também das fontes consultadas. Portanto, faz-se necessário questionar, contextualizar, historicizar e dialogar com os documentos de forma muito mais detalhada. E a presença do historiador na produção do conhecimento histórico é visível e necessária.

Enquanto os historiadores metódicos viam nos documentos, e mais, apenas nos documentos oficiais a possibilidade de investigação histórica científica, à procura de uma certeza objetiva, os Annales, recusando esta ideia, afirmavam ser o discurso histórico fruto das interferências do historiador, de suas escolas, de seu olhar. O historiador, neste sentido, não estaria mais submisso ao documento. (CALONGA, 2012, p. 3).

Historicizar o documento é pensá-lo dentro de um contexto, como sendo um produto de seres históricos, com intencionalidades e propósitos, entendendo seu conteúdo para além das informações iniciais. Os novos métodos de análise permitiram compreender a fonte de maneira muito mais ampla. A História Política, por exemplo, já não seria mais a mesma, percebeu-se aspectos antes ignorados, como as propagandas ideológicas, os micropoderes, o imaginário político e sua influência na sociedade. Sobre a História Política, Calonga (2012, p. 4) observa,

[...] longe de restringir suas análises a modelos macropolíticos, biográficos, ou mesmo, de enaltecimento dos governos, busca, acima de tudo, romper com esta visão, valorizando, pois questões que envolvam o poder por outros primas. Destacam-se aí, os micropoderes, os símbolos políticos, as propagandas ideológicas, enfim, as relações do imaginário político com o próprio poder, como por exemplo, as relações e formas de poder que permeiam o jornal.

As análises dos discursos na imprensa, das suas intenções e representações, manifestas em seus textos, em suas páginas, ganha sentido e enriquece o saber histórico.

Passa-se a compreender que a imprensa interfere no contexto e é influenciada por ele. Mas como os jornais interferem no contexto histórico e como esse contexto interfere nas representações presentes nos jornais? O jornal é fruto de uma

sociedade e é utilizado por grupos políticos e empresariais. Até mesmo quando não é vendido, o jornal é um produto à venda e tem a função de despertar interesses e consciências e de disseminar valores e crenças, conforme o interesse de seus donos e dos grupos dominantes. Segundo Zicman (1985, p. 90),

[...] a imprensa age sempre no campo político-ideológico e, portanto, toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de imprensa consultados.

Inúmeros elementos devem ser levados em conta quando se pretende pesquisar a História por meio dos jornais, como, por exemplo: quem escreve? Por que escreve? Para quem escreve? Nenhum discurso é neutro e ele se faz para alguém. Eles são feitos dentro de uma determinada realidade, num determinado contexto, com objetivos determinados e se destina a um público-alvo em específico. Dessa forma, resultam em representações capazes de modificar modos de pensar e agir de um grupo ou de uma sociedade. Um dos estudos mais importantes sobre o uso de jornais na historiografia é de Maria Helena Capelato, e segundo ela:

Todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos. (CAPELATO, 1988, p. 15).

Vale constar que os jornais eram os veículos de informação mais importantes na década de 1960. Para atrair o público, o jornal utilizava os mecanismos necessários para encantar cada grupo de interesse. Segundo Zicman (1985, p. 93), tendo o jornal como fonte o historiador deverá levar em conta quatro eixos para caracterizá-la:

1) Aspectos formais e materiais, que envolvem desde a qualidade do papel utilizado, as ilustrações, até o que a autora chama de “sistema de títulos” (CAPELATO, 1988), que diz respeito a maneira escolhida pelo jornal para dar título as reportagens, e o objetivo aqui é impactar o leitor; por esta razão, Capelato (1988, p. 17) confirma o que Zicman (1985) diz, apontando que a manchete é uma arma de persuasão.

2) Aspectos históricos, sua origem, proprietários e principais campanhas assumidas pelo jornal. É nesse momento que deixamos de ver o jornal como abstrato, ou seja, a voz do jornal tem dono e esses donos defendem uma determinada versão da realidade. O objetivo aqui seria descobrir o lugar social do jornal e aquilo que ele representa.

3) Aspectos econômicos, quem financia, qual a tiragem e quem publica no jornal. Entende-se aqui que todo jornal é uma empresa, portanto, possui fins lucrativos.

4) Aspectos da clientela do jornal, ou seja, quem é e como é o público leitor. Conforme o público-alvo será a cara do jornal, por exemplo, camadas mais populares conquistam-se com noticiários mais sensacionalistas.

Ter o jornal como fonte compreende, dessa maneira, conhecê-lo em todos os seus aspectos, compreendendo-o nas entrelinhas, considerando o fato de que nem tudo o que está no jornal é verdade e que toda “verdade construída” possui uma intencionalidade, que é sempre definida pelos interesses dos interlocutores do jornal.

Além de “construir verdades históricas”, os jornais constroem-se enquanto fontes e, portanto, fontes questionáveis. Daí a importância de entender: de que maneira a informação foi construída? Em qual contexto? É, então, necessário localizar a fonte em um determinado tempo e espaço contextualizado. Para Capelato (1988, p.24-25),

A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas.

A imprensa age deliberadamente para a formação de opiniões, para interferir direta e indiretamente na maneira que a sociedade constrói sua visão das coisas e do mundo. A utilização de linguagem simples, tratando de assuntos atuais e cotidianos, desperta o interesse de leitores de todas as classes sociais e níveis culturais. Sendo assim, por meio do estudo da imprensa, podemos entender práticas culturais, políticas e ideológicas de uma determinada sociedade. Os jornais informam ao mesmo tempo em que formam seus leitores, nesse caso a informação se torna sinônimo de conhecimento e é capaz de moldar pensamentos e reações individuais e coletivas. Esse conhecimento, no entanto, pode ser fortemente questionado; ainda assim é um conhecimento. As representações presentes nos jornais se tornam representações e práticas de seus leitores a respeito de determinados assuntos. Com frequência o conjunto de representações é assumido pelos leitores de forma inconsciente, porém muito consistente.

Ao longo da História do Brasil, os jornais estiveram à frente dos acontecimentos políticos mais importantes e para tanto expressaram suas opiniões a respeito dos fatos sempre tomando partido, de maneira que em muitos casos a neutralidade da informação não se apresentava como uma preocupação. Em vários desses momentos a opinião presente nos jornais era intencional e, por vezes, se fazia presente por ser uma proposta ou pensamento político defendido e, até mesmo assumido, como campanha nos jornais. Vale ressaltar que os jornais sempre gozaram de muito prestígio junto à população, que via em seus escritos a verdade. Capelato (1988) faz um apanhado desses momentos em que os jornais estiveram à frente de acontecimentos políticos e aponta que, ainda no Brasil colonial, os panfletos e pequenos diários já defendiam ideias antilusitanas e anticolonialistas, e, como nesse período a população era em sua maioria formada por analfabetos, eram comuns as leituras em voz alta, de maneira que essa cultura letrada atingia a toda a população, até mesmo os iletrados.

Já às vésperas da proclamação de independência, houve jornal que fez oposição ao governo português de tal maneira que acabou por ser censurado e proibido de circular no Brasil; mesmo assim não se calou, como no caso do jornal *O Correio Braziliense*, que acabou por ser publicado em Londres, mas ainda assim mantendo seu posicionamento político.

Ainda segundo Capelato (1988, p. 40), quando os jornais retrataram a abolição da escravidão e a Proclamação da República, observaram que “o povo queria a abolição e a república: os governantes, generosamente, atenderam tais reivindicações” (CAPELATO, 1988, p. 40), ignorando dessa maneira todas as lutas e manifestos a favor de tais acontecimentos, de maneira que a abolição e a república se apresentaram como uma “boa ação” dos governantes. A abolição é vista como o resultado de uma batalha de “todos” os brasileiros, transformando assim, à sua maneira, os fatos e, dessa forma, construindo falácias que foram, por longo, tempo repetidas.

Durante o governo Vargas desponta um inimigo comum: o comunismo. Nesse sentido, Capelato (1988, p. 49) observa:

No ano seguinte, uma ‘doença grave’ atacou o organismo social: a rebelião comunista. Ela foi considerada uma ameaça de morte para a sociedade. Diante do perigo, a grande imprensa, em sua maioria sugeriu que Vargas reprimisse energicamente os ‘subversivos da ordem’. Os periódicos paulistas, inimigos de Vargas e contrários à centralização política, foram os mais veementes. Apoiaram a Lei de Segurança Nacional – medida de

fortalecimento do Estado – alegando um ato de 'legítima defesa da sociedade'. As liberais abriram mão das liberdades, em nome do direito de segurança à propriedade, base da organização social vigente.

Mesmo os jornais que, tradicionalmente, eram contrários ao governo Vargas apoiaram a Lei de Segurança Nacional para combater o comunismo. As medidas adotadas pelo governo foram autoritárias e os jornais sofreram censura. O comunismo passou, a partir de então, a ser o principal inimigo político da grande imprensa no Brasil, e, por essa razão, de tempos em tempos o ódio ressurgia. Nesse ínterim, a relação entre a política brasileira e os jornais se acirrou de tal maneira que o desfecho final foi o suicídio do presidente, fato este que ganhou a atenção dos jornais de forma muito intensa, a reação dos populares partidários do presidente morto foi a de atacar a sede de jornais como *Tribuna* e *O Globo*.

O jornal nunca fora apenas um repositório de acontecimentos, ele sempre foi parte atuante da História. Capelato (1988, p. 18) atenta para o fato de a empresa jornalística colocar no mercado um produto específico, a “mercadoria política”, de maneira que o jornal nunca será neutro. Para Capelato (1988), são orientados pela lógica do lucro. Ou mesmo por interesses próprios, eleitorais por exemplo. Este autor ainda observa,

Os jornais expressam a opinião pública. Só que na grande imprensa (a empresarial) o número da 'vox populi' (voz do povo) ecoa longínquo enquanto ressoa forte a 'vox domini' (voz dos dominantes). (CAPELATO, 1988, p. 18).

O jornal é, nesse sentido, um instrumento de poder com interesses e fortemente influenciador do meio social. Por meio da opinião jornalística, “parte da verdade” (CAPELATO, 1988, p. 22) é apresentada ao leitor e a partir daí a realidade se modifica e o que o jornal mostra ficará para o leitor. Capelato (1988, p. 22) ainda observa que o fato jornalístico é construído sendo a objetividade relativa, acrescentando que na construção do fato jornalístico interferem não apenas elementos subjetivos de quem o produz, mas também os interesses aos quais o jornal está vinculado. Cabe ao historiador, no momento da escrita da História, desvendar os poderes, os objetivos, os diversos elementos por trás do texto jornalístico. Vale observar que, para a História, aquilo que o jornal omitiu, mentiu, também é estudado pelo historiador; nesse sentido, para estudar o jornal é preciso confrontá-lo com outras fontes.

1.1.1 O uso do jornal no ensino de História

Assim como a História enquanto ciência passou por mudanças importantes ao longo dos anos, a História enquanto disciplina escolar acompanhou tais mudanças, ainda que tardiamente em comparação com a ciência mãe. E dentre essas mudanças podemos destacar a visão que se tem sobre o documento histórico. Observam Schmidt e Cainelli (2009, p. 112) que a valorização do documento no trabalho do historiador começou a acontecer no século XIX:

A valorização do documento como recurso imprescindível ao historiador foi um fenômeno do século XIX. Para os historiadores daquele século, o documento escrito converte-se no fundamento do fato histórico. O trabalho do historiador seria extrair do documento a informação que nele estava contida, sem lhe acrescentar nada de seu.

O documento era a expressão da verdade e ao historiador cabia a função de repassar a informação presente no documento sem questioná-lo. Na escola o ensino de História acompanhando essa visão historiográfica entendia a História como expressão fiel da verdade e preocupava-se especialmente com a História da nação, e o documento era a prova dessa verdade, enquanto o aluno recebia passivamente o conhecimento pronto e acabado. Segundo Schmidt e Cainelli (2009, p. 112-113),

O documento histórico servia para a pesquisa e para o ensino como prova irrefutável da realidade passada que deveria ser transmitida ao aluno. Este era visto como mero receptor passivo e preocupado em decorar o conteúdo ou o ponto ensinado.

No correr do século XX a historiografia passa a entender o documento não mais como expressão da verdade. Schmidt e Cainelli (2009, p. 116) observam que “o documento, considerado vestígio deixado pelos homens, voluntária ou involuntariamente, passou a ser encarado como produto da sociedade que o fabricou, de acordo com determinadas relações de poder.” O documento é agora um vestígio, uma testemunha do passado, uma parte do real, ele pode ter uma intencionalidade, não é neutro, e a escrita da história depende dos questionamentos do historiador diante desses documentos.

No ensino de História, ainda que lentamente, os documentos passaram a ser vistos como ricas fontes de informação e como uma possibilidade de ensinar o aluno a pensar historicamente a partir de fontes diversas, objetos e documentos presentes em seu dia a dia, em sua própria casa. Quase tudo passou a ser uma fonte histórica,

mas para esse tipo de ensino ser eficiente é necessário que o professor desenvolva habilidades para além do conhecimento da História.

O trabalho com fontes históricas em sala de aula é tão sério e exigente quanto é o trabalho do historiador em sua pesquisa. Este exige mais tempo e preparo por parte do professor; o conhecimento deste precisa ser para além do conteúdo, deve-se também buscar e conhecer as fontes, entender como construir o conhecimento histórico a partir delas e saber como repassar tudo isso ao aluno.

Para Flávia Eloisa Caimi (2008, p. 129), o uso de fontes históricas na sala de aula pode ajudar a superar o conteudismo e o verbalismo. A vontade de “vencer o conteúdo” (CAIMI, 2008, p. 129) tem sido ao longo dos anos uma preocupação dos professores, especialmente porque há uma cobrança por parte das secretárias de educação, e mesmo dos pais de alunos, para que “todo o conteúdo” (CAIMI, 2008, p. 129) seja trabalhado até o final de cada ano letivo. Porém é sabido que jamais daremos conta de ensinar toda a História. O verbalismo também é frequente, porém sabemos que o aluno aprende de diversas maneiras; ouvir o professor é apenas uma delas, possibilitar que o aluno manuseie a fonte e tente compreendê-la é oportunizar ao aluno mais uma forma de aprendizagem.

Para Marieta de Moraes Ferreira e Renato Franco (2009, p. 102), “a simples repetição de conteúdos acaba por dificultar o entendimento da disciplina, obrigando professores e alunos à reprodução de conteúdo e afastando o ensino de História do processo de elaboração do conhecimento”, e certamente tornando a aula entediante para o aluno. Por isso ensinar aos alunos a pensar as fontes históricas, possibilitará que o mesmo, sem a presença do professor, construa um olhar histórico sobre as fontes presentes no dia a dia, preparando-o para pensar historicamente para além da sala de aula, além de tornar a aula menos cansativa e mais atrativa ao aluno.

Nessa maneira de ver o ensino de História e também as fontes, um novo professor se faz necessário, um professor que se distancie do verbalismo e do conteudismo, e que saiba como usar as fontes em seu trabalho pedagógico. Segundo Schimidt e Cainelli (2009, p. 34),

[...] o que se procura é uma prática docente distanciada o mais possível da imagem do ‘professor-enciclopédia’, detentor do saber, buscando a construção de um ‘professor-consultor’, que contribui para a construção do conhecimento de seus alunos em sala de aula.

Nesse sentido, o professor deixa a posição de “detentor” do conhecimento para ser o mediador do conhecimento; ele não vai transmitir o que sabe sobre o

conteúdo, ele deve ensinar como construir o conhecimento. Ainda segundo Schmidt e Cainelli (2009, p. 34),

[...] o professor de história ajuda o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias para aprender a pensar historicamente, o saber-fazer, o saber-fazer-bem, lançando os germes do histórico. Ele é o responsável por ensinar ao aluno como captar e valorizar a diversidade das fontes e dos pontos de vista históricos, levando-o a reconstruir, por adução, o percurso da narrativa histórica. Ao professor cabe ensinar ao aluno como levantar problemas, procurando transformar, em cada aula de história, temas e problemáticas em narrativas históricas.

O aluno é, portanto, chamado a fazer parte da aula como indivíduo atuante, participativo, entendendo o conhecimento histórico como uma construção possível também para ele. Deve entender esse conhecimento como algo para além da sala de aula; o aluno deve ser levado a pensar historicamente também no seu cotidiano. E o professor deixa de ser um repetidor do conhecimento para ser um produtor, um pesquisador.

Assim, a aula de história é o espaço em que um embate é travado diante do próprio saber: de um lado, a necessidade de o professor ser o produtor do saber, de ser partícipe da produção do conhecimento histórico, de contribuir, pessoalmente, para isso; de outro, a opção de se tornar tão somente eco do que já foi dito por outros. (SCHIMIDT; CAINELLI, 2009, p. 35).

Com a utilização das fontes nas aulas de História a sala de aula passa a ser um espaço dinâmico, onde se constroem significações e sentidos (SCHIMIDT; CAINELLI, 2009, p.35). O professor também é convidado a ganhar autonomia diante da produção do conhecimento, e para essa construção de autonomia de professor e aluno as fontes históricas se mostram indispensáveis. Caimi (2008, p. 141) reforça essa ideia:

[...] há importantes indicações metodológicas que preconizam o papel ativo do estudante nos procedimentos de compreensão e interpretação. Mais do que objetos ilustrativos, as fontes são trabalhadas no sentido de desenvolver habilidades de observação, problematização, análise, comparação, formulação de hipóteses, crítica, produção de sínteses, reconhecimentos de diferenças e semelhanças, enfim, capacidades que favorecem a construção do conhecimento histórico numa perspectiva autônoma.

Mas é preciso compreender que o aluno não vem pronto, sabendo o que fazer em relação às fontes; o professor é que necessita dominar alguns procedimentos, precisa saber lidar com elas para poder ensinar ao aluno. Para pensar esses

procedimentos, Caimi (2008) recorre aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), quando estes indicam ações a serem realizadas pelo professor:

[...] solicitar suas primeiras impressões, instigá-los no questionamento, confrontar com informações divergentes, destacar detalhes, socializar observações, criar momentos para que possam comparar suas idéias iniciais com as novas interpretações conquistadas ao longo do trabalho de análise. [...] É importante que o trabalho envolva observação, descrição, análise, pesquisa, relações e interpretações e, no final aconteça um momento de retorno ao documento para que os alunos comparem as novas informações – o seu ‘novo olhar’ - com suas apreensões iniciais e reflitam sobre problemáticas históricas a ele relacionadas (BRASIL, 1998, p. 86-87 *apud* CAIMI, 2008, p. 142).

Ou seja, o trabalho com as fontes precisa ir além da mera ilustração do conteúdo, ele deve percorrer caminhos que leve o aluno a olhar a fonte a partir de uma problematização que o conduza ao conhecimento. Muito embora um dos objetivos seja a autonomia do aluno na busca do conhecimento, a presença do professor como mediador do processo é fundamental. Sobre isso Caimi (2008, p. 147) explica:

[...] é imprescindível o trabalho do professor e do aluno na problematização e significado dos documentos, utilizando-os de modo a extrapolar meras funções de ilustração, motivação, informação ou prova, ainda que estas possam ter relativa importância. O desafio é, tomando os documentos como fontes, entendê-los como marcas do passado, portadores de indícios sobre situações vividas, que contêm saberes e significados que não estão dados, mas que precisam ser construídos com base em olhares, indagações e problemáticas colocadas pelo trabalho ativo e construtivo dos alunos, mediados pelo trabalho do professor.

O uso dos documentos em sala de aula são diversos, sendo importante inclusive como ilustração de um determinado assunto. Mas é preciso que o professor explore o documento ao máximo, para retirar dele o máximo. Sobre a utilização do documento em sala de aula, a historiadora Circe Maria Fernandes Bittencourt (2018) observa:

Um documento pode ser usado simplesmente como ilustração, para servir como instrumento de reforço de uma ideia expressa na aula pelo professor ou pelo texto do livro didático. Pode também servir como fonte de informação, explicitando uma situação histórica, reforçando a ação de determinados sujeitos etc., ou pode servir ainda para introduzir o tema de estudo, assumindo neste caso a condição de *situação-problema*, para que o aluno identifique o objeto de estudo ou tema histórico a ser pesquisado. Dessa forma, os objetivos do uso de documentos são bastante diversos para o professor e para o historiador, assim como os problemas a que ambos fazem frente. Um desafio para o professor é exatamente ter critérios para seleção desse recurso. (BITTENCOURT, 2018, p. 267, grifo da autora).

Bittencourt (2018) ainda alerta para os cuidados que o professor deve ter ao trabalhar com documentos em sala de aula, como considerar que o aluno não entende do contexto histórico de produção do documento; é preciso observar o nível e condições de escolarização no momento de escolha do documento a ser levado para sala de aula; é necessário escolher fontes atrativas e que não apresentem muitos obstáculos; que não tenha grande extensão, para que possa ser utilizado considerando o tempo da aula; faz necessário que o documento seja motivador, que produza interesse e curiosidade; é preciso que os documentos tenham informações claras, para fornecer boa compreensão das informações.

Ao preparar sua aula o professor deseja que seu aluno se mostre interessado naquilo que é proposto por ele, o uso do documento em sala de aula também deve ter estes objetivos: fazer o aluno pegar gosto pela história e fazer o aluno querer entender e descobrir o conhecimento histórico a partir da fonte. É preciso que o aluno encontre, a partir da aula, o sentido histórico de fontes que possam ser encontradas em sua casa, em seu bairro, em sua cidade.

Para que o documento se transforme em material didático significativo e facilitador da compreensão de acontecimentos vividos por diferentes sujeitos em diferentes situações, é importante haver sensibilidade ao sentido que lhe conferimos enquanto *registro do passado*. Nessa condição, convém os alunos perceberem que tais registros e marcas do passado são os mais diversos e encontram-se por toda parte: em livros, revistas, quadros, músicas, filmes e fotografias. (BITTENCOURT, 2018, p. 268, grifo da autora).

Maria Alice Faria (2013, p. 11) observa que “um dos principais papéis do professor seria, pois, o de estabelecer laços entre a escola e a sociedade”, e isto se faz possível a partir do uso de fontes históricas em sala de aula. A autora ainda observa que os “jornais e revistas são, portanto, mediadores entre a escola e o mundo.” E assim, como aponta Bittencourt, os jornais são fontes históricas disponíveis e se fazem presentes na vida de professores e também alunos.

Levar o jornal para sala de aula poderá envolver o aluno em um aprendizado riquíssimo, tanto do jornal enquanto fonte histórica como do jornal enquanto fonte de informação utilizada pelo aluno em seu em seu dia a dia. Nesse sentido Faria (2013) aponta,

O jornal é também **uma fonte primária de informação**, espelha muitos valores e se torna assim um instrumento importante para o leitor se situar e se inserir na vida social e profissional. Como apresenta um conjunto dos mais variados conteúdos, preenche plenamente seu papel de objeto de comunicação. Mas não só, pois como os pontos de vista costumam ser

diferentes e mesmo conflitantes, ele leva o aluno a conhecer diferentes posturas ideológicas frente a um fato, a tomar posições fundamentadas e a aprender a respeitar os diferentes pontos de vista, necessários ao pluralismo numa sociedade democrática. (FARIA, 2013, p.11, grifo da autora).

E não é só isso, a autora indica o jornal como uma ponte entre os conteúdos escolares e a realidade do aluno, demonstrando que os motivos para o uso do jornal em sala de aula são diversos.

Como **formador do cidadão**, se a leitura do jornal for bem conduzida, ela prepara leitores experientes e críticos para desempenhar bem seu papel na sociedade.

Na **formação geral do estudante**, a leitura crítica do jornal aumenta sua cultura e desenvolve suas capacidades intelectuais.

Como **padrão de língua**, os bons jornais oferecem, tanto ao professor como os alunos, uma norma padrão escrita que sirva de ponto de referência para a correção na produção de textos. [...]

A leitura do jornal oferece, ainda, um contato direto com **o texto escrito autêntico** (e não com textos preparados apenas para serem usados na escola). [...]

O jornal é também **um registro da história**, no seu dia a dia. (FARIA, 2013, p.11-12, grifos da autora).

Para ensinar História, o professor precisará dominar a arte da História e de como ensinar essa História; não acontecerá aprendizagem se um desses elementos faltar. E para trabalhar com o jornal na sala de aula a regra se repete: o professor deverá entender como pesquisar no jornal, como escrever História a partir do jornal, deverá conhecer do assunto pesquisado e de como mostrar tais elementos ao aluno.

O trabalho com o jornal não foge à regra de qualquer fonte histórica, os cuidados a serem considerados são os mesmos, porém o jornal apresenta algumas particularidades e um universo grande de possibilidades. Bittencourt (2018) observa que:

As possibilidades de utilizar jornais como fonte histórica são múltiplas: a análise dos conteúdos das notícias (políticas, econômicas, culturais etc.), da forma pela qual são apresentadas as notícias, as propagandas, os anúncios, as fotografias etc. e de como esse conjunto de informações está distribuído nas diversas partes do jornal, entre outras. (BITTENCOURT, 2018, p. 271).

Em sala de aula o jornal pode ser utilizado como um todo; ele poderá ser o objeto estudado, podendo se conhecer a sua história em particular e também poderá ser estudado a partir de seu conteúdo, ou seja, é possível estudar diversos assuntos a partir daquilo que diz o jornal. Nesse sentido, Bittencourt (2018) alerta que é necessário pensar sobre a autoria dos acontecimentos:

Para análise do conteúdo, tem sido importante a reflexão sobre a autoria dos acontecimentos, dando-se destaque ao papel do jornalista como agente significativo na criação de fatos históricos. O jornal, como veículo de comunicação fundamental na sociedade moderna, exige igualmente tratamento bastante cuidadoso quanto à análise externa, devendo ser considerado como objeto cultural, mas também como mercadoria, como um produto de uma empresa capitalista. (BITTENCOURT, 2018, p. 271-272).

O professor deverá levar o aluno a compreender que um jornal é produzido pelo jornalista a partir da sua visão de mundo, com o objetivo claro do lucro porque um jornal é uma mercadoria, o produto a ser vendido, consumido por alguém.

Além disso, Bittencourt (2018, p. 272) alerta para o caráter político do jornal: “sendo um meio de comunicação influente, o jornal tem sido analisado em seu papel de formador da opinião pública ligado a interesses variados e, como órgão da denominada ‘imprensa livre’, faz parte do jogo político e do poder.” Esse elemento deve ser considerado pelo professor; o aluno deverá entender que as informações presentes no jornal possuem uma intencionalidade, e que muito frequentemente o jornal representa grupos políticos, religiosos dentre outros, com objetivos e intenções próprias. E, portanto, é preciso considerar a notícia como um discurso que jamais é neutro ou imparcial (BITTENCOURT, 2018, p. 273).

O professor precisa também mostrar ao aluno que o leitor também não é um indivíduo neutro; ele possui posição política, religiosa, valores que são considerados diante da leitura do jornal. A partir da análise de jornais, a História pode contribuir com a formação de sujeitos mais críticos, autônomos e participativos. Ferreira e Franco (2009) refletem sobre o papel da escola:

[...] a disciplina tem um papel de ensinar a refletir e a ler o mundo a partir de uma orientação histórica. Contribui na medida em que ajuda os alunos a entenderem noções como o tempo, as permanências, as mudanças, o contexto e, a partir disso, serem capazes de selecionar e criticar as informações do seu dia a dia. A história, isoladamente, ou qualquer outra disciplina, são forma cidadãos, por outro lado é impossível construir cidadania sem as noções de historicidade, de construção do saber sobre o vivido e sobre o tempo que só o conhecimento histórico pode dar. (FERREIRA E FRANCO, 2009, p. 104).

O ensino deve estar conectado com as necessidades da sociedade, nos últimos anos ficou evidente a necessidade da formação de cidadãos com capacidade de leitura e em especial de leitura crítica dos meios de comunicação. A utilização de jornais no ensino de História contribui para essa formação.

1.2 PONTA GROSSA

Ponta Grossa, desde sua fundação, emerge como um espaço único de circulação de diversas ideias, diversos produtos e, sobretudo, diversas pessoas. Primeiro, por estar no caminho de tropas, depois por ser entroncamento ferroviário, e, por último, entroncamento rodoviário. Mas ainda que fosse espaço de circulação de pessoas e ideias, sempre se manteve ligada a um passado de tradição campeira, proprietária de terra e escravos e, de certa maneira, orgulhando-se disso.

Ponta Grossa está localizada no 2º planalto paranaense, numa região conhecida como Campos Gerais, centro-leste do Paraná. Fazem parte desta região diversos municípios, tais como: Castro, Tibagi, Palmeira, Telêmaco Borba, Piraí do Sul, dentre outros. A primeira forma efetiva de ocupação dos Campos Gerais se deu por meio da concessão de sesmaria nas primeiras décadas do século XVIII, o que possibilitou a formação de uma elite local, proprietária da terra e de negros escravizados. A historiadora Carmencita Ditzel (2004) observa que,

Desse grupo dos primeiros sesmeiros, originaram-se diversas famílias que constituíram aquilo que a historiografia regional denomina 'elite campeira'. Ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, a história de Ponta Grossa foi marcada pela presença de personagens que se originaram nas famílias Taques, Vilela, Batistas, Ribas, Guimarães, Rosas, Almeida, entre outras. (DITZEL, 2004, p. 28).

Atualmente, podemos perceber a presença de tais sobrenomes em ruas, escolas e outros espaços pela cidade. Essas famílias detinham a posse da terra, o poder econômico e o poder político na região e em Ponta Grossa muitas delas se mantêm com poder político e econômico até os dias de hoje.

Essa região possui vastos campos naturais, os quais possibilitaram o desenvolvimento da região ligada à pecuária e ao tropeirismo, atendendo aos tropeiros vindos de Viamão, no Rio Grande do Sul, com destino a Sorocaba, em São Paulo. A região oferecia assistência ao tropeiro, como campos de pouso para o descanso, engorda dos animais e artigos necessários para a viagem. Tal atividade econômica irá incluir os Campos Gerais na economia nacional, uma vez que o tropeiro era neste período responsável pelo transporte de diversos produtos indispensáveis ao desenvolvimento, especialmente, do Sul e Sudeste do Brasil.

O *Jornal da Manhã* (JM), por motivo das comemorações do mês do 141º aniversário da cidade, comenta a importância do tropeiro, não só para Ponta Grossa,

mas também para toda a região, referindo-se ao tropeirismo como sendo a “mais expressiva e bela tradição paranaense” (JORNAL DA MANHÃ, 1964) e citando sobrenomes de “tropeiros expressivos” da cidade, dentre eles os “Vargas”. O texto do jornal é uma celebração ao tropeiro, responsável, segundo o jornal, pelo melhor do Paraná e de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, como fartamente anunciou a imprensa, comemorou festivamente o seu 141º aniversário, distinguindo-se como anfitriões com fidalgo agasalho, da comitiva governamental o vice-prefeito Plauto Guimarães e de outras comitivas o prestigioso deputado João Vargas de Oliveira – ambos descendentes de tradicionais famílias pontagrossenses, e destacados políticos. Falar em tradição, no Paraná e em Ponta Grossa, é referir-se aos valores edificadores da última Província do império – os Tropeiros... (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 3).

O tropeiro, que no passado fundou a cidade de Ponta Grossa, é exaltado no JM e é possível observar resquícios de sua presença na cidade, uma vez que ainda ocupa posição de destaque na vida econômica e política.

Porque o tropeiro definiu o Paraná, povoou-o e o enriqueceu com o seu valor e a sua tradição. [...] recordamos diversos tropeiros expressivos de Ponta Grossa e, entre eles, os Vargas. Citamos Lázaro Vargas, lembramos agora Gregório Vargas e bem assim os Pinheiro Machado, os Tacques ilustres, estes de nobre estirpe paulista, e os Bittencourt, ao Madureira, os Carneiro Lobo, etc. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 3).

Os nomes apresentados no JM representam os “homens bons” apontados pela historiadora Myrian Janet Sacchelli que, em um estudo sobre os “homens bons” e a instauração da justiça em Ponta Grossa, observa,

O fazendeiro, dedicado à atividade criatória nas propriedades rurais dos Campos Gerais, desde o início do povoamento ocupou um papel determinante, impondo sua marca no desenvolvimento econômico, político e social da região. Assim, as fazendas, a pecuária, os tropeiros, os grandes proprietários, em conjunto, modelaram a futura sociedade ponta-grossense. (SACCHELLI, 2001, p.167).

Em outro texto, também do JM, o orgulho diante da história da cidade é evidente, uma história que não apresenta sujeitos comuns, que não conta a contribuição do escravo, do trabalhador livre e pobre, do trabalhador urbano assalariado, mas que evidencia a presença de famílias proprietária de terras e de tropas.

A história continua até os nossos dias. Cheia de sacrifícios e renúncias da parte de todos. Dos fazendeiros cuidando das suas árduas tarefas. Dos

tropeiros, locais ou em trânsito, enfrentando sérias lutas quase ao jeito dos impávidos bandeirantes de Piratininga. Das donas de casa suportando uma vida preta de dificuldades.

Ao pormos nas ruas trepidantes da Princesa dos Campos, a presente edição comemorativa, tributamos respeitosa homenagem à memória dos homens e das mulheres que construíram os primeiros alicerces da povoação. [...] (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1-4).

E essa vai ser a base do surgimento de uma elite que nutre valores tradicionais, como a família, o cristianismo e a propriedade, e que naturalmente tem dificuldade em aceitar mudanças, especialmente na estrutura política e social, como aquelas que se apresentavam na década de 1960.

No final do século XIX, foi inaugurada a ferrovia São Paulo–Rio Grande, esta será um dos elementos responsáveis por mudanças importantes na cidade, inclusive pelo declínio do tropeirismo. A ferrovia, além de passar por Ponta Grossa, contava com uma oficina de manutenção na cidade. Isso colocou a cidade numa condição de destaque: a ferrovia era na época o mais importante elo entre o Sul e as demais regiões do Brasil. Segundo a historiadora Rosângela Maria da Silva Petuba:

A ferrovia chegou em Ponta Grossa, no final do século XIX: em 1893, a estrada de Ferro do Paraná conectando a cidade com a Capital do estado e ao litoral paranaense e em 1896 a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. A presença ferroviária reconfigurou a cidade em ponto obrigatório de passagem de pessoas e mercadorias que se deslocavam pelo Paraná e da região sul para o sudeste do Brasil. Atraiu trabalhadores imigrantes de diversas regiões do país, propiciou a intensificação das atividades econômicas e a adoção de alguns hábitos presentes em outros centros urbanos daquele período e em consequência, fortaleceu importância da cidade no cenário regional. (PETUBA, 2011, p. 11).

Juntamente com a ferrovia chegou à cidade uma estrutura para manter não só a ferrovia como para atender também seus funcionários.

A Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, uma das mais extensas e importantes ferrovias do Brasil, necessitava naquela época de uma estrutura logística para manutenção dos seus equipamentos. Por situar-se na parte intermediária do percurso entre São Paulo e o Rio Grande do Sul e com acesso férreo a Curitiba, Ponta Grossa foi escolhida para a implantação de infra-estrutura que atendeu aos interesses da Companhia: pátios para manobras e armazenamento de comboios, oficinas de locomotivas e vagões, estações de cargas e passageiros, depósitos de vagões, locomotivas de cargas, usinas de tratamento de dormentes e trilhos, além de escolas profissionalizantes, hospital, armazéns e vilas operárias. (MONASTIRSKY, 2001, p. 40).

Sendo caminho, passagem, paragem, a cidade recebeu a influência de outras regiões do país. Após a construção da ferrovia a cidade passou a ser uma importante

cidade do interior do Paraná. Em seu estudo sobre a ferrovia em Ponta Grossa, o geógrafo Leonel Brizolla Monastirsky (2001, p. 45) aponta que em 1930 apenas três municípios paranaenses apresentavam taxas de urbanização superiores a 30%: Paranaguá com taxa superior a 30%, Curitiba acima de 50% e Ponta Grossa com taxa ultrapassando 75%. Ainda para Monastirsky, a ideia de progresso passou a ser constante na cidade.

Petuba (2011) analisa os impactos causados pela ferrovia em Ponta Grossa e observa que:

A cidade de Ponta Grossa era palco de intensas e diversificadas convivências, havia as estações, os hotéis, os visitantes de outras cidades que vinham fazer compras, passear nos trens que iam e vinham, trazendo pessoas, mercadorias, pondo em circulação não apenas os elementos materiais, mas possibilitando a tessitura de uma rede de relações humanas que enriqueciam o ambiente da cidade tanto no nível coletivo quanto no individual. (PETUBA, 2011, p. 70).

Segundo a historiadora Rosângela Wosiack Zulian (2016, p. 2), “a construção da ferrovia em Ponta Grossa, no final do século XIX, propiciou a intensificação das atividades econômicas, a ampliação do quadro urbano e a adoção de novos comportamentos”. A cidade vai contar com um grande desenvolvimento econômico e populacional, inclusive com a formação de bairro operário, como a Vila Oficinas, onde a maioria dos ferroviários morava. A presença do ferroviário também possibilitou a vinda de ideias diferentes à cidade, dentre elas o comunismo. Ainda segundo Zulian, a Vila Oficinas:

Era um bairro investigado pela DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) com a intenção de reprimir qualquer organização política. A Rede Viação Paraná-Santa Catarina, empresa estratégica para o governo brasileiro por estabelecer ligação com o sul do país, foi alvo constante da vigilância do órgão (MONTEIRO, 2007, p.31) Segundo seus registros, dos 500 ferroviários que residiam e, Oficinas cerca de 50 eram comunistas. (ZULIAN, 2016, p. 4-5).

Zulian comenta que ainda que as ideias comunistas crescessem dentro do movimento operário de todo o país, não foi isso que aconteceu entre os operários pontagrossenses. A cidade e os operários receberam forte influência da Igreja Católica, pois “a perda do mundo operário para o socialismo assombrava a Igreja” (ZULIAN, 2016, p. 6). Com a missão de afastar a influência do comunismo, a Igreja Católica se aproximou dos trabalhadores, possibilitando a estes uma ajuda material e espiritual: “Com um discurso de compensação e reparação material, espiritual e moral,

a Igreja se lançou ao trabalho de arrebanhar os trabalhadores expostos tanto à miséria quanto ao discurso comunista (ZULIAN, 2016, p. 6-7).

O movimento da Ação Católica foi um movimento mundial orientado pelo Vaticano; este pretendia evangelizar fazendo com que a igreja se aproximasse dos trabalhadores com objetivo de prestar atendimento de toda ordem e afastá-los do materialismo.

Na trilha da Ação Católica, foi fundada, em 01 de maio de 1955, na Igreja São Cristovão, no bairro de Oficinas, a Ordem Terceira Franciscana dos Ferroviários Paranaenses e Catarinenses. Sua finalidade era programar e realizar obras de cunho social e cultural que mantivessem os trabalhadores em constante atividade. Para a execução das metas previstas, Frei Elias contava com a comunidade e com o apoio dos superiores e da diretoria da RVPSC que tinha interesse na realização das obras. (ZULIAN, 2016, p. 7).

Em Ponta Grossa os trabalhos da Ação Católica foram conduzidos por Frei Elias, um frei italiano da Ordem dos Capuchinhos que atuou na cidade de Ponta Grossa entre 1952 e 1976. A igreja ainda cuidou da vida cultural dos trabalhadores, construindo um teatro (Cine Teatro São Cristóvão), e da educação das crianças com a fundação de escolas. Ainda segundo Zulian (2016),

A diretoria da Rede tinha grande interesse no trabalho do sacerdote: sua proximidade mantinha os ferroviários longe das influências dos sindicatos, neutralizando problemas para a direção da empresa. O sistema de cooperação entre as instituições se fazia no sentido de levantar os descontentamentos dos ferroviários junto aos patrões e, por outro lado, livrá-los da influência dos sindicatos de orientação socialista. (ZULIAN, 2016, p. 9).

A presença da igreja na vida do operário pontagrossense se amplia com o passar do tempo.

Ao redor Igreja de São Cristóvão foram surgindo várias construções: um Jardim da Infância com uma Escola elementar em anexo e uma Escola primária que permitiu ao novo Instituto ampliar suas atividades e garantir seu funcionamento no futuro. Foi projetado um internato para os filhos dos ferroviários que trabalhavam no interior do Paraná e um Colégio para meninas. Erguidos ao longo do tempo até hoje podem ser percebidos os signos relacionados ao mundo do trabalho e às vivências dos trabalhadores: os trilhos do trem, um clube recreativo (Homens do Trabalho); um estádio de futebol (Operário Ferroviário); um cinema (Cine Teatro Pax); uma escola (Jesus Divino Operário) entre outros. As ações de frei Elias constituíram, na territorialidade da paróquia de São Cristóvão uma identidade peculiar, reconhecida pela comunidade local como a paróquia dos operários, dos ferroviários e de suas famílias. (ZULIAN, 2016, p. 9-10).

As influências da Ação Católica e de Frei Elias se estenderam na formação da sociedade pontagrossense.

Outro elemento que contribuiu para a construção de uma Ponta Grossa com visões políticas conservadoras foi o Integralismo, um movimento político de extrema-direita inspirado no nazifascismo surgido na década de 1930 e liderado por Plínio Salgado. O historiador Niltonci Batista Chaves apresenta o Integralismo a partir de três vertentes:

[...] liderada por Plínio Salgado que se baseou na figura de seu criador, no nacionalismo, no autoritarismo, no corporativismo e nos valores do conservadorismo católico [...]. Uma liderada pelo jurista Miguel Reale, que procurou sistematizar uma socialização humanística ideal e que acreditava que o Integralismo era proveniente da meditação dos problemas brasileiros e não mera reprodução de fenômenos externos. Outra liderada por Gustavo Barroso, [...] que aproximou-se de autores europeus ligados ao nacional-socialismo alemão e principalmente ao pensamento anti-semita, tendo como motivação a questão econômica e não racial. (CHAVES, 1999, p. 62-63).

Conforme observa Chaves, o Integralismo foi um movimento político com inúmeras características conservadoras: eram católicos, nacionalistas e autoritários, chegando a copiar em grande medida o nazismo alemão e o fascismo italiano. Em todo o Brasil a Ação Integralista Brasileira (AIB), como era conhecida, teve milhares de adeptos. Plínio Salgado, principal líder do Integralismo, concorreu à eleição presidencial em 1955 e, segundo Chaves (1999, p. 63), Ponta Grossa foi a cidade do interior onde Plínio Salgado obteve os melhores resultados, com 34% dos votos dos eleitores da cidade. Isso se explica devido a aceitação das ideias Integralistas na cidade.

O Integralismo estava presente em todo o interior do Estado; e Ponta Grossa contava com um núcleo integralista bastante atuante. Chaves (1999, p. 64) aponta que “constituiu-se numa das cidades onde o Integralismo melhor se estruturou no Paraná”, contando “com mais de 500 filiados, além de um grande número de colaboradores e simpatizantes” (CHAVES, 1999, p. 65).

Além de sua sede principal, situada à Rua Santos Dumont, uma das mais movimentadas do centro de Ponta Grossa, os integralistas estruturaram sub-sedes nos principais bairros da cidade, sendo que a sub-sede da Nova Rússia (importante bairro industrial e comercial de Ponta Grossa nos anos 30), chefiada por Pedro Dihl (industrial descendente de alemães) e Waldemar Hoffmann (alemão de nascimento, ex-líder expulso do Partido Hitlerista de Ponta Grossa) destacou-se pela organização e pelo número de adeptos que arregimentou. (CHAVES, 1999, p. 65).

Chaves (1999, p.65) conta que nas eleições municipais de 1935, dos oito vereadores eleitos quatro pertenciam à Ação Integralista Brasileira. O Integralismo em

Ponta Grossa foi tão organizado que criou duas revistas, *Invicta* e *A razão*, montou rádio, a “*Rádio Verde*” (CHAVES, 1999, p. 65), para levar até a população informações sobre o movimento.

Outra instituição importante da cidade e com apelo conservador foi o Centro Cultural Euclides da Cunha (CCEC), criado em 1948, um importante polo de irradiação de ideias, especialmente entre os intelectuais pontagrossenses. O historiador Erivan Karvat observa a importância do CCEC:

O Centro Cultural Euclides da Cunha (CCEC), em 1948, iniciou suas atividades em Ponta Grossa (Paraná) composto de 30 membros efetivos – e alguns suplentes – e a entrada de associados, ao longo dos anos, ocorreu mediante indicação, convite e nomeação. Por meio de um sistema de cadeiras institucionais representadas por patronos – escolhidos pelos sócios entre nomes da intelectualidade brasileira, da sua geração ou de gerações anteriores – podemos considerar que a estrutura do CCEC aproximava-se das academias de letras do período. (KARVAT, 2015, p. 43).

A historiadora Carmencita Ditzel também observa que, segundo o Estatuto do Centro Cultural, este,

[...] foi uma sociedade civil destinada a congregar intelectuais, prestando-lhes apoio cultural e moral, cooperando assim, para o desenvolvimento da literatura, das ciências, das artes, bem como estimular o intercâmbio de idéias com o resto do país e das Américas. (DITZEL, 1998, p. 43)

O CCEC, segundo alguns historiadores locais, ajudou a formar as bases do pensamento de um grupo de intelectuais pontagrossenses. Alguns de seus membros foram responsáveis por muitas ideias que circulam nos jornais do período, dentre eles Lourival dos Santos Lima, com a seção “...*Amica Veritas*”, e Daily Luiz Wambier, ambos colaboradores do *Jornal da Manhã*. Este último contribuiu com dezenas de artigos na seção “Ideias e Opiniões”, escrevendo sobre os mais variados assuntos, inclusive sobre o comunismo. Eram homens das letras, católicos e conservadores, Karvat (2015, p.46) observa que o CCEC dialogava com forças político-sociais, como a Igreja e os integralistas.

Como veículo de divulgação de suas ideias, o CCEC contava com o periódico *Tapejara*, que contou com 24 edições publicadas entre 1950 e 1976. Este apresentava artigos sobre literatura, geografia, história, antropologia, memórias, poesias, reflexões e notas culturais e pretendia pensar o Brasil (KARVAT, 2015, p. 41).

O historiador observa que:

Os sujeitos do *Centro* buscavam imprimir marcas indeléveis na cena cultural ponta grossense e da região. O grupo possuía uma combinação de influências e conexões com o Exército, as escolas (em especial uma, o Colégio Regente Feijó), a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a Igreja, o Rotary Club e o próprio Estado. (KARVAT, 2015, p. 51).

Eles representavam a parte que se queria visível da intelectualidade da cidade de Ponta Grossa, seus membros estavam presentes nas faculdades, nas escolas e nos jornais locais. Ainda para o historiador, “a orientação básica do *Centro* [...] girava em torno de discutir problemas, incutir responsabilidades, despertar, estimular e regenerar sentimentos e valores, que envolviam cultura, forças morais, nacionalidade e tradições” (KARVAT, 2015, p. 53).

É possível perceber nos discursos a ideia de responsabilidade do cidadão para com o Estado. Para estes “o catolicismo seria a força de ordem moral e religiosa que arregimenta todas as forças do país e, dessa forma, através de um programa nacionalista, o Brasil poderia aparecer com dignidade perante o mundo” (KARVAT, 2015, p. 58).

Por meio da construção e do enaltecimento de tradições históricas, os integrantes do Centro, compuseram uma escrita, na qual a raça, o clima e a história foram utilizadas para afirmar a força do Brasil. Em suas críticas ao materialismo e ao prevalecimento da economia sobre a moral e cultura, somadas ao uso de conceitos universais como moral, amor, coletividade e futuro, fez-se evidente uma busca no passado, de receitas de cura dos males do seu tempo. [...]

O jornal colocou em circulação, tradições interpretativas, como a religião, o bandeirante, o jesuíta, o militar e uma concepção de elite como chaves no desenvolvimento histórico do Brasil. (KARVAT, 2015, p. 72).

O Brasil era apresentado como resultado de uma sociedade harmônica e indivíduos como bandeirantes, tropeiros e jesuítas eram apresentados como heróis.

A importância do CCEC para a cidade de Ponta Grossa é indiscutível, assim como também sua contribuição intelectual. Mas o seu caráter conservador é visível e este contribuiu e muito para a formação de intelectuais, políticos e de uma sociedade conservadora.

Em meados da década de 1950 a cidade contava com cinemas, bibliotecas, jornais, rádios, livrarias, faculdades, indicando que a modernidade havia chegado a Ponta Grossa. A efervescência cultural é visível, contando com a criação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras em 1950, Faculdade Estadual de Odontologia em 1952, Faculdade Estadual de Direito em 1956, Faculdade de Ciências Econômicas e Administração já em 1966. Em 1964 a Faculdade de Filosofia, Ciências

e Letras é considerada um patrimônio cultural de Ponta Grossa pelo *Jornal da Manhã*. Esse desenvolvimento cultural com a formação das faculdades indicava que a cidade continuava a ser polo de circulação de pessoas e ideias.

Vale observar que nem todas as ideias e pessoas que circulavam em Ponta Grossa eram conservadoras. Zulian (2016, p. 2) aponta a presença de ideias anarquistas e comunistas sendo difundidas entre os operários da ferrovia. E Chaves (1999, p. 68) também comentou sobre a existência de uma sociedade plural, composta por católicos, integralistas, imigrantes europeus, comunistas, maçons, espíritas, getulistas convictos, entre outros.

Durante todo o ano de 1964 o JM divulgou editais de convocações para assembleias sindicais, demonstrando uma presença significativa de sindicatos em Ponta Grossa, dentre eles podemos citar: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cerveja e Bebidas em geral, Sindicato das indústrias de Serrarias Carpintarias e Tanoarias e de Marcenarias de Ponta Grossa, Sindicato dos trabalhadores nas indústrias de extração de petróleo do Estado do Paraná, Sindicato dos oficiais gráficos de Ponta Grossa, Sindicato dos Contabilistas de Ponta Grossa, Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Ponta Grossa, Sindicato dos Lojistas do Comércio e do Comércio de Gêneros Alimentícios de Ponta Grossa, Sindicato dos trabalhadores nas indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ponta Grossa, Sindicatos dos Contabilistas de Ponta Grossa, União Sindical Pontagrossense. Ainda que não saibamos a preferência política destes sindicatos, devido aos limites desta pesquisa, a presença deles na cidade demonstra a forte presença dos trabalhadores na sociedade pontagrossense.

1.2.1 Ponta Grossa em 1964

Na década de 1960 o anticomunismo estava em alta e Ponta Grossa não esteve alheia aos fatos políticos do período. Nesse período a cidade de Ponta Grossa era uma das mais importantes cidades do Paraná. Segundo o JM, a população de Ponta Grossa em 1964 era de 110 mil pessoas.

Dados estatísticos divulgados pela agência local do IBGE dão conta de que a população atual do município de Ponta Grossa é estimada em 110 mil pessoas, das quais 95 mil residem no quadro urbano da Princesa dos Campos e o restante espalhada na zona rural e nos distritos, de Itaiacoca e Guaragí. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1).

Contando com representantes políticos na Câmara Estadual, estes de certa maneira influenciavam a posição política local. Com uma população bastante conservadora, a exemplo de muitos brasileiros uma parte dos pontagrossenses apoiaram o golpe militar e, mais do que isso, se organizaram em grupos que defendiam as “liberdades fundamentais” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), a exemplo da Frente Cívica Pontagrossense e a União Cívica Feminina de Ponta Grossa. Ambas com claro propósito de esclarecer a população sobre o perigo comunista.

Segundo Davi de Oliveira Gomes, então vereador da cidade e um dos organizadores da Frente Cívica Pontagrossense, a Frente “não possuía cor político-partidária” e era um “movimento de esclarecimento geral, para o qual são chamadas todas as pessoas que ainda acreditam nos gloriosos destinos da nacionalidade, sob a égide cristã e de conformidade com a nossa formação moral e espiritual” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). O vereador afirmava que a Frente “não tem cor partidária” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), e desse modo todos seriam chamados a colaborar: “os jornais, as estações de rádio, as escolas em geral, as entidades particulares existentes, etc., de sorte que todos, todos mesmo, se unam em torno das altas e patrióticas finalidades da Frente Cívica Pontagrossense” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). O JM se colocava inteiramente favorável ao movimento, colocando-se na condição de “legítima sentinela democrática dos Campos Gerais” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

A União Cívica Feminina foi um movimento criado na década de 1960 em São Paulo e que rapidamente se espalhou pelas demais cidades do país, com um objetivo claro de combater o comunismo. Tais movimentos tendem a acabar após o golpe militar iniciado em março de 1964. Segundo Adriano Nervo Condato e Marcus Roberto de Oliveira,

A UCF era uma entidade fundada em outubro de 1963 com o objetivo de realizar obras assistencialistas e debater assuntos cívicos e religiosos. Suas principais incentivadoras foram Dalila de Castro Lacerda e Rosy Pinheiro Lima. A grande maioria de suas associadas era oriunda das camadas médias tradicionais. (CONDATO; OLIVEIRA, 2004, p. 286).

Ainda em 1964, a União Cívica foi responsável pela organização das diversas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que aconteceram em diversas cidades do país.

Precisamente, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram atos públicos organizados por setores católicos da classe média urbana — e

impulsionados por políticos conservadores (a Ação Democrática Parlamentar, em primeiro lugar), pela elite empresarial (reunida no IPES) e pelos movimentos femininos — que reuniram milhares de pessoas às vésperas do 31 de março nas principais cidades brasileiras. [...]

Simplificadamente, as Marchas batiam-se pela obediência aos ‘valores tradicionais cristãos’ (o terço e o rosário, o matrimônio, a família) e pela observação das ‘liberdades individuais’ (a liberdade de expressão, a liberdade religiosa, a propriedade privada) ameaçadas (ou supostamente ameaçadas) pelo governo Goulart (CONDATO; OLIVEIRA, 2004, p. 273).

Em Ponta Grossa o movimento surgiu em fevereiro de 1964 e tinha por objetivo colaborar com a Frente Cívica Pontagrossense e de promover “patriótica e oportuna campanha de esclarecimento ao povo com relação ao perigo comunista no Brasil” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Ela será responsável por contribuir na organização de eventos de comemoração ao golpe, que em Ponta Grossa foram realizados em vários dias de festejos e palestras, começando com a recepção de soldados do Batalhão do 13º Regimento de Infantaria. Estes, em retorno do Rio Grande do Sul, onde se apresentaram para conter uma possível “tentativa de reação armada, por parte dos maus brasileiros que se deixaram influir pelos agentes do Comunismo Internacional” diante do golpe (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Segundo o JM, 20 mil pessoas recepcionaram os soldados, com flores e papel picado.

E as comemorações seguiram por vários dias; entre 21 de abril e 1 de maio foram realizadas atividades organizadas pela prefeitura em parceria com a Câmara Municipal, bispo Dom Geraldo Pellanda, membros do Exército, professores, representantes da União Cívica Feminina e representantes da imprensa. As comemorações tiveram início com um desfile:

As comemorações serão iniciadas no dia 21 de abril. Às 10 horas da manhã, com um grandioso desfile dos estabelecimentos escolares, unidades do Exército aqui sediadas, Corpo de Bombeiros, Expedicionários e representantes das classes patronais e trabalhadores.

À tarde serão realizadas palestras nas emissoras locais. Nos dias 22- 23- 24- 25- 26- 27- 28- 29 e 30 terão sequência as palestras radiofônicas, que serão proferidas por pessoas a serem indicadas pelas Forças Armadas, estudantes, Prefeito, Câmara Municipal, sindicatos de trabalhadores, magistério, ferroviários, União Cívica Feminina, Diocese e Poder Judiciário. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1).

E as atividades em “homenagem à democracia” ainda contaram com diversos eventos religiosos. Em Ponta Grossa a “Marcha com Deus pela Liberdade” (JORNAL DA MANHÃ, 1964) aconteceu no dia 21 de abril, e esta acabou por comemorar a vitória da “democracia”. O JM noticiou a presença de 30 mil pontagrossenses na marcha:

A 'Marcha com Deus pela Liberdade' foi uma mensagem de esperança na nova era que se inicia no Brasil; foi um regozijo espontâneo do povo que viveu horas de intensa emoção, ao ver desfilar, por três horas consecutivas, verdadeira massa humana, cerca de 30 mil pessoas ao longo do asfalto da Av. Dr. Vicente Machado. Foi um hino de glória e uma ação de graças a Deus, por ter o Brasil, sem o derramamento de sangue entre irmãos, conseguido libertar-se das agitações, da inquietude, das ameaças e dos perigos a que esteve exposto. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1).

Outra notícia que esteve presente nas páginas do JM foi a campanha "Ouro do Paraná pelo Brasil" (JORNAL DA MANHÃ, 1964); esta fazia parte da campanha "Ouro para o bem do Brasil", de iniciativa do grupo jornalístico *Diários Associados*, que se espalhou pelo país e que foi assumida por algumas cidades no Paraná. A campanha consistia na doação de quantias em dinheiro, ou ouro, para o governo federal; o objetivo era arrecadar valores para ajudar o governo militar a resolver os problemas de inflação e ajudar na recuperação financeira do país. Para o JM, a campanha era uma "cruzada cívica" (JORNAL DA MANHÃ, 1964), uma "afirmação de fé e irrestrita confiança nos destinos do Brasil". Em Ponta Grossa, o "Altar da Pátria", como ficou conhecido os pontos de coleta, foi montado na concha acústica da Praça Barão do Rio Branco.

Os cofres serão colocados à disposição do povo, no Altar da Pátria, onde os colaboradores depositarão com suas próprias mãos, suas ofertas ao Brasil, para sua recuperação moral e financeira, terá a forma trapezoidal à semelhança de um 'V' da Vitória, com as paredes mostrando em cor natural a madeira extraída das extensas florestas do Paraná, simplesmente decorado com a pintura de duas faixas verde e amarelo em cada uma de suas faces acompanhando a sua forma de 'V', tendo no alto a inscrição: 'OURO DO PARANÁ PARA O BRASIL', e logo abaixo o desenho de um pinheiro do Paraná sendo inscrito em sua base o nome de PONTA GROSSA. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1)

Os dois cofres, um para dinheiro e outro para joias, eram vigiados dia e noite por soldados do 13º Regimento de Infantaria e todas as doações eram registradas em livro pela União Cívica Feminina de Ponta Grossa. Até o dia 11 de junho o JM apurou o seguinte resultado,

Dinheiro, até 9/6/64 – C\$ 15. 376. 630, 00
 Ontem – C\$ 915. 820, 00
 Total – C\$ 16. 297. 450, 00
 Ouro, até 9/6/64 – C\$ 1 kg 922 e meia grama.
 Ontem 198, e meia grama
 Total – 2 kg 121 gramas.
 Total geral – C\$ 20. 991. 700, 00
 CURITIBA
 Em Curitiba, ontem, era o seguinte o movimento da Campanha Ouro do Paraná para o Brasil:

Ouro – 17 Kilos.

Dinheiro – C\$ 9. 123. 429, 00.

LONDRINA

Em Londrina, o movimento foi encerrado, apresentando o seguinte resultado:

Ouro – 3 kilos e meio.

Dinheiro C\$ 5. 500. 000, 00. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1).

Ao apresentar o resultado da campanha é possível observar que a campanha foi muito satisfatória no município. Tendo sido entregue no dia 4 de agosto, Ponta Grossa doou “aproximadamente 38 milhões de cruzeiros” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Foram entregues ao general Dario Coelho vinte cheques nominais no valor total de Cr\$ 24.349. 107, 70; objetos avaliados (de acordo com o preço do dia) em Cr\$ 1. 240. 450, 00; títulos da CODEPAR num total de Cr\$ 2. 866. 600,00; comprovantes do adicional restituível (imposto de renda) no valor de Cr\$ 1.744. 605, 10; Cr\$ 16. 400. 00 em títulos de obrigação de guerra, duplicatas, a receber, no valor de um milhão de cruzeiros; dois quilos e setecentas gramas de ouro, avaliadas em Cr\$ 4. 825. 500, 00; e mais trezentas e cinquenta gramas de pratas, cujo valor alcança 28 mil cruzeiros. Além disso, a Comissão entregou ao Comandante da 5ª Região Militar um violino, um bujão de mercúrio e 52 moedas em papel. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1).

Ao observar as páginas do JM, o leitor é levado a imaginar uma Ponta Grossa com posicionamento coeso, favorável ao golpe; porém na cidade não teve apenas comemorações, mas também perseguições políticas, suplentes de vereadores foram cassados e perderam direitos políticos, conforme noticia o *Jornal da Manhã* em 14 de julho de 1964: “Câmara Municipal (em histórica reunião) cassa os mandatos de diversos suplentes de vereador” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1), acusados de práticas de atividades subversivas.

Art. 1º – Ficam declarados cassados os mandatos de HERCULANO TORRES CRUZ, ANTONIO CARDOSO DE MELO, ALNARY NUNES ROCHA, JOSÉ DA GUIA LAROCCA e RICARDO ENGEL, Suplentes de Vereadores desta Câmara Municipal, respectivamente sob as legendas do: PTB, PR, PRP e os 2 (dois) últimos do PST.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

(Esta Resolução foi aprovada pela Câmara Municipal na sessão secreta realizada nos dias 12 e 13 de junho de 1964, conferindo com o original que consta do livro de registro de resoluções deste Legislativo). (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.1).

Essa medida passou a ser utilizada pelos militares que assumiram o poder em abril de 1964 após a decretação do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, posteriormente conhecido como AI-1, que previa, dentre outras coisas, a cassação de mandatos visando “anular” politicamente todos aqueles que fossem contrários aos

ideais da “Revolução”. Segundo Fico (2001, p. 39), o prazo estabelecido pelo Ato Institucional para a realização de cassações e suspensão de direitos políticos foi 15 de junho; portanto a Câmara de Ponta Grossa realizou a cassação dos suplentes no último momento, em 12 e 13 de junho. Vale lembrar que a ditadura decretou outros meios para continuar a “caça às bruxas” contra os inimigos do regime.

1.3 JOÃO VARGAS DE OLIVEIRA E O *JORNAL DA MANHÃ*

Olhar o passado apenas a partir das representações é não perceber a história em si, uma vez que as representações são as impressões que as pessoas têm das coisas e não as coisas em si. O historiador precisa olhar o jornal e as representações por ele construídas para além do jornal, para além das representações, construindo significados antes ocultos.

Ponta Grossa não ficou de fora, o *Jornal da Manhã*, assim como diversos jornais pelo Brasil, também construiu representações acerca do comunismo e dos comunistas e não o fez por acaso. O JM representava interesses e a pesquisa possibilita o entendimento de seus propósitos, como coloca Chartier:

[...] penso que não existe história possível se não se articulam as representações das práticas e as práticas da representação. Ou seja, qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa. Sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação. (CHARTIER, 2011, p. 16).

No dia 31 de março de 1964, no cabeçalho de uma das páginas do *Jornal da Manhã* estava a seguinte frase: “Verde e amarelo, sem foice e sem martelo” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), como que fazendo uma “previsão” dos acontecimentos no decorrer do dia. Nesse dia as forças políticas contrárias ao governo João Goulart, aliadas a militares, alegando ligação entre o Presidente da República e comunistas, deram um golpe que mergulharia o país em 21 anos de ditadura militar.

O jornal é um veículo para divulgar ideias. Segundo Zicman (1985),

[...] a imprensa age sempre no campo político-ideológico e, portanto, toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de imprensa consultados. (ZICMAN, 1985, p. 90).

A fonte aqui utilizada apresenta esta característica: o *Jornal da Manhã* já na sua origem possui relação com o campo político-ideológico por pertencer a políticos e por assumir um “lado” político.

O JM, criado em 4 de julho de 1954, teve como seu primeiro dono Petrônio Fernal, advogado e político influente na região, que foi prefeito da cidade de Ponta Grossa entre 1951 e 1954, deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN) entre 1955 e 1959, e deputado federal no mandato seguinte pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo, neste pleito, o candidato mais bem votado do Paraná, tendo assumido em fevereiro de 1959 na Câmara dos Deputados e permanecido no cargo de deputado federal até janeiro de 1967. Segundo Batistella (2014), Fernal fazia parte da “ala rica” do PTB:

[...] empresários e cafeicultores que ingressaram no partido por intermédio de Souza Naves. Em geral, era um grupo conservador e fisiológico, cuja base política encontra-se na região norte do estado. Integravam esse grupo Nelson Maculan, Miguel Buffara, Petrônio Fernal, Luiz Alberto Dalcanale, entre outros. (BATISTELLA, 2014, p. 203).

Como deputado federal defendia posições mais esquerda, como o reatamento das relações diplomáticas e comerciais com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e as reformas, agrária e bancária, estando, portanto, alinhado ao pensamento de seu partido. Além disto, Petrônio filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) após o Ato Institucional nº 2 de 27 de outubro de 1965, que implantou o bipartidarismo no Brasil, posicionando-se, portando, contrário a ditadura militar vigente⁶.

Após pertencer a Sady de Brito e Horácio Vargas, políticos importantes na região, em 1962 assumiu o comando do *Jornal da Manhã* o deputado João Vargas de Oliveira.

⁶ Nome Completo: Petrônio Fernal.

Local de Nascimento/ano: Oliveira, MG, 1908.

Filiação/Familiares na Política: Waldemar Fernal e Cândida Fernal.

Formação: Direito, Universidade de São Paulo, 1938.

Ocupação: Advogado e Empresário.

Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional.

Cargos Ocupados: Prefeito de Ponta Grossa (UDN), 1951-1962; Deputado Federal (PTB), 1959-1962; Deputado Federal (PTB), 1963-1966. Filiação ao MDB.

(NICOLAS; IPARDES; TRE-PR; CÂMARA DOS DEPUTADOS *apud* GRANATO, 2016)

Ironicamente, se o *Jornal da Manhã* pertenceu, no início, a um político com ideias mais alinhadas à esquerda, como Petrônio Fernal, não se pode dizer a mesma coisa de João Vargas, o proprietário do jornal entre 1962 e 1967. Vargas nasceu em Ponta Grossa, em 1908, foi aluno do Regente Feijó, importante ginásio da cidade. Era comerciante, dono das “Lojas João Vargas” e da “Companhia Pontagrossense de Automóveis”; bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná; foi prefeito de Ponta Grossa assumindo a prefeitura em 1947; e deputado estadual por três mandatos: o primeiro pela União Democrática Nacional (UDN), em 1951; o segundo pela Frente Democrática do Paraná, que foi uma coligação entre União Democrática Nacional (UDN), Partido Republicano (PR) e Partido Social Progressista (PSP), em 1959; e novamente pela união Democrática Nacional (UDN), em 1962. Após o Ato Institucional nº 2 e a adoção do bipartidarismo, Vargas se filiou a Arena, partido de apoio ao governo militar. Foi também deputado federal pela Arena, em 1971, e reeleito em 1974, concluindo seu mandato em janeiro de 1979. Ainda no cargo de deputado federal foi membro da Comissão de Segurança Nacional⁷.

João Vargas manteve-se à frente do *Jornal da Manhã* até 1967, quando o vendeu para o empresário Wallace Pina, proprietário da Rádio Difusora e de uma imobiliária na época. O JM ainda seria de Gustavo Horst e, em 2007, passou a pertencer ao Grupo Tribuna de Comunicação, dessa maneira deixando de pertencer a pontagrossenses.

Em 1964, o JM, um diário matutino, era um jornal com uma diagramação visivelmente desorganizada, não demonstrando haver preocupação com a estética do jornal. Com poucas ou nenhuma imagem, colunas aleatórias no decorrer da reportagem, notícias que começavam no início de uma página interrompiam-se, começando outro assunto, vindo a terminar a notícia inicial em outra página.

⁷ Nome Completo: João Vargas de Oliveira

Local de Nascimento/ano: Ponta Grossa, PR, 1908

Filiação/Familiares na Política: Antônio Justiniano de Oliveira e Constância Vargas de Oliveira. Filho: João Vargas de Oliveira Júnior, vereador em Ponta Grossa, PR, ARENA, 1973-1976; 1977-1980.

Formação: Direito.

Ocupação: Advogado e Comerciante. Proprietário das Lojas João Vargas e a Companhia Pontagrossense de Automóveis.

Reduto Eleitoral: Paraná Tradicional.

Cargos Ocupados: Prefeito de Ponta Grossa, Paraná, UDN-PL, 1948-1951; Deputado Estadual, UDN, 1951-1954; Suplente de Deputado Estadual, UDN, 1955-1958; Deputado Estadual, UDN, 1959-1962; Deputado Estadual, UDN, 1963-1966; Primeiro Secretário da ALEP em 1963, Deputado Federal, ARENA, 1971-1974; Deputado Federal, ARENA, 1975-1978 Secretário da Agricultura. (NICOLAS; IPARDES; TRE-PR *apud* GRANATO, 2016).

Reportagens interrompidas sem terminar, sem indicação de autor ou origem, manchetes questionáveis indicando um assunto com conteúdo que negavam a manchete. No dia 29 de janeiro, por exemplo, o jornal trazia como manchete: “Assassinado: anuncia-se a morte de Nikita Khrushchev e Fidel Castro” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), mas logo nas primeiras linhas da reportagem lê-se que o porta-voz do Ministério do Exterior havia desmentido tais boatos.

Figura 1 - Deputado João Vargas de Oliveira



Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

Nesse período, o JM tinha como diretor comercial Mário V. Pont e Nicolau Ferigotti como redator- secretário. Era um jornal com oito páginas, com apresentação moderada, sem apelações de caráter violento ou sexual. A política era o principal assunto, fosse ela mundial, nacional, regional ou local. Essas notícias soltas dividiam espaço com seções fixas: Horóscopo, Diversos, Indicador, Instantâneos, Ronda policial, Atos oficiais da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, além das colunas “Idéias e opiniões” e “...*Amica veritas*” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). E por vezes apresentava as seções “Divagando” (com uma ou outra poesia) e “Pílulas dominicais”, além de “Aniversários” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), com felicitações para uma ou outra pessoa.

Na seção “Diversos” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), o jornal oferecia ao leitor recados variados, anúncios de compra e venda, propagandas comerciais e oferta de prestação de serviços. Na seção “Indicador” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), apresentava ao leitor o “cartão de visitas” dos mais diferentes profissionais, indicando-os. Na seção “Instantâneos” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), apresentavam-se notícias

locais, nacionais e internacionais diversas e rápidas, resumidas em poucas linhas, informativos locais e avisos diversos.

A seção “Ronda policial” (JORNAL DA MANHÃ, 1964) destinava-se a informar as ações da polícia em Ponta Grossa e nos municípios vizinhos. Com chamadas interessantes, o jornal despertava o interesse pela leitura das notícias: “Foi vender gelado e sumiu com o carvão quente” (JORNAL DA MANHÃ, 1964); “O marido da espirituosa não é espirituoso” (JORNAL DA MANHÃ, 1964); “Marido do dia” (JORNAL DA MANHÃ, 1964); “A dúzia pegou cana” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). As notícias eram breves com tom cômico.

Os colunistas do JM eram Lourival dos Santos Lima e Daily Luiz Wambier, ambos membros do Centro Cultural Euclides da Cunha. Wambier, responsável pela coluna “Idéia e opiniões” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), apresentava sua posição sobre os mais diversos assuntos: política, religião, comportamento, demonstrando certa independência em relação ao ponto de vista defendido pelo jornal, porém, ambos claramente anticomunistas.

Em 1964, ano estudado nesta pesquisa, o JM conservou um cunho claramente político, servindo como um informativo para os leitores dos feitos de Vargas de Oliveira e seu ponto de vista político. Estampavam-se Vargas de Oliveira nas manchetes do jornal: “João Vargas de Oliveira solicita aumento ao funcionalismo estadual” (JORNAL DA MANHÃ, 1964); “Vargas de Oliveira: povo saberá lutar pela preservação de sua liberdade!” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Enquanto esteve sob o comando de João Vargas, o jornal serviu, dentre outras coisas, para exaltar o papel do seu dono na condição de político, com manchetes indicando seu papel de “bom deputado”, sempre com muito destaque e em primeira página, de maneira que o jornal representava um veículo de divulgação de suas ideias e feitos, uma maneira de aproximá-lo de seus eleitores e dos pontagrossenses em geral. Além disso, Vargas escrevia sobre assuntos pertinentes à política e, dessa maneira, oferecia sua opinião política aos leitores.

CAPÍTULO 2 - O ANTICOMUNISMO, SUAS CONSEQUÊNCIAS E O ENSINO DE HISTÓRIA: UM BREVE ESTUDO HISTORIOGRÁFICO

O anticomunismo brasileiro foi consolidado ao longo do século XX. Essa ideia será construída por meio de representações de diversos grupos diferentes, que possuíam entre si uma aversão sistemática ao comunismo e a certeza da necessidade de livrar o Brasil “desse mal”. Essas representações acerca do comunismo contribuíram para a construção da história política do país.

Além de apresentar como foi construído o anticomunismo brasileiro, neste capítulo apresentamos também um estudo sobre uma das suas consequências mais sérias: o golpe civil-militar de 1964, e como esse golpe foi apresentado na historiografia e no ensino de História.

2.1 COMUNISMO E ANTICOMUNISMO

Muito embora as ideias de sociedades comunistas baseadas na propriedade coletiva de bens de produção já fossem pensadas desde a antiguidade, foi com a publicação do livro *Manifesto do Partido Comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels, em 1848, que nascia uma obra sistematizada sobre o comunismo. O manifesto foi escrito dentro de um contexto de conflitos operários, revoluções no ano de 1848 e crises em toda a Europa. Sendo escrito naquele período, o *Manifesto* se apresentou como o resultado de tudo o que a Europa vivera, nascia da análise das diversas teorias conhecidas como “socialismo utópico”⁸ e das lutas operárias, portanto, representou uma síntese melhorada da teoria socialista pensada até aquele momento. E mais do que isso, configurou uma crítica à sociedade capitalista e a todas as desigualdades dela decorrentes, cabendo-lhe assim o título de “socialismo científico”.

Os responsáveis pelo *Manifesto do Partido Comunista* acumularam uma capacidade ímpar de análise e escrita, com uma participação política prática no movimento operário alemão. Conciliaram teoria e prática, na medida em que viveram

⁸ Os socialistas utópicos são assim descritos porque, muito embora pensassem a sociedade a partir de ideais de igualdade e combate a propriedade privada, suas ideias não alcançaram condições de superação da sociedade burguesa desigual a qual combatiam, nem mesmo apresentaram uma crítica consistente à sociedade capitalista. Para Netto, dentre os principais socialistas utópicos podemos destacar: Saint-Simon (1760-1825), para ele a sociedade vive o conflito entre os ociosos e os trabalhadores; Charles Fourier (1772-1837) vai propor a criação de Falanstérios, que seriam comunidades de natureza cooperativa; Robert Owen (1771-1858), embora fosse um empresário vai se solidarizar com as lutas operárias e patrocinar inclusive a criação de comunidades socialistas, que uma vez colocadas em prática, não terão êxito (NETTO, 1987, p. 33-34).

as lutas sociais próprias do século XIX. Estudaram a própria realidade para escrever o *Manifesto*.

Contrapondo-se às ideias dos socialistas utópicos, Marx entendia que as mudanças sociais não viriam da bondade dos homens, mas das condições dos sujeitos, que Marx chamou de proletários, condição esta de profundas desigualdades e injustiças, que os levariam a promover uma revolução.

Desenvolvendo o conceito de *mais-valia*, Marx observou que o lucro do patrão decorre da exploração da mão de obra do operário, que por meio de seu trabalho produz muito mais do que o necessário para o pagamento de sua mão de obra, produzindo, portanto, o lucro do capitalista e aumentando dessa maneira ainda mais as desigualdades entre o burguês e o proletariado, empregado e empregador.

Segundo Netto (1986), para Marx,

É no segredo da produção de mercadorias (produção mercantil) da sociedade capitalista que se esconde o mecanismo da exploração do trabalho – que não pode ser suprimido por qualquer ‘salário justo’. E é no desenvolvimento dessa mesma produção que a exploração essencialmente econômica transita para a opressão social e política: para sustentar e gerir o sistema de exploração da força de trabalho, a sociedade burguesa engendra formas de controle do poder políticos que criam as condições para a reprodução daquela exploração. (NETTO, 1986, p. 43).

Dessa forma, a burguesia possui os meios de produção e o controle do poder político, sobrando aos trabalhadores a exploração da mão de obra e nenhuma representatividade política. Segundo Marx (*apud* NETTO, 1986), cabe aos proletários, nesse contexto, a união para mudar essa realidade por meio da revolução. Para reconhecer a necessidade de mudança, de fazer a revolução, os trabalhadores deveriam se reconhecer como classe, adquirindo o que Marx chamou de “consciência de classe” (*apud* NETTO, 1986). Mudando essa realidade, os trabalhadores poderiam abolir a propriedade privada, que é o motivo de sua exploração, e controlar o poder político, responsável pela manutenção desta exploração. Essa desestruturação do Estado burguês culminaria com a implantação do Estado Socialista, fase de transição entre o capitalismo e o comunismo, que seria a etapa responsável pela reorganização do Estado pelos trabalhadores, momento de extinção da propriedade privada dos bens de produção e, conseqüentemente, de toda a forma de exploração, opressão e desigualdade. Essa mudança, entretanto, não afetaria apenas o proletariado, mas toda a sociedade que passaria a ter acesso a todos os bens de forma igualitária.

Essas ideias de mudança da estrutura econômica de toda a sociedade não passaram despercebidas. Tão logo os trabalhadores começaram a se inspirar e idealizar uma sociedade nos moldes comunistas, também os pensamentos contrários a este modelo começaram a ganhar contorno, nascendo o “anticomunismo” a partir das repulsas a este pensamento. Os partidários do comunismo e anticomunismo foram responsáveis por manifestações, conflitos, golpes, revoluções e guerras em todo o mundo durante todo o século XX, e que ainda se mantêm presentes no século XXI.

A sociedade brasileira segue o ritmo mundial, e ao longo da história nutre amor e ódio ao comunismo. Sendo assim, a aversão ao comunismo presente no Brasil não é um fato isolado, ele faz parte de uma tendência em considerável parte do mundo, principalmente do mundo ocidental. Segundo Ricardo Antonio Souza Mendes,

No plano mundial, pode-se afirmar que o século XX assinala a presença de diferentes matizes de inspiração anticomunista. As principais são: a democrática, que condena seu caráter autoritário; a fascista, que centra suas atenções no combate ao caráter desagregador que o comunismo provoca na sociedade; a conservadora, que visa à manutenção do *status quo*; a anticlerical, dada a anti-religiosidade do comunismo; e por último, a liberal, em função da condenação à propriedade privada e da livre iniciativa que o marxismo apresenta. Em muitos momentos da história esses matizes apresentam-se interligadas e mescladas. (MENDES, 2004, p.81).

Ao ler o texto de Mendes, observa-se que o anticomunismo tem muitas caras: democrática, liberal, fascista, conservadora. No Brasil, os grupos também são diversos, apresentando tais características em uma ou outra medida, inclusive a fascista, como no caso da Ação Integralista Brasileira (AIB).⁹

Mendes (2004) observa que até o início da década de 1920 o anticomunismo representava uma oposição a toda ideologia que tivesse por objetivo “instrumentalizar as reivindicações” (MENDES, 2004), organizar a classe trabalhadora em torno da busca por seus direitos; mas após a Revolução Russa de 1917 ele adquire mais um elemento: a oposição às tentativas de organização de uma sociedade controlada pela classe trabalhadora, ou seja, a oposição à formação de estados socialistas. Para o historiador, nesse segundo momento, o anticomunismo ganha inspiração e tende a se fortalecer na medida em que Moscou apoia tentativas de instauração de regimes

⁹ Ação Integralista Brasileira foi um movimento criado em 1932 por Plínio Salgado, com forte inspiração no fascismo italiano. Atualmente ressurgiu em 2005, intitulando-se Frente Integralista Brasileira.

comunistas em outros países. Sobre esse momento histórico, Reginaldo Júnior Fernandes comenta,

Desde a Revolução de Outubro, ou seja, desde o momento em que ocorre uma 'materialização' das doutrinas de Karl Marx em uma sociedade histórica, e a subsequente criação da III Internacional Comunista (IC) ou *Comintern* em 1919, como órgão político sob as ordens de Moscou, o anticomunismo fixou suas raízes no mundo ocidental produzindo um confronto de representações as mais variadas sobre um fenômeno que dividiria o mundo em dois blocos ideológicos e de poder durante a maior parte do século XX. (FERNANDES, 2014, p. 654).

Outro elemento decisivo para o crescimento do anticomunismo no século XX foi a adoção da Doutrina Truman, que visava justamente se opor ao avanço do comunismo. Daniel Trevisan Samways observa que no contexto da Guerra Fria, embora não tenham sido os únicos, os estadunidenses tornaram-se os principais propagadores de uma cultura anticomunista (SAMWAYS, 2018).

Em 1964 o Brasil apresentava os dois elementos citados por Mendes, possuía uma organização da classe trabalhadora em torno de diversos sindicatos e movimentos sociais, e ainda possuía um presidente que, na visão da oposição, permitia a presença de comunistas no governo, o que, segundo ela, levaria a tomada de poder por eles.

Ao estudar as direitas no Brasil entre 1961 e 1965, Mendes analisa o anticomunismo a partir de três grupos: o empresarial, o militar e o udenista. Para ele, o anticomunismo empresarial vai estar influenciado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), fundado em 1962, tendo o objetivo de defender a democracia e impedir a propagação do comunismo e o estabelecimento de regimes totalitários; e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), uma organização política que defendia o combate ao comunismo, mesmo que para isso fosse necessário romper com a ordem constitucional (MENDES, 2004).

Um primeiro fator que deve ser abordado no anticomunismo destes institutos é a contínua associação entre o comunismo e totalitarismo. Para os ipesianos não existiam diferenças significativas entre nazismo, fascismo e comunismo. [...] Eram mantidos pela força das armas e submetendo a sociedade a uma ditadura, 'destruindo a sociedade ante a passividade da maioria dos democratas'. (MENDES, 2004, p. 82).

Essa associação entre os fascismos e o comunismo ainda se enraizou no ideário anticomunista. Para promover entre a população sua visão sobre o comunismo, esses institutos utilizaram diversos meios de comunicação, inclusive o

cinema. Para esses empresários a ameaça maior do comunismo era a falta de liberdade de expressão, religiosa e, sobretudo, a econômica, tão necessária à classe.

Entendiam que a condição de miséria da sociedade era elemento importante ao desenvolvimento do comunismo, uma vez que só ela desencadearia a revolta necessária para a adoção de um governo comunista, e que, portanto, toda a manifestação de contestação à estrutura social vigente seria resultado da influência de comunistas (MENDES, 2004). Dessa maneira, ignoravam que as mazelas sociais por si só fossem capazes de promover revolta.

Para eles, a crença cada vez maior de que o Estado deveria tornar-se o grande provedor da felicidade geral e do bem-estar, contribuía para que, passo a passo, a livre iniciativa fosse cerceada. O Estado teria um papel fundamental na preparação de um caminho que acabaria por estabelecer, afirmavam, o totalitarismo comunista. (MENDES 2004, p. 84).

Nesse sentido, para os ipesianos e o empresariado da época, as desigualdades e mazelas sociais seriam necessárias para o bom desenvolvimento da economia?

Para Mendes (2004), o anticomunismo militar vai ser disseminado pela Doutrina de Segurança Nacional e pela Escola Superior de Guerra (ESG). Ele observa que a partir de 1950, a luta contra o “totalitarismo” passa a ser presente na realidade brasileira e não mais apenas como elemento externo ligado a realidade da Guerra Fria, e considera também que o foco fundamental dos militares ligados à ESG era a crença de que era fundamental a ordem para se conquistar o progresso econômico. Num país com movimentos sociais se organizando, greves crescentes e manifestações em busca de direitos ocorrendo a todo momento não estava presente a ordem idealizada pela ESG, ao contrário, havia uma “guerra revolucionária” em curso. Mendes ainda observa que essa ideia de guerra revolucionária vai ser potencializada com a Revolução Cubana e a aproximação entre Cuba e União Soviética em 1961 (MENDES, 2004). Esse momento demonstrou não só que o medo do avanço do comunismo promovido pela Guerra Fria era real, mas também que estava presente muito fortemente na América Latina.

Ele observa ainda que a defesa da democracia está aliada à defesa do cristianismo:

O anticomunismo, no entanto, não se apresenta a partir de uma única concepção. Uma das associações estabelecidas pelo anticomunismo militar era entre comunismo e ameaça aos princípios democráticos. A liberdade, que era apresentada como bem supremo proporcionado pela democracia, encontrava-se ameaçada pela difusão do movimento. Para esses grupos,

somente a democracia é que poderia propiciar o entendimento de todas as necessidades da sociedade brasileira. O comunismo apresentava-se como uma proposta de implementação de ditadura, como ameaça à religião e aos princípios ocidentais da civilização, que vinculavam a sociedade brasileira à democracia. Afirmava-se que a doutrina comunista era, ao mesmo tempo, uma estratégia e 'uma religião cuja máxima ambição é a de se opor às religiões clássicas, especialmente a cristã, tendo em vista destruí-las e em seguida substituí-la'. (MENDES, 2004, p. 87).

Ainda que o Estado fosse laico, os militares anticomunistas do exército brasileiro de apresentavam como defensores do cristianismo. Muito embora estivesse na pauta a defesa da democracia, as manifestações dos trabalhadores não correspondiam a um direito dentro deste “Estado democrático”, uma vez que perturbava a ordem.

Já o anticomunismo presente entre os membros da União Democrática Nacional (UDN) na década de 1960, trazia de certa maneira resquícios do antigetulismo, uma vez que Goulart era herdeiro político de Vargas. Outrora a UDN trabalhou incansavelmente contra a política de Vargas e agora Goulart apresentava características semelhantes, como o trabalhismo, porém, observavam que Goulart era, em comparação a Getúlio, mais propenso às influências de uma esquerda cada vez mais atuante. O anticomunismo udenista era baseado na defesa de diversos elementos: democracia, propriedade privada, cristianismo (sobretudo o católico) e valores ocidentais. Para estes, a democracia era o único regime capaz de assegurar o desenvolvimento econômico do país e, para sua garantia segura, fazia-se necessário o combate ao comunismo totalitário (MENDES, 2004).

A igreja era considerada “a última barreira que a Nação pode oferecer à revolução comunista em marcha” (MENDES, 2004); era ela também a grande defensora dos valores ocidentais e da propriedade privada, esta vista como um “fato social espontâneo inerente a determinado estágio superior da vida civilizada”. (MENDES, 2004).

Enfatizando o conflito entre os valores ocidentais e a defesa da democracia durante a Guerra Fria, Fernandes (2014) escreve:

Na batalha das representações, a democracia associada à desenvolvida e bem sucedida sociedade norte-americana aparecia como reino da liberdade e da prosperidade, à despeito do fato de que a CIA tivesse em sua folha corrida diversos atentatórios contra esses valores fundamentais tais como ter arquitetado a queda do primeiro ministro iraniano Mossadegh, em 1953, a deposição do presidente Arbens na Guatemala, em 1954, a derrotada operação da Baía dos Porcos, em 1961 e o Projeto Fênix, no Vietnã. Como se não tivesse espionado milhares de norte-americanos, militado secretamente contra líderes eleitos democraticamente no exterior e planejado

assassinatos em diferentes países. Como ainda não tivesse financiado candidatos com milhares de dólares nas eleições parlamentares de 1962 no Brasil e não colaborasse com o complexo IPES/IBAD na luta pelo convencimento dos corações e mentes dos homens das vantagens do *American way of life* e da impossibilidade de uma sociedade que não fosse regida exclusivamente pela 'mão-invisível' do mercado e, finalmente, como se democracia não significasse exatamente a possibilidade do dissenso e da demanda por direitos não efetivados. (FERNANDES, 2014, p. 664).

Os valores ocidentais defendidos pelos udenistas eram os valores capitalistas próprios dos Estados Unidos e, portanto, contrários ao comunismo.

Os udenistas empenhavam-se em denunciar a violência utilizada pelos comunistas espalhados pelo país e infiltrados nos movimentos sociais, nos sindicatos e no governo. Para os udenistas o golpe comunista estava sendo construído e era certo.

Denunciavam também a interferência do comunismo internacional no Brasil, especialmente o cubano,

Agente direto dos interesses soviéticos no continente americano, a propaganda castrista procurava disseminar a luta de classes no Brasil. Isto acabaria por inviabilizar o país de chegar ao grau de desenvolvimento que estava presente nas sociedades mais avançadas do mundo ocidental. Além disto, o regime comunista oferecia possibilidades infinitamente inferiores de preservação das prerrogativas de liberdade política do homem. (MENDES, 2004, p.92).

Denunciavam o regime cubano, entendiam o regime soviético como ditatorial e violento, mas fechavam os olhos aos excessos cometidos pelos Estados Unidos, pois este se justificava dizendo ser a luta pela democracia.

O anticomunismo brasileiro vai possuir muitas caras, diversos grupos dedicaram-se a apresentar sua opinião a respeito do comunismo, tais grupos não estiveram organizados entre si, mas ainda assim construíram um conjunto de representações acerca do comunismo que se completava; além disso, assumiram uma função pedagógica, que foi de mostrar para a população o quão maléfico era o comunismo.

Em estudos sobre o anticomunismo católico no Brasil e nos Estados Unidos, Carla Simone Rodeghero define o anticomunismo como:

O fenômeno do anticomunismo diz respeito a uma postura de oposição sistemática ao comunismo ou àquilo que é a ele identificado, uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas. O anticomunismo é o conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, que constroem e se guiam por um conjunto de representações que tem sido chamado de imaginário

anticomunista. Trata-se de atividades como produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, pregações religiosas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no Legislativo, etc. (RODEGHERO, 2002, p.44).

Cumprindo esta função pedagógica, o anticomunismo vai estar presente na propaganda, nas estratégias educacionais e nas pregações religiosas. Ou seja, a ideia central era, a partir do trabalho de convencimento, formar o cidadão anticomunista.

Para Rodeghero,

Uma das instituições que mais se dedicaram ao combate ao comunismo no Brasil foi a Igreja Católica. O anticomunismo católico no Brasil se organizava a partir da infra-estrutura já existente na Igreja e se beneficiava das boas relações que a hierarquia mantinha com governos e grupos dominantes. Era veiculado através de pronunciamentos de autoridades católicas em jornais, alocuções radiofônicas, solenidades de inauguração, missas especiais. Recheava as páginas de jornais católicos e permeava o conteúdo de programas de rádio; era difundido nas escolas, nos grupos da Ação Católica, nos seminários onde se formavam os novos padres. Circulava na forma de livros, revistas, cartazes, panfletos e santinhos, impressos nas gráficas e editoras católicas. Foi, muitas vezes, canalizado através do trabalho de entidades como a Liga Eleitoral Católica (LEC), os Círculos Operários (COs) e as Frentes Agrárias. Transformou-se em tema para os sermões dominicais nas pequenas e grandes paróquias espalhadas pelo País, pregação que permanece na memória de muitos católicos até hoje. Incentivou multidões a irem às ruas para rezar o terço, pedindo proteção a Deus contra a ameaça do comunismo. (RODEGHERO, 2001, p. 466).

Observa-se, assim, que uma das instituições que mais se dedicou ao anticomunismo foi a Igreja Católica. Ela se aproveitava da estrutura da própria igreja e do bom relacionamento com os governos para propagar a propaganda anticomunista; além disso, a igreja sempre esteve orientada pelas encíclicas papais, como, por exemplo, a *Divini Redemptoris*, de Pio XI, com pauta exclusiva sobre o comunismo. Em seus estudos, a historiadora Rodeghero aponta em qual frente a igreja atuava nessa guerra contra o comunismo ao longo do século XX, observando que ela vai, com o passar dos anos, mudando de estratégia.

Na década de 20 ela vai cuidar da formação religiosa dos leigos e, para tanto, investe em criação de centros de estudos e de uma literatura especializada; nesse momento já é possível perceber uma campanha anticomunista.

Nos anos 30 a igreja começa a influenciar o eleitorado, selecionando candidatos que se comprometessem com os princípios sociais católicos (RODEGHERO, 2002, p. 479). Obviamente, para receber o apoio da igreja, o candidato deveria ser claramente anticomunista. Nesse período também a igreja vai começar a atuar no meio operário, criando os “círculos operários”.

Os círculos desenvolviam atividades de educação, lazer, saúde entre os operários e seus familiares. Visavam, entre outras coisas, criar líderes sindicais imbuídos da doutrina social da Igreja que pudessem concorrer com os comunistas e esquerdistas em geral. (RODEGHERO, 2002, p. 479).

Já na década de 1950, a igreja inicia um movimento interessante, passando a perceber a sociedade a partir dos menos favorecidos e de suas mazelas. Surge, em consequência dessa nova visão, um grupo mais à esquerda dentro da igreja, mas, como apresenta Rodeghero, ainda que observassem a sociedade a partir de suas desigualdades e tivessem um discurso muito parecido com o discurso comunista, continuavam anticomunistas.

Do início dos anos 50 até o golpe de 1964, alguns setores da Igreja Católica no Brasil — ligados à direção da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a grupos de Ação Católica — passaram a assumir posições de apoio a lutas populares, o que fez com que as críticas ao comunismo ou a determinados aspectos do capitalismo (como o laicismo e a secularização) dessem lugar ao questionamento das injustiças sociais. Estava surgindo, nesse momento, uma espécie de esquerda católica que, todavia, ocupava posições não-majoritárias dentro da instituição, a qual se mantinha como atuante batalhadora contra o comunismo. (RODEGHERO, 2002, p. 480).

Com o objetivo de romper com a injustiça social, uma parcela da igreja vai se aproximar cada vez mais de movimentos populares, inclusive durante toda a década de 60. Estiveram presentes não apenas nos sindicatos urbanos, como também se faziam presentes dentro do movimento estudantil e organizando sindicatos de trabalhadores rurais. Vale observar que mesmo que a luta fosse a mesma das Ligas Camponesas, os sindicatos ligados à igreja se posicionavam contrários às Ligas por apontarem ligação entre esta e o comunismo.

Muito embora a luta contra o comunismo fosse constante, havia o entendimento de que o fato do país possuir forte tradição católica tornava a proteção contra o comunismo praticamente garantida.

Um dos principais pesquisadores do anticomunismo, Rodrigo Patto Sá Motta (2000, p.35), em sua tese *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*, considera o anticomunismo no Brasil a partir de três matrizes: o cristianismo, o nacionalismo e o liberalismo. A isso Motta chama de fontes ideológicas, que são responsáveis por elaborar e apresentar ao Brasil os argumentos contra o comunismo de maneira que estes possam ser considerados os criadores do anticomunismo brasileiro.

A matriz católica combatia o comunismo por entender que isso era uma condição de sobrevivência, ou seja, acreditavam que em estados comunistas não haveria lugar para o cristianismo. Entendia o comunismo como um inimigo à altura da Reforma Protestante, da Revolução Francesa, eram verdadeiros inimigos de Deus. A comunidade religiosa era orientada por meio das encíclicas papais, que desde a metade do século XIX já apresentavam conteúdo anticomunista.

A primeira encíclica dedicada a condenar os revolucionários foi *Quod Apostolici Muneris*, editada por Leão XIII em 1878. Falando sobre um adversário cuja definição ainda não é muito precisa ('... nos referimos a esta seita de homens que, debaixo de nomes diversos e quase bárbaros, se chamam socialistas, comunistas ou niilistas...'10), o Papa adverte aos bispos que instruem os fiéis sobre os erros da proposta revolucionária e, principalmente, para que não ousem apoiá-la. (MOTTA, 2000, p. 37).

As encíclicas papais demonstraram o caráter global do anticomunismo católico, e percebe-se que esse medo do comunismo nasce antes da revolução bolchevique na Rússia. Para Motta (2000, p.39), o ápice do anticomunismo católico se deu na década de 1930, com contexto da Guerra Civil Espanhola.

Motta observa que é desse período o pronunciamento mais forte contra o comunismo: a Encíclica *Divinis Redemptoris*.

[...] Encíclica *Divinis Redemptoris*, editada pelo Papa Pio XI em março de 1937. O documento reflete as tensões do momento ao se empenhar numa denúncia vigorosa do comunismo, com ênfase especial para o 'assunto' espanhol. Na verdade, a Carta não apresenta novidades de relevo: recupera e reelabora temas da tradição anticomunista católica, aproveitando-se principalmente das formulações de Leão XIII. Tal como na *Rerum Novarum*, conclama católicos e organizações estatais a uma atuação no campo social, visando anular o trabalho dos comunistas [...]. (MOTTA, 2000, p. 40).

Para o cristianismo, sobretudo católico, o comunismo era ateu, pregava um ideal de sociedade que poderia ser alcançado por meio da violência e não da resignação e da fé, logo, deveria ser combatido. Motta observa que os católicos anticomunistas não estavam de todo enganados, de maneira que o comunismo de fato não conciliava suas ideias com as ideias religiosas.

A representação do comunismo como inimigo absoluto não derivava apenas do medo que conquistasse as classes trabalhadoras. A questão central, na ótica dos responsáveis católicos, no que não estavam desprovidos de razão, é que a nova doutrina questionava os fundamentos básicos das instituições religiosas. O comunismo não se restringiria a um programa de revolução social e econômica. Ele se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral. A filosofia comunista se opunha aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus

e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristãs; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem embasadas em Deus. No limite, o sucesso da pregação comunista implicaria no desaparecimento da Igreja, que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários. (MOTTA, 2000, p. 38-39).

No caso do cristianismo podemos considerar que o medo do comunismo tinha fundamento, uma vez que este combatia não só o cristianismo como também qualquer religião. A Igreja Católica da época tinha o comunismo como inimigo irreconciliável (MOTTA, 2000, p.35). Em primeiro lugar porque negavam a existência de Deus, eram materialistas, incentivavam a desobediência e a luta de classes, propunham o fim das Igrejas, enfim, todos os valores comunistas eram contrários à moral religiosa. No entendimento cristão, a sociedade que se construiria caso os comunistas chegassem ao poder era definitivamente sem religião.

Pensando no caso brasileiro, Motta (2000, p.43) observa que enquanto as “encíclicas papais” tinham a função de orientar os bispos sobre o comunismo, eram as “cartas pastorais” que tinham a função de orientar o clero; assim, ele aponta ao menos sete cartas pastorais exclusivamente anticomunistas. Estas deveriam ser transmitidas aos fiéis em todas as igrejas, sendo uma orientação doutrinária que obviamente deveria ser seguida pelos mesmos (MOTTA, 2000, p. 44).

Além da doutrinação, a igreja criou diversas entidades para possibilitar a participação dos leigos na vida religiosa. Motta (2000, p.46) destaca a Ação Católica, os Círculos Operários, as Congregações Marianas, os Irmãos Vicentinos e as Filhas de Maria. Para a igreja, lutar contra o comunismo era defender seus fiéis de um grande mal e, para isso, ela não mediu esforços, criou associações de trabalhadores, vinculou constantemente discursos na imprensa de todo o país e criou inclusive jornais próprios para ajudar no combate, tendo sido atuante no período de eleições, orientando os fiéis a votarem em candidatos assumidamente anticomunistas.

Para os nacionalistas, em especial os militares, o comunismo acreditava na divisão da sociedade em classes, quebrando dessa maneira uma verdade histórica, segundo a qual o Brasil era resultado do que havia de melhor em cada grupo e não de relações de exploração de um determinado grupo social pelo outro. Motta (2000) observa:

O nacionalismo que serviu de inspiração aos anticomunistas tem origem remota em modelos conservadores elaborados no século XIX, principalmente associados ao romantismo alemão. Tal vertente do nacionalismo, que também foi influenciada pelo corporativismo, encontrava seu fundamento central na visão da nação como conjunto orgânico, unidade superior a

qualquer conflito social. Esse nacionalismo de viés conservador enfatizava a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização, contra as forças centrífugas da desordem. A nação, o conjunto formado pelo povo brasileiro unido ao território e ao Estado, seria intocável, ou seja, mereceria a aura de objeto sagrado. Neste sentido, os comunistas seriam elementos ‘deletérios’, pois instigavam a divisão e a própria destruição do ‘corpo’ nacional, à medida que insuflavam o ódio entre as classes. (MOTTA, 2000, p. 50).

Para os nacionalistas, o comunismo se apresentava como uma ameaça à unidade nacional e levaria à destruição da nação, que era entendida como um corpo orgânico (MOTTA, 2000, p. 51); assim, admitir a luta de classes era negar essa condição. A respeito disso, vale considerar que essa ideia que entende o Brasil como um único povo, um corpo homogêneo no qual as diferenças culturais, sociais e econômicas são negadas, voltaram ao palco no atual governo, haja vista o discurso do ministro da Educação Abraham Weintraub em reunião ministerial amplamente divulgada em todos os meios de comunicação¹⁰.

Outro elemento de crítica era o internacionalismo, pois entendiam que para os comunistas a grande pátria seria a Rússia e não o Brasil.

Enquanto se aguardava o momento decisivo, a URSS foi representada como a pátria do socialismo e dos trabalhadores, que deveria ser defendida a todo custo das ameaças das potências capitalistas. Assim, o internacionalismo comunista passou a significar principalmente a defesa da verdadeira pátria, a União Soviética, que os comunistas de todo mundo aprenderam a reverenciar como ente sagrado. (MOTTA, 2000, p. 51).

Motta (2000, p. 51) observa que o internacionalismo comunista tinha por objetivo instaurar uma ordem mundial baseada na fraternidade universal. Além disso, entendiam que a “revolução comunista” no país seria feita por estrangeiros e o Brasil seria entregue aos desmandos do comunismo internacional. De certa maneira, os comunistas brasileiros eram vistos como ingênuos e como marionetes nas mãos dos verdadeiros comunistas: os russos.

Além disso, entendiam não combinar ser brasileiro e ser comunista, como se nossos elementos culturais não possibilitassem tal associação, como se as ideias comunistas não possuíssem qualquer ligação com a realidade brasileira.

A doutrina e os militantes comunistas são acusados de serem elementos estrangeiros, estranhos ao Brasil. As ideias defendidas pelos membros do PCB seriam formulações provenientes de países estrangeiros, proposições que nenhuma relação teriam com a realidade nacional. O caráter, a alma, o

¹⁰ Exemplos de matérias publicadas: “Odeio o termo povos indígenas”. Veja íntegra da fala de Weintraub na reunião. (ODEIO..., 2020) e Ódio de Weintraub pelo termo “povos indígenas” contraria a Constituição. (ÓDIO..., 2020).

sentimento brasileiro não teria como ser compatibilizado com o ideal bolchevista, elaborado em terras muito distantes da nossa pátria. (MOTTA, 2000, p. 53).

O comunismo era apresentado como uma “doutrina exótica” e o próprio comunista apresentado como alienígena infiltrado na nação (MOTTA, 2000, p. 54). Motta também relaciona o anticomunismo nacionalista à presença do imigrante, uma vez que na primeira metade do século XX o país recebe muitos imigrantes; nesse contexto, os nacionalistas associavam o imigrante à entrada de ideias comunistas no país. Os comunistas eram uma ameaça à pátria e por isso deveriam ser fortemente reprimidos, e todo verdadeiro patriota deveria não só ser anticomunista como também deveria ser um soldado nesta batalha contra o comunismo. O patriotismo era considerado quase um sinônimo de anticomunismo.

Motta destaca que dentre os nacionalistas, os militares foram os mais representativos:

Quando se analisa o anticomunismo de inspiração nacionalista uma constatação se evidencia. Os militares foram o grupo social mais receptivo às propostas de mobilização contra o comunismo, em defesa da pátria e da nação. Ao longo da história do anticomunismo brasileiro, os elementos egressos das Forças Armadas se transformaram nos principais esteios do nacionalismo, sempre suscetíveis a entrarem em ação no combate aos ‘agentes de Moscou’. (MOTTA, 2000, p.58).

Ele observa que essa postura anticomunista dos militares se justifica em parte pelas características das Forças Armadas, como o respeito ao *status quo*, a rejeição por projetos revolucionários e o seu papel como garantidores da ordem; além disso, possuíam como função garantir a integridade nacional (MOTTA, 2000, p.59).

Todos os elementos contrários aos comunistas seriam potencializados pelo levante comunista de 1935, que, segundo Motta, foi entendido pelos militares como traição.

A terceira matriz estudada por Motta foi o liberalismo, entendido aqui por liberalismo político e econômico. Entre os liberais, representados principalmente pelos empresários, o problema maior era a destruição da propriedade privada, além da ideia disseminada que os comunistas eram autoritários e, portanto, acabariam com as liberdades.

Os liberais recusavam (recusam) o comunismo por entender que ele atentava contra os dois postulados referidos, por um lado sufocando a liberdade e praticando o autoritarismo político e, por outro, destruindo o direito à propriedade, na medida em que desapossava os particulares de seus bens e os estatizava. Isto não significa que todos os grupos e indivíduos

classificáveis como liberais defendessem, com a mesma intensidade, os dois aspectos. A ênfase no fator político ou no econômico podia variar, dependendo do caso ou do momento. (MOTTA, 2000, p. 60)

Para os liberais, o comunismo era o contrário de liberdade e só poderia se constituir em regimes ditatoriais. Eles se apresentavam como guardiões da democracia e da liberdade, porém isso não significa dizer que eles fossem assim tão democráticos. Além disso, o discurso liberal se apresentava fraco devido às características políticas do próprio estado brasileiro que não possuía uma cultura democrática; muito pelo contrário, os políticos brasileiros sempre flertaram com o autoritarismo, mesmo que se dissessem liberais.

Motta observa que a oposição liberal-democrática ao comunismo passa a se materializar em disputas em espaços de poder,

Os líderes que disputavam com os comunistas o controle das entidades estudantis eram 'estudantes democratas', os sindicalistas de orientação anticomunista eram dirigentes de 'sindicatos democratas' e assim por diante. A julgar pelas representações anticomunistas construídas no quadro da crise pré-64, o que estava em jogo era uma luta pelo poder opondo democratas a comunistas. (MOTTA, 2000, p. 63).

Para Motta (2000, p. 64), o discurso democrático dos liberais não passava de falácia, porque o que eles demonstravam na prática era apenas sua aversão ao comunismo; a democracia fazia parte apenas da retórica, pois eles não defendiam a participação popular, por exemplo. O combate severo ao comunismo era a própria demonstração de que seu conceito de democracia acabava quando se deparava com uma opinião contrária. A ideia de liberdade também não era assim tão ampla, pois estava especialmente ligada às liberdades econômicas. Outro ponto relevante que diz respeito ao econômico, era a propriedade privada, fortemente combatida pelos comunistas, e para os liberais se constituía como um direito individual inalienável, sagrado para alguns.

Já o sistema econômico soviético era sempre associado ao fracasso. A respeito disso, Motta aponta para a inconsistência e a falta de coerência do discurso liberal, uma vez que a economia da União Soviética apresentava na época um bom desenvolvimento econômico.

Para Motta (2000, p. 68), o cristianismo, o nacionalismo e o liberalismo formam as "fontes doutrinárias" do anticomunismo brasileiro. E muito embora, em muitas situações, tais grupos cristãos, nacionalistas e liberais utilizassem os mesmos argumentos, não significa que não possuísem divergências. Esses grupos

fornececeram para a sociedade brasileira os argumentos e as representações necessárias para se construir o ódio ao comunismo e aos comunistas e, para tanto, utilizaram a imprensa, em especial o jornal impresso, como veículo de divulgação dessas representações.

2.2 CONSEQUÊNCIAS DO ANTICOMUNISMO NA HISTÓRIA POLÍTICA DO BRASIL

O anticomunismo foi utilizado em diferentes períodos da História do Brasil, alguns democráticos, outros não, a exemplo do Estado Novo em 1937, período em que se solidificou o anticomunismo no Brasil (MOTTA, 2007), e da ditadura militar iniciado em 1964 com Castelo Branco. Este, com a bandeira anticomunista, deu início a uma ditadura, caracterizada por diversas atrocidades realizadas pelo Estado, por meio de seu aparato repressivo, retirando do povo os direitos fundamentais.

Ainda que Marx e Engels sejam os responsáveis por transformar o comunismo numa teoria sistematizada, não foi com a leitura pura e simples de seus textos que o medo do comunismo se instalou no Brasil. Enquanto *O Manifesto do Partido Comunista* representava o comunismo na teoria, a Revolução Russa de 1917 foi, na visão dos anticomunistas, o comunismo na prática, pois se fez a primeira tentativa de efetivar o comunismo conforme as ideias de Marx, e foi com ela que o medo do comunismo se consolidou entre nós. Netto explica que:

A prova de fogo ocorreu em 1917: no desdobramento de um processo revolucionário aberto em fevereiro, os bolcheviques (assim se chamavam os companheiros de Lênin) em outubro tomavam o poder político pela via da insurreição. Não era a primeira vez que representantes revolucionários do proletariado assumiam um poder de Estado – em 1871 a Comuna de Paris, logo derrotada, fora a experiência pioneira –, mas era a primeira vez que o faziam revolucionários explicitamente inspirados em Marx. Inaugurava-se uma página nova na história. (NETTO, 1986, p. 49).

E, nesse momento, aquilo que seria só uma teoria passa a ser uma possibilidade real. Motta (2000, p.16) observa que o anticomunismo se consolida no Brasil logo após a Revolução Russa de 1917, mas que o medo do comunismo nesse período estava presente em boa parte do mundo.

A Revolução Russa foi um movimento que causou perdas ao regime político e econômico vigente na Rússia daquele período, e que promoveu mudanças significativas em todos os aspectos: social, econômico, religioso, cultural, além de

retirar a Rússia da Primeira Guerra Mundial, deixando os países da Entente¹¹ sem uma base significativa de apoio, o que contribuiu para acirrar os ânimos e aumentar a insatisfação de países não comunistas e o medo diante da Revolução Russa. Os passos dos revolucionários, como o fuzilamento da família imperial em julho de 1918, a estatização de empresas e terras, e todas as medidas tomadas pelo governo, promoveram o medo de possíveis revoluções fora do território russo. Para Motta,

O radicalismo bolchevique, com seu projeto de revolucionar o mundo e destruir as classes dominantes tradicionais, naturalmente causava consternação à elite dirigente brasileira, particularmente tendo em vista a onda de greves em cidades industriais brasileiras no período 1917-1918. A existência de país com governo orientado para os interesses operários constituía perigoso mau exemplo para o proletariado brasileiro, e urgia evitar o risco de contágio. (MOTTA, 2007, p. 230-231).

Na fala do autor pode-se observar que o medo pertencia, ao menos num primeiro momento, à elite dirigente, que, no caso brasileiro, frequentemente representou as classes economicamente dominantes. Outro elemento é o fato dessa elite dirigente considerar o movimento revolucionário russo como um mau exemplo aos trabalhadores brasileiros, que já estavam realizando greves nesse período, confirmando, dessa maneira, o fato de o governo russo representar o interesse dos operários.

Os anos seguintes foram marcados por avanços do comunismo por todo o mundo. Muito embora o medo do comunismo se consolide no Brasil após a Revolução Russa, as razões para senti-lo são anteriores e estão intimamente ligadas às lutas dos trabalhadores e seus ideais anarquistas, socialistas e marxistas presentes, sobretudo, dentro do movimento operário, constituindo assim aquilo que, para Coggiola (2015), é uma “mistura doutrinária”:

A história do movimento socialista no Brasil iniciou-se, portanto, já na primeira metade do século XIX, quando a economia nacional era baseada no setor primário e o desenvolvimento das ideias dos socialistas seguia ainda mais os princípios liberais da Revolução Francesa. O movimento deu grandes passos a partir da Proclamação da República, juntamente com o início do desenvolvimento industrial do Brasil. No final do século XIX surgiram os primeiros partidos operários, que tiveram vida breve em meio à forte repressão. Em finais do século XIX, Tobias Barreto foi o primeiro autor brasileiro a fazer referência, em artigos jornalísticos, à obra e a atividade de Karl Marx (a Associação Internacional dos Trabalhadores, AIT). Décadas depois, em 1902, 1909, 1912 e 1925 foram criados, em diversos estados da

¹¹ Tríplice Entente: aliança militar entre Império Russo, Inglaterra e França, para combater a Tríplice Aliança formada por Império Austro-Húngaro, Império Alemão e Itália durante a primeira Guerra Mundial.

União, partidos socialistas regionais, cujos programas refletiam uma mistura doutrinária, alternando conteúdos marxistas e humanitarismo. (COGGIOLA, 2015, p.28).

Com tais ideais presentes em meio aos trabalhadores, em 1906, durante o governo Afonso Pena, houve o decreto da Lei Adolfo Gordo, lei de repressão ao movimento operário que previa a expulsão de operários estrangeiros que estivessem envolvidos na luta por direitos e melhores condições de trabalho (COGGIOLA, 2015). As greves sempre foram fortemente reprimidas, sempre vistas como um “caso de polícia”, parafraseando Washington Luís, não sendo nesse período tratada de outra maneira. Ainda assim, Coggiola (2015) observa que apesar da repressão o movimento operário cresceu:

Nas primeiras duas décadas do século XX, o movimento operário brasileiro não fez senão crescer. Segundo Edgar Carone: ‘Social e politicamente, o proletariado é uma força que se manifestou de modo lento. De origem agrária, logo se avoluma com a imigração e desenvolve uma consciência política de tradição europeia. São anarco-sindicalistas, socialistas, anticlericais, usando tática política dos movimentos italianos e espanhóis, onde então Bakunin predominava sobre Marx. As primeiras organizações, como o Partido Socialista Brasileiro (1902) e a Confederação Operária Brasileira (1908), refletem estas concepções. Os primeiros dez anos do século, além de mostrar certa maturidade organizadora no proletariado das grandes cidades (sindicatos, partidos e jornais), levam-no a exigências de classe contra os baixos salários’. (COGGIOLA, 2015, p. 30).

As influências recebidas pelo movimento operário eram uma mistura de tudo o que propunha melhores condições de vida ao trabalhador, com uma influência maior do anarquismo.

Em 1917 a experiência da primeira greve geral de trabalhadores preocupou muito fortemente o governo brasileiro. Esta coincidiu com a Revolução Russa, também de 1917, e ainda que o movimento brasileiro não reivindicasse a mesma coisa, e muito provavelmente não tivesse a mesma intenção dos revolucionários russos, foi energicamente reprimido,

A paralisação de 1917, iniciada no setor têxtil, propagou-se rapidamente e atingiu a área portuária e o interior, envolvendo cerca de 50 mil trabalhadores. As principais reivindicações eram aumento de salários, proibição do trabalho infantil, jornada de oito horas, garantia de emprego e direito de associação. O governo reprimiu o movimento com todos os recursos de que dispunha, mobilizando a polícia, tropas militares e até a Marinha de Guerra. (COGGIOLA, 2015, p.31).

Durante o ano de 1917, as manifestações de trabalhadores estiveram presentes nas principais cidades do país e esse movimento se estendeu até 1919. O resultado da greve foi controverso e, embora poucos, houve ganhos aos

trabalhadores: patrões deram aumento, o movimento operário passou a ser visto como legítimo e foi criada em 1918 a Comissão de Legislação Social, que deveria pensar leis específicas para os trabalhadores. Porém os resultados negativos foram muitos: trabalhadores extraditados, presos, humilhados em público, censura, tortura, assassinatos (COGGIOLA, 2015).

Nesse contexto, a movimentação de trabalhadores em torno das greves acabou por contribuir com a formação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), pois o partido foi criado, em março de 1922, por um grupo formado por antigos anarquistas e socialistas inspirados pela Revolução Russa. Naquele período, o PCB foi considerado o porta-voz dos trabalhadores, mas acabou sendo posto na ilegalidade já em junho do mesmo ano. Sendo o comunismo e o anticomunismo diretamente ligados aos trabalhadores e suas lutas, as situações de legalidade e ilegalidade do PCB foram constantes na história do partido.

Em março de 1935 temos a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma organização ligada ao PCB, de caráter antifascista, que possuía um programa que congregava a defesa da reforma agrária, da democracia e da suspensão do pagamento da dívida externa, e o combate ao latifúndio e ao imperialismo. A ANL se apresentava como oposição ao governo Vargas e possuía como presidente de honra o comunista Luís Carlos Prestes. Ela seria motivo de um forte impulso do anticomunismo no Brasil.

O governo de Getúlio Vargas, principalmente no Estado Novo, caracterizou-se como um momento de muita relevância e de efetiva consolidação do anticomunismo. Em abril de 1935 foi aprovada a Lei de Segurança Nacional e em julho do mesmo ano a ANL foi colocada na ilegalidade. Em novembro do mesmo ano foi deflagrada uma revolta, uma tentativa frustrada da ANL com o objetivo de derrubar Vargas e tomar o poder. O movimento provocou um levante militar em Natal, seguido de Recife e Rio de Janeiro, e deveria contar com o apoio de operários, mas isso não aconteceu. Em Natal os revoltosos chegaram a instalar um “governo popular revolucionário” durante quatro dias. O movimento foi rapidamente reprimido e a repressão sobre os comunistas foi forte e enérgica. Muitas pessoas foram presas, incluindo parlamentares e lideranças do movimento, como Luís Carlos Prestes. A partir disso o governo Vargas passou a usar a Lei de Segurança Nacional, que havia sido promulgada em 4 de abril. A Revolta Comunista de 1935 ficou conhecida pejorativamente como Intentona Comunista.

O evento teve impacto profundo sobre a elite do país e consolidou os argumentos e valores contrários ao comunismo já em circulação previamente. A Intentona de 1935 deu origem a uma grande onda anticomunista, que não se resumiu apenas à repressão e à censura, mas implicou a criação de mecanismos de propaganda e contrapropaganda visando a erradicar o risco da expansão das ideias revolucionárias no Brasil. As representações e instituições inspiradas na campanha contra o comunismo enraizaram-se e teriam impacto em eventos futuros. (MOTTA, 2007, p. 233-234).

Após a Revolta Comunista de 1935, o comunismo teve uma derrota significativa. O governo Vargas não mediu esforços para prender e apresentar os integrantes do PCB como um grande perigo à nação e o PCB foi colocado na ilegalidade, condição que foi praticamente uma constante durante toda sua existência. A demonização dos comunistas após a Intentona foi tão forte que, segundo Carlos Fico (2014), as comemorações do Exército sobre a derrota dos levantes de 1935 mantiveram-se até o governo Fernando Henrique Cardoso. Em 26 de novembro de 1964 o *Jornal da Manhã* trazia em suas páginas uma amostra dessas homenagens, conforme é demonstrado nas figuras 2 e 3:

Figura 2 - Homenagem aos mortos de 1935



Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

Figura 3 - Ação de Graças e Intentona Comunista

Vargas de Oliveira: Considerações Sobre Ação de Graças e Intentona Comunista!

Reservou a Assembleia Legislativa do Estado, a sua reunião de ontem, para focalizar duas datas das mais relevantes para o Brasil: o Dia Nacional de Ação de Graças e a Intentona Comunista de 1935, conforme requerimento formulado pelo deputado Antônio Lopes Júnior. Usaram a palavra diversos oradores.

O parlamentar pontagrossense, com muita felicidade, ligou os dois datas, fazendo considerações sobre as graças que o povo brasileiro deve render a Deus por ter sido evitado que a Nação viesse a afundar-se na subversão comunista, como estava dentro dos planos do governo deposita pela Revolução de março.

ACÇÃO DE GRAÇAS

"Na verdade — proclamou João Vargas de Oliveira — nunca, como hoje, devemos erguer nossos pensamentos a Deus, a Jesus e a Nossa Senhora Aparecida, rendendo-lhes graças, pela imensa proteção que foi dispensada ao povo brasileiro, quase pronto para ser vítima do comunismo ateu e destruidor. Aproveitando esta ocasião, quero elevar minhas preces ao Todo Poderoso e à Padroeira de Brasil, pela grande mercê com que todos fomos distinguidos na hora mais grave pela qual passamos, quando o governo anterior pôs a desordem nas ruas e introduziu a indisciplina por toda parte, com a finalidade de impor ao País a República Sindicalista, velho sonho do ex-presidente da República. Quando a Mulher Brasileira veio às ruas de Rioário nas mãos, para formular suas rogativas ao Criador, no sentido de que o Brasil se livrasse dos seus algemas, Deus atendeu suas orações e fez descer, sobre a nossa Pátria, o seu amparo, impedindo que fôssemos conduzidos para a escravidão vermelha".

"Por isso — prometeu o representante patriótico na AL —

tual — quero render graças a Deus por tudo quanto de bem nós recebemos através da Revolução de março, movimento que há de trazer a felicidade para a família brasileira, depois de realizar o seu gigantesco trabalho de recuperação a nossa economia e sanear as nossas finanças".

INTENTONA

DE 1935

Continuando, com a sua oração, sob a atenção de todos, disse o deputado João Vargas de Oliveira que, à parte as palavras, "trago para a nossa consideração o fato ocorrido, a contrastadora realidade: o dia trágico de 27 de novembro de 1935, no Rio e em Recife, quando militares desarmados, a maioria deles dormindo depois das suas tarefas do dia, foram miseravelmente assassinados por seus próprios colegas de armas, dominados pelo vírus comunista, mortos pelos mesmos companheiros de farda que, ao ano-

tecer, lhes apertara as mãos e lhes desejara boa noite!"

"Basta essa dolorosa ocorrência — esclareceu o parlamentar pryncesco — basta que a recordemos, para abençoar o instante em que as nossas Forças Armadas, presionadas pelas orações das nossas mulheres, não tiveram outra saída senão empunhar as armas e afastar do Poder os maus brasileiros que pretendiam repetir, em grau muito maior, a espantosa chacina de novembro de 1935. Quero con-

cluir, sr. presidente e nobres pares, por que outros colegas também desejam e precisam usar da palavra. E eu o faço, levantando meu pensamento, respeitoso e grato a nosso Pai do Céu e à Nossa Senhora Aparecida, rogando para que esta nossa Nação continue sendo protegida e o seu povo, abençoado, a fim de que muito em breve todos encontremos a felicidade que vimos buscando há tanto tempo", — finalizou o deputado João Vargas de Oliveira.

Lançamento do Aero Willys 65: Solenidade e Inovação

A Companhia Pontagrossense de Automóveis, Comércio e Indústria marcou na tarde de ontem em sua loja, às 17.30 horas, a apresentação do novo modelo Aero-Willys 65.

O acontecimento que contou com a presença de distintas personalidades da esfera social, política e econômica da nossa terra, trouxe a oportunidade de conhecimento sobre este novo lançamento da indústria automobilística brasileira.

Na oportunidade, usou da palavra o dr. João Vargas de Oliveira, Diretor Presidente da Cia., salientando o motivo da solenidade que estava ocorrendo naquele local.

dr. Vargas, disse na oportunidade: "É com imensa satisfação que falo neste instante em

(Conclui na 8.ª pág.)

Fonte: Jornal da Manhã, 28/11/1964.

É importante observar que o anticomunismo não se aplicava exclusivamente ao PCB, mas representava uma perseguição a tudo o que pudesse representar o comunismo de alguma maneira, mesmo que não o fosse, e assim o anticomunismo sempre fora alimentado, como no exemplo da comemoração da vitória sobre os comunistas em 1935, citado acima.

Em 1937 Vargas se apropriou do medo do comunismo criado a partir da Intentona Comunista, e agentes do governo elaboram o Plano Cohen. Nele, o Estado brasileiro reconheceu um suposto plano comunista para tomar o poder. Esse plano seria atribuído ao PCB e à Internacional Comunista, órgão máximo do comunismo mundial. Seria, portanto, a segunda vez que o Estado brasileiro seria alvo de tentativa de "golpe de estado" pelos comunistas. Posteriormente, a verdade veio à tona e se descobriu que tudo não passava de uma farsa criada para justificar a instauração do Estado Novo, uma ditadura que durou até 1945.

Os brasileiros sentiram mais fortemente os efeitos do anticomunismo na década de 60, principalmente no governo João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), pois Goulart (também conhecido como Jango) sofria acusação de ligação com o comunismo. Para Fico (2014),

[...] Jango estava longe de ser comunista. Era um fazendeiro, dono de boa quantidade de terras no Rio Grande do Sul. Mas também era um político popular, sobretudo desde que aumentara em 100% o salário mínimo, em 1954, enquanto estivera no Ministério do Trabalho, aspecto que os ministros militares não mencionaram diretamente, mas que se pode antever em seu manifesto. Era um homem simples, acostumado ao convívio com o povo, com os trabalhadores, inclusive por sua atuação no Ministério do Trabalho, quando estreitou laços com os sindicatos. Era estimado pela população até mesmo por ter sido adotado como afilhado político pelo mítico presidente Getúlio Vargas – e boa parcela dos militares era antigetulista. Considerava de maneira genuína, que o povo pobre do Brasil precisava receber um tratamento mais justo do ponto de vista social. Mas, se Jango não era comunista, então o que seria? Ele padecia de certa indefinição, titubeava não apenas em discursos e transparecia, algumas vezes, uma imagem vacilante, embora também fosse reconhecido como habilidoso negociador. É uma das personalidades mais controversas da história do Brasil. Seus biógrafos oscilam entre classificá-lo como um covarde ou como um herói. (FICO, 2014, p. 18).

Não seria nenhum excesso dizer que Goulart teve um dos mandatos mais conturbados da história da República brasileira. Inserido no que alguns historiadores chamam de Quarta República (1946-1964), seu mandato finaliza a primeira experiência democrática na política brasileira, período de crescimento da participação popular na vida política do país, além de uma efervescência de movimentos sociais, situações com as quais as parcelas mais conservadoras da política brasileira sempre tiveram dificuldade de se relacionar. Movimentos de estudantes, trabalhadores organizados em sindicatos, em movimentos sociais do campo, a exemplo das Ligas Camponesas, buscavam direitos políticos, sociais, trabalhistas e reformas estruturais no seu entendimento, indispensáveis ao desenvolvimento saudável do país. Neste mesmo período, o mundo já vivenciava as consequências da Guerra Fria.

João Goulart, assim como Getúlio Vargas, gaúcho de São Borja, em 1960, na condição de vice-presidente da República, assumiu o poder após a inesperada renúncia de Jânio Quadros e sob forte oposição de parte das Forças Armadas e da União Democrático Nacional (UDN), partido liberal-conservador, que já havia sido oposição a Vargas e Juscelino Kubiteschek. Goulart, que estava em viagem na República Popular da China, foi surpreendido tanto com a renúncia de Jânio quanto com a posição dos comandantes das Forças Armadas: Odílio Denis, Gabriel Grum

Moss e Silvio Heck, que declararam não aceitar o retorno de Goulart ao Brasil para ser empossado como novo presidente da República (FICO, 2014). Em manifesto à nação, as razões que levaram os comandantes se colocarem contrários à posse ficam evidentes, pois observaram que quando fora Ministro do Trabalho de Vargas, João Goulart,

[...] mostrara 'suas tendências ideológicas incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e frequentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossa classe trabalhadora'. Disseram que Jango nomeara esquerdistas para cargos importantes no ministério, 'ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional'. Mencionaram inclusive, a presença do vice-presidente na China, onde teria deixado 'clara e patente sua incontida admiração ao regime (...) exaltando o êxito das comunas populares'. (FICO, 2014, p 18-19).

A forte pressão da oposição terá como consequência a Campanha da Legalidade, movimento liderado por Leonel Brizola, cunhado de Goulart e governador do Rio Grande do Sul pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que defendia a posse de Jango, com base no cumprimento dos termos da Constituição Federal.

Diante da atitude golpista dos chefes das Forças Armadas, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola – que era cunhado de Jango – iniciou, no dia 27 de agosto, uma campanha exitosa, que se tornaria conhecida como 'Rede da Legalidade'. Brizola, excelente comunicador, foi para as rádios defender o direito de Goulart voltar ao Brasil e assumir a presidência da República. Seu argumento era imbatível: essa era a solução legal prevista pela Constituição. Dezenas de emissoras passaram a transmitir os pronunciamentos da Rede da Legalidade, inclusive fora do país, pois textos em outras línguas também eram lidos. Essa iniciativa teve grande sucesso, mobilizando as pessoas Brasil afora: se o presidente renúncia, deve assumir o vice-presidente. (FICO, 2014, p. 19-20).

Jango assume em 7 de setembro de 1961, mas com seus poderes reduzidos sob um regime parlamentarista, que teve 14 meses de duração, adotado após emenda constitucional. O regime contava com três primeiros-ministros: Tancredo Neves, Hermes de Lima e Brochado da Rocha. Nesse período, sem muitos poderes, Jango assume um país com problemas econômicos, altos índices de inflação; problemas políticos, com uma oposição forte e incansável liderada pela UDN; problemas sociais urgentes carecendo de soluções, como a questão agrária; e ainda contava com movimentos ativos em busca de direitos.

Após um plebiscito com resultados positivos ao presidencialismo, o povo decidiu que Goulart assumiria a presidência. Sobre o plebiscito, Fico (2014) observa,

Cinco dias antes, Jango concedeu aumento médio de 75% do salário mínimo, quase repetindo a façanha que o tornara famoso quando ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, ocasião em que concedeu aumento de 100%. O apoio dos trabalhadores ao retorno do presidencialismo estava garantido. No dia do plebiscito, mais de 11 milhões de pessoas votaram. O presidencialismo ganhou com 9.457.448, contra apenas 2.073.582 dados ao parlamentarismo. Foi uma confirmação da legitimidade do mandato de Goulart. Ele se sentiu inteiramente fortalecido. (FICO, 2014, p.23-24).

Essa não foi a primeira vez que o povo depositou sua confiança em Goulart. Em sua carreira política, que começou com o mandato de deputado federal pelo Rio Grande do Sul, Jango acumulara duas eleições bem-sucedidas para vice-presidente da República. Nesse período, a eleição para presidente e vice-presidente era independente, de maneira que era possível eleger o presidente de uma coligação e o vice de outra. Na eleição presidencial de 1960, que elegeu Jango vice de Jânio,

Jango superou os demais candidatos a vice-presidente Milton Campos e Fernando Ferrari, contabilizando mais de 4,5 milhões de votos. Já havia feito o mesmo em outubro de 1955: fora candidato a vice-presidente e elegeu-se com mais de 3,5 milhões de votos, derrotando Milton Campos e Danton Coelho, ultrapassando, desse modo, a votação do candidato eleito à Presidência da República, Juscelino Kubitschek, que obteve pouco mais de 3 milhões de votos. (FICO, 2014, p. 14).

João Goulart estava longe de ser um presidente ilegítimo, por mais de uma vez o povo decidiu por sua presença no governo do Brasil, mas a vitória no plebiscito não garantiu a Goulart um governo fácil. O presidente governou sem o apoio necessário do Congresso Nacional e os problemas econômicos, sociais e políticos estavam presentes.

As reformas agrária, urbana, tributária, educacional, bancária e eleitoral, tão necessárias ao desenvolvimento do país, ainda não haviam sido feitas e era a principal pauta do governo, justamente o que o aproximava dos movimentos sociais. Essa aproximação entre o governo e os movimentos sociais alimentou na cabeça dos conservadores contrários ao seu governo a certeza de sua ligação com os comunistas. O historiador Marcos Napolitano (2018) observa que, dessa forma, na ideia da oposição o presidente Jango era refém dos movimentos sociais radicais liderados pelo seu cunhado, Leonel Brizola, ou, pior, era manipulado pelo Partido Comunista Brasileiro. Os anticomunistas da época entendiam que muito embora Jango não fosse comunista, permitia que comunistas usassem seu governo para implantar seu projeto, viam o presidente como um estadista fraco, e por conta disso acreditavam que os comunistas muito em breve tomariam o poder.

Nesse período o argumento anticomunista se fortaleceu quando João Goulart, em um comício no dia 13 de março de 1964, apresentou em seu discurso um compromisso com a aprovação das reformas de base. Assim,

Sob clima de pressão e boicote do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que tentou esvaziar o comício decretando feriado na Guanabara e retirando ônibus das ruas, mais de 200 mil pessoas se reuniram entre a estação de trem e o QG do Exército a partir das três horas da tarde, para ouvir vários discursos e gritar palavras de ordem pelas reformas. Nada menos que 15 líderes discursaram antes de João Goulart, incluindo Miguel Arraes e Leonel Brizola, este o mais aplaudido pela massa. (NAPOLITANO, 2018, p. 55).

Carlos Lacerda era governador, pela UDN, do Estado da Guanabara, que corresponde hoje à cidade do Rio de Janeiro, e se apresentava como forte opositor de Goulart, e, segundo Napolitano, o mesmo não teve êxito ao tentar atrapalhar o comício. Ao falar do discurso de Goulart, o historiador observa:

No começo da noite, um João Goulart entre excitado e tenso subiu ao palanque, [...]. Por uma hora o presidente atacou os falsos democratas 'antipovo', o uso da religião cristã pela indústria do anticomunismo, defendeu os interesses nacionais e prometeu encaminhar as reformas. [...] Para provar que suas promessas não eram apenas palavras de palanque, utilizou suas prerrogativas constitucionais para assinar vários decretos, encampando refinarias particulares, congelando preços de aluguéis e desapropriando terras ociosas às margens das rodovias federais para fins de reforma agrária. (NAPOLITANO, 2018, p. 55).

A reação foi imediata. Tais reformas, assim como outros fatores ligados ao governo de Goulart, feriram os interesses das classes mais abastadas da sociedade brasileira, que por essa razão se uniram em diversas manifestações realizadas nas principais cidades do país. No dia 19 de março, cerca de 500 mil pessoas foram para as ruas de São Paulo a uma passeata que ficou conhecida por Marcha da Família com Deus pela Liberdade, esta foi organizada pela União Cívica Feminina e se espalhou pelas principais cidades do país. Para Napolitano (2018), em nome do civismo conservador e do catolicismo retrógrado, a marcha mirava o comunismo, mas queria acertar o reformismo, ou seja, com medo das reformas e querendo impedir que elas se concretizassem, as classes conservadoras balançaram a bandeira anticomunista, mesmo que, de fato, ele não apresentasse ameaça.

O mês de março foi um período de intensos embates entre o governo e a oposição, formada tanto por civis quanto por militares; assim, em 1 de abril de 1964, Goulart foi deposto. Os motivos que levaram à deposição do presidente foram diversos, mas o comunismo fora usado constantemente para tornar a imagem de Jango negativa. Para Fico (2013), o golpe:

[...] Foi civil-militar porque os civis deram o golpe também. A natureza do evento golpe de Estado de 1964 é dada pela participação de sujeitos históricos, alguns militares e alguns civis. Os civis deram o golpe: Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, governo dos Estados Unidos, enfim, uma série de agentes civis. No Congresso Nacional, o parlamentar Auro de Moura Andrade declarou a vacância do cargo de presidente da República. Então, o golpe foi executado também por civis, mas o regime que se seguiu foi eminentemente militar. Logo depois do golpe, os próprios civis que participaram foram paulatinamente afastados, entre os quais Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, além de outras lideranças civis. (FICO, 2013, p. 469).

Existiram, obviamente, outros fatores que influenciaram o golpe civil-militar e as razões que levaram ao golpe se confundem, em certa medida, com a visão que se tem do então presidente João Goulart, uma vez que o golpe recaiu sobre seu governo. O medo do governo se render ao comunismo e transformar o Brasil numa “República bolchevique” foi a justificativa de muitos grupos envolvidos no golpe. Era preciso livrar o país da ameaça comunista.

A população estava, desde muito tempo, “acostumada” a ver o comunismo como algo negativo, isto esteve sempre muito escancarado nos jornais de todo o país. Com o argumento da ligação entre o presidente e os comunistas e o risco do mal tomar conta do país, então, os militares nesse momento apareceram como os “salvadores da pátria”, recebendo o apoio da população. Em Ponta Grossa, o *Jornal da Manhã* estampava em suas páginas as declarações de apoio do povo da cidade aos soldados que estiveram de prontidão esperando a reação de Goulart após o golpe: “Povo recebeu com júbilo (e flores) os bravos soldados da democracia” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Porém, o comunismo no Brasil nunca foi assim tão forte, nunca representou de fato um perigo, e com exceção de 1935, sequer tinha intenções de tomar o poder. Defendiam, ao contrário do que pensava os anticomunistas, uma transição lenta, contínua. Não defendiam a tomada de poder de forma autoritária, mesmo porque não haveria condições para isso. É possível que os anticomunistas até soubessem disso. Essa construção negativa, sobretudo em 1964 se fortaleceu e teve como objetivo derrubar um governo que possuía um apoio popular e que vez ou outra se aproximava do anseio popular. Um exemplo disso foi o anúncio das reformas de base, que propunha várias mudanças, especialmente a reforma agrária, absolutamente temida pela elite brasileira.

A elite brasileira, extremamente conservadora, nunca foi favorável à participação popular e tampouco era favorável a reformas, em particular aquelas que

ampliassem o direito do trabalhador, ou que permitissem maior participação política da população. E no desenrolar de um anticomunismo que vinha sendo construído há décadas, encontrava-se um presidente que ousava se aproximar do povo e tentava atender seus anseios.

A consequência mais visível do anticomunismo brasileiro veio, sobretudo, a partir de 1964. Imbuídos da missão de livrar o Brasil do perigo comunista, os militares implantaram uma ditadura que durou 21 anos. Durante todo esse período, inúmeras pessoas foram perseguidas por serem comunistas, ou por apresentarem atitudes ou mesmo defenderem ideias e ideais que se parecessem com comunismo.

Essas pessoas foram enquadradas na Lei de Segurança Nacional e foram constantemente vigiadas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). Nenhum grupo social ou posição política foi poupado. Houve perseguição de políticos, professores, advogados, jornalistas, artistas de todas as áreas, militares, religiosos, estudantes, trabalhadores do campo e da cidade. Marcelo Ridenti observa que as perseguições começaram logo após a deposição de João Goulart,

Foram realizadas prisões, intervenções em sindicatos e movimentos populares, cassações, expulsão de funcionários civis e militares de seus cargos, abertura de Inquéritos Policiais Militares e toda sorte de violência e humilhação contra os adeptos do governo deposto, até mesmo alguns assassinatos. (RIDENTI, 2014, p. 2).

Na década de 60, tivemos um profundo crescimento dos movimentos sociais e de contracultura. Uma parcela considerável de artistas ligados à música, ao teatro, à literatura e ao cinema questionavam a política, o governo, a religiosidade e a cultura; buscavam respostas às angústias dos jovens, questionavam a ordem vigente, valorizavam a vontade de transformação, a ação para mudar a História e para construir o homem novo (RIDENTI, 2005, p. 84). Os movimentos sociais também cresciam e exigiam direitos. Os movimentos negro, gay e feminista passavam a ganhar corpo, estavam nas ruas. Os movimentos de trabalhadores eram os mais variados, lutavam na cidade e no campo. Muito embora diferentes, possuíam uma mesma luta.

Os artistas engajados das classes médias urbanas identificavam-se com os deserdados da terra, ainda no campo ou migrantes nas cidades, como principal personificação do caráter do povo brasileiro, a quem seria preciso ensinar a lutar politicamente. Propunha-se uma arte nacional-popular que colaborasse com a desalienação das consciências. Recusava-se a ordem social instituída por latifúndios, imperialistas e – no limite, em alguns casos – pelo capitalismo. (RIDENTI, 2005, p. 87).

Ridenti (2005, p. 84) estuda o que ele chama de “florescimento cultural e político dos anos 1960 e 1970” e o caracteriza como romântico-revolucionário. O autor observa que esse conceito foi formulado por Michael Löwy e Robert Sayre, mas que ele o utiliza a seu modo. Assim Ridenti acredita que esse indivíduo revolucionário, que em boa medida será o perseguido pela ditadura, que se instaurou com a deposição de Goulart, buscava encontrar suas raízes e ao mesmo tempo romper com o subdesenvolvimento. De certa maneira, esse movimento em muito se parecia com diversos movimentos que buscavam mudanças ao redor do mundo. Estes combatiam o imperialismo, as guerras e o consumismo. Na mesma linha o movimento brasileiro buscava romper com o subdesenvolvimento, buscando as raízes do povo brasileiro no índio, no negro, no caipira e olhava o Brasil na sua essência, buscando algo para além da cultura de uma classe dominante. Esse posicionamento político progressista à esquerda, não alinhado às ideias da classe dominante, gerou perseguição. E foram perseguidos aqueles que questionaram a ordem vigente, ordem esta que favorecia alguns e desfavorecia muitos.

2.3 VISÕES DO GOLPE: O GOLPE DE 1964 NA HISTORIOGRAFIA E NO ENSINO DE HISTÓRIA

Aos 56 anos do golpe civil-militar que tirou do poder o presidente eleito João Goulart, as razões que levaram ao golpe ainda não são de conhecimento da população brasileira. São comuns os pronunciamentos e posicionamentos que tentam relacionar o golpe a uma ameaça comunista¹². Sobre esse assunto é possível encontrar dezenas de reportagens nos diversos jornais que circulam por todo o país. O Presidente da República já relacionou o Golpe a uma ameaça comunista inclusive em discursos em pronunciamentos como no último 7 de setembro.

É uma tendência constante trabalhar com a ideia segundo a qual os professores de História e historiadores são todos de “esquerda”¹³, e que por isso

¹² Nas reportagens abaixo é possível perceber os questionamentos a respeito das razões do golpe e sua suposta relação com a ameaça comunista:

- Ministro da Educação diz que pretende revisar livros didáticos sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar. (MINISTRO..., 2019);
- Brasil esteve à beira do comunismo nos anos 1960? História não mostra isso. (BRASIL..., 2019);
- Bolsonaro quer comemoração do golpe de 1964 nos quartéis. (BOLSONARO..., 2019);
- Bolsonaro fala em democracia, mas defende Golpe de 64 em pronunciamento do Dia da Independência. (BOLSONARO...2020).

¹³ Sobre este assunto destaco a pesquisa de Caroline Pacievitch e Luís Fernando Cerri, “Esquerda ou direita? Professores, opção política e didática da história”. (PACIEVITCH; CERRI, 2016).

ensinam apenas uma versão dos fatos, a versão da esquerda. Mas será que é isso mesmo, será que ao longo desses 56 anos a historiografia apenas mostrou o lado dos “comunistas” e “esquerdistas” sobre o golpe? Será que de fato o Brasil estava à beira de um golpe comunista em 1964? Ao se debruçar sobre a historiografia do golpe, percebe-se muito rapidamente que a resposta para a primeira pergunta seria não, a historiografia não mostrou apenas a visão da esquerda, tampouco a colocou como “boazinha” o tempo todo. A resposta para a segunda pergunta também seria não, o Brasil nunca esteve diante de uma ameaça comunista.

Essa visão deformada de fatos históricos decorre em parte de dois fenômenos conhecidos como negacionismo e revisionismo ideológico, sendo que encontram ampla repercussão pelo caráter polêmico. O negacionismo nega, altera, falsifica dados históricos, e frequentemente é utilizado por grupos políticos sectários (NAPOLITANO; JUNQUEIRA, 2019, p. 2). O revisionismo ideológico deriva do revisionismo historiográfico, que é um movimento necessário na produção historiográfica, uma vez que novas fontes são encontradas, novas perguntas são feitas. Para Napolitano e Junqueira:

O revisionismo propriamente historiográfico é aquele calcado no conjunto de procedimentos que pressupõe o conhecimento: argumentação lógica, identificação de novas fontes e emprego de método, ainda que possa colocar em xeque perspectivas históricas consagradas na memória social e na historiografia. (NAPOLITANO; JUNQUEIRA, 2019, p.2).

Já o revisionismo ideológico, para Napolitano e Junqueira (2019, p.2), é “marcado pela ausência de método e da ética próprios da pesquisa historiográfica”, além de sua produção estar nas mãos de “autores politicamente interessados em manipular fatos em nome de interesses específicos dados à priori”. É possível identificar uma obra fruto do revisionismo ideológico observando alguns elementos apontados por Napolitano e Junqueira:

- a) apropriação distorcidas de teses historiográficas reconhecidas; b) destaque sensacionalista para casos particulares [...]; c) utilização de fragmentos de fontes, sem a devida contextualização [...]; d) exposição linear de fatos por relação direta de causa e efeito [...]; e) defesa de posições sobre o passado que já partem de um olhar ideológico, moral ou valorativo [...] (NAPOLITANO; JUNQUEIRA, 2019, p.2-3).

O negacionismo histórico se alimenta do revisionismo ideológico e acaba por transmitir para toda a sociedade visões muito errôneas de fatos históricos importantes.¹⁴

O golpe tem sido muito discutido nesses anos todos, e muito embora a produção historiográfica seja vasta o assunto está longe de ser esgotado. E ao debruçarmos nosso olhar sobre a historiografia rapidamente percebemos que existem várias versões para um mesmo fato, construídas por meio de pesquisas detalhadas e com fontes diversas, sendo que algumas narrativas se mostram como consenso entre os historiadores mais respeitados, a exemplo de não haver ameaça comunista em 1964.

Ao elaborar um roteiro de estudo sobre o golpe civil-militar, o historiador Marcos Napolitano, um dos mais importantes pesquisadores do assunto, apresenta a visão de alguns historiadores sobre as razões do golpe. Ele inicia apresentando o livro *Os idos de março queda em abril*, organizado por Alberto Dines¹⁵, lançado ainda em 1964. A obra mostra uma narrativa produzida por um grupo de jornalistas ainda no calor dos acontecimentos. Napolitano observa que ainda não era possível saber os passos do novo governo, mas a versão dos escritores apontava um apoio ao golpe: “fontes geralmente bem informadas asseguram que, depois, [do dia 2 de abril, quando Jango saiu do país], começou outra história – a da VI república brasileira, presidida por um honrado Marechal” (NAPOLITANO, 2016, p. 1). É interessante pensar no poder das palavras, e se os autores optassem em usar “presidida por um Marechal” ao invés de “presidida por um honrado Marechal”?

No mais, a maior parte das matrizes narrativas sobre o golpe de estado, e o encadeamento de eventos tomados como inexoráveis, estão no livro, explicados a partir de uma perspectiva ambígua que hora se aproxima das razões dos golpistas, ora denúncia as contradições e fragilidade do governo reformista deposto. (NAPOLITANO, 2016, p. 2).

Na primeira obra sobre o golpe, Goulart não é o mocinho e esta não seria a primeira vez que jornalistas se aventurariam no ofício de historiador. E esta não seria uma particularidade dos jornalistas. Napolitano (2016, p. 3) observa que a sociologia

¹⁴ Dentre as obras negacionistas mais conhecidas sobre a Ditadura Militar destacamos:

- NARLOCH, L. **Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. São Paulo: Leya, 2009;
 - SILVEIRA, I. F.da; CARVALHO, S. **Golpe de 1964: o que os livros de história não contaram**. São Paulo: Peixoto Neto, 2016;
 - USTRA, C. B. **A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça**. Brasília: Editora Ser, 2006.

¹⁵ DINES, A. (Org.). **Os idos de março e a queda em abril**. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

e a ciência política foram as primeiras áreas do conhecimento a explicar os fatos acontecidos em 1964. Carlos Fico explica os motivos desta ausência de estudos feitos por historiadores:

O fenômeno explica-se não por um desinteresse dos historiadores, mas pelas dificuldades peculiares à chamada 'história do tempo presente e pela carência de fontes documentais. De fato, costumam ser cautelosos os historiadores ao se debruçarem sobre fenômenos contemporâneos ou recentes, diferentemente de jornalistas, cientistas políticos e sociólogos, estes dois últimos tendentes, além disso, a propor modelos teóricos ou tese gerais, o que, de certo modo, implica um desprezo pela 'simples' construção da narrativa histórica. Ademais, os protagonistas do golpe de 64 e da ditadura militar cercaram-se dos devidos cuidados diante da óbvia necessidade de manterem sigilo sobre boa parte de seus atos. Os documentos diretamente emanados dos governos militares [...] eram escassos. (FICO, 2004, p.19-20).

Segundo Fico (2004), uma exceção é o livro *Brasil: de Getúlio a Castelo*, do estadunidense Thomas Skidmore, obra produzida ainda em 1966¹⁶. Fico discorre sobre a interpretação de Skidmore sobre o golpe, produzida a partir desta e outras obras:

Segundo ele, a destituição de Goulart, apesar do forte apoio dos civis, foi 'primeiro e sobretudo uma operação militar'. Aderindo superficialmente à tese de os militares como 'benfeitores patriarcais' de toda a sociedade brasileira, Skidmore afirma que 'foi a relativa fraqueza das forças civis adversárias do presidente que [levou] oficiais de alto nível a concluir que somente sua intervenção podia salvar o Brasil de uma prolongada guerra civil'. (FICO, 2004, p.27-28).

Napolitano (2016) analisa obras a partir daquilo que chama de "teses explicativas" e as classifica por meio de três visões consideradas hegemônicas: a tese do "colapso do populismo", a tese da "grande conspiração" e a tese do "colapso institucional", esta última relacionada à chamada "radicalização dos atores" (NAPOLITANO, 2016, p. 3).

Para pensar a tese do "colapso do populismo", Napolitano (2016) analisa a obra de Octavio Ianni, *O colapso do populismo no Brasil* de 1971¹⁷. De acordo com essa tese, Goulart não deu conta de atender às demandas dos trabalhadores e ao mesmo tempo contentar as elites contrárias a essas demandas. O golpe acontece justamente por ser necessário barrar as pressões impostas pelos trabalhadores ao governo. "Em outras palavras, nesta perspectiva, a política reformista dentro dos

¹⁶ SKIDMORE, T. E. **Brasil: de Getúlio a Castelo** (1930 – 1964). São Paulo: Paz e Terra, 1969.

¹⁷ IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

limites da democracia eleitoral populista era incompatível com a roda que fazia girar o grande capital” (NAPOLITANO, 2016, p. 4).

Sobre essa tese, Marcelo Badaró Mattos escreve:

Este era entendido como a base da dominação de classes naquela fase, sustentada no equilíbrio instável que garantiu a incorporação das massas à política pela via controlada do pacto populista. Tal pacto entrara em crise, pois as massas queriam ir além dos limites estabelecidos pelas classes dominantes para suas concessões.

Nas palavras de Otávio Ianni, o populismo envolvia diversas dimensões daquela etapa da trajetória brasileira, associadas em especial às contradições do desenvolvimento capitalista urbano-industrial e da entrada das massas no plano das disputas de poder. (MATTOS, 2008, p.246).

Ao explicar a tese “conspiração”, Napolitano apresenta o livro *O governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*, de Moniz Bandeira, de 1977, e *1964: a conquista do Estado*, de René Armand Dreifuss de 1981¹⁸. Bandeira analisa o golpe a partir da conspiração e da participação dos Estados Unidos nessa conspiração.

Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado (2009),

Bandeira enfatiza que a atuação internacional foi elemento nuclear da conspiração. Segundo esse autor, no início da década de 1960, pela primeira vez na História do Brasil, os trabalhadores tiveram acesso às políticas de Estado e exerceram alguma influência nas decisões governamentais. Tal fato decorreu da habilidade de João Goulart nas relações desenvolvidas com o movimento sindical e demais organizações populares. Desde seu mandato como ministro do Trabalho e com maior ênfase quando presidente da República buscou nas demandas dos trabalhadores referências para suas políticas governamentais. Enfrentou, em razão dessa opção, forte oposição conservadora. Os mesmos setores que se opuseram à sua posse, em 1961, articularam-se para depô-lo, em 1964. Em sua mobilização conspiratória encontraram efetiva parceira na CIA e do capital internacional norte-americano. (DELGADO, 2009, p.135).

Ainda sobre a tese de “conspiração”, a análise da obra do cientista político uruguaio René Dreifuss (*apud* NAPOLITANO, 2016) demonstra a conspiração planejada pela direita empresarial brasileira e suas ligações internacionais.

O livro colocou nova luz sobre a organização empresarial materializada no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), órgãos que ao lado da escola Superior de Guerra formaram o think tank golpista e orquestraram a ‘desestabilização’ do governo João Goulart. (NAPOLITANO, 2016, p. 6).

¹⁸ BANDEIRA, L. A. M. **O governo Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. 7. ed. rev. e ampliada, Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Rd. UnB, 2001.

DREIFUSS, R. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

Sobre esta obra, Fico (2004) também acrescenta:

Dreifuss mostrou, em minúcias, que o ‘complexo Ipes/Ibad’ atuava de maneira bastante variada, em diversas frentes de atuação, mobilizando equipes multifuncionais, espalhando-se virtualmente por todo o país e amparando-se em recursos e financiamentos razoavelmente abundantes. (FICO, 2004, p. 50-51).

Pela análise da obra de Dreifuss, é possível concluir que a elite empresarial brasileira, apoiada por capital internacional, foi a responsável pela desestabilização do governo; dessa maneira isenta Goulart de culpa.

A terceira tese estudada por Napolitano é a aquela que pensa o golpe a partir de uma “crise institucional” decorrente da “radicalização dos atores”. Nessa via de interpretação, diferentemente de Dreifuss, os pesquisadores entendem o governo e a esquerda brasileira como atores planejando um golpe; logo o golpe de 64 seria um contragolpe ou um golpe preventivo, visto que seus projetos para o país eram contrários. Nesse viés, a primeira obra analisada foi *Os militares na política: mudanças de padrões na vida brasileira* do também cientista político Alfred Stepan¹⁹. Segundo Napolitano (2016), dentre as ideias defendidas por Stepan está a de que:

[...] as Forças Armadas são um subsistema do sistema político mais amplo, pautando sua ação a partir da busca da unidade interna e de uma ação ‘moderadora’, reequilibrando, ainda que de maneira autoritária, o sistema político em crise, ameaçado pelas pressões ideológicas e movimentos sociais não institucionalizados. (NAPOLITANO, 2016, p. 6-7).

Fico (2004, p. 29-30) acrescenta que, para Stepan, “as razões imediatas do que (descuidadamente) chama de ‘revolução’ derivam da inabilidade de Goulart em ‘reequilibrar’ o sistema político”.

Ainda nesta linha de análise, da “crise institucional” e da “radicalização dos atores”, Napolitano (2016) estuda a pesquisa de Wanderley Guilherme dos Santos, realizada em 1969 mas publicada no Brasil apenas em 2003, *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*²⁰. “Nele o autor defende a tese da ‘paralisia decisória’ do Governo Goulart como fator político crucial da crise” (NAPOLITANO, 2016, p. 7). Nesse sentido, mais uma vez nas análises o culpado pelo golpe é quem sofre o golpe. Fico (2004) observa que para Santos,

¹⁹ STEPAN, A. C. **Os militares na política**: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

²⁰ SANTOS, W. G. dos. **O cálculo do conflito**: estabilidade e crise na política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

[...] a crise brasileira de 1964 foi uma crise de paralisia decisória e o golpe teria sido fundamentalmente o resultado do emperramento do sistema político, antes que uma reação a iniciativa governamentais: 'o golpe militar resultou mais da imobilidade do governo do que de qualquer política coerente por este patrocinada ou executada'. (FICO, 2004, p. 45).

Ainda ao estudar a tese de doutorado em ciência política de Argelina Figueiredo, *Democracia ou reformas*, Napolitano (2016) observa que a autora,

[...] destaca o papel ativo dos atores políticos institucionais, sobretudo o Poder Executivo e a Presidência da República, na produção da crise que desaguou no golpe militar. Ao radicalizar posições e pressionar o Congresso na direção das reformas de Base. (NAPOLITANO, 2016, p. 7).

Se havia uma crise institucional, onde a população participava ativamente buscando defender pontos de vista diferentes, não era o caso de aprimorar as instituições e fortalecer os debates ainda que contraditórios, para construção de um país mais democrático? A solução encontrada nesse caso foi a instauração de um regime autoritário, sufocando definitivamente a democracia.

Para Demian Bezerra de Melo (2013, p. 62), o livro de Argelina inaugura o revisionismo histórico sobre o golpe de 1964. As justificativas apresentadas por Melo iniciam com uma observação sobre o título da obra, *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*²¹. Para ele (MELO, 2013), “tal oposição entre “democracia” e “reformas” é sintomática da adesão a um conjunto específico de “democracia” que se liga ao pensamento neoliberal, cuja agenda esteve ligada ao desmonte dos direitos sociais [...]”. Esta ganharia o reforço nos livros de Jorge Ferreira que, segundo Melo (2013, p. 63), chega a desqualificar pesquisas reconhecidas e importantes, como as de Dreifuss e Moniz Bandeira.

[...] a explicação do golpe de Estado de Jorge Ferreira está centrada nesse suposto 'déficit democrático', através de uma narrativa na qual, tal como Argelina Figueiredo, a luta de classes e a própria conspiração golpista estão ausentes [...]

O golpe de Estado passa a ser explicado como resultante do processo de radicalização das esquerdas, que teriam adotado a 'estratégia do confronto'. Enquanto isso, as direitas e todas as forças políticas e sociais que confluíram na frente golpista em 1964 são apresentadas sempre como *reagindo* à radicalização das esquerdas, sendo recorrente a aparição de termos como 'direitas assustadas' [...]. (MELO, 2013, p. 63).

Na mesma linha revisionista de Argelina e Ferreira, Melo (2013, p. 68) destaca Daniel Aarão Reis, com o livro *Ditadura Militar: esquerdas e sociedade*²², onde

²¹ FIGUEIREDO, A. C. **Democracia ou Reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961 - 1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

²² REIS, D. A. **Ditadura Militar: esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

defende a tese que em 1964 foi a direita que apareceu ao lado da “defesa da Constituição” (MELO, 2013), uma vez que a esquerda “radicalizou” e passou a defender as “reformas na lei ou na marra” (MELO, 2013). Tais pesquisas levam à compreensão segundo a qual quem sofreu o golpe é o verdadeiro culpado por ele, e os golpistas aparecem como salvadores da pátria. A tese segundo a qual Goulart era golpista também foi defendida pelo historiador revisionista Marco Antônio Villa e pelo jornalista Elio Gaspari, mas, segundo Mello, ambas não apresentam comprovação documental ²³.

Dentre as obras mais recentes é importante destacar o livro *João Goulart: entre memória e a história* (2006)²⁴, organizado por Marieta Moraes Ferreira e que conta com artigos de pesquisadores importantes como Ângela de Castro Gomes e Rodrigo Patto Sá Motta. O livro permite uma compreensão sobre João Goulart e seu governo, analisando sua presença no Ministério do Trabalho; a questão agrária, tão polêmica na década de 1960; a política econômica adotada por seu governo; o discurso anticomunista tão forte no período e a vinculação do comunismo ao seu governo; a participação da imprensa na queda de Goulart, dentre outras questões. Dentre os arquivos pesquisados, cabe destacar o acervo de História Oral do CPDOC/FGV, de onde foram utilizados depoimentos de políticos da UDN, do PSD, de militares e de empresários, além de petebistas, comunistas e membros de movimentos sociais, de maneira que foi possível confrontar memórias diferentes (MATTOS, 2008, p. 255-256).

Dentre as considerações apontadas por Mattos sobre o livro é possível destacar:

[...] os autores destacam que não foi por falta de políticas de austeridade fiscal e de controle de gastos públicos que o período final do governo foi marcado pela alta inflacionária. Herdeiro de pesados desequilíbrios das variáveis macroeconômicas e comprometido com um programa de reformas que, no médio e longo prazos, poderiam reverter tal desequilíbrio em direção a um outro padrão de acumulação, faltou a Jango ‘um amplo pacto das forças sociais, políticas e econômicas’ [...]. (MATTOS, 2008, p. 254-255).

Nesse sentido, os discursos que apresentam Goulart como um administrador irresponsável e responsável pela crise presente no país são superados. Outra ideia

²³ VILLA, M. A. **Ditadura à brasileira 1964–1985**: a democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: Leya, 2014; e GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. O posicionamento de Demian de Melo sobre o livro de Marco Antônio Villa pode ser melhor entendido no artigo “A historietografia de Marco Antônio Villa: um negacionista à brasileira”. (MELO, 2014).

²⁴ FERREIRA, M. M. (Org.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

é o anticomunismo como elemento que une as direitas em torno da derrubada do presidente.

[...] o discurso anticomunista mais radical que associava Goulart ao perigo vermelho permaneceu confinado a setores da extrema-direita até fins de 1963, passando a conquistar mais espaço quando, a partir daí, serviu de 'cimento de mobilização anti Goulart', propiciando uma 'unificação de setores heterogêneos numa frente favorável à derrubada do presidente'. (MATTOS, 2008, p. 255).

Essa união em torno da ligação entre Goulart e o comunismo contribuiu para a queda do presidente e também com a construção de um anticomunismo que perdura até hoje. Ainda segundo Mattos (2008), para Ferreira,

[...] apesar de os discursos e as memórias dos conservadores associarem as reformas de base a uma abertura de espaço para implantação do comunismo no Brasil, as propostas concretas apresentadas estavam muito distantes do radicalismo que lhes atribuíam o discurso conservador dos contemporâneos [...]. (MATTOS, 2008, p. 256).

Ao que parece, os problemas apresentados pelos grupos golpistas foram supervalorizados, nada que não pudesse ser resolvido com o reconhecimento da democracia e com uma dose de vontade de que ela se fortalecesse; em outras palavras, os grupos golpistas queriam a queda do presidente e a construíram.

No ano de 2014 duas obras ganharam destaque: *1954: História do regime militar brasileiro*, de Marcos Napolitano, e *O golpe de 64: momentos decisivos*, de Carlos Fico. Para Napolitano (2014):

Defendo a interpretação de que em 1964 houve um golpe de Estado, e este foi resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista, cujas origens estão muito além das reações aos eventuais erros e acertos de Jango. O golpe foi resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira, marcada pelo embate de projetos distintos de país, os quais faziam leituras diferenciadas do que deveria ser o processo de modernização e de reformas sociais. O quadro geral da Guerra Fria, obviamente, deu sentido e incrementou os conflitos internos da sociedade brasileira, alimentando velhas posições conservadoras com novas bandeiras do anticomunismo. (NAPOLITANO, 2014, p. 9-10).

Carlos Fico também vai definir a deposição de João Goulart como um golpe civil-militar, confirmando a participação de parte da sociedade:

[...] não é o apoio político que determina a natureza dos eventos da história, mas a efetiva participação dos agentes históricos em sua configuração. Neste sentido, é correto designarmos o golpe de Estado de 1964 como golpe civil-militar: além do apoio de boa parte da sociedade, ele foi efetivamente dado também por civis. Governadores, parlamentares, lideranças civis brasileiras – é até o governo dos Estados Unidos da América – foram conspiradores e

deflagradores efetivos, tendo papel ativo como estrategistas. Entretanto, o regime subsequente foi eminentemente militar e muitos civis proeminentes que deram o golpe foram logo afastados pelos militares justamente porque punham em risco o seu mando. (FICO, 2014, p. 9).

O golpe seria resultado da coalisão de grupos contrários a Goulart e cada um contribuiu à sua maneira. Napolitano apresenta ainda a ideia defendida por esses grupos:

Tradicionalmente ligada à linha liberal-conservadora, a grande imprensa brasileira consolidou a leitura de que o país caminhava para o comunismo e a subversão começava no coração do poder, ou seja, a própria Presidência da República. (NAPOLITANO, 2014, p.46).

A imprensa foi a porta-voz dos golpistas e esse discurso vinculado pela grande imprensa seria largamente utilizado pelos jornais menores em todo o país. Sobre a participação da imprensa no golpe, Capelato escreve:

Na década de 60, conflitos sociais e políticos vêm a tona. São identificados como 'desordem' provocada pelos comunistas. O velho fantasma volta a rondar o país e os 'guardiães da boa sociedade' empenham-se na articulação de um golpe para salvá-la. Nesta época, populismo, (varguismo, janguismo) e bolchevismo são sinônimos. A imprensa marca sua presença na Luta pela 'família, Deus e liberdade'. (CAPELATO, 1988, p.53).

Fico (2014, p.30-31) observa que “grupos nacionais com o apoio dos Estados Unidos, patrocinaram, entre 1961 e 1964, uma grande campanha contra o presidente João Goulart, que envolveu muito dinheiro e extensiva atividade de propaganda,” com objetivo de desestabilizar o governo.²⁵ O autor observa ainda que existe farta documentação para comprovar tal campanha de desestabilização. Segundo o historiador (FICO, 2014, p.32), o “governo americano passou a fornecer recursos diretamente aos governadores que faziam oposição ao governo Goulart.”

A campanha de desestabilização estendeu-se até as vésperas do golpe de 1964. No dia 20 de março, o United States Information Service (Usis) terminou um relatório planejando gastos de mais de US\$ 500 mil com atividades de propaganda em rádio, imprensa escrita e unidades móveis de exibição de filmes, entre outras. Contabilizando-se também os gastos com publicações de livros, ensino de inglês e programas de intercâmbio, chega-se ao valor de US\$ 2 milhões apenas para 1964. (FICO, 2014, p. 33).

²⁵ Para saber mais sobre a participação do EUA no golpe de 1964, leia: FICO, C. **O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Dentre os envolvidos no programa estadunidense de desestabilização do governo brasileiro, estava o exército:

O material de propaganda era volumoso e enviado para as autoridades brasileiras. Os recursos, sofisticados, como os equipamentos para exibição de filmes. Em 1963, foram feitas 1.706 exibições para 179 mil militares somente no Rio de Janeiro. (FICO, 2014, p.33).

O objetivo dos EUA era que o Brasil continuasse em seu campo de influência, uma vez que vivíamos a Guerra Fria.

Para as elites civis e militares que elaboravam o discurso para classe média reproduzir, o Brasil tinha um destino histórico, era uma espécie de último 'baluarte do ocidente', como queria o general Golbery do Couto e Silva, seja lá o que isso significasse realmente. O reformismo dos 'demagogos', como eram nomeados trabalhistas e socialistas, era a porta de entrada para o totalitarismo comunista, cabendo ao Estado defender os valores 'cristãos e ocidentais'. É claro, também dar uma ajudinha para o capital multinacional, elo material do Brasil com o 'Ocidente'. (NAPOLITANO, 2014, p. 48).

Se o Brasil tinha esse "destino heroico" de combate ao comunismo, uma parcela do exército se mostrava pronta para a batalha, mas não era sem ajuda internacional. Fico (2014, p.34) aponta que "duas associações de empresários se destacam nas iniciativas de desestabilização, o Ipes e o Ibad." E Napolitano (2014) observa que tais institutos "davam o tom das críticas ao governo":

Organizações como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto de Ação Democrática (Ibad) davam o tom das críticas ao governo, produzindo materiais de propaganda negativa e articulando os vários setores da sociedade que eram contra o trabalhismo e visceralmente anticomunistas. (NAPOLITANO, 2014, p. 48).

Para Napolitano (2014), os discursos contrários ao governo e suas ações tinham objetivos maiores que a simples declaração de oposição:

O discurso antigovernista e antirreformista conservador disseminado sistematicamente pela imprensa a partir do final de 1963, épico e jactante, serviu para encobrir velhos interesses de sempre, sobretudo dos grandes proprietários de terra que se sentiram ameaçados pelos projetos de reforma agrária, ou pelos interesses multinacionais os quais se sentiam ameaçados pelo nacionalismo econômico das esquerdas trabalhistas e comunistas. (NAPOLITANO, 2014, p.49).

Em 1964 havia projetos diferentes em jogo, e o projeto da elite venceu. Não é difícil de compreender que não havia uma ameaça comunista no Brasil em 64, assim como é fácil encontrar evidências de construção dessa ameaça comunista por parte dos golpistas. Era necessário justificar a queda de um presidente eleito

democraticamente, era necessário conter o avanço de um projeto que não tinha como foco a elite brasileira; no auge da Guerra Fria e com apoio financeiro internacional, não foi difícil executá-lo.

E quanto aos livros didáticos, que versão dos fatos de 64 apresentam? Será que apresentam apenas a versão dos “esquerdistas” e “comunistas”? Para entender a versão historiográfica presente nos livros didáticos é necessário compreendê-los como objetos e para isso Bittencourt (2018, p.247) classifica o livro enquanto “mercadoria, suporte de conhecimentos escolares, suporte de métodos pedagógicos, veículo de um sistema de valores”. Nesse sentido, ele é complexo e recebe interferências e contribuições variadas. Vejamos:

1 - Produto cultural: para Bittencourt o livro é uma mercadoria ligada ao mundo editorial e à lógica da indústria cultural do sistema capitalista. Sendo uma mercadoria, não é neutro, apresenta, portanto, uma intencionalidade definida pelas exigências desse mercado.

2 - Suporte de conhecimentos escolares: apresentam os conteúdos que serão trabalhados em cada série de forma sistemática e organizada. Diferente do que muitos possam pensar, tais conteúdos não são definidos pelos professores, mas sim pelo Estado. Esses conhecimentos escolares sofrem a interferência do governo instituído, uma vez que este vai apresentar o currículo válido para aquele período, além de definir regras de avaliação do próprio livro.

3 - Suporte de método pedagógico: sendo suporte de método, além do conteúdo ensinado, apresenta também como ensinar por meio de dicas de exercícios e atividades, interferindo diretamente na prática do professor.

4 - Veículo de sistema de valores: ele é produzido em dado período, sob a influência de determinada cultura e ideologias, para uma dada sociedade.

Além disso, o livro também recebe a interferência de professores e alunos, os quais não são meros depósitos de informações, mas indivíduos com valores, saberes, conhecimentos e experiências acumulados que se misturam aos conhecimentos apresentados nos livros, resignificando-os. Todos os elementos envolvidos na confecção de um livro didático nos mostram que não é coerente pensar que toda a responsabilidade sobre o ensino de História do golpe militar seja exclusivamente do professor, pois vários fatores estão envolvidos.

Uma análise rápida nas pesquisas realizadas sobre o golpe nos livros didáticos nos mostra que o conhecimento presente nesses livros acompanha o

conhecimento produzido pela historiografia. A pesquisa realizada com livros didáticos por Mateus H. F. Pereira e Andreza C. I. Pereira (2009, p. 197-206), no período de 1970 e 2000, mostra que as razões que levaram ao golpe foram apresentadas de diversas maneiras: crise econômica, política e social; renúncia de Jânio Quadros; crise do populismo; oposição ao governo de João Goulart; e ainda agitações políticas, incapacidade do governo de João Goulart e incapacidade de João Goulart. Vejamos:

1 - Crise econômica, política e social: o período é apresentado como agitado, com manifestações, greves, inflação, alto custo de vida; a política adotada por Jango era a responsável por tal desordem e promovia choques políticos entre a esquerda e a direita, e assim o golpe “inevitável”.

2 - Renúncia de Jânio Quadros: a renúncia de Jânio é apresentada como uma tentativa de golpe e uma situação que “quase levou o país a uma guerra civil”.

3 - Crise do populismo: sem indicar quando começa a crise, o governo Goulart é apresentado como o momento auge da crise do populismo e essa crise teria levado a mobilização das classes populares e empresarial a desencadear o golpe.

4 - Oposição ao governo de João Goulart: este começa a adotar “medidas esquerdistas”, tais medidas provocam agitações e indisciplina, inclusive entre os militares, gerando descontentamento por parte da população, políticos e militares.

O governo é apresentado como incapaz, covarde, com acentuada fraqueza, e responsável por um golpe inevitável. Após uma análise rápida e simplista desse estudo é possível compreender por que atualmente muitas pessoas defendem o golpe e a ditadura militar.

Em pesquisa realizada por Osvaldo Rodrigues Junior e Letícia Seba (2019, p.227-228), foram analisadas três coleções importantes: *História, Sociedade & Cidadania*, de Alfredo Boulos (2015); *Araribá – História*, organizado por Maria Raquel Apolinário (2015); e *Vontade de saber*, de Adriana Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini (2015); portanto algumas das coleções mais escolhidas pelos professores nos últimos anos...

Segundo os pesquisadores, todos os livros apresentam o golpe como “golpe-civil-militar” e como um movimento protagonizado pelas Forças Armadas. No livro *História, Sociedade & Cidadania*, o movimento é apresentado como uma união entre latifundiários, industriais, banqueiros e classe média contra os “agentes de Moscou”, supostos comunistas que pretendiam implantar o socialismo; no *Araribá-História*, um dos principais fatores é “enxergarem Jango como uma ameaça comunista”; e o

Vontade de saber indica que “a justificativa dos golpistas era a necessidade de garantir a ordem interna do país” (RODRIGUES; SEBA, 2019, p. 231).

É possível compreender que, na medida em que se ganha distância dos governos ditatoriais e com a presença de novas pesquisas sobre o assunto, as razões do golpe apresentadas nos livros mudam. Como vimos, os livros didáticos são influenciados pelos governos que definem e avaliam seu conteúdo, mas também são influenciados pelas pesquisas historiográficas. E diferentemente do que imaginam os negacionistas, o ensino de História não esteve sempre ao lado dos golpeados e “esquerdistas”, houve um tempo, e ele foi bem longo, em que os conteúdos presentes nos livros de História privilegiavam a versão dos militares e golpistas. Talvez, também por isso, a presença de uma memória positiva desse evento seja tão presente.

CAPÍTULO 3 - REPRESENTAÇÕES ANTIMOMUNISTAS: O COMUNISMO E O GOLPE CIVIL MILITAR NO JORNAL DA MANHÃ

Figura 4 - Verde e amarelo, sem foice e sem martelo



Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

Em 1964 era possível ler: “Verde e amarelo, sem foice e sem martelo” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), na primeira página do *Jornal da Manhã*, demonstrando claramente seu posicionamento nos acontecimentos que marcariam a história política do país. O *Jornal da Manhã* era um jornal com forte apelo político, trazendo em seu conteúdo a posição política de seu proprietário, o deputado estadual pela UDN João Vargas de Oliveira, um anticomunista assumido. É possível perceber em suas páginas todas as características do anticomunismo brasileiro: ideias cristãs, nacionalistas e liberais, e ao mesmo tempo conservadoras, disputavam espaço com muito conteúdo político, objetivando engrandecer seu proprietário. Ao longo do ano, o jornal representou o comunismo como algo maléfico, tentando comprovar em suas páginas a ligação entre o presidente João Goulart e essa “doutrina nefasta”, e incentivou seus leitores a combatê-la.

Este capítulo está assim estruturado: Representações anticomunistas no Jornal da Manhã, João Vargas de Oliveira e o comunismo, Comunismo e cristianismo, Comunismo e educação, Comunismo e corrupção; Comunismo e Goulart, Goulart e o golpe comunista, O comício das reformas; Comunismo pós-golpe. O critério para escolha de tais temas foi a presença constante destas discussões no JM.

3.1 REPRESENTAÇÕES ANTICOMUNISTAS NO JORNAL DA MANHÃ

Comunistas

As maiores fábricas de comunistas, entre nós, podem ser assim catalogadas: frustração, recalque, complexo e oportunismo. Bem poucos os idealistas, os que abraçam o bolchevismo alimentando um ideal honesto e sincero. A estes, com o nosso respeito. Aos outros, também com a nossa luta continua, o nosso desprezo.

Daí resulta que os vermelhos indígenas precisam ser audaciosos na sua ação não só de catequese como, também de infiltração, sabotagem do regime e expansão dos seus malfadados princípios.

Irreligiosos e cruéis, esposando pontos de vistas nos quais eles mesmos não acreditam, constituem perigo à nacionalidade, porque negam sua qualidade esquerdista, escapam dos debates mais francos, transigem quando necessário, fraudam quando podem, mentem sempre que preciso e tudo fazem, em síntese, para que sua nefasta doutrina, de destruição e morte, possa ampliar os seus tentáculos escravizadores. Usando e abusando das liberdades fundamentais asseguradas pelo regime democrático, onde dominam negam-nas de qualquer aspecto naturalmente porque o comunismo não pode se manter onde existem pluralidade partidária e liberdade de crítica e de associação.

Estão eles, os sinceros e os oportunistas, com o campo livre para o seu trabalho dissolvente, no Brasil. Todas as oportunidades e facilidades estão obtendo desse Governo. E aproveitam tudo, para que mais e mais afundem suas garras na carne da Democracia, a fim de extingui-la entre nós.

Daí sem dúvida, a necessidade de uma reação corajosa e eficiente da parte dos legítimos democratas, mesmo dos que estão fora dos partidos. Para

combater os comunistas não há necessidade de ser político atuante. Basta que seja um brasileiro atuante, na defesa da sua Pátria e na preservação das instituições que regem a nossa vida.

Entendemos que ninguém, sob qualquer desculpa ou alegação, deve permanecer indiferente. O inimigo é comum. Por isso, todos devem estar na frente da luta, com amor e fraternidade sim, mas com muita energia e vigor, pois não, a fim de que todos, em conjunto, defendam um patrimônio que também não é de algumas classes, mas da própria nacionalidade.

Os que hoje cruzam os braços, pensando que o problema não é seu, poderão ser os primeiros a pagar, com o seu sangue ou com sangue da sua família, pela sua omissão e indiferença. Com a democracia, apenas com este regime, poderemos resolver os nossos problemas, sem necessidade de ensopar de sangue inocente essas soluções. Lembremo-nos de que, em 1935, os comunistas chegaram a matar amigos e colegas, estes dormindo tranquilamente. Que não fará agora, que têm o apoio do Governo?

NOTA: Estes comentários, como os de ontem, já se encontravam redigidos quando a Nação, erguendo-se, enxotou os comunistas do Governo, juntamente com seus protetores. A advertência, todavia, permanece, de onde julgarmos oportunos, ainda, os referidos comentários. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1).

O texto acima define claramente a posição do JM frente ao comunismo, era anticomunista convicto. Para jornal, o indivíduo se tornava comunista por muitos motivos: frustração, recalque, oportunismo, sendo que nenhum desses motivos eram positivos. Dessa forma, o JM apresentava aquilo que Motta (2000, p.61) chama de “formulações simplórias”, características do anticomunismo liberal. E por tais motivos surgiriam os “vermelhos indígenas”, considerados “irreligiosos e cruéis”, capazes de defender pontos de vistas “nos quais eles mesmos não acreditam” (MOTTA, 2000). Apresentavam-se como um “perigo à nacionalidade”, porque “negam sua qualidade esquerdista, fraudam, mentem”, para que o comunismo possa “ampliar seus tentáculos escravizadores” (MOTTA, 2000).

E para o JM esses violentos comunistas estavam no Brasil, faziam parte do governo, se aproveitavam da democracia para destruí-la. Portanto, era preciso combatê-los, e para isso o indivíduo deveria ser “um brasileiro atuante na defesa da pátria” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). E essa luta deveria ser de todos e deve-se lutar “com amor, fraternidade, energia e rigor”, na defesa do “patrimônio” e da “nacionalidade” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Se alguém se ausentar da luta, poderia pagar com “sangue”, ou “sangue da sua família” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Uma vez que o único regime capaz de resolver os problemas do país era a “democracia”, e a opção pelo comunismo levaria inevitavelmente ao derramamento de sangue, a exemplo de 1935, onde comunistas teriam matado “amigos e colegas”, enquanto estes “dormiam tranquilamente” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Em 1964 a batalha travada pelo JM no combate ao comunismo foi levada tão a sério que, no dia primeiro de janeiro, o jornal já estampava em sua primeira página manchetes que indicavam sua paixão pelo tema “comunismo” e indicava o tom que esse tema ganharia em suas páginas ao longo do ano: “Inevitável a guerra entre Oriente e Ocidente”; “China Comunista preocupa Rusk” (JORNAL DA MANHÃ, 1964),²⁶ numa clara referência à Guerra Fria. Muito embora a principal manchete do primeiro dia do ano coloque o conflito como “inevitável”, a reportagem começa justamente com o primeiro-ministro chinês Chou En Lai²⁷ dizendo: “A guerra entre o Oriente e o Ocidente não é inevitável” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Indicações da posição da Igreja Católica frente ao comunismo também faziam parte da primeira página: “Dom Jaime: jogo dos comunistas está no Brasil” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), demonstrando que a opinião da igreja diante do comunismo era importante.

E também a opinião de João Vargas de Oliveira, atento às ações de Brizola: “Deputado João Vargas: Brizola tem saudade da ditadura” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). A notícia começa informando que o deputado paranaense teria encaminhado “requerimento de sua autoria, solidarizando-se com o jornalista David Nasser, face à estúpida agressão sofrida de parte do sr. Brizola” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Na notícia o caso não é explicado, mas a opinião de João Vargas em relação a Brizola é muito bem exposta. Em discurso realizado na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), João Vargas “classificou o sr. Leonel Brizola de baderneiro, homem primário” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), que:

abusa da paciência do povo brasileiro e está usando também dinheiros excusos para comprar rádio-emissoras e de estações de televisões, com o fim de atacar os homens públicos que almejam a continuidade do regime democrático em nosso país. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1).

E continua dizendo que Brizola “julga que já se encontra num regime totalitário ou ainda tem saudade da ditadura no Brasil”, que este, quando estava no governo do Rio Grande do Sul, fez uma “reforma agrária, mandando matar sitiantes e deixando suas famílias à míngua” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). E “Brizola e seus comparsas desejam implantar a ditadura no Brasil” (JORNAL DA MANHÃ, 1964); “o que pretende esse deputado é a implantação de um regime de força em nosso país” (JORNAL DA

²⁶ David Dean Rusk, Secretário de Estado Norte-americano entre 1961 e 1969.

²⁷ Zhou Enlai foi primeiro-ministro da República Popular da China entre 1949 e 1976.

MANHÃ, 1964). A notícia termina dizendo que João Vargas “critica a atual situação política brasileira, entregue, infelizmente, e com raras exceções, a irresponsáveis e que, a todo custo, desejam ver o Brasil comunizado, sob tutela de Moscou” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

O ano de 1964 se escreveria nestes termos: o mundo vivendo a Guerra Fria, e o Brasil passando pela construção e consolidação de um golpe que tiraria João Goulart da presidência da República, com a acusação de que este tinha ligação com comunistas. E dentre os comunistas, Brizola, seu cunhado, era acusado de ser uma das principais lideranças. Nas páginas do JM do dia primeiro de janeiro de 1964, era possível resumir a posição do jornal frente ao comunismo e a vida política do país, durante todo o ano.

Para o JM e para os anticomunistas daquele período, os comunistas estavam no governo. As denúncias de ligação entre o governo e o comunismo tomavam conta dos jornais que circulavam por todo o país; tentavam, assim, construir uma visão negativa do presidente a partir de sua suposta ligação com um mal que deveria ser combatido por todos: o comunismo. E para os jornais comandados por grupos de direita, isso era uma missão.

Se todo o jornal procura atrair o público, conquistar seus corações e mentes, com objetivo de conseguir adeptos para uma causa (CAPELATO, 1988), uma das “causas” primeiras do JM era convencer o leitor do quão mau era o comunismo e os comunistas. E, para tanto, não media esforços, apresentando diariamente conteúdos que “comprovavam” essa maldade.

Engajado na missão de “livrar o Brasil do comunismo” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), o JM se utilizou de inúmeros recursos para mostrar ao seu leitor o quanto isso era necessário, e o quanto era necessário o envolvimento de todos nessa luta contra os “vermelhos indígenas”. Para tanto, o jornal divulgou diversas informações: reportagens locais, estaduais, nacionais e internacionais, que demonstrassem o quão perigoso e presente no país estava o comunismo.

Segundo Maria Juraci Cavalcante,

O jornal condensa relatos sobre acontecimentos os mais variados que se referem, de modo especial, a um ordenamento material e simbólico daquela cidade em que é escrito. Além disso, ele não se limita a registrar os acontecimentos locais, pois tende a trazer para os leitores daquela cidade notícias de outras localidades, contendo uma noção de espacialidade, que traduzida em linguagem político-administrativa, típica de processos de edificação republicana como o nosso, cresce da esfera municipal à estadual, chegando a abarcar a nação e o plano internacional, sem descuidar de

unidades menores como bairros, distritos, becos e lugares mais ermos. (CAVALCANTE, 2019, p. 2-3).

O JM assim se apresentava com notícias variadas: locais, estaduais, nacionais e mundiais, como que tentando dar conta de contar sobre tudo aquilo que fosse notícia. Com a característica de não informar as origens das notícias, era possível saber sobre Cuba, União Soviética e China, com notícias sobre esses países circulando dezenas de vezes num único mês.

As notícias sobre o comunismo internacional nada tinham de positivo, com manchetes que comprovavam o quão ruim era o regime comunista: “Desmentido a Fidel Castro: Kennedy não pretendia reatar relações com Cuba” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 5); “Jovem se mata após ver parentes em Berlim Ocidental” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 6); “Concentração de escravos cubanos” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 6); “Fracassou a agricultura da União Soviética” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 3); “Assassinados: anuncia-se a morte de Nikita Krushev e Fidel Castro” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1); “Comunistas (chineses) vieram para o Brasil para matar democratas” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 3); “União Soviética desembarca cargas nucleares em Cuba!” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1); “Relatório ruralista repudia a ‘comunização das terras’” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 3); “Impressionante manifestação contra a comunização do ensino no Brasil” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1).

Nos primeiros meses de 1964, especialmente nos meses anteriores ao golpe, o JM se empenhou em construir a ideia de que o comunismo era muito mau e que estava muito presente no Brasil, e em particular dentro do governo: “Comunistas impediram que fosse realizada formatura na filosofia da Guanabara” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1); “Professores em manifesto: governo deseja comunizar o Brasil” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1); “Goulart manda eleger chapa de comunistas!” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.1); “Comunistas infiltram-se na Marinha brasileira” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.1); “Albino: Petrobrás dominada pelos comunistas; Prestes é o chefe!” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.1); “Cardeal Jaime Câmara: uma onda vermelha avassaladora se precipita sobre o país”, (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 5); “Comunistas agitam o meio rural: plano para tomada de poder” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1); “Dom Jaime: É ingenuidade não acreditar no perigo comunista” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.3); “Mobilização geral contra o comunismo” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.1).

E os avisos vinham de todos os lados, parecia que a sociedade brasileira inteira entendia que era necessário barrar os comunistas. Havia recado até de médicos mineiros: “Médicos mineiros afirmam que a ameaça do comunismo não permite mais omissão” (JORNAL DA MANHÃ, 1964):

[...] não é lícito a ninguém muito menos aos que exercem mandato do povo julgar que a democracia no Brasil não corre perigo e que direta ou indiretamente, favorecem o comunismo aqueles que julgam o contrário [...] ‘nenhum cidadão assiste o direito de calar, de alegar ignorância, de ser indiferente ou comodista, a menos que, acumpliciado em luta fratricida, se propugne talar de sangue o solo generoso da Pátria’ [...] através de greves ilegais, criminosos e até desumanas, os coveiros do regime cavam a cova rasa das nossas instituições e liberdade, escondendo-se sob o escudo do falso nacionalismo, sob as vistas complacentes e a convivência de certas autoridades. [...] tem livre acesso ao rádio e à televisão, para pregar a anarquia e até o fechamento do Congresso, enquanto sofrem vexames e ameaças as emissoras que abrem suas portas aos autênticos democratas. [...] fazem apelo ao Presidente da República para que tome atitude positiva, clara e insofismável em defesa da democracia e da Constituição, e às Forças Armadas, para que atuem, a todo o instante, pela sustentação e valorização da democracia, ‘dizendo basta aos agentes da perniciosa, guerra fria’. Termina afirmando ser necessária a união de todas as forças, no Executivo, Legislativo e Judiciário, para salvaguardar o Brasil das minorias que agrupam no CGT, UNE, Ligas Camponesas e outras organizações a serviço de greves, tumultos e desordens. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Nesse texto, atribuído aos médicos mineiros, fica claro quem eram os comunistas no Brasil de 1964: “as minorias que agrupam no CGT, UNE, Ligas Camponesas e outras organizações a serviço de greves, tumultos e desordens” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). As bandeiras de luta dos estudantes, trabalhadores urbanos e rurais eram vistas como ações de comunistas “irreligiosos e cruéis”, e era necessária a união de todas as forças para combatê-los.

Em opinião expressa em 31 de março, portanto, no período mais quente do golpe militar, o colunista Wambier começa seu texto dizendo não pertencer ao “grupo que enxerga vermelho em toda parte” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), e que pode “separar o comunista daquele que apenas tem o apelido” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Observa que “parece-me que posso separar o comunista daquele que apenas tem o apelido, mas que, efetivamente, não adota tal credo, embora defenda ideias afins” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), e continua:

Sei, também, que os comunistas, são danados para despistar. É da sua técnica, bem antiga, aliás ser comunista e, quando necessário, desmenti-lo ou pregar um par de lindas asas brancas nas respectivas costas e sair por aí, planando, como a mais pacífica de todas as criaturas... Andam de encíclicas nas mãos, cortando frases ou deturpando pensamentos dos papas, como a pretender fazer acreditar que Leão XIII e João XXIII eram

dois autênticos, bolchevistas, com perdão aos leitores da heresia. [...] (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.3).

Seu texto segue informando sobre a ação da embaixada brasileira em Moscou, no sentido de reconduzir ao Brasil brasileiros que estavam na Rússia. O texto aponta a presença de aproximadamente 800 brasileiros em toda a União Soviética. O colunista observa que, muito embora os

heróicos comunistas na sua totalidade, o são de porta de café, mas, mesmo assim, podem ser considerados forças atuantes que não devem ser subestimadas, não pelo seu poder de catequese e persuasão, mas pelo seu poder de trabalho em favor das suas idéias. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.3).

Embora os comunistas, em sua visão, não fossem assim tão atuantes, uma vez que era “de porta de café”, não deveriam ser “subestimados” porque possuíam forte “poder de catequese e persuasão” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Conclui incentivando a população a observar os “inocentes úteis, os vermelhinhas indígenas” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), que teriam ido para o “paraíso”, se referindo à URSS e convida o leitor a pensar no que está sendo mostrado. O raciocínio do colunista é no sentido de fazer a população pensar no “paraíso comunista” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), sua indicação é sutil, mas sem qualquer questionamento relacionado aos motivos do retorno dos brasileiros, apenas indicando uma visão negativa do regime soviético.

As representações anticomunistas no JM foram, ao longo de 1964, reproduzidas intensamente quase todos os dias. Optamos por analisar essas representações nos textos e discursos de Vargas de Oliveira, nas comparações entre cristianismo e comunismo; comunismo e educação; e comunismo e corrupção.

3.1.1 João Vargas de Oliveira e o comunismo

VARGAS OLIVEIRA: NINGUÉM DEVE JULGAR NINGUÉM, MAS A JUSTIÇA DEVE JULGAR A TODOS

Ainda com a finalidade de esclarecer a sua posição em face da situação nacional, resultante das atividades dos inquéritos policiais-militares ao redor da corrupção que imperava no País, o Deputado João Vargas de Oliveira voltou a ocupar a tribuna da Assembleia Legislativa do Estado. Entre outras coisas, afirmou o parlamentar pryncessino:

- ‘Ninguém pode aplaudir a corrupção e muito menos quando ela se apresentava com as características simplesmente espantosas nos desgovernos anteriores. Dispunha-se dos dinheiros públicos como se a Nação estivesse sendo saqueada. O tráfico de influências maltratava o País e depunha contra a administração pública. Os bons eram prejudicados em

favor dos maus. Viveu-se a era dos audaciosos, porque o cafajestismo dominava por toda parte, como o beneplácito oficial. As fortunas mais altas foram feitas do dia para a noite, enquanto o povo era vítima do maior processo espoliativo de que se tem memória. Furtava-se às escândaras e o grupo de inescrupulosos, protegidos pelos principais homens do Governo, não tinha mãos a medir no seu trabalho de empobrecimento do Brasil e de aviltamento das instituições. Tudo em prejuízo do povo, desse pobre e triste povo brasileiro, que tanto tem sofrido pela incapacidade dos seus governantes’.

Subversão

A par de tudo isso, o processo de subversão vinha se desenvolvendo com rapidez e audácia incríveis. Pondo reformas sociais necessárias e justas, à frente de atitudes demagógicas as mais aviltantes, os principais líderes da situação anterior outra coisa não estavam fazendo senão levar o País à República Sindicalista, sonho dourado dos comuno-sindicalistas que vinham desassossegando o povo e intranquilizando os espíritos República Sindicalista idealizada pelo ex-presidente nos seus contactos com o ditador da Argentina, o general Perón, a fim de que pelegos semianalfabetos, fossem elevados à condição de estadistas e o povo passeasse à situação de párias sociais, em benefício de uma casta de aproveitadores. Aliaram-se, dessa forma, a corrupção e a subversão e tudo marchava a contento desses maus brasileiros, quando a Nação se alertou.

Reação feminina

‘E o brado de alerta foi proferido, do alto das montanhas de Minas Gerais, pela Mulher mineira, logo apoiada pelas senhoras de São Paulo, da Guanabara, do Rio Grande do Sul e de outras unidades federativas. Num instante, o Rosário, nas mãos femininas, se transformou numa poderosa arma de combate à subversão e à corrupção desenfreadas, advindo, daí, o movimento democrático mais bonito da nossa História. Pressionada por essa atitude das senhoras brasileiras, que não queriam o comunismo ateu nem desejavam que o roubo se transformasse em costume natural dos administradores, a opinião pública brasileira também se mobilizou. E as marchas da família com Deus pela liberdade, constituíram acontecimentos que imortalizaram os homens e as mulheres livres do Brasil’.

Revolução

‘Foram as nossas Fôrças Armadas, nessa emergência, quando se jogavam os destinos da Pátria comum, chamadas a intervir. O soldado do Brasil foi convocado para a luta, que se impunha de forma imediata. O povo brasileiro é que chamou os soldados de Osório, de Tamandaré e de Eduardo Gomes para que livrassem a nacionalidade do assalto que lhe vinha sendo desferido, impiedosamente. E as Fôrças Armadas não tiveram outro caminho a seguir senão aquele que lhes estavam sendo indicados pelo Rosário, que as mulheres seguravam em suas mãos, seus olhos voltados a Deus, rogando amparo e proteção. Não preciso rememorar os dias desse movimento democrático. Não há necessidade de voltar a citar os episódios marcantes e decisivos da vitória do bem contra o mal. Do triunfo da democracia. Os maus foram afastados do Poder, uns fugindo covardemente, outros se deixando ficar, certos de que estávamos em face de uma quartelada, de um simples movimento para troca de nomes’.

Apuração de culpas

‘Não se tratava, porém, de troca de homens ou de nomes, como muitos acreditavam. Estávamos em face de um movimento sério, profundamente honesto, com o único sentido de recuperar o País e repor o Brasil na posse de si mesmo. Deu-se começo, por isso, à apuração de culpas e responsabilidades por todos os males praticados contra a Nação. Creio que se cometeram algumas injustiças, tanto e tão difícil era o trabalho a executar para chegar se depressa ao fim, que seria o início, real e efetivo, de uma nova era para o povo brasileiro, livre dos seus exploradores. Essas injustiças, porém, serão reparadas, tenho disso certeza absoluta. Quem não deve nada terá que pagar. Apenas os faltosos é que sentirão o peso da Justiça. Vou mais longe: acredito que dentro de tempo menor do que se pensa, os inocentes serão inteiramente justificados, pois a Revolução não trouxe, na sua

crista, o ódio e o rancor. Conduziu, isso sim, uma mensagem que todos saberão compreender quando ela estiver sendo totalmente exposta pelo preclaro presidente Castelo Branco, após feita a indispensável e intransferível limpeza do terreno. Dentro do programa esposado e defendido por todos os revolucionários, com o apoio entusiástico da população brasileira, foi atribuído aos militares, sem ligações político-partidárias, a delicada e espinhosa tarefa de apurar as culpas e proclamar as responsabilidades de tudo quanto fôsse considerado atentatório ao bem estar do povo e ao renome do Brasil. É o que deveria ser feito. É o que está sendo feito. É possível que tenha havido excessos e violências de militares menos serenos e mais afoitos, mas isso foi condenado pelo Sr. Marechal Castelo Branco e não encontrou receptividade no Sr. Ministro da Guerra, general Arthur Costa e Silva. O trabalho tinha que ser feito. E o foi, nas condições já mencionadas. Terminado o período necessário o próprio Sr. Presidente da República extinguiu a Comissão Geral de Investigações, devendo os processos ser entregues à apreciação do Poder Judiciário, para todos os efeitos’.

Julgamentos

‘Os julgamentos dos processos, portanto, serão realizados por Juízes com toga e não por militares com juponas. Atinjam a quem atingir. Doam a quem doer, as culpas serão proclamadas e punidas, como satisfação do novo Governo, à opinião pública do País. Não vejo, por isso, razão para tanta celeuma em torno do processo normal a que a Revolução se propôs, isto é, apurar as culpas dos culpados e a responsabilidade dos responsáveis. Os inocentes nada sofrerão, naturalmente, e os que acaso estão neste rol, tenho a certeza, como já acentuei, terão o seu caso revisto e a sua situação reparada totalmente. Os indivíduos que se aproveitaram das facilidades anteriores, vindo a se favorecer pessoalmente ou beneficiar parentes ou grupos, êsses, no entanto, têm que prestar contas dos bens mal-havidos. Devem ser justicados, mesmo porque a justiça não existe apenas para alguns. E não importa se entre eles estejam ex-presidentes da República, ex-governadores de Estado, senadores, deputados e outras figuras altamente postas na vida. Todos são iguais perante a lei e é isso que, dentro em breve, todos haveremos de sentir no País como principal efeito da Revolução Democrática. Ninguém deve julgar ninguém, mas a Justiça deve julgar todos como é preciso sob pena de ficarem comprometidos os grandes ideais em razão dos quais se desejou e se fez a revolução’.

Conclusões

Finalizando o seu pronunciamento, na Assembleia, o Deputado João Vargas de Oliveira, cujo pensamento, então exposto, aqui estamos registrando, afirmou:

‘Não desejo nem peço o mal de ninguém. Não sou homem de ódios nem de acertos de contas pessoais. Costumo entregar tudo nas mãos de Deus, mas a parte que me cabe, como representante do povo, eu a procuro realizar da melhor maneira possível. Repugna-me, como cristão, cometer qualquer injustiça motivo pelo qual mais uma vez eu apelo para que qualquer ato, que tenha por ventura constituído injustiça, seja reparado sem qualquer demora. Não concebo uma Revolução como a que fizemos, entregando-se a fazer o mal pelo simples prazer de o praticar. E quero, de passagem, repetir a afirmativa anterior: julgo o corrupto um criminoso que deve ser castigado sob pena de se comprometer todos os princípios morais que norteiam e disciplinam a vida humana. Quanto ao subversivo, penso que sua falta deve ser apurada, com muito cuidado pois não considero subversivo o brasileiro que defende uma ideia e não pratica ato material que possa colocar em perigo a Pátria ou as suas instituições republicanas’.

‘Assim sendo, devemos concluir que não cabe culpa aos militares, quando se descobrem irregularidades de quem quer que seja. Se as testemunhas, que depõem nos inquéritos, citam tais ou quais nomes, aos militares e civis, de que se compõe essas comissões de inquéritos, não têm outra alternativa, se quiserem ser honestas, senão a de apurar a denúncia. Se houve, ou ainda há, sensacionalismo na divulgação de nomes de pessoas proeminentes, isso

ocorre à conta da liberdade de imprensa que existe no País, nunca à conta das comissões de inquéritos e dos seus respectivos membros'. Eram esses os esclarecimentos que eu desejava prestar desta minha tribuna de representatividade do povo paranaense. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 2, grifo nosso).

Em discurso proferido na Assembleia Legislativa do Estado e publicado no JM do dia 1 de novembro, Vargas de Oliveira apresentou “a sua posição em face da situação nacional, resultante das atividades dos inquéritos policiais-militares ao redor da corrupção que imperava no País” (JORNAL DA MANHÃ, 1964) e fez um resumo dos acontecimentos políticos de 1964. No julgamento do deputado udenista, todas as ações do governo Goulart e de seus opositores estavam intimamente ligadas aos comunistas e aos seus projetos de tomada de poder.

O deputado começou seu discurso denunciando a corrupção presente no governo, e observou que esta acontecia “com o beneplácito oficial”, os corruptos “protegidos pelos principais homens do Govêrno” (JORNAL DA MANHÃ, 1964) e tudo isso acontecia devido a “incapacidade dos seus governantes”. Enquanto a corrupção era prática comum, a “subversão vinha se desenvolvendo com rapidez e audácia incríveis” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), levando a construção de uma “República Sindicalista, sonho dourado dos comuno-sindicalistas” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Mas a “Nação se alertou” e “o brado de alerta foi proferido do alto das montanhas de Minas Gerais, pela Mulher mineira” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Seu discurso, até meio poético, mostrou a força das mulheres brasileiras com seus rosários nas mãos contra o comunismo, “num instante, o Rosário, nas mãos femininas, se transformou numa poderosa arma de combate à subversão e à corrupção desenfreada, advindo, daí, o movimento democrático mais bonito da nossa História.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

“O soldado do Brasil foi convocado para a luta” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), convocação esta feita pelo povo brasileiro, “e as Fôrças Armadas não tiveram outro caminho a seguir senão aquele que lhes estavam sendo indicados pelo Rosário” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). E para o deputado udenista, esse foi um “movimento democrático”, a “vitória do bem contra o mal” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), o “triunfo da democracia”, os “maus foram afastados do poder.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Vargas de Oliveira seguiu seu discurso comentando a necessidade de apurar as culpas, porque, em sua opinião, o movimento que derrubou Goulart era um “movimento sério profundamente honesto, com o único sentido de recuperar o País e

repor o Brasil na posse de si mesmo” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Justificou que se os inquéritos policiais-militares cometeram alguma injustiça, elas “serão reparadas, tenho disso certeza absoluta” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Comentou sobre a tarefa de “limpeza do terreno”, tarefa esta “indispensável e intransferível” (JORNAL DA MANHÃ, 1964) que estava sendo realizada pelo novo governo sob o comando de Castelo Branco. Observou que era possível que tivesse “havido excessos e violências de militares menos serenos e mais afoitos”, mas que isto não era apoiado por Castelo e nem pelo então Ministro da Guerra Costa e Silva, e completou dizendo que os “julgamentos dos processos, portanto, serão realizados por Juízes com toga e não por militares com juponas.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Ao concluir seu discurso, o deputado se diz parte atuante na “Revolução” e observou acreditar na justiça desta, “não concebo uma Revolução como a que fizemos, entregando-se a fazer o mal pelo simples prazer de o praticar”. Observou, ainda, que em sua opinião “o corrupto, um criminoso que deve ser castigado sob pena de se comprometer todos os princípios morais que norteiam e disciplinam a vida humana” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Em relação ao subversivo, ele esclareceu: “não considero subversivo o brasileiro que defende uma ideia e não pratica ato material que possa colocar em perigo a Pátria” (JORNAL DA MANHÃ, 1964) ou as suas “instituições republicanas” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). E finalizou dizendo que “não cabe culpa aos militares, quando se descobrem irregularidades de quem quer que seja.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Em um único discurso, o deputado udenista e proprietário do JM resumiu os acontecimentos políticos de 1964 e também apresentou sua posição política. Ele era um político democrata, cristão fervoroso, que entendia o comunismo como um mau a ser combatido, via Goulart como homem fraco e corrupto e entendia o golpe, no qual afirmava participar, como um movimento legítimo e resultado da vontade do povo.

A presença de Vargas de Oliveira no jornal se dava sempre por meio de discursos realizados anteriormente na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) ou por meio de textos destinados ao povo de Ponta Grossa, e é certo que essa presença se fazia com frequência. Em seus discursos, João Goulart e o comunismo eram assuntos sempre presentes.

Em janeiro de 1964, o JM ofereceu aos seus leitores um discurso na íntegra de João Vargas na sessão do dia 29 da Assembleia Legislativa do Paraná; nele Vargas relata sua opinião sobre o do governo João Goulart,

O país vem vivendo toda sorte de agitações, de greves ilegais, de tumultos promovidos pelos esquerdistas pelas extremas esquerdas, pelas esquerdas, como dizem, positivas e negativas, que não sabemos qual a pior. Felizmente para nós eles são uma minoria inexpressiva não só no Congresso nacional, como no Exército, nos meios estudantis e enfim em todas as classes. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

É possível perceber que ainda que Vargas de Oliveira se apresentasse como um democrata, ele era contrário às manifestações. Ele inicia seu discurso observando que muito embora agitem o país com manifestações, a esquerda era “minoría inexpressiva”, porém, ainda assim, com uma visão bastante contraditória, ele visualiza uma situação bastante perigosa para o país com a trama de uma possível revolução seguida da instauração de uma ditadura. As evidências observadas para tal conspiração seria o fato de o governo Goulart defender reformas, especialmente a reforma agrária. Vargas se dizia, a favor das reformas, ainda que a certa altura do texto admita o que realmente pensava: “todos nós sabemos que a reforma agrária em si não adianta.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 2).

Nesse mesmo discurso, ele observa: “quero reafirmar que sou contrário a qualquer golpe, venha de onde vier da esquerda ou da direita, seja civil ou militar” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), muito embora fique evidente nas páginas de seu jornal seu apoio incondicional ao golpe que derrubou Goulart.

Mais adiante Vargas de Oliveira atenta: “sou um democrata sincero, porque se não o fosse, não estaria aqui, mas em algum sindicato” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 2). Para Vargas, o sindicato era espaço de pessoas contrárias à democracia, logo agentes de uma possível ditadura. Os sindicalistas seriam os comunistas temidos por ele?

Autodeclarado cristão fervoroso, Vargas de Oliveira realizava orações na Assembleia Legislativa, sendo dele um projeto de lei que orientava que fossem realizadas orações antes de iniciar todas as sessões da Câmara. De acordo com o projeto do deputado, ao iniciar os trabalhos, o presidente de casa deveria pronunciar, “Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 2). Vargas justificava seu projeto por meio da necessidade de todos estarem mais próximos a Deus, invocando sua presença e necessitando prestar-lhe agradecimentos, especialmente, “nesses tempos maus pelos quais estamos passando, em virtude de o indivíduo teimar no caminho errado, que o está afastando do Criador.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 2).

Na luta contra o comunismo, todas as armas deveriam ser usadas, dentre elas a oração. Ao final da reportagem, o jornal faz um comentário, onde agradece a Deus a queda de Goulart e o livramento da nação brasileira das “garras do ateísmo soviético” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1):

Mais uma vez, nossos efusivos cumprimentos ao preclaro autor da iniciativa de que estamos nos ocupando. Afastada de nós a terrível ameaça de comunização do País, graças a Deus é de nosso estrito dever cristão render-Lhe o tributo mais sincero e honesto de nosso respeito filial, pelo inestimável bem que o pai propiciou a Nação brasileira, livrando-a das garras sanguinárias do ateísmo soviético. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1).

O udenista via a “revolução” como uma providência divina e por isso todo cristão deveria dar graças.

O deputado anticomunista foi alvo da “sanha dos comunistas locais”. A façanha dos comunistas teria sido incentivada pela vinda do deputado Armando Falcão em função da criação da “União Feminina e da Frente Cívica” na cidade, “movimentos espontâneos” surgidos com a “finalidade de se opor à investida soviética em nosso meio” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). O deputado teve “seu nome mencionado num boletim espalhado pela cidade” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), e foi chamado de “explorador do povo”; ainda segundo o jornal, o boletim trazia a “assinatura de alguns comunistas notórios” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). De acordo com esse texto do JM, é possível supor dois elementos característicos da cidade de Ponta Grossa: o primeiro deles é que havia “comunistas” na cidade, e o segundo era que Vargas de Oliveira, assim como todo político, possuía desafetos. Sendo o dono do JM, ele se viu com direito defesa do proprietário.

Após longa explanação das possíveis razões para os ataques, o jornal observa que tampouco o deputado sabe a origem do ódio e conclui que o motivo pode ser “inveja” da “situação desfrutada pelo parlamentar” ou “represália pela atitude visceralmente anticomunista” (JORNAL DA MANHÃ, 1964) do deputado, e acrescenta que neste caso os comunistas teriam razão,

pois João Vargas de Oliveira tem verdadeiro horror ao comunismo e não se cansa de lhe dar combate, pela sua tribuna de Assembléia e pela imprensa e rádio. Cristão por fé e convicção, Sua Excelência não teme arrogâncias de ninguém e sempre que for preciso estará na primeira linha de batalha, a fim de dar combate aos inimigos da Pátria, aos traidores que pretendem, através de sofismas e intimidação, entregar o Brasil à tutela russa ou chinesa, como aconteceu em Cuba. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.1).

Se o assunto fosse o governo ou o comunismo era sempre motivo para longos textos, quase sempre de primeira página. E em um momento de ataque de “comunistas” a Vargas de Oliveira, a melhor defesa era justamente o ataque. Dessa maneira, o texto seguiu atacando Goulart e seu governo. Defendeu que Vargas de Oliveira era favorável às reformas, porém contrário que essas fossem feitas pelo governo que ele chamava de corrupto.

Em sã consciência, elementos assim não merecem a confiança da Nação para as reformas de que o Brasil tanto precisa. Elas devem ser feitas dentro da Constituição, em obediência à lei, pois o País, mercê de Deus, ainda possui uma estrutura jurídica a ser observada. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.1).

O texto apresenta o deputado como homem tão honrado que não guarda “rancores”, que possui “princípios religiosos”, “não incomoda ninguém” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), porém,

É, isso sim, contra os comunistas. Não tem nada contra os verdadeiros líderes sindicais, os quais merecem o seu respeito. Da mesma forma, nada tem contra os legítimos nacionalistas, porque é um deles, uma vez que é brasileiro e ama estranhadamente sua Pátria, que deseja ver grande, rica, próspera e livre dos trustes que tanto mal lhe fazem. [...] Por último, o Deputado João Vargas de Oliveira aproveita o desejo para afirmar ao grande e valoroso povo princessino que continua onde sempre esteve: ao seu lado, sempre à sua disposição, trabalhando em benefício da sua terra e dando combate sem tréguas aos comunistas, perigosos inimigos das nossas liberdades fundamentais. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.1).

Vargas se diz um legítimo nacionalista, combatente sem trégua do comunismo e defensor das “liberdades fundamentais.”

Ao utilizar a tribuna da Assembleia Legislativa no dia 19 de março, Vargas de Oliveira fez críticas ao presidente João Goulart e ao comício realizado dia 13 na Guanabara. No discurso, Vargas acusa Goulart de pregar abertamente a implantação de uma república sindicalista. Com certa frequência, em seus discursos, rogava a Deus que livrasse o Brasil do perigoso comunismo e observava que este não era um desejo do povo brasileiro, dizendo sempre ser confiante na resposta negativa que esse povo daria a tal ameaça.

Em carta assinada por ele e pelo deputado Horácio Vargas, eles agradecem ao povo de Ponta Grossa pela “alta compreensão do momento histórico” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), ao que eles chamam de “gloriosa jornada democrática capitaneada pelas nossas Forças Armadas” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), referindo-se ao golpe militar de 31 de março. Eles afirmam que o governo brasileiro, sob

comando de Goulart, estava sendo “assessorado, manobrado e dominado pelos extremistas soviéticos” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.1). Conforme abaixo:

Proclamação ao Povo.

No instante em que a Pátria vislumbra o reerguimento pelo qual tantos tanto trabalharam, a fim de que o império da lei retorne ao País, desejamos enviar nossos cumprimentos ao generoso povo pontagrossense, pela sua alta compreensão do momento histórico que a Nação está vivendo, mercê da Gloriosa jornada democrática capitaneada pelas nossas Fôrças Armadas e inspirada, não apenas pelos governadores que se puseram ao lado da Constituição, como pela totalidade da valorosa gente brasileira.

O Brasil estava sendo entregue ao comunismo, por intermédio das ações do próprio Presidente da República. A desordem campeava por íntimos da Presidência da República. A anarquia rondava os quartéis, de onde se tentava afastar a hierarquia e a disciplina, fundamentos essenciais de tôdas as grandes nações do mundo. O caminho se encurtava entre as liberdades e o seu total garroteamento, sob as vistas cúmplices de um Chefe de Govêrno assessorado, manobrado e dominado pelos extremistas soviéticos.

No instante certo, no entanto, foi dito não às fôrças desagregadoras. Já se entremostra, hoje, a vitória total dos que se batem pela Constituição e pelo respeito às leis. A Nação há de se reencontrar, a fim de prosseguir nos eu glorioso destino, com paz e liberdade, sob as bênçãos de Deus. E o povo brasileiro sentirá, dentro em breve, estamos certos, que o único caminho que nos serve é o indicado pela democracia e tutelado pela lei, pela ordem jurídica.

Com seus mandatários, queremos congratulamo-nos com o povo paranaense, com o Governador Ney Braga e com a brilhante tropa do Exército pelo patriótico trabalho já realizado, rumo à paz, à ordem, ao trabalho, à reconstrução e à reabilitação nacionais.

Deus há-de permitir que não haja derramamento de sangue. Que irmãos não destruam irmãos. Que prevaleça, nesta jornada democrática, o sentimento fraterno, que sempre uniu e haverá de unir todos os brasileiros, sob o manto do Cruzeiro do Sul.

Deputados João Vargas de Oliveira e Horácio Vargas. Em 02/04/1964. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1).

No dia 4 de abril, logo após o golpe militar, o jornal noticia uma viagem de Vargas de Oliveira e Horácio Vargas, ambos deputados do Paraná, para o Estado da Guanabara com objetivo de se encontrar com Carlos Lacerda e Magalhães Pinto e, assim, poder melhor informar a população da cidade sobre a “palavra dos grandes líderes democráticos” (JORNAL DA MANHÃ, 1964) e sobre os últimos acontecimentos, demonstrando ativa participação no golpe.

E esse não foi o único momento em que ele utilizou o seu jornal para se dirigir ao povo de Ponta Grossa, informando sobre sua participação e opinião a respeito do golpe. No dia 7 de abril, o texto tinha como título: “Ao povo pontagrossense” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), que o autor chamou de “manifesto”. Nesse texto Vargas dizia que tinha estado ausente de cidade, “desde o dia 29 de março”, mas presente nos acontecimentos nacionais; observou mais uma vez que esteve em contato com “Carlos Lacerda e outros altos próceres políticos e personalidades militares, para

exame da situação” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Continuou dizendo que “graças a Deus e à Nossa Senhora Aparecida, o Brasil está livre do comunismo” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Os apelos e agradecimentos a Deus são constantes nos textos de Vargas de Oliveira: “com Deus e contra o comunismo.” Falou de um “combate sem tréguas ao comunismo” e agradeceu aos militares por terem assumido o poder. Ele disse que “quase tudo foi destruído pelo governo, cujo único propósito era bolchevizar esta República e a entregar à cupidez vermelha.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

O Brasil estava, em suas palavras, “gravemente enfermo, tanto moral como financeiramente” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), e a vitória teria sido “a vitória do bem contra o mal” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Observou a necessidade da união de todos em torno daquilo que chama de “autoridades constitucionais”, “com Deus, com a Pátria, com a Família e com a Liberdade, devemos todos nos unir em torno das novas autoridades constitucionais.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Neste instante, ponho a Pátria, como sempre o fiz, acima de tudo, e conclamo todos os meus patrícios para uma união firme em redor da democracia, encarnada pelos brasileiros, civis e militares, que expulsaram o comunismo da nossa estremecida Pátria. Quero falar, de modo mais especial, aos trabalhadores e aos estudantes pontagrossenses. Aos dirigentes sindicais, envenenados por uma propaganda que, além de subversiva, era mentirosa e calçada em falsidades, em todos os seus aspectos. Usando as reformas necessárias ao Brasil como isca, mentiram quanto quiseram, caluniaram, roubaram e tudo fizeram no sentido de fazer acreditar que os tartufos estavam trabalhando pelo bem dos trabalhadores. A verdade, porém, é que nunca ninguém prejudicou tanto as classes obreiras, como a classe média, do que êsses embusteiros. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Em sua fala, a “pátria” é colocada “acima de tudo” (JORNAL DA MANHÃ, 1964) e os trabalhadores considerados indivíduos manipuláveis, que se deixam levar por “mentiras” e “falsidade” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Esse trabalhador não é visto como indivíduo com capacidade autônoma de pensamento, com ideais próprios, e muito embora os trabalhadores estivessem em busca de direitos básicos, ele apresentava a “classe média” como classe mais prejudicada.

O governo Goulart é apresentado como um governo que trabalha para beneficiar comunistas ligados a países comunistas:

E basta que se consultem os prêços dos gêneros de primeira necessidade, quando o Sr. João Goulart assumiu o Govêrno, com os de agora. O que êles estavam beneficiando era alguns audaciosos comunistas e pelegos a sôlido da Rússia, da China Continental e de Cuba, para o quais os dinheiros fartos da Petrobrás, da Previdência Social, do Instituto Brasileiro do Café e outras dependências federais, estavam à disposição, para comprar e corromper. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

É possível interpretar que ele não concebia os comunistas brasileiros com ideias próprias e pensando no Brasil. Da mesma forma que o trabalhador era visto como indivíduo manipulável, o comunista brasileiro também era. Ainda assim ele alerta: “ninguém quer negar ao trabalhador brasileiro tudo quanto êle merece e precisa” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1), porém tudo deve ser feito num “ambiente de calma e tranquilidade”, após esse ambiente ser “desintoxicado”. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Ao falar das reformas, o deputado udenista se diz favorável e acrescenta que elas eram um pretexto nas mãos do governo que só queria levar o país rumo a uma “ditadura sindicalista” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1).

Ninguém é contra as reformas agrária, bancária, tributárias, eleitoral e outras de qual o Brasil tanto carece. Mas dentro da Constituição, com espírito cristão, para que não se cometam injustiças nem se pratiquem crimes. A principal reforma era a do Govêrno que não reunia condições mínimas para realizar qualquer reforma. O Govêrno era desonesto e falso, vivia sob bases mentirosas e demagógicas. Não queria nenhuma reforma, mas agitação para implantar uma ditadura sindicalista. Agora, porém, vai ser diferente. Com o honrado General Humberto Castelo Branco na Presidência da República, pois acredito que êle será eleito pelo Congresso amanhã, iremos preparando tudo para que se dê ao Brasil tôdas as reformas que o povo precisa. Reformas honestas e sinceras. Reformas que, efetivamente, sejam do interêsse geral e não apenas de meia dúzia de espertalhões privilegiados. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1).

Nesse discurso, ele já tem a certeza da “eleição” de Castelo Branco para a presidência da República e aponta este como homem “honrado”, que conduziria as reformas que o Brasil precisava.

E mais uma vez ele faz referência a prisões de comunistas na cidade de Ponta Grossa, e se defende dizendo que nada tem a ver com as referidas prisões. O jornal não faz qualquer indicativo de quem foram as pessoas presas, mas a fonte nos mostra que nem todos eram a favor da queda de Goulart. Pesquisas indicavam que o presidente deposto era bem visto pela população. Sobre isso, Napolitano traz dados interessantes:

Os dados do Ibope mostram que, às vésperas de ser deposto, em março de 1964, João Goulart tinha boa aprovação na opinião pública das grandes cidades brasileiras, com 45% de ‘ótimo’ e ‘bom’ na avaliação do governo, e 49% das intenções de voto para 1965. Apenas para 16% dos entrevistados o governo era ‘ruim ou péssimo’, e 59% eram a favor das reformas anunciadas no Comício de 13 de março. (NAPOLITANO, 2018, p. 47).

No dia 11 de abril, o então deputado mandou celebrar uma missa em Ação de Graças pela vitória das “forças democráticas contra o comunismo internacional” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), sendo que, após a missa, o deputado recebeu “inúmeros cumprimentos dos presentes pela sua destemida ação em favor do regime” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), demonstrando assim sua intensa ação contra o comunismo e reforçando nas páginas de seu jornal o apoio da população ao golpe. Golpe esse que ele chamava de Revolução.

3.1.2 Comunismo e cristianismo

Uma boa parte dos textos referentes ao comunismo se apresentava “solta” nas páginas do jornal. Eles não possuíam ligação com as demais reportagens, não tinham indicação de origem e nem de autor. E com frequência relacionavam o comunismo a alguns temas, tinham características informativas e também formativas, uma vez que por meio delas o leitor construiria sua própria representação sobre os vermelhos. Reforma agrária, religião, corrupção, eram sempre relacionadas ao comunismo.

Religião foi tema muito debatido no JM. Numa sociedade cristã e conservadora, a proposta comunista pregando o ateísmo definitivamente não era vista com bons olhos.

A base da anticomunismo no JM era cristã. Essa característica vai estar presente em quase todas as representações de comunistas nas notícias do jornal. Mesmo que a informação não fosse de cunho religioso, em algum momento o apelo para livrar o país do comunismo ateu é sempre presente.

Alguns representantes da Igreja Católica também ganhavam destaque no jornal, com seus discursos contrários ao comunismo, em especial o cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, do Rio de Janeiro. E no primeiro dia de janeiro de 1964, o jornal já trouxe um texto de Dom Jaime falando sobre a presença do comunismo no Brasil. “Dom Jaime: Jôgo dos comunistas está no Brasil” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.1), nesta o Cardeal afirma que,

[...] seria ingenuidade julgar-nos, aqui nesse nosso Brasil, isentos da técnica diabólica de traições sôbre traições, mesmo que adornados com os nomes pomposos de nacionalistas e democratas, [...] serão péssimos brasileiros, impatriotas, os que de qualquer maneira se prestarem ao jôgo comunista, para desgraça do nosso povo e do próprio país. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.1).

O Brasil de 1964 é um país majoritariamente católico, a igreja correspondia aos preceitos definidos pelo Vaticano, e este se empenhava muito fortemente para combater o comunismo ateu. Para os católicos, portanto, seguir o que diz o padre, o cardeal, o bispo era uma questão de compromisso com sua fé, com sua religiosidade.

As manchetes referentes a Dom Jaime eram sempre com destaque e possuíam título de impacto: “Cardeal Jaime Câmara: Uma Onda Vermelha avassaladora se precipita sobre o país” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 5).

O comunismo ainda não apelou para as armas. Porém, mobilizou muita gente para o combate, mediante uma doutrinação anticristã, antibrasileira, nitidamente absolutista e totalitária. [...] pastores da Igreja no intuito de premunir os ânimos dos fiéis para que resistam ao comunismo ateu e inumano, ficam sem eco nas altas esferas políticas embora o povo sinta e se afluja ante a vermelha onda que se precipita sobre o Brasil. [...] No último domingo estava sendo distribuída uma folha volante nestes termos: ‘ajuda a fundar o Comitê de Mobilização Popular de teu bairro, da tua rua, de tua fábrica ou de tua escola!’ Já se chegou a este ponto de pregação revolucionária. Poderá o governo ignorar fatos assim tão público? (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 5).

A opinião do cardeal ajudava a formar a opinião do cristão pontagrossense. E mais uma vez os anseios de uma parcela da população se confundia com o comunismo. O comunista era terrível e deveria ser fortemente combatido, mas este estava certamente ao lado do povo em seus anseios, não para ajudá-lo, mas para dominá-lo; afinal para o anticomunista, o trabalhador, ou estudante que se deixava levar pelas ideias comunistas eram nada mais que um inocente útil.

As palavras do papa Paulo VI também estiveram presentes no JM do dia 14 de fevereiro de 1964. O jornal noticia que “depois da imposição das cinzas no primeiro dia da Quaresma” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), o papa pede aos sacerdotes que fizessem sua parte, para evitar que o povo caísse “sob domínio do comunismo” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Segundo o JM, o papa prosseguiu dizendo:

não devemos permitir que nosso povo, ainda tão cheio de bondade e de religião, e ainda tão atemorizado pela terrível e trágica experiência da última guerra, ceda, por falsa conveniência, a ideologia anti-religiosas que, se prevalecessem, seriam a ruína da liberdade e também da prosperidade. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1).

Para o leitor cristão do JM, o peso das palavras do Papa era certamente grande. A notícia da criação de um Instituto de Ateísmo Científico pelo Partido Comunista Soviético rendeu longo texto. Segundo este, o objetivo do instituto era “intensificar a campanha anti-religiosa na URSS” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Previa a criação de departamentos de ateísmo nas universidades, cursos de ateísmo nas

escolas, dentre outras medidas para incentivar o crescimento do ateísmo no país. O JM observava que era necessário o povo brasileiro conhecer tais fatos, onde claramente se via o “sentido soviético de animalização da criatura humana”, para que o povo viesse a se opor à “bolchevização” do Brasil.

O povo brasileiro, profundamente religioso, precisa de combater fatos dessa natureza, onde o que desponta com maior clareza, é o sentido soviético de animalização da criatura humana para que o seu ateísmo possa desenvolver-se com mais rapidez e embrutecer todos quantos têm a infelicidade de viver por detrás da Cortina de Ferro.

A crença, seja em Deus ou em Maomé, em Cristo ou em Buda, é pura questão de foro íntimo de cada um. A ninguém e muito menos ao Estado pode ser atribuído o direito de impedir que o homem estabeleça ele mesmo as bases da sua fé e da sua religião. O que se pretende é impor a descrença dos valores espirituais, para que melhor se fortaleçam os poderes estatais em relação as máquinas ou robôs que daí surgirão, por certo.

Existem razões sem conta para que o povo brasileiro se oponha, com todas as forças de que dispuser, à bolchevização do Brasil. Essa, de quem estamos nos ocupando, é uma delas. Por isso, devemos estar alertas contra o trabalho, solerte e sem tréguas, que os comunistas indígenas, colocados em cargos de importância na administração federal, vêm realizando, com o objetivo de pôr esta República sob domínio soviético. Com essa reação, mais do que necessária, da parte de homem e mulheres, pobres e ricos estaremos reafirmando a nossa fé na força construtiva do espírito e renovando a nossa vontade de vivermos com a nossa crença, sem quaisquer influências de cunho oficial. A força dissolvente do ateísmo não apanhará de surpresa a valorosa e religiosa gente brasileira. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 5).

Para eles, “comunistas indígenas” estavam presentes em cargos importantes da administração federal, objetivando colocar o país sob domínio soviético. O argumento, segundo o qual o governo estava tomado por comunistas corruptos, era incansavelmente repetido.

Em agosto, o “ateísmo científico” volta a ser assunto no JM, mas o texto inicia com questionamentos ainda sobre Goulart e o comunismo, comentando a afirmação do marechal Taurino Resende.

COMUNISMO E ATEISMO

Sem embargo de haver o Sr. Marechal Taurino Resende afirmado que, durante o desgoverno dos Srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart havia 10 por cento de subversão vermelha e 90 por cento de corrupção, não devemos nem podemos nos alheiar da luta, que precisa ser permanente, que as democracias travam contra a expansão soviética.

O inimigo é ardiloso, usando de toda sorte de malícia e embuste para atrair e seduzir os menos avisados.

E a situação do Brasil, face ao custo de vida, que sobe sempre, todos os dias, ampliando a miséria popular, oferece o caldo apropriado para o cultivo dessas idéias malsãs, dêses princípios dissolventes, dessa doutrina cruel e inumana. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

O texto segue sem discordar da posição do marechal, segundo a qual durante o governo Goulart havia “10 por cento de subversão vermelha e 90 por cento de corrupção” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Ainda que os números apresentassem relativamente pouca influência dos comunistas, não era motivo para se descuidar da luta, porque o inimigo era “ardiloso”. O autor do texto, não conhecido como era uma característica do JM, continua afirmando que a situação de “custo de vida” e “miséria popular” (JORNAL DA MANHÃ, 1964) presente no país, ofereciam condições para o desenvolvimento de “ideias malsãs”, “princípios dissolventes” e “doutrina cruel e inumana.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

O jornal informa ainda sobre a aplicação de algumas medidas adotadas pela “Comissão Central do Partido Comunista Soviético” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), que seriam organizar departamentos especiais de ateísmo científico, onde os ensinamentos sobre o ateísmo deveriam estar presentes nos espaços escolares e no cinema.

Ainda agora, segundo se notícia de Moscou, a Comissão Central do Partido Comunista Soviético, acaba de decidir execução em todos os cantos o seguinte, para aplicação e da terra:

- a) – Organizar departamentos especiais de ateísmo científico
- b) – Promover cursos de ateísmo em universidades e institutos médicos, agrícolas e pedagógicos.
- c) – Produzir grande número de películas cinematográficas para a educação antirreligiosa do povo.
- d) – Estabelecer dias festivos e rituais laicos em substituição aos dias santos e festas religiosas e
- e) – Formar círculos ateus com ajuda especial de instrutores e a coadjuvação de pais e mestres.

Os técnicos bolchevistas, como se vê, têm por escopo, de maneira toda especial, a extinção do sentimento religioso dos povos. A religião, de um lado, constitui a principal força que se antepõe à expansão soviética. O indivíduo que alimenta princípios religiosos, raramente se deixa fascinar ou dominar pelo credo vermelho, como, de outro lado, a miséria popular, proveniente do encarecimento dos gêneros de primeira necessidade, dos remédios, das roupas e dos aluguéis, constitui o melhor aliado dessas ideias negativas destruidoras.

Tira-se a religião do povo e coloque-se-o em situação de miséria, e ter-se-á campo adequado ao florescimento comunista, com todos os seus males.

Daí, depois, a advertência a que aludimos linhas acima, no sentido de que não haja nenhum descuido ou falta de vigilância, da parte dos democratas, a respeito do trabalho dos elementos ligados ao marxismo. Sómente assim, com nossas atenções sempre voltadas para o trabalho de que se trata, é que estaremos em condições de neutralizar a ação solerte e subversiva dos agentes vermelhos, de olhos compridos e de água na boca para o campo fértil que o Brasil apresenta, atualmente, devido às péssimas condições de vida do seu povo, a braços com espantoso crescimento do custo de vida.

Ao lado das tarefas urgentíssimas, na esfera oficial, para que os preços sejam contidos e a vida se torne menos angustiosa, eliminando-se os exploradores em geral, a vigilância deve ser contínua e cuidadosa. E, no particular, parece-nos que o maior trabalho cabe aos pais e mestres. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Para o jornal as explicações dessas ações eram claras: “indivíduo que alimenta princípios religiosos, raramente se deixa fascinar ou dominar pelo credo vermelho” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Por outro lado, admitia que “a miséria popular, proveniente do encarecimento dos gêneros de primeira necessidade, dos remédios, das roupas e dos aluguéis, constitui o melhor aliado dessas ideias negativas destruidoras” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Havia, portanto, duas certezas: primeiro, um indivíduo religioso não se deixava seduzir pelas ideias comunistas; segundo, havia a necessidade de cuidar das condições de vida do povo porque uma vez em situação de miséria, este seria alvo fácil dos comunistas.

Um dos discursos de Dom Jaime publicados no JM vai ter como manchete: “Dom Jaime: é ingenuidade não acreditar no perigo comunista” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.3). Nessa fala, o cardeal relata mensagens de diversas cartas recebidas em apoio a suas palavras de combate ao comunismo, observando que algumas cartas que recebia não era de cidadãos católicos. E reafirma: “a posição da igreja de combate sem descanso ao comunismo materialista, inimigo de Deus e das liberdades” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), e conclama o povo a não se deixar envolver pela astúcia e audácia dos vermelhos”.

Em texto sem autoria, com título “O Brasil é contra”, o JM observa que por ser um “país religioso”,

seja em sua maioria católica, seja entre os adeptos de protestantismo, seja através dos seguidores do espiritismo, seja por causa dos que praticam a umbanda [...] o que se destaca é que não há ateus em nossa Pátria [...] o comunismo que inspira um Estado ateu e contra o catolicismo, o protestantismo, o espiritismo e o umbandismo – enfim, contra tôdas as religiões e crenças. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1).

Dessa maneira, o comunismo precisava ser combatido por todos e em todos os lugares: “esteja onde estiver, nos governos, ou fora deles, nas escolas e na imprensa, nos partidos e nos grupos políticos, urge que se desmascarem os propagadores do comunismo ateu e destrutivo.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

É possível identificar no texto mais uma vez a relação entre as reivindicações dos trabalhadores e o comunismo: “o veneno ideológico desses fomentadores de greves e ódios entre os que trabalham, nesta hora difícil que a Nação atravessa, deve ser neutralizado pelo antídoto da boa doutrina – o Cristianismo e a Democracia” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Em nenhum momento o jornal questiona os motivos das

greves, tampouco analisa a falta de emprego ou condições dignas de trabalho, para tentar entender por que o trabalhador está aderindo a greves. No seu entender, a greve é sempre resultado da ação de comunistas, que usam os trabalhadores para implantar o comunismo. Acusava o “fanatismo comunista” de “continuar infeccionando a alma nacional”, de “abusar da cidadania brasileira, para destruir a pátria” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Os brasileiros comunistas eram acusados de estar ao lado do “credo vermelho que só interessa ao imperialismo russo e satélites.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Era uma luta entre “democracia versus comunismo” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), a bandeira democrática se confundia com a luta religiosa e o comunismo deveria ser combatida por todos, em todos os lugares.

E preciso que tôdas as instituições patrióticas e políticas dêste País tomem posição na luta que aí está viva – Democracia versus Comunismo. Esteja onde estiver, nos governos, ou fora dêles, nas escolas e na imprensa, nos partidos e nos grupos políticos, urge que se desmascarem os propagadores do comunismo ateu e destrutivo. O veneno ideológico desses fomentadores de greves e ódios entre os que trabalham, nesta hora difícil que a Nação atravessa, deve ser neutralizado pelo antídoto da boa doutrina – o Cristianismo e a Democracia. E aqueles indiferentes ou oportunistas, que permitem a disseminação das idéias malsãs através dos seus escrevedores e faladores, êsses merecem, também, o desprezo dos que defendem a causa democrática e cristã.

O Brasil é um país religioso e dedicado à fé de Jesus, Seja em sua maioria católica, seja entre os adeptos de protestantismo, seja através dos seguidores do espiritismo, seja por causa dos que praticam a umbanda – em todos êles, o que se destaca é que não há ateus em nossa Pátria. E se assim é – como ninguém pode negá-lo por que pretenderem, certos políticos ambiciosos e sem escrúpulos, implantar, entre nós, o comunismo ateu – o comunismo que inspira um Estado ateu e contra o catolicismo, o protestantismo, o espiritismo e o umbandismo – enfim, contra tôdas as religiões e crenças?

Por que pregar, direta ou indiretamente, a destruição da fé do povo brasileiro, quando todos sabem que o povo brasileiro se erguerá em defesa dessa fé, numa grande revolução contra quem quer que seja, inclusive o seu govêrno, se este fôr comunista?

Será que êsses pregadores da desgraça nacional não compreendem que o Brasil é contra êles? (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1).

O Brasil, esse país religioso, de diversas vertentes religiosas, não aceitaria o comunismo, que pregava a “destruição da fé do povo.”

O ponto auge da luta da igreja contra o comunismo ateu foi a marcha da “Família com Deus em defesa da Liberdade contra o Comunismo” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), e ela foi notícia no dia 21 de março no JM. Nesta, o jornal apresentava na íntegra uma “proclamação dirigida ao povo brasileiro” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), lida na manifestação realizada em São Paulo:

a multidão concentrou-se na Praça da Sé. A passeata foi realizada com clarins dos Dragões da Força Pública e todos os sinos da igreja repicaram ao mesmo tempo, enquanto a banda Guarda Civil executava o hino da revolução de 32. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.1).

Em outro texto, este retirado do jornal *Lar Católico*²⁸, o apelo vem no sentido de levar o leitor a pensar do que ou de quem seria a culpa dos povos caírem nas garras do “infame” comunismo ateu. E logo no início ele leva o leitor a pensar que a luta contra o comunismo só será eficaz se lutar contra a injustiça. Observa que de nada adianta protestos e discursos se o homem não praticar a caridade.

Enquanto houver quem cometa injustiças sociais, enquanto houver quem peque contra a caridade, enquanto houver quem ponha a ganância do lucro fácil, acima dos interesses sagrados da pessoa humana e de comunidade, haverá perigo de estarmos entregando a nossa pátria ao comunismo ateu e sem entranhas. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Involuntariamente o comunismo era apresentado aqui como contrário as desigualdades e injustiças e ainda assim negativo, porque este era ateu. A falta de um cristianismo autêntico, humano, levaria ao crescimento das desigualdades e, como consequência, ao comunismo.

COMUNISMO

Quais os verdadeiros culpados?

Nossa luta contra o comunismo ateu não tem tréguas e somente será eficaz se, e na medida em que, lutarmos contra a injustiça.

Há poucos anos tivemos aqui na cidade um sacerdote russo, dando testemunho do que sofreu na cadeia e nos campos de concentração.

Fêz palestras pelo rádio dirigiu a palavra a estudantes e falou ao povo. Depois veio o célebre jesuíta, autor de ‘Em três cárceres comunistas’, Padre Tomás Enriquez. Com ambos conversei longamente, inclusive prestando-lhes comovidamente minha homenagem e minha veneração a quem dera o testemunho de Cristo pelo sofrimento e pelo sangue. Em contatos pessoais, inclusive com alguns bispos que compareceram ao Concílio depois de terem conhecido toda uma terrível e sanguinolenta provação, eu mesmo pus-me a indagar deles, por que razão um povo cristão, como o húngaro, por exemplo, se havia deixado dominar por um regime infame e infamemente e perdido o dom da liberdade?

Tive então a resposta que esperava: Nós, me diziam, perdemos o nosso tempo, combatendo o comunismo com palavras, com discursos bonitos, com telegramas de protesto... Mas continuamos a praticar a injustiça, continuamos a nos esquecer da caridade. Sobre tudo isto: não praticamos a caridade. Hoje estamos fazendo a nossa dolorosa revisão. Batemos no peito, reconhecemos a nossa culpa. Temos a nossa Pátria vítima do regime mais desumano, sofremos na carne, mas sabemos com certeza absoluta que a nossa falta de cristianismo autêntico foi a porta aberta por onde ingressaram os inimigos. Vejam os meus leitores como me constrange o coração a atitude pérfida de quem quer convencer-nos o entregar os pontos nesta luta gloriosa.

²⁸ Para mais informações sobre o jornal *Lar Católico* temos “*Lar Católico: a Igreja e a função pedagógica da imprensa*” (PEREZ; MUSSE, 2014).

Ninguém nos convencerá que passar telegramas e cruzar os braços é resolver, nem hoje mesmo nem nunca, o problema seríssimo do comunismo. Enquanto houver quem cometa injustiças sociais, enquanto houver quem peque contra a caridade, enquanto houver quem ponha ganância do lucro fácil acima dos interesses sangrados da pessoa humana e de comunidade, haverá perigo de estarmos entregando a nossa pátria ao comunismo ateu e sem entranhas. Mas então me respondam: quais são os verdadeiros culpados? (Transcrito do *Lar Católico*). (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Em outro texto, o autor refere-se à existência de um “comunismo cristão”, o que ele chama de “novo, estranho e absurdo conceito” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Observa que seriam necessários “ignorância e cinismo” para acreditar que houvesse um comunismo cristão, ou comunistas “voltados para o bem” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Pois, chegamos a tais extremos! Depois do movimento de 1º de abril, andam dizendo por aí que os idealistas são comunistas generosos, que não fazem mal a ninguém, que acreditam em Deus e que só desejam o bem alheio! Que tais comunistas não adotam a violência e não pegam em armas para defender seus princípios.

Todo comunista é ateu. Se não o for, deixa de ser comunista. E, neste caso, é pior ainda, porque é um farsante a serviço do bolchevismo.

[...] Não alimentamos ódios contra esses transviados. Não temos rancor de ninguém. Todavia, situemos o caso de maneira contrária, isto é, que, desassistido de Deus, o Brasil estivesse, agora, afundando na lama soviética: os muros de fuzilamentos já estariam manchados de sangue dos democráticos, dos que temiam e persistem na defesa da democracia, dos que pugnam pela preservação da religião e da família. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.1).

Para os anticomunistas era inconcebível conciliar cristianismo com comunismo: “não existe comunista cristão” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Muito embora esse conceito já estivesse possivelmente presente em solo brasileiro.

A opinião da igreja era sempre respeitada, especialmente quando quem falava era o papa; nesse caso o papa Paulo VI e este trouxe uma discussão nova ao JM, destacando os males do comunismo, mas também do capitalismo:

‘Quando se procura o bem-estar fundado exclusivamente sobre os bens econômicos e felicidade temporal, advêm inúmeros males: eles são nascidos não só dos que fazem do velho materialismo dialético o dogma fundamental de uma triste sociologia, como também dos que colocam um bezerro de ouro no lugar que corresponde a Deus, no Céu e na Terra, para assinalar, com maior ênfase.’

‘OS MALES NASCEM, PORTANTO, DE UMA CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA VIDA’.

Continua Sua Santidade:

‘Os que falam de capitalismo segundo as concepções do século passado estão atrasados. A verdade é que os sistemas econômicos e sociais baseados sobre a posse dos meios de produção em benefício do capital privado não são a perfeição, não são nem a paz, não são a justiça. Além

disso, dividem a humanidade em classes opostas. Nós, que por dever de nossa missão somos os defensores e humildes advogados dos pobres, os arautos da Justiça, os promotores da caridade, exortamos todos a serem pioneiros da formação de uma sociedade mais equânime, pacífica e fraterna. Essa é a missão de nossa época”, conclui o Sumo Pontífice. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

No texto do papa é possível identificar uma crítica ao comunismo, indicando que os problemas nascem do “velho materialismo dialético” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), mas também observa que este está ligado aos “sistemas econômicos e sociais baseados sobre a posse dos meios de produção em benefício do capital privado”, que além de outros elementos “divide a humanidade em classes opostas” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), indicando a origem dos problemas sociais também no regime capitalista.²⁹

3.1.3 Comunismo e educação

A educação também foi uma preocupação para os anticomunistas. Preocupavam-se com os rumos da educação no país, com a comunização da educação e com a encampação das escolas; e professores também se manifestavam contra a ação de comunistas no governo Goulart. E o JM soube apropriar-se desses acontecimentos para validar sua posição diante do comunismo.

No dia 5 de janeiro, a primeira manchete do jornal dizia: “Professores em manifesto: Govêrno deseja comunizar o Brasil” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.1). Segundo a notícia, a indignação dos professores havia começado devido a uma manifestação de 150 alunos numa formatura de 12 alunos do curso de Jornalismo na Faculdade de Filosofia. Os alunos protestaram devido à escolha dos homenageados, dentre eles o governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Os estudantes teriam impedido a entrada de maneira que a formatura não aconteceu. O JM apresenta essa notícia trazendo como título: “Comunistas impediram que fôsse realizada formatura na Filosofia da Guanabara” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.3). Em manifesto, os professores condenavam a ação dos estudantes da Faculdade de Filosofia e se referiam a eles como comunistas. Para o leitor do JM, essas informações colaboravam para a formação de um pensamento anticomunista, o jornal não

²⁹ Para maiores informações sobre o pensamento marxista e religião, leia *Marxismo e religião: ópio do povo?*, de Michael Löwy.

apresentava qualquer tipo de informação que comprovasse se os envolvidos eram realmente comunistas, mas passava, já na manchete da notícia, a certeza de que eram. O Brasil não estava à beira de uma revolução comunista, isso é consenso entre os mais renomados estudiosos e pesquisadores, mas a todo momento o jornal te leva a crer que sim, construindo, dessa maneira, um medo: o medo do comunismo.

Para os anticomunistas, os comunistas estavam por todo lado e todas as ações de Goulart foram sempre consideradas mais um passo em direção à comunização do Brasil. Foi assim diante dos projetos do Ministério da Educação, especialmente quando este tentou adotar um livro didático único para todo o Brasil, coincidentemente o livro de maior polêmica foi o livro de História. Os dez volumes do livro *História do Brasil* de Nelson Werneck Sodré, foi considerado “pura doutrina russa” e tendo como objetivo “comunizar a juventude.” Foram organizadas manifestações populares solicitando a devolução dos livros ao governo federal. Em Curitiba, segundo o JM, 50 mil pessoas teriam participado do ato.

Wambier, ao comentar a adoção de um livro único, apresenta uma opinião contrária ao posicionamento demonstrado ao longo dos dias pelo JM. Enquanto o jornal dava voz aos contrários à adoção do livro único, o colunista era a favor.

[...] de conformidade com o que foi resolvido pelos srs. João Goulart e Júlio Sambaquy, este último titular da Educação e Cultura, o Govêrno, através dêsse Ministério, ficará encarregado de 'editar livros didáticos de todos os níveis e graus de ensino, para distribuição gratuita ou venda ao preço de custo em todo País'.

De outro lado, o mesmo dispositivo governamental prevê a uniformização de tais livros, para uso obrigatório em tôdas as escolas do País, públicas ou particulares.

Merece os melhores aplausos a medida que acaba de ser tomada pelo sr. Presidente da República, nos têrmos do que o seu auxiliar propôs. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 3).

Vale apontar que o JM tinha por costume desaprovar todas as atitudes de João Goulart, e no caso da adoção do livro didático único essa medida moveu inúmeros questionamentos e manifestações, uma vez que os autores do “livro único” eram considerados comunistas pela oposição.

A manifestação anunciada pelo jornal no dia 24 de março era contra a encampação das escolas e contra a adoção do livro único e aconteceria em Curitiba. Na manifestação, a notícia falava em 50 mil pessoas, tinha como lemas frases como:

“Escravizar pela Encampação é violar a Constituição” e “Só queremos um livro: a Constituição do Brasil.”

O jornal vai se dedicar a noticiar essas manifestações e indicar sua posição de oposição à adoção do livro único e à encampação das escolas. Em texto publicado em 26 de março, mais uma vez sem autoria ou origem, o JM apresenta justificativas de porque é contra a encampação dos colégios. Dentre as defesas, lembram o que diz a Constituição Federal; sobre como age Carlos Lacerda enquanto governador da Guanabara, o que deveria servir de exemplo; por que o presidente gasta com comício, enquanto poderia gastar construindo escolas; porque ao invés de encampar escolas o governo deveria gastar o dinheiro construindo novas escolas; porque encampar escolas católicas seria uma afronta ao cristianismo.

Porque encampar colégios é uma afronta à nossa Liberdade! Foi o processo usado por Lenine, Stalin, Chu-En-Lai, Krutchev, Fidel Castro e demais demagogos tiranos e bolchevistas da face da terra. Depois da encampação vira doutrinação. Então os cérebros dos nossos estudantes, passarão a ser fôrmis dentro das quais será plasmado o comunismo ateu. Com que satisfação sádica não devem dizer: ‘Não nasceram para ser os Inocentes Úteis? Pois então, encampemos os colégios!’

Jovens, se és brasileiro, jamais tolerarás tal afronta, tal degradação, tal humilhação: a de ser um Inocente Útil do comunismo! Lembra-te que a expressão é de Carlos Prestes.

Guarda estas ideias:

Reformas, Sim!

Bolchevismo, Não!

Reformas, Sim!

Comunismo, Não!

Reformas, Sim!

Escravidão, Não!

Reformas, Sim!

Inocente Útil, Nunca! (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Ao ler o jornal, o leitor teria a certeza da grandeza do comunismo no Brasil, e de como este estava perto, não só de tomar o poder como também de fazer o povo brasileiro de escravo.

Em justificativa do porquê era contra a adoção do livro único, o motivo mais uma vez era que o Ministério da Educação e Cultura estava “sob a direção de comunistas” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), comunização esta que havia começado por Darcy Ribeiro, continuada com Paulo de Tarso e agora tinha continuidade com Júlio Sambaqui.

Sou contra o livro único porque nunca o Ministério da Educação e Cultura foi tão escancaradamente posto a serviço do comunismo e bolchevismo como agora!

Começou com o Sr. Darci Ribeiro que na sua curta passagem pelo referido ministério [...] lançou as bases para a bolchevização da pasta.

[...] Paulo de Tarso continuou o trabalho do precedente. O atual ministro, o Sr. Júlio Sambaqui, está continuando o serviço: O MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO BRASIL está sob a direção de comunistas. [...] (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

O texto do jornal ainda faz referência à Campanha de Alfabetização, que seria coordenada pelo educador Paulo Freire, como “o mais puro e desavergonhado comunismo.” É inevitável não pensar em como seria se tivesse sido colocada em prática, é quase impossível não lamentar sua interrupção.

A CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO EM LARGA ESCALA, POR EXEMPLO, DEVERIA MERECER APOIO GERAL. Do jeito como vem sendo feita, SÓ PODE RECEBER REPÚDIO. É o mais puro e desavergonhado comunismo. O que o nosso presidente não fez pela democracia o faz pelo bolchevismo, Antes o analfabeto era só analfabeto. Agora, é um analfabeto envenenado pelo comunismo. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

A adoção do livro único foi entendida como um decreto para “comunicar a juventude” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). É interessante observar que essa crítica se dava para o livro de História, o livro em questão era *História Nova do Brasil*, de diversos autores, dentre eles Nelson Werneck Sodré; não se observa nas notícias críticas aos livros de outras disciplinas. O livro de *História encampação do Brasil* era “10 brochuras ordinárias, sem uma figura sequer” de “pura doutrinação russa” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

A verdade é que o LIVRO ÚNICO foi decretado para servir de meio à comunização da juventude. [...] Basta que se atente para a HISTÓRIA DO BRASIL, livro único do nosso ministério, para não mais se duvidar das segundas intenções dos nossos dirigentes educacionais. São 10 brochuras ordinárias, sem uma figura sequer [...] Mas, o sério é que os autores são comunistas fichados e transformaram a nossa História do Brasil em dez brochuras de pura doutrina russa. Basta citar dirigentes do grupo que escreveram, Nelson Werneck Sodré, para dispensar comentários. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

A certeza da “bolchevização” do livro vinha a partir da avaliação do perfil de seus autores e não de uma avaliação da obra em si, e isso já era motivo suficiente para se colocar contrário à adoção do livro único. E mais uma vez o texto do JM não teve autor nem origem.

No dia 23 de abril, após o golpe, o JM apresentou a posição do novo ministro da Educação: “Afirma o Ministro da Educação: Vamos contrapor ao comunismo uma democracia integral e cristã” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Ao assumir o cargo de Ministro da Educação e Cultura, o Professor Flávio Suplicy de Lacerda afirmou que seu trabalho será difícil, pois se fosse fácil não teria aceito o encargo, e que é preciso lutar para desmascarar o comunismo e erradicá-lo. – Vamos estabelecer no Brasil uma democracia cristã onde prevaleçam os direitos do homem. Vamos contrapor à bandeira marxistas um humanismo cristão, que servirá de orientação para os moços de nossa Pátria, para que não mais passemos pela vergonha de querer atrelar o carro do Brasil ao coração moscovita. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

As ações do governo pós-golpe serviriam para confirmar o posicionamento do jornal de que o Ministério da Educação estava sim tomado por comunistas, prestes a promover uma formação em todas as escolas do país.

Em artigo sobre Flávio Suplicy de Lacerda, Nívio de Campos e Eliezer Felix de Souza (2019, p.174) demonstram como o primeiro-ministro da Educação e Cultura tratou os estudantes e em especial os comunistas. Para estes (CAMPOS; SOUZA, 2019), “a ida de Suplicy de Lacerda para o Ministério da Educação consubstanciou um forte ataque ao movimento estudantil sob o argumento de salvação da universidade brasileira e de combate aos estudantes subversivos.

Segundo os autores (CAMPOS; SOUZA, 2019), Suplicy entendia a universidade como espaço que não precisava ser universalizado

‘[...] os professores universitários deveriam ser como clérigos secularizados, representantes dos valores supremos, missionários da verdade e representantes da ciência para os quais a universidade seria o ideal refúgio’ (LACERDA, 1963, p.22). ‘A universidade, no entanto, não deveria ser universalizada e a expansão indiscriminada era criticada como sendo de utilização política, uma vez que em muitos lugares onde eram instaladas [...] tudo recomendava que houvesse somente bom ensino primário.’ (LACERDA, 1963, p.22 *apud* CAMPOS e SOUZA, 2019, p. 169).

E o estudante era na visão do ministro quase nada, um indivíduo ingênuo e manipulável.

‘[...] ingênuo coração [da mocidade] protestando contra o imperialismo, o colonialismo, contra todos os ismos ditados pelos comunistas, da China, de Cuba, de Moscou, filia-se as entidades subversivas internacionais’ (LACERDA, 1967b, p. 65). Conclui sua fala apontando que ‘os estudantes adquiriram uma consciência de classe e pensam que são classe [...] qualquer líder estudantil dá ordens e todos obedecem [...] Aqui é que existe e se esconde o grande [...] perigo. Uma elite transformada em pesada massa, e quem sabe disso e explora é o comunismo internacional’ (LACERDA, 1967b p. 35 *apud* CAMPOS e SOUZA, 2019, p. 181).

Percebe-se que o ministro da educação era contrário à participação política dos estudantes. Ainda em novembro de 1964 foi aprovada a Lei Suplicy de Lacerda, que colocou as entidades estudantis na ilegalidade.

Havia uma preocupação constante com a juventude por ela ser considerada manipulável. Em texto com título: “Desintoxicação da mocidade”, o assunto foi tratado pelo “Comandante da Infantaria Divisionária da 5ª Região Militar”, e este fazia referência ao “diabólico trabalho realizado pelos agentes do comunismo internacional, junto ao espírito de nossa juventude” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). A posição do militar era clara e muito certa de sua verdade, falava com a propriedade de quem podia comprovar o que dizia:

[...] a verdade, a dialética comunista foi manejada de tãda a maneira, a fim de seduzir os jovens estudantes. Principalmente estudantes. Inquietos por sua própria condição de idade e ansiando por obter maiores conhecimentos, êsses jovens, desde que sem uma perfeita e sólida formação cristã, constituíam prêsa fácil para os soviéticos. E corrompendo a juventude estudantil, com sua propaganda dissolvente, os comunistas sabiam que estavam minando as principais bases nacionais, tanto da Pátria como da sociedade e da família. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Ele aponta que a situação de Ponta Grossa não é tão perigosa quanto a do Rio de Janeiro, mas ainda assim fazia-se necessário cuidar da mocidade pontagrossense.

[...] de qualquer modo, no entanto, a advertência, que também já fizemos mais de uma vez, permanece de pé. Cuidem-se os moços contra a terrível arma sedutora de que se utilizam os vermelhos. O que não pudermos fazer e resolver, com a democracia, também não o faremos, de modo algum, com regimes ateístas. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Para o militar em questão, democracia era o oposto do ateísmo. E conclui observando o papel dos professores no trabalho que ele chamou de desintoxicação

[...] cumpre a todos, especialmente aos mestres, nesta altura dos acontecimentos, um trabalho urgente e delicado, junto aos estudantes: sua desintoxicação. Há muito espírito jovem torcido pela dialética bolchevista. Muito rapaz pensando errado na suposição de que pensa certo, segundo a cartilha marxista. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Era preciso fazer um trabalho de desconstrução do comunismo diante da juventude e essa tarefa era, em especial, dos mestres.

Para o JM, a classe que mais recebeu influência dos “comuno-petebistas” foi a juventude, assim como afirmavam com muita verdade sobre a presença dos soviéticos no país,

Com a sua malícia inegável e sabendo que a nossa juventude ainda buscava caminhos para se projetar no futuro, os soviéticos, sob as vistas cínicas dos políticos esquerdistas apoiados e prestigiados pelo Presidente deposto, não tiveram nenhuma dúvida em carrear, para propaganda no meio estudantil,

tanto quanto remetiam para os sindicatos de empregados. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Para o jornal, havia sido feito um trabalho de “subversão diabólico”. O JM alertava para necessidade de incorporar novamente a juventude à “comunhão nacional”, por meio de um “programa de recuperação moral e espiritual”, e isso deveria ser feito sob a “égide da democracia” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). No entanto, observa que a situação da juventude se deu devido ela ter sido abandonada pelos “democratas” e por isso os jovens foram seduzidos pelos comunistas

[...] pais, mestres e homens públicos se esqueceram da mocidade e, por assim dizer, a jogam nos braços do ateísmo internacional, [...] nada se fez, entre nós, para neutralizar o trabalho dissolvente dos bolchevistas, quando êles, procurando caminhos os mais variados, se puseram a conseguir as simpatias dos moços e atraí-los para suas lutas, invariavelmente ditas de salvação geral, mas que, na verdade, o que escondiam era a pura e simples escravização das criaturas, com a retirada do seu indeclinável direito de pensar e de discordar democraticamente. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Ironicamente, apontam a retirada do direito de pensar e discordar democraticamente pelos comunistas, porém essa característica seria realmente forte a partir da ditadura que se instalou a partir do golpe, ao qual o JM se refere como “Revolução Democrática”, além de retratar João Goulart como “Presidente deposto.”

3.1.4 Comunismo e corrupção

O comunismo no Brasil tinha, segundo o artigo com título “Comunismo e corrupção” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), um inimigo poderoso: o fato do Brasil não ser um país de ateus. O ateísmo aqui é apresentado como um elemento facilitador da adesão dos povos a “regimes de força.” A religiosidade do povo brasileiro era apresentada como uma vantagem diante dos demais; para o JM, em países menos religiosos, a ideologia comunista ganhava adeptos mais facilmente: “somos uma nação visceralmente contrária ao comunismo ou a qualquer outro regime de fôrça, porque, sobretudo, entre nós, não medra o ateísmo, caldo apropriado para o florescimento dessa doutrina, nefasta e destruidora.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Por outro lado, nos deixamos levar por conversa de demagogos, que estariam presentes no governo brasileiro desde 1930, “com alguma exceção.” A corrupção teria sido “método administrativo, a partir principalmente de Juscelino” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Entretanto, somos um povo fácil de se deixar conduzir por demagogos audaciosos, como vinha acontecendo desde os idos de 1930, com alguma exceção. E os sequazes do ex-Presidente, especialmente nos meios estudantis e operários, souberam explorar muito bem essa fraqueza de parte considerável de nossa gente.

A corrupção, pura e simples, erguida à condição de método administrativo, a partir de Juscelino, principalmente, foi e é uma das causas que mais tem contribuído para a situação de miséria a que fomos conduzidos, quase passivamente, como ovelhas tocadas para onde se queira. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1).

E por conta da corrupção, o país foi “conduzido” a uma situação de miséria. Para justificar essa miséria do país, desconsideravam-se séculos de exploração e concentração de riquezas. A corrupção assume nesse texto a posição de grande mal, espaço antes reservado ao comunismo, mas este é utilizado para enganar as pessoas consideradas “inocentes” para que os espertalhões pudessem roubar o país: “quer nos parecer, por conseguinte, que o mal maior do Brasil não está, propriamente, naquelas idéias esquerdistas, mas nas ladroeiras de que o País foi palco, na mais revoltante e odiosa espoliação de que temos memória.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Ainda que não representasse o mal maior, para cuidar do futuro do país era necessário estar atento: “um olho nos soviéticos e outro nos corruptos” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Vale observar que o comunista é sempre representado como o “soviético” e não como um cidadão brasileiro consciente de sua ideologia.

A corrupção, a inflação e a crise econômica foram sempre representadas como elementos característicos da esquerda. Em alguns momentos essa relação já se fazia presente no título do texto: “Alta cúpula Militar está preocupada com avanço das esquerdas devido inflação” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), e sempre que o jornal optava por falar da “esquerda”, ela era associada ao comunismo. Nem sempre a chamada de uma reportagem era suficiente para se entender do que ela se tratava. Nesta, o jornal apontava para o “avanço dos grupos extremistas de esquerda com a intenção generalizada de atingir a economia e a disciplina, vem merecendo atenção cuidadosa” (JORNAL DA MANHÃ, 1964); a notícia continua e observa que “entende o alto comando do Exército que poderia e deveria o general Castelo Branco, [...] ir ao ministro dizer-lhe que o Exército, em sua maioria, desaprova o estilo do governo atual, que beneficia o comunismo.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

A notícia “Gang de comunistas agia no DCT” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 3) se refere a um caso de corrupção envolvendo vários funcionários do Departamento

de Correios e Telégrafos (DCT). Ela apresenta várias informações a respeito de como agiam os envolvidos e em nenhum momento faz qualquer menção ao comunismo ou se refere aos envolvidos como comunistas, porém a chamada é clara e objetiva.

O colunista Wambier, em 9 de maio, portanto, após o golpe, ainda tentava explicar a crise econômica do Brasil como sendo algo pensado, organizado pelos comunistas, como se os problemas econômicos fossem parte do processo revolucionário. E para isso o colunista recorre a Lênin, relatando que este ensinava que “era a destruição da respectiva moeda, por intermédio da sua constante desvalorização” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), sendo que essa destruição da moeda levaria a outras crises, que por sua vez alimentaria a necessidade da revolução comunista.

Lenine ensinava que uma das primeiras medidas que os bolchevistas deveriam adotar, nas cúpulas administrativas das nações (visadas) pelo credo vermelho, era a destruição da respectiva moeda, por intermédio da sua constante desvalorização.

O restante – dizia – era bem simples para que o país caísse nos braços do bolchevismo.

Sim porque com a destruição da moeda os seus autores promoviam por via indireta, toda sorte de malefícios ao povo, criando-se no seu espírito o caldo necessário à proliferação do credo soviético. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 3).

Para ele, o governo Goulart fez tudo como pensava Lênin: “tudo afinal, foi feito dentro do figurino de Lenine: destrua-se a moeda e a nação será mais facilmente comunizada.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964),

[...] O ensinamento de Lenine, como se verifica, estava sendo fielmente observado pelos homens do desgoverno extinto, com a graça divina, no último dia do mês de março. [...] Tudo afinal, foi feito dentro do figurino de Lenine: destrua-se a moeda e a nação será mais facilmente comunizada. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 3).

O papel do golpe civil-militar é apresentado como graça divina, tendo, portanto, libertado o Brasil da ameaça comunista.

3.2 COMUNISMO E GOULART

Com um cunho ideológico e político muito definido, o JM, durante todo o ano de 1964, ofereceu seus serviços numa verdadeira campanha para difamar a imagem do governo de João Goulart e do comunismo, associando constantemente um ao

outro e vinculando notícias com opiniões claramente anticomunistas, sempre representando o presidente como irresponsável e incompetente.

A posição do JM frente ao presidente João Goulart não era diferente do posicionamento da maioria dos jornais em 1964. O jornal com frequência apresentava ao seu leitor um presidente incompetente, despreparado para resolver os problemas do país, ora consciente da presença comunista em seu governo, ora manipulado pelos comunistas, e também corrupto e ingênuo. O trabalho de “apresentação” desse Goulart era feito de diversas formas, trazendo discursos de políticos, líderes religiosos, reportagens de outros jornais e opiniões de colunistas em que o presidente fosse colocado como comunista, incompetente e corrupto. Dando a entender que havia uma escolha consciente do conteúdo e da visão a respeito do mesmo, objetivando comprovar para o leitor o posicionamento do jornal, não havendo ao longo de 1964 qualquer texto com opinião que favorecesse o então presidente.

Em texto com título “E ri-se Goulart...”, escrito pelo escritor Augusto Frederico Schmidt sobre a manifestação de estudantes na formatura de estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia, contra a escolha de paraninfos, o JM acusa Goulart de apoiar os estudantes e que tal manifestação teria provocado “largo sorriso do revolucionário indeciso” e observa que o presidente “já não quer paz alguma, necessita da desordem para estimular-se, manter-se, viver.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

[...] não quer o cachimbo da paz. Acha ele caro demais, por exemplo, o preço que lhe pedirem contra qualquer ato demagógico. Fazer respeitar a ordem, como no caso da faculdade Nacional de Filosofia: reprimir a incrível atitude dos estudantes; dar razão a quem a tem, contra a brutalidade comunista, são coisas que não se podem esperar dele. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

O texto observa que diante das atitudes dos alunos de não aceitarem os paraninfos, por estes não serem comunistas, e causarem desordem “a fisionomia de Goulart abria-se num amplo sorriso beatífico. Parecia iluminado e, ao mesmo tempo, como estava feliz!” Para Schmidt, o presidente “divertia-se” diante da “morte do ensino”, “ria-se de tudo isso o Sr. Goulart.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

[...], mas não é só a faculdade de Filosofia que provoca o largo sorriso do revolucionário indeciso hoje no poder. O resto do ensino já está quase todo nas suas mãos. Os documentos que provam à sociedade a comunização do ensino são do domínio público. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Qualquer pronunciamento de deputado tornava-se manchete no JM se estivesse a serviço de associar João Goulart ao comunismo: “Evolui o processo de subversão no país.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

BRASILIA – o deputado Abel Rafael denunciou novamente a subversão que está sendo preparada no país, classificando de comunistas os deputados Paulo de Tarso e Paulo Freire – Partido Trabalhista Brasileiro. No mesmo pronunciamento [...] preconizou o ‘impeachment’ do presidente João Goulart para que o país não caia nas mãos dos comunistas. [...]. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.1)³⁰

Para o jornal, ou para os anticomunistas do período, para ser comunista não precisava de comprovação, bastava que o cidadão defendesse ideais ligados ao pensamento da esquerda, que defendesse o direito dos trabalhadores ou fosse a favor das reformas.

Em 22 de janeiro, a notícia tem o mesmo sentido: deputados se pronunciando e em suas falas relacionando Goulart ao comunismo. Nesta manchete o título é: “Goulart e o comunismo” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), mas não passa da opinião de dois deputados em relação ao assunto.

[...] grande parte da sessão da Câmara dos Deputados foi ocupada com discursos de alerta contra o comunismo. [...] Abel Rafael (PRP - Minas), condenou a realização marcada para o período de 24 a 28 deste mês, em Belo Horizonte, do congresso comunista para a formação de uma central sindical latino-americana e acentuou que a sociedade e o povo mineiro se estão arregimentando para reagir contra êsse movimento de agitação [...]. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Ainda que o discurso do deputado estivesse tratando da criação de uma central sindical, este é tratado no JM como um elemento relacionado ao presidente. No mesmo texto, o discurso de Benedito Vaz, deputado pelo PSD de Goiás, demonstrou uma preocupação dos seus eleitores sobre a posição do presidente frente ao comunismo. Este

[...] expôs à Casa as preocupações do homem do interior com a filosofia política do presidente da República. Disse que toda vez que se encontra no interior com seus correligionários ou com elementos da sociedade dos diversos municípios goianos, vive momentos de dificuldade para, em resposta a perguntas, explicar a ideologia do Sr. João Goulart. A maioria, disse, supõe que o Sr. Goulart é comunista, mas alimenta dúvidas por tratar-se de homem riquíssimo, possuidor de imensas fazendas. Ao mesmo tempo entretanto, são

³⁰ Abel Rafael Pinto, deputado federal pelo PSD – Partido Social Democrático, por Minas Gerais; Paulo de Tarso, deputado federal pelo PDC – Partido Democrata Cristão por São Paulo; Paulo Freire de Araújo, deputado federal pelo PTB.

consideradas certas atitudes do chefe do governo: interferência nas eleições sindicais em favor dos comunistas, declarações do Sr. Luis Carlos Prestes, afirmando que este governo é dos vermelhos. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Na sequência, o discurso ficou por conta de Hamilton Nogueira, vice-líder da UDN, o qual falou que:

‘uma grande massa de trabalhadores está sendo desenraizada das suas tradições nacionais pela pregação do internacionalismo’ [...] Argumentou que a Rússia pretendeu isolar-se, mas, hoje, é uma potência inteiramente ocidentalista. Se não fôsse pelo Ocidente ela não poderia alimentar a sua gente. [...] Fêz, em seguida novas considerações de ordem histórica e declarou que, no Brasil de hoje há cinco ou seis páginas de Lenine que estão perfeitamente aplicadas à revolução feita pelo comunismo em nosso país. Salientou as dissensões profundas nas classes, entre patrões e empregados, entre professores e alunos, quebrando toda a hierarquia militar e a estrutura de uma sociedade juridicamente organizada.

- O grande mal do marxismo – frisou – é o desrespeito completo a uma ordem jurídica que vem a ser a base de toda a sociedade. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

O último discurso destacado foi o de Guerreiro Ramos, deputado pelo PTB da Guanabara:

‘SERIA CATAPULTADO’

O Sr. Guerreiro Ramos (PTB – Guanabara) afirmou que o Presidente da República ‘seria catapultado do prosclênio político brasileiro, caso tentasse dar um golpe de Estado, pois não teria sequer o apoio das massas trabalhadoras que o seguem e nem mesmo o dos membros do PTB. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Todos os discursos presentes no texto não foram escolhidos de forma aleatória. Em um dia de sessão na Câmara Federal dezenas de discursos são proferidos, mas os discursos escolhidos para serem publicados no JM foram aqueles que apresentaram em seu conteúdo o tema comunismo e que este pudesse, de certa maneira, ter uma ligação com o presidente João Goulart.

O JM indicava, com muita frequência, que havia comunistas no governo. Em alguns momentos nomes de intelectuais importantes assinavam os artigos, a exemplo do médico e membro da Academia Brasileira de Letras Mauricio Medeiros que fala sobre a presença de comunistas no governo e começa observando que isto quase foi motivo de conflito entre Brasil e Estados Unidos.

Em certo momento, creio que há dois anos, atribuiu-se ao embaixador Gordon, dos Estados Unidos, ter afirmado em seu país que o governo brasileiro estava infiltrado de comunistas.

Levantou-se aqui uma onda de protestos, cuja maior veemência partia precisamente dos comunistas, que lobrigavam [enxergavam] no episódio motivo para agressão aos Estados Unidos.

A notícia foi formalmente desmentida pelo embaixador. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 3).

Segundo Medeiros, tal afirmação teria sido confirmada por Luiz Carlos Prestes, quando este teria dito “no Brasil os comunistas tinham o poder e só não tinham o governo.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Nesse artigo os comunistas do governo foram nomeados:

No Gabinete Civil Darcy Ribeiro:

No Civil, está um jovem de quem jamais se tinha ouvido falar, antes da presidência Goulart: o Sr. Darci Ribeiro, que conseguiu, por um passe de mágica e contra as exigências da Constituição de 1946, transforma-se de ‘instrutor’ da faculdade Nacional de Filosofia em professor e até reitor da Universidade de Brasília! Na Faculdade de Filosofia, ele era conhecido por suas idéias marxistas e sua associação intelectual com um professor apontado como comunista: o professor Álvaro Pinto. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 3).

No Gabinete Militar Assis Brasil:

À frente do Gabinete Militar está, sucedendo ao íntegro general Albino Silva, o hoje general Assis Brasil, conhecido no Exército por suas idéias esquerdistas, a tal ponto que a sua indicação para o adido militar junto à nossa embaixada em Buenos Aires foi discutida e ameaçada de não receber do governo argentino a indispensável ‘agrément’. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.3).

À frente da Sudene, Celso Furtado:

Dos empreendimentos mais importantes do governo de Juscelino Kubitschek, foi a SUDENE, para o desenvolvimento econômico do Nordeste.

Filho da região e tendo-se notabilizado na defesa de um plano para esse desenvolvimento, foi o Sr. Celso Furtado nomeado para dirigir a SUDENE.

Já então se falava de suas tendências marxistas, expressas em trabalhos seus publicados.

Juscelino Kubitschek, porém, não temia os comunistas, desde que tivessem valor pessoal. A nomeação de Celso Furtado para aquele cargo foi, de resto, bem recebida pela opinião pública. Não sei o que ele tem conseguido realizar nesse órgão, pois tenho a impressão de que o jovem economista é idealista teórico, elaborador de planos e projetos, mas cuja realização se vai adiando com o tempo.

Depois de curta passagem pelo instável e freqüentemente modificado ministério do presidente Goulart, voltou Celso Furtado à direção para qual o presidente Kubitschek o tinha nomeado.

Em face da liberdade de ação que o presidente Goulart dá aos seus auxiliares comunistas, entendeu o Sr. Celso Furtado que não valia mais a pena estar a encobrir as suas tendências ideológicas. Compareceu ao recente congresso comunista latino-americano realizado em Brasília, e ali fez, em nome do Brasil, o discurso de encerramento do conclave.

Ficou assim bem clara a sua posição ideológica. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.3).

Nesse artigo o escritor conclui: “o Sr. Luiz Carlos Prestes afirmou parte da verdade: os comunistas não estão apenas no poder. Estão no govêrno!” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Comunistas, esquerdistas, incompetentes e despreparados, assim eram as representações dos colaboradores do governo: Darcy Ribeiro, “um jovem de quem jamais se tinha ouvido falar, conhecido na Faculdade de Filosofia por suas idéias marxistas”; Assis Brasil, “conhecido no Exército por suas idéias esquerdistas” (JORNAL DA MANHÃ, 1964); e Celso Furtado possuía “tendências marxistas, expressas em trabalhos seus publicados.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Os “patrícios vermelhos, de todo em todo incompatíveis com a índole do nosso povo” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), estavam presentes em todas as esferas do governo. E a presença de profissionais ligados a ideologias de esquerda, “notoriamente extremistas”, em cargos no governo era a prova incontestável de que a revolução não demoraria. E não acreditar nisso era “tapar o sol com a peneira.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Em texto que pretendia parabenizar a Frente Cívica Pontagrossense, o JM resumiu seu posicionamento frente a Goulart e seu governo. Por essa razão, optamos por apresentá-lo na íntegra:

Tapar o sol com a peneira.

Dizer que a República não está sendo comunizada, pelo senhor João Goulart, é pretender tapar o Sol com uma peneira. É visível a bolchevização brasileira, através de elementos notoriamente extremistas, que o senhor Presidente da República tem posto em funções relevantes.

A Previdência Social e outros órgãos, especialmente, contam com alto número de patrícios vermelhos, de todo em todo incompatíveis com a índole do nosso povo.

Daí, pois, a necessidade de também estarmos no campo da luta, terçando as armas da democracia, em defesa do regime, dia a dia mais ameaçado de soçobrar ante à audácia e solécia com que esses agitadores estão atuando por toda parte, sob a vistas indiferentes de quem, certa vez, jurou defender a lei e preservar a Constituição, a fim de que o regime se mantenha normal.

Não possuindo as úberes fartas dos institutos de aposentadoria e das autarquias, para obter recursos financeiros com que enfrentar o atrevimento desses agentes do comunismo ateu, é claro que os legítimos democratas têm que se valer apenas do idealismo sadio para a cruzada de preservação da nacionalidade. Têm que pedir a cooperação desinteressada dos vários órgãos de publicidade. Têm que promover a arregimentação dessas forças. Têm que fundar ‘frentes’ para que, unindo esforços, possam fazer frente à onde vermelha que avança, poderosa e cruel, para tragar tudo quanto possuímos, tradicionalmente, de cristão e democrata.

É preciso explicar aos menos avisados, possivelmente a maioria do povo, que os nossos problemas podem e devem ser solucionados dentro do próprio regime democrático, sem necessidade de se lançar mãos de outros recursos violentos e extremados. Se as coisas andam ruins, em parte é porque os governantes, dominados por essas idéias dissolventes, tudo fazem para

desacreditar a democracia, culpando-a dos males de que, na verdade, são os grandes responsáveis.

Aplaudimos, portanto, sem reservas, a fundação, entre nós, da Frente Cívica pontagrossense, movimento sadio e patriótico capaz de galvanizar nossa gente e lhe servir de roteiro para a pacífica e normal realização dos seus destinos, dentro dos postulados democráticos. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.1).

A república brasileira estava “sendo comunizada, pelo senhor João Goulart” (JORNAL DA MANHÃ, 1964) e era visível essa “bolchevização brasileira”, por meio dos colaboradores escolhidos por Goulart para fazer parte do governo. O texto apela pela necessidade de união para combater os “agitadores”, “daí, pois, a necessidade de também estarmos no campo da luta, terçando as armas da democracia, em defesa do regime” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). E para isso os “legítimos democratas têm que se valer apenas do idealismo sadio para a cruzada de preservação da nacionalidade” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). E buscar cooperação para “fazer frente à onda vermelha que avança, poderosa e cruel, para tragar tudo quanto possuímos, tradicionalmente, de cristão e democrata.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Mas era preciso “explicar aos menos avisados, possivelmente a maioria do povo” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), que os problemas deveriam ser “solucionados dentro do próprio regime democrático” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Para o JM. “se as coisas andam ruins, em parte é porque os governantes [...] tudo fazem para desacreditar a democracia, culpando-a dos males de que, na verdade, são os grandes responsáveis.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Nessa campanha contra Goulart e anticomunista, o JM se apresenta bem atento aos acontecimentos do momento e alguns assuntos ganharam destaque, como as notícias sobre: a reforma agrária, a “encampação” do ensino, a adoção de livro didático para o ensino de História, os posicionamentos da Igreja Católica em relação ao comunismo, a presença de supostos comunistas no governo Goulart; e após o golpe de 64: a campanha ouro pelo Brasil, a “operação limpeza” no combate aos comunistas, a “desladronização do Brasil”, a “desintoxicação da mocidade”, as investigações de casos de subversão; além da seção “De que fogem eles?” (como se muitos não estivessem a fugir de países capitalistas durante todo o século XX). (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

A construção do comunismo como grande vilão apresentava características que aparentemente não tinham uma lógica específica, tentando, portanto, relacionar o mesmo com elementos diversos: “Alta cúpula Militar está preocupada com avanço

das esquerdas devido a inflação” (JORNAL DA MANHÃ, 1964); esta manchete indicava a relação entre o comunismo, a crise econômica e as esquerdas (naquele momento, trabalhadores especialmente envolvidos com movimentos sociais como os sindicatos), que o governo Goulart “beneficiava o comunismo” (JORNAL DA MANHÃ, 1964) e com a inflação aumentando incentivaria a participação popular nos movimentos de esquerda, podendo levar a uma convulsão social, como já apresentado anteriormente nesta dissertação.

Os sindicatos, por exemplo, instituição responsável por proteger e assegurar os direitos dos trabalhadores, eram representados como espaço de comunista: “comunistas, chantagistas, ladrões, ignorantes, pelegos etc. são os indivíduos a quem, na sua quase totalidade, se entregou essa coisa delicada e necessária que é o sindicato de classe”, “instrumentos perigosos de bolchevização” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Dessa maneira, sindicalistas e comunistas eram considerados sinônimos.

A reforma agrária, ponto polêmico das reformas apresentadas por Goulart, também foi assunto muito discutido no JM. Para o jornal, a reforma agrária proposta pelos comunistas era simples: “tomar terra de quem a tem para dar ao que não tem é como os comunistas pregam a reforma agrária” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), vindo posteriormente tomar a terra para transformar em “comunas”, além de transformar os que receberam a terra em escravos. Para o JM, a falta de assistência oferecida pelos governos comunistas era tamanha que os colonos se tornariam facilmente mendigos nas cidades. O propósito de tais textos era construir, juntamente com o leitor, uma visão da sociedade comunista. Nenhum tema tratado era feito sem a devida relação com o governo Goulart; no caso da reforma agrária até se aceitaria que fosse necessário fazer, porém de forma alguma a proposta aceita seria a do governo, muito embora em nenhum momento o jornal apresentasse a proposta de reforma agrária de Goulart, apenas relacionava-a com uma possível proposta comunista.

Neste texto, o autor se baseia na monografia de André Gama. Segundo ele:

[...] se fizermos êsse tipo de reforma agrária pregada pelos comunistas, o fazendeiro ficará na condição de colono, plantando só o que êle e a família puderem cuidar, ficando reservado ao colono atual futuro ainda pior. Ganhará terra de graça ou pagará a prazo, mas casa não lhe será dada para morar, nem seu pedaço de terra será cercado. Não terá tampouco ferramentas nem assistência. Na entressafra não terá emprêgo e talvez nem chegue a cuidar de sua própria terra por falta de recursos. Virá para a cidade e não encontrará nem emprêgo e será mais uma família de mendigos a pedir esmolas nas ruas e a dormir nas calçadas. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

O texto prossegue analisando a ocupação do território brasileiro, observando que em 1964 dois milhões de quilômetros de nosso território possuíam donos e no seu entender o governo não fazia reforma agrária nas “terras do Governo” porque isto não agradaria aos comunistas.

O Brasil tem quase nove milhões de quilômetros quadrados e só tem dois milhões de proprietários, donos de dois milhões de quilômetros quadrados. Restam seis milhões de quilômetros quadrados, diz a monografia, e o governo gastou bilhões de cruzeiros para abrir as rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, com mais de dez mil quilômetros de estradas, ou contando com os dois lados, mais de 20 mil quilômetros de terra com frente para estradas de rodagem. Por que não distribuir essas e outras terras ao longo de estradas e seis milhões de quilômetros quadrados de terras improdutivas de propriedades de governo entre lavradores? Porque isso agradaria ao homem do campo, mas desgostaria aos comunistas, que ficariam sem possibilidade de fazer demagogia. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

A Superintendência da Política Agrária (SUPRA) foi acusada de comunista e de promover agitação no meio rural. No artigo, o jornal aponta que os proprietários de terra se encontravam em guerra contra os agitadores rurais e os agentes da SUPRA, para defender suas terras em vários pontos do país: “[...] tudo faz parte de um plano global dos comunistas para agitação do meio rural, por onde pretende iniciar a derrocada da democracia, e a tomada do poder” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Dessa forma, para o JM, os agentes da SUPRA, funcionários do governo, estariam sob comando dos comunistas internacionais e caberiam a eles “reforçar os sindicatos e insuflar agitação.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Ponta Grossa possuía nesse período uma elite proprietária de terras. A reforma agrária sempre foi, e ainda é, assunto polêmico entre proprietários de terra, e em Ponta Grossa certamente não era diferente.

Era o governo que promovia a agitação no meio rural e não o fazia por acaso, era o processo de subversão que estava em marcha, como destacou o JM:

Os fatos ultimamente noticiados não deixam dúvida quanto à agitação organizada que agora se procura levar a todos os pontos do país. Antes, ela se fazia especialmente nos centros urbanos, mobilizando falsos líderes sindicais para os maiores crimes que o Brasil tem presenciado, como a quase sistemática paralisação de seus portos. Agora, a pretêto de sindicalizar trabalhadores rurais – e a comissão irá verificar se os novos sindicalizados, os que segundo o sr. Darci Ribeiro acorrem à razão de oito mil por dia, são realmente trabalhadores rurais – agita-se o interior. [...]

Há um processo subversivo em marcha. Nenhuma dúvida mais quanto a isso. Várias das cantilenas agora entoadas lembram até muito os atos do período do “queremismo”. O chefe da Casa Civil falou em conspiração, repetidas vezes, mas para dar a impressão de que alguns conspiram contra o governo que conspiraria a favor do povo.

Na sua lista de conspirações, é claro, deixou de citar as verdadeiras conspirações que se estão fazendo contra o país. Ou melhor, com a

desenvoltura dos irresponsáveis, torceu as coisas e procurou dar colorido sério, ou sincero à agitação. Mas a verdade aí está muito clara. Inoperância administrativa em todos os setores e palavreado extremista a encobri-la. [...] Por essas e outras demonstrações que de fato se vai acendendo ou assoprando a fogueira da agitação no país, ganhando-lhe agora o interior, é que esse torna mais do que oportuna a constituição da Comissão Parlamentar. Tem o Parlamento meios e modos de frenar os desmandos do governo Executivo. Não o fará se, de tão amolecidos os seus homens pelo rasteiro jogo político, preferir suicidar-se ou transformar-se em Parlamento fantasma. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Após o golpe civil-militar, o JM apresentou uma necessidade de justificá-lo e provar as ligações entre Goulart e os comunistas. O que se seguiu então foi a publicação de inúmeras reportagens nesse sentido. Em 26 de junho, o JM apresentou breve reportagem com o título: “Goulart mantinha estreita ligação com os comunistas” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), e também o resultado de inquérito policial onde indicava que, por meio de duas reuniões, Goulart manteve ligação com Luiz Carlos Prestes e o PCB.

Souberam as autoridades que o ex presidente João Goulart mantinha desde 1954 entendimentos com Luiz Carlos Prestes, [...] outro compromisso de Jango com os comunista prende-se a reunião de 31 de março de 1961, quando o então vice presidente preparou-se com uma aliança clandestina entre o PTB, PSD e PCB. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

De acordo com a reportagem, os acordos entre Jango e os comunistas eram antigos, datando de quando este era ainda candidato a vice-presidente. Esses acordos previam a criação de um novo partido comunista, além da presença de comunistas no governo em cargos da administração pública e nas embaixadas.

Além disso souberam as autoridades que o ex presidente João Goulart mantinha desde 1954 entendimentos com Luiz Carlos Prestes, tendo havido uma reunião em Araguari, no Estado de Minas Gerais. Prestes recebeu um apelo, na ocasião, de Jango, para que apoiasse a criação de um novo Partido Comunista, concordando com o apelo do ex presidente em contra-partida a uma série de reivindicações dos comunistas, todas aceitas pelo então candidato à vice presidente da República como o preenchimento dos cargos de administração pública e embaixadas no exterior. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.1).

Em 29 de setembro, o JM comenta uma mensagem de Goulart lida na Câmara dos Deputados. Para o jornal, estava sendo dada demasiada importância à mensagem: “o que nos surpreende é a importância que está sendo dada a esse papel sujo, onde um criminoso de muitos crimes vomitou impróprios e insolências” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Nesse pequeno texto, o jornal abusa dos xingamentos: Goulart é um “abúlico, um primário, um grosso, ignorantão da fronteira, simples prêsas

dos espertalhões que o cercavam, homem acostumado a lidar com vacas e bois, um aluno de grupo escolar do interior” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Para o JM, as autoridades que se ocuparam em dar voz a Goulart lendo tal mensagem: “perdem o seu tempo e o seu verbo, inclusive o sr. Ministro da Guerra, ao se ocuparem dêsse papel sujo, por todos os títulos indigno de figurar nos Anais da Câmara Federal dos Deputados, lamentavelmente ainda com a ‘mensagem ao povo brasileiro’” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Muito embora Goulart tenha sido um dos assuntos preferidos do JM durante todo o ano de 1964, nesta reportagem ele observa que o objetivo da reportagem não é falar do ex-presidente, mas “para estranhar o comportamento das altas esferas da República, em face do papel de João Goulart, do que para falar do mesmo.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

O que nos surpreende é a importância que está sendo dada a êsse papel sujo, onde um criminoso de muitos crimes vomitou impróprios e insolências, depois de ter esgotada toda a série de lugares comuns de que vem se utilizando desde longos anos, na sua pregação demagógica.

Torcendo fatos, escondendo ladroeiras descaradas, fraudando a verdade, mentindo e falseando os acontecimentos, o nefasto ex-presidente deu de si lamentável demonstração de que não é apenas um abúlico, mas também um primário. Um grosso, como a gíria costuma batizar elementos dêsse tipo.

Estranhamos, dessa maneira, que estejam dando qualquer importância à tal mensagem, que nada disse e nada transmitiu ao Brasil, que o seu autor desonrou perante o estrangeiro e vilipendiou quanto quis e quanto pôde.

Antes, pensávamos que o sr, João Goulart, ignorantão da fronteira, era simples prêsas dos espertalhões que o cercavam, cívís e fardados. Agora, ficamos sabendo que as coisas primárias, de que tanto nos estarrecíamos, eram produto dêsse homem acostumado a lidar com vacas e bois, eram o extravasamento de idéias e opiniões próprias e dignas de um aluno de grupo escolar do interior. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1).

Na posição do JM, João Goulart era de fato um bandido e como tal deveria ser punido com o rigor da lei.

3.2.1 Goulart e o golpe comunista

As referências ao golpe comunista em andamento no país eram constantemente citadas, afinal para o JM o Brasil estava na “corredeira para o golpe”, e deixava claro “nada de golpe militar” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). A possível incompetência administrativa de Goulart era estampada no jornal: a “Goulart é [...] permitido valer-se do ‘tinhoso’ para executar a sua falta de plano, e, como não há na Constituição nenhum artigo vedando a ação do ‘tinhoso’, esta se desenvolve plena e

eficaz” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), e para que o país melhorasse bastava que ele, Goulart, “não atrapalhe, e faremos o resto.”

A presença de Leonel Brizola como base de apoio ao governo era apresentada como uma demonstração clara de golpe em curso. Brizola era apresentado como aquele que fortemente influenciava o governo, o responsável pela implantação de uma “república sindicalista”, e sempre que o assunto era o possível golpe o nome dele era lembrado e apontado como um agente ativo no suposto golpe.

O GOLPE

Não, pessoalmente não quero mal ao sr. Goulart. Desejo-lhe, mesmo, venturas mil. Minhas críticas ao seu govêrno não passam de um plano que me parece do meu direito. [...]

O sr. João Goulart sabe (ou ainda ninguém lhe explicou?) que estamos naquilo mesmo que o destemido economista sr. Brizzola costuma chamar, na sua linguagem pitoresca, de ‘corredeira’. Corredeira para o golpe. Não nos iludamos: estamo-nos aproximando do golpe. Vamos, porém, dizer que golpe se trata, para não nos enganarmos sôbre as palavras. Nada de golpe militar. Ao que parece, estão empatados e anulados os golpes com os contragolpes e inventou-se uma fórmula de pacifismo bastante eficaz: o respeito á Constituição.[...]

Mas não discutamos: é esta a realidade; basta constatar que ela aí está e ninguém fará coisa alguma que ‘fira’ a Constituição, mesmo que o País esteja sendo minguido e destruído. Essa impossibilidade de qualquer atitude golpista das classes armadas não evitará, porém, o golpe econômico, já em plena “corredeira”.

E só há alguém em condições de impedir o desfecho violento, incontestavelmente uma verdade desgraça. Esse alguém chama-se João Goulart, João Belchior Marques Goulart. Apenas ele, salvando-se, é capaz de evitar que nosso barco se despedace na tal ‘corredeira’ decantada pelo sr. Brizzola. Só Goulart nos salvará, salvando-se! Mas que espécie de sacrifício a Nação exige do Presidente nesta hora? [...]

Feche a cara quando os alegres companheiros vierem lhe dizer que somos um país que dispensa capital estrangeiro. Passe algum tempo livre dos que lhe metem na cabeça idéias reformistas de base ou sem base.

[...] Não atrapalhe, enfim, e faremos o resto. [...]

Conseguiremos nós êsse prodígio ou é mesmo um golpe misterioso que nos espera? [...] (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.1).

Pesava sobre Jango todo tipo de acusação e as notícias de que um golpe estava sendo construído no país se apresentava como certa, não informando origem da informação tampouco provas, construindo no leitor o medo do eminente golpe comunista apoiado pelo presidente. Em 17 de janeiro, o JM trouxe como manchete: “Golpe: governo distribui armas aos sindicatos” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). A manchete dizia respeito a uma denúncia feita pelo então presidente nacional da UDN, Bilac Pinto, durante encontro com a imprensa. Para este, “não tendo conseguido, apesar de intentado diversas vezes, dar um golpe pelos meios tradicionais – burocrático e militar – o governo resolveu, agora, modificar esse esquema e armar os sindicatos.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.1). Vargas de Oliveira era deputado pela

UDN, as informações apresentadas pelos membros do partido a respeito do governo eram sempre colocadas sem questionamentos no jornal. Para confirmar o clima de conspiração, no dia seguinte, 18 de janeiro, o JM traz nova reportagem, com fala de Bilac Pinto:

O presidente da UDN, deputado Bilac Pinto, reafirmou, ontem a acusação de que o governo está armando os sindicatos rurais e da orla marítima, para chegar ao golpe em usar os 'meios tradicionais', e acrescentou que as armas estão sendo transportadas em caminhões-tanques e por outros meios, camufladas. Pedindo à imprensa que alerte as polícias estaduais e rodoviária para o trânsito ilegal de armas, declarou também que o armamento de grupos antigolpistas resolverá o problema no interior, deixando as capitais para as Forças Armadas, exclusivamente. 'Com as Forças Armadas nas capitais – afirmou – nós garantiremos o interior facilmente.' (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 3).

Para entender a gravidade de tais informações basta pensar que em 1964, o principal meio de comunicação do país ainda eram os jornais. Seu conteúdo possuía caráter de verdade. E esta “verdade” era construída ao longo dos dias onde fatos eram apresentados demonstrando que o caminho para revolução comunista armada estava sendo construída pelo presidente e sua efetivação estava próxima.

No dia 25 de janeiro o jornal apresentou em uma pequena nota intitulada “O estopim da revolução” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), um plano supostamente comunista para tomar o poder. Nesse plano o início da revolução seria no Rio Grande do Sul, com um atentado ao então governador Ildo Meneghetti, que aconteceria no dia 31 de dezembro em Passo Fundo. O plano seguiria sob comando de Leonel Brizola e com organização de grupos guerrilheiros, estes com nomes “Grupo dos onze Companheiros” e “Comandos Nacionalistas.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

O Plano.

Revela, ainda, o governo do Rio Grande do Sul o plano elaborado para a ocupação de Passo Fundo. Como primeiro item, os guerrilheiros, com a conivência de camaradas existentes nas agências dos correios, tomariam o local; bloqueariam as comunicações telegráficas e estações de rádio.

O plano seguiria depois uma ordem em que seria observado o aspecto espionagem (gravadores de fita e empregadas domésticas); controle da distribuição de água; a luz seria cortada durante a noite; as mensagens deveriam ser memorizadas (nada por escrito); turmas de 10 homens seriam destacadas para atacar os quartéis; caminhão fechado seria usado na distribuição de armas (cita-se até o nome de uma transportadora local para o serviço); o dinheiro seria previamente retirado pelos componentes das guerrilhas que tivessem depositado nos bancos locais e a seguir apoderar-se-iam de todo o dinheiro da cidade.

O plano estabelece, adiante, fuzilamento para os prisioneiros (o pelotão executor seria formado por velhos). As Libas [Ligas] Camponesas ficariam incumbidas de se apoderar dos distritos e sedes da cidade e fornecer guerrilhas para a luta urbana.

A cidade de Passo Fundo deveria ficar repleta de cartazes concitando o povo à luta. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

O golpe era certo e assim como muitas informações presentes no jornal, estas não possuíam origem, nem mesmo autor, alguém em algum lugar havia pensado em como isso aconteceria; se a informação era verdadeira o jornal não fazia qualquer referência. Imaginar um leitor do JM, habituado a pensar o monstro comunista lendo esta reportagem, é certamente vê-lo amedrontado. O jornal, dessa maneira, construía um grande inimigo, o comunismo, e este possuía uma liderança, Leonel Brizola.

A ação de trabalhadores sem-terra na luta pela reforma agrária também foi noticiada como passo do suposto golpe: “tudo faz parte de um plano global dos comunistas para agitação do meio rural, por onde pretende iniciar a derrocada da democracia, e a tomada do poder” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Em momento algum o jornal apresenta pautas de lutas dos trabalhadores, também não os apresenta como trabalhadores, mas como “comunistas” ou “agitadores profissionais.”

COMUNISTAS AGITAM MEIO RURAL: PLANO PARA A TOMADA DO PODER

BELO HORIZONTE, 20 – **A cidade de Piuí está em pé de guerra com os comunistas** insuflando os lavradores e a população alarmada, enquanto os fazendeiros se agrupam e pegam em armas para defender seus lares e suas terras. Uma comissão se encontra em Belo Horizonte para pedir uma ação enérgica do governador Magalhães Pinto contra os agitadores rurais e os agentes da SUPRA.

Em Curvelo as classes produtoras organizaram uma liga anti-comunista para defender as propriedades particulares. Agricultores e pecuaristas da região do Triângulo Mineiro e do Alto Paraíba, por outro lado, lançaram manifesto em Uberaba, afirmando que as constantes invasões de propriedades obrigam-nos a ir às ultimas conseqüências, até mesmo com sacrifício de suas próprias vidas.

A intranquilidade que se alastra por todo país coincide sempre com a chegada de agentes da SUPRA às regiões rurais. Em Pernambuco, os lavradores fizeram piquetes nas estradas armados de peixeiros e espingardas procurando isolar a cidade do Engenho da Serra do restante do Estado. A ordem judicial para despejo destes invasores não foi cumprida e o juiz está disposto a pedir tropa federal caso o governador Miguel Arraes não dê as necessárias garantias à execução de sua sentença. Enquanto isso, o sindicato dos pequenos produtores autônomos de Duque de Caxias enviara memorial ao ministro da Guerra, ao chefe do Estado Maior das forças armadas, ao comandante do 1º Exército e ao governador Badger Silveira, pedindo enérgicas providências contra os atos de vandalismo que vem sendo praticadas por agitadores profissionais na baixada fluminense, invadindo propriedades, tirando legítimos lavradores e suas famílias para se apossarem de suas terras. **Afirma a entidade que tudo faz parte de um plano global dos comunistas para agitação do meio rural, por onde pretende iniciar a derrocada da democracia, e a tomada do poder.** Ao mesmo tempo em que os produtores se organizam para defender suas propriedades, representantes ao CGT e da SUPRA percorrem o interior do país reforçando os sindicatos rurais e insuflando agitação.

Em São Paulo, o governador Adhemar de Barros informou que está ocorrendo pelo menos 6 casos de invasão de terras e denunciou a

SUPRA como principal responsável para pregação subversiva da reforma agrária sem lei. Em resposta o Sr. Pinheiro Neto, que lhe pediu terras do Estado para alojar 200 trabalhadores rurais, o governador paulista informou que a união dispõe de cerca de 5000 alqueires de terras utilizáveis em Andradina, não sendo necessário invadir propriedades estaduais ou particulares.

S. PAULO – Ademar de Barros informou à imprensa que estão ocorrendo pelo menos 6 casos de graves invasões de terras no território paulista e tais ocorrências surgem como consequências da política de agitação acerca da reforma agrária.

Revelou Ademar que a polícia já levantou o fichário de todos os chefes agitadores, autores de invasões e que em breve poderá tomar providências no sentido de fazer com que respeitem-se as propriedades nos princípios constitucionais. Revelou-se que enviou mensagem à Delegacia da SUPRA, tratando da representação que lhe foi encaminhada pelo órgão sobre as invasões de terras na região do Peruibe e no litoral sul. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.1, grifos nossos).

Nessa reportagem é possibilitado ao leitor uma visão geral das “invasões” de terra em todo o país, sempre acompanhada da opinião de algum político, a exemplo de Adhemar de Barros, confirmando a presença de “agitadores comunistas”. Essas reportagens seguiam construindo aquilo que se apresentava como a construção do golpe e em nenhum momento era oferecido ao leitor outra versão dos fatos. Até a opinião de deputados era apresentada como verdade e validava toda informação apresentada pelo JM e ainda ganhava destaque como manchete na primeira página: “Levy: Goulart prepara golpe para continuar no poder” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1), “Armando Falcão: Goulart prepara golpe!” (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1). Para aquele leitor que lia o país nas páginas do JM não restava dúvidas: o Brasil estava à beira de uma revolução comunista.

3.2.2 O comício das reformas

O comício das reformas também foi assunto para o JM. Já no dia 27 de fevereiro o jornal mostrava sua opinião sobre o assunto: “Anuncia-se como coisa certa [...] que o senhor Presidente da República comparecerá ao comício político marcado para o dia 15 de março, em determinado local do Estado Guanabara.” A primeira indicação era de que tudo não passava de um “comício político” e que este aconteceria “em determinado local.” O comício nem havia acontecido e o jornal já lamentava a participação do presidente,

[...] Já dissemos uma vez, nestas colunas, que todos os administradores precisam e devem dialogar com o povo, não se admitindo mais que se

mantenham longe da gente que governa, como prisioneiros de convenções e formalismos.

Não concebemos, entretanto, que semelhante diálogo se dê em praça pública, em comício político, comandados por pelegos marotos e incensadores impenitentes dos que estão de cima de permeio com notórias figuras do comunismo internacional. [...]

Os diálogos presidenciais melhor seriam em clima sereno, em ambiente tranquilo, em campo isento de paixões e choques, já que o caminho mais certo não é o preferido, isto é, via representantes do povo, nas duas casas legislativas.[...]

É pena que o senhor João Goulart ainda não tenha perdido o seu apêgo ao grêmio político que preside. [...]

Difícil compreender-se o primeiro mandatário do País. Ontem, por exemplo, com a sua oração, serena e equilibrada, dava demonstração bem diferente da que deu posteriormente, quando prometeu a líderes sindicais que compareceria ao comício.

É uma pena repetimos. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.1).

Ao final do texto pode-se perceber uma comparação entre um Goulart religioso, “com a sua oração, serena e equilibrada” (JORNAL DA MANHÃ, 1964) e o Goulart que “prometeu a líderes sindicais que compareceria ao comício” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). O fato de haver líderes sindicais no evento tornava este não digno da presença de um cristão.

No dia 4 de março, abaixo da principal manchete de primeira página onde lia-se “Militares não desejam comício nas imediações do Ministério da Guerra” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), o JM apresentava mais um texto falando sobre o comício.

[...] O comício é comunistas, na dura, sem disfarces de qualquer natureza.

Continuamos, por isso, deplorando que o senhor Presidente da República tenha confirmado, mais uma vez, a sua disposição de comparecer [...]

O lugar do senhor João Goulart não é nesse comício bolchevista, a menos que, de propósito, Sua Excelência queira afrontar a maioria absoluta do povo e transformar-se em mero instrumento de provocação antidemocrática. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.1).

Ao comentar os preparativos para o comício de 13 de março, o JM, nas palavras de Wambier, questiona autoridades falando em “nome do povo” e faz referência à ascensão de Goulart à presidência e procura “diminuir” sua importância e seu cargo, “porque alguma eleição equívocada lhes deu um postozinho de mando em qualquer parte. [...] só porque se considera líder de alguma coisa, tem a coragem de usar o santo nome deste santo povo brasileiro para suas arengas” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Além de colocar o presidente numa posição de inferioridade, convoca a população a não dar ouvidos ao que este tem a dizer: “Temos o remédio: fechar o rádio ou não ir aos lugares onde tais papagaios se põem a matraquear.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Engraçada a idéia que certa gente faz a respeito de povo. Especialmente quando está em comício, mesmo que seja batizado de comício de reformas, como esse do passado dia 13. O nome do pobre povo vem à boca de mundo. Todos se julgam com o direito de dizer que estão falando em nome do povo. [...]

Nada obstante, podem vocês notar que o nome do povo não sai da boca de nenhum desses bobos, que se julgam seus representantes só porque subiram num palanque ou botaram um microfone na sua frente. Ou porque alguma eleição equivocada lhes deu um postozinho de mando em qualquer parte.

Nunca o povo brasileiro viveu dias intranquilos como os de agora. Nunca esteve tão atrapalhado, pela interferência de maus administradores, como presentemente. Nunca precisou tanto de paz e de ordem como atualmente. Nunca se mostrou tão desiludido e decepcionado com os políticos e com os partidos do que hoje.

Isso até deveria ser proibido, pipocas! Onde se viu qualquer coisinha atoa, sem prestígio nem nada, só porque se considera líder de alguma coisa, ter a coragem de usar o santo nome deste santo povo brasileiro para suas arengas!...

Temos o remédio: fechar o rádio ou não ir aos lugares onde tais papagaios se põem a matraquera, mas que dá raiva, ah! Isso dá... (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 3).

As reformas de base foram apresentadas pelo colunista como um acontecimento sem importância, onde políticos também sem importância falaram em nome do povo sem que este desse consentimento. O povo é apresentado como aquele que está preocupado com o labor de todo dia e sem nenhum interesse com os conflitos políticos. Reduz o comício à mera politicagem sem importância alguma.

Renderam muitos textos, variados comentários, inclusive comparando o comício com a Marcha da Família, especialmente pela invocação religiosa ter faltado no comício; seus participantes foram chamados de “heréticos”, enquanto as mulheres teriam marchado com rosário nas mãos. Dias depois, a “proclamação dirigida ao povo brasileiro”, durante a marcha em São Paulo, foi apresentada ao povo pontagrossense pelo JM.

O texto começou afirmando que “nenhum dos oradores do famigerado comício das reformas dá referência a Deus”, de maneira que isso se apresentava como uma heresia. E o presidente teria, na ocasião, faltado com o respeito às senhoras mineiras: “o próprio Sr. João Goulart, quando enveredou para o improvisado, teve referências pouco respeitadas a propósito das senhoras mineiras, no seu movimento anticomunista de Rosário nas mãos.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

O jornal acusa os políticos presentes no comício de pensarem que são deuses, de não disfarçarem seu ateísmo:

[...] Os atuais governantes do Brasil pensam que são novos deuses, surgidos do lodo comuno-petebista, a tal ponto que chegaram ao extremo de nem sequer, para disfarçar o seu ateísmo, fazer qualquer alusão, por ligeira que fôsse, à divindade. [...]. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1).

O jornal não se limitava em informar, ele frequentemente oferecia ao leitor sua opinião diante da informação:

Somos contrários a tôda e qualquer manifestação fanática, mas daí a concordarmos com a deplorável conduta dos oradores daquele ajuntamento comuno-sindical, a distância é bem grande.

Estranhamos, pois, e lavramos o nosso veemente protesto contra a maneira como se conduziu o primeiro mandatário da República, pois entendemos que nem o próprio povo brasileiro, com os seus anseios e as suas legítimas aspirações, pode ser colocado acima de Deus, que é o criador de tôdas as coisas. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1).

Posteriormente, ignorando qualquer apoio do povo ao presidente Goulart, o JM diz “não ser povo” as pessoas presentes no comício, “povo não é nem pode ser quem vai a qualquer comício com transporte e comidas pagos. Não é nem pode ser quem bate palmas mediante instrução dos agitadores” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). O jornal acusa o presidente de pagar para que pessoas participassem do comício, e que este fora organizado por deputado comunista.

Duzentos milhões de cruzeiros tirados das empresas estatais, e a despesa calculada para que o ‘povo’ comparecesse à referida praça, para festejar os oradores que os comunistas reuniram no palanque oficial, sob a presidência do sr. João Goulart. Que ninguém se esqueça de que o comício foi organizado pelas forças esquerdistas e o local requerido por um deputado comunista, devidamente fichado na Polícia de outros tempos, isto é, no tempo de Getúlio. [...] Povo não é nem pode ser quem vai a qualquer comício com transportes e comidas pagos. Não é nem pode ser quem bate palmas mediante instrução dos agitadores. E não podem estar confraternizando e falando com o povo os oradores que se cercaram de 5 mil soldados, com metralhadoras e até tanques de guerra! [...]. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1).

O jornal acrescenta que “povo” é o que compareceu à Marcha da Família:

Povo, mas povo legítimo, foi o que compareceu à ‘Marcha da Família’, em São Paulo. Gente aos milhares, cada qual andando com suas próprias pernas, comendo suas próprias comidas e aplaudindo sem ser previamente paga e instruída para isso. Povo foi aquele impressionante aglomerado humano se locomovendo pelas ruas paulistanas, com o nome de Deus na boca, implorando pela paz e ordem, sem qualquer sentido de agitação e tumultuo. Povo, especialmente o brasileiro, não faz agitações nem instiga à desordem. Quer ambiente de sossêgo e de ordem, para poder trabalhar e produzir. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1).

O comício foi representado como “a pior coisa que o governo poderia prestigiar” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), concluindo que o pouco de respeito popular que Goulart mantinha diante do povo acabara “no instante em que Sua Excelência se

pôs no mesmo palanque onde a ação dos comuno-sindicalistas era dirigida no sentido da bolchevização do Brasil e da negação das mais puras e legítimas tradições cristãs de nossa gente.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

3.3 COMUNISMO PÓS-GOLPE

Após o golpe militar, as referências ao comunismo tornaram-se mais intensas nos primeiros meses, e muitas delas consistiam em conclamar o povo à luta contra este tão grande mal. Incentivando o leitor a assumir sua responsabilidade, especialmente no sentido de colaborar com o governo, governo este que havia iniciado o “livramento” do Brasil dos comunistas, mas muito ainda precisava ser feito. Para tanto, os textos reforçavam a visão maléfica do comunismo, a ideia segundo a qual os comunistas “criavam” crises artificiais, e reforçavam constantemente o compromisso de todos no combate.

“Acabou-se o pesadelo. Os homens que estavam destruindo a Nação já foram tirados dos seus lugares, que não souberam honrar” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), assim começa a reportagem de 4 de abril, admitindo que pessoas foram “retirados dos seus lugares, [...] já não pesa nenhuma ameaça sobre o País” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Admitindo assim a arbitrariedade da ação militar, sendo esta, na visão do jornal, necessária, e sempre convocando a população ao sacrifício para reerguer a nação.

Acabou-se o pesadelo. Os homens que estavam destruindo a Nação já foram tirados dos seus lugares, que não souberam honrar. [...] Já não pesa nenhuma ameaça sobre o País, que se prepara, dessa forma, para prosseguir na sua jornada, interrompida brutalmente pelos homens que, trazidos ao Poder por uma renúncia ainda inexplicada, traíram o Brasil e o estavam entregando à crueldade comunista. É hora, portanto, de começar a reconstrução nacional. [...] Para a tarefa reconstrutora todos são chamados, eis que o trabalho, além de enorme, é árduo e espinhoso. [...] O Brasil merece todos os sacrifícios. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

E para reerguer a nação era necessário eliminar todos aqueles que fossem favoráveis ao comunismo. “Operação limpeza” era o título da reportagem de 5 de abril. Era necessário arrancar o mal pela raiz e esse mal era o comunismo: “as ervas daninhas devem ser arrancadas desde as raízes, a fim de eliminar qualquer perigo que voltem a nascer e crescer e mesma coisa deve ser feito com relação ao comunismo.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Acrescentavam que, muito possivelmente, se a vitória fosse do comunismo certamente este tomaria atitudes sangrentas. Portanto, os vitoriosos deveriam agir com todo “rigor e cuidado, [...] implacavelmente” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). “Não devemos nem podemos agir com franqueza ou com tolerância” (JORNAL DA MANHÃ, 1964) e assim o jornal observa;

[...] se eles, os cruéis técnicos do ateísmo, se acaso vingassem nesta República, o que nem sequer gostamos de pensar, o País já estaria coberto de sangue. As vinganças, inclusive de ordem pessoal, estariam levando para o muro de fuzilamento muita gente. [...] por isso, não devemos ter nenhuma contemplação com os comunistas. Se fosse viável, devíamos botá-los num navio e mandar embora daqui, para Rússia, China Continental ou até mesmo para Cuba, para que lá desenvolvam suas atividades subversivas. [...] Deus que inspire as nossas autoridades no trabalho, muito sério sem dúvida, a que estão se dedicando. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

A posição do JM frente à punição dos contrários ao golpe era de absoluto apoio, mas é importante salientar que o jornal confiava que tudo seria feito com justiça e seriedade.

Para o JM a punição dos culpados passava pela punição dos ladrões dos cofres públicos, ladrões estes comunistas, e esta missão também era dos responsáveis pela “Revolução Democrática”, diziam “[...] se existe uma descomunização do Brasil precisa e deve haver uma desladroneização, embora a palavra possa chocar algum purista da língua. [...] Os comunistas transformaram-se em autênticos democratas, e os ladrões em homens de exemplar probidade” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Com a leitura do jornal é possível perceber que, de acordo com o JM, a corrupção era elemento quase inerente ao comunismo. E a presença de Castelo Branco na frente do governo era anunciada como “o prenúncio de um regime de ordem e progresso.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

[...] É muito cedo para se festejar a vitória. Há uma quinzena, estava a Nação no estágio final da comunização, mergulhada na mais tremenda crise de corrupção e indisciplina. A posse do Marechal Castelo Branco é sem dúvida o prenúncio de um regime de ordem e progresso, com austeridade e justiça. [...]. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

A partir do mês de maio, o JM começou a publicar pequenas chamadas com o título “Brasileiros”. Nessas chamadas sempre apontava a presença dos comunistas no governo Goulart e conclamava a população a colaborar com a democracia na árdua tarefa de afastar os comunistas. Na primeira delas, observa que os “demagogos comunistas queriam fazer crer que o Brasil era uma nação que se achava num beco

sem saída. Comunistas vivem das dificuldades que eles criam artificialmente nos países que querem dominar através do desespero das suas classes humildes” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). E em outra define os comunistas como “profissionais do desespero e da miséria” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Mas o Brasil está de novo no caminho próspero e feliz; por isso convoca o leitor: “colabore você também na consolidação e salvaguarda da democracia, anulando a ação nefasta dos comunistas” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), incentivando a população a fazer sua parte no combate. Para o jornal, o combate ao comunismo deveria ser dever de todos e ser constante.

BRASILEIROS

Os demagogos comunistas queriam fazer crer que o Brasil era uma nação que se achava num beco sem saída. Comunistas vivem das dificuldades que eles criam artificialmente nos países que querem dominar através do desespero das suas classes humildes. Mas o Brasil mostrou ter fôlego para resistir até mesmo à mais terrível e diabólica das manobras dos profissionais do desespero e da miséria. O Brasil aí está, de novo cheio de esperanças, retomando o caminho pelo qual se tornará em um dos mais prósperos e felizes povos da terra. Colabore você também na consolidação e salvaguarda da democracia, anulando a ação nefasta dos comunistas. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.1).

Os leitores eram levados constantemente a pensar o comunismo como antônimo de liberdade, e embora não concordassem que o comunismo promoveria prosperidade era comum a reflexão meritocrática de sociedade, reforçando a ideia de que o indivíduo só teria prosperidade por meio de esforço próprio. O Brasil sendo um país “fabuloso” oferecia as condições e liberdades necessárias, bastaria o esforço individual e a vida melhoraria, não necessitando, dessa maneira, mudar o governo.

No dia 19 de maio, a série “Brasileiros” começa fazendo uma referência ao Comício das Reformas realizado por Goulart dia 13 de março: “PROSPERIDADE E BEM-ESTAR não se fazem com falsos decretos e comícios demagógicos” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Aponta que sabedoria e esforço eram necessários para alcançar melhoria de vida, uma vez que o país era fabuloso e oferecia “formidáveis oportunidades de trabalho” (JORNAL DA MANHÃ, 1964) e lembrava o leitor que só “a DEMOCRACIA oferece todas as liberdades” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), enquanto o comunismo apenas “oferece uma liberdade: a de morrer no lugar em que os comunistas escolherem.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

Brasileiros:

PROSPERIDADE E BEM-ESTAR não se fazem com falsos decretos e comícios demagógicos. A melhoria de vida dos cidadãos nasce da sabedoria ou do esforço, com que cada um procura aproveitar as formidáveis oportunidades de trabalho e as possibilidades do progresso individual

oferecidas por um país fabuloso como o nosso. Só a DEMOCRACIA oferece todas as liberdades: a liberdade de procurar melhorar de vida, a liberdade de progredir, a liberdade de escolher seu emprego, a liberdade de criticar o que não está certo ou de reclamar o que está faltando. O comunismo só oferece, uma liberdade: a de morrer no lugar em que os comunistas escolherem. Colabore, você também, na consolidação e salvaguarda da Democracia, anulando a ação nefasta dos comunistas. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.1).

Um dos argumentos mais utilizados consistia em associar o comunismo à falta de liberdade e à perda de direitos. O JM observava que os “povos submetidos à tirania comunista sabem disto muito bem” e apontava como prova o fracasso da “ditadura comunista, que tem de recorrer aos povos livres para obter trigo e arroz para os seus povos semi-famintos e definitivamente escravizados” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Apresentava, portanto, um argumento tosco, uma vez que o comércio de gêneros alimentícios não era uma prerrogativa apenas dos países comunistas. A liberdade era apresentada como elemento fundamental e absolutamente necessário e, obviamente, contrária aos preceitos do comunismo, onde o cidadão também perdia o “direito ao bem estar e o direito de progredir” e, portanto, era preciso que todos ajudassem a “salvaguardar” a democracia.

BRASILEIROS:

Quando se perde a liberdade, perdem-se todos os direitos, inclusive o direito de se reclamar melhores condições de vida e melhores salários. Os povos submetidos à tirania comunista sabem disto muito bem. Eles perderam, não apenas a sua liberdade, mas também, o seu direito ao bem-estar e o direito de progredir. Aí está o fracasso da ditadura comunista, que tem de recorrer aos povos livres para obter trigo e arroz para os seus povos semi-famintos e definitivamente escravizados. Colabore V. também na consolidação e salvaguarda da Democracia, anulando a ação nefasta dos comunistas. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

O povo brasileiro deveria orgulhar-se por ser a “primeira nação do mundo que conseguiu safar-se da tirania comunista, quando os futuros tiranos e traidores da Pátria já se preparavam para dividir os seus despojos” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Para os anticomunistas do JM, a possibilidade de tomada de poder pelos comunistas era algo claro e evidente. Não fazia parte de um medo qualquer, Moscou e seus agentes vermelhos estavam aqui e se não fosse pela ação gloriosa dos militares brasileiros eles tomariam o poder.

BRASILEIROS:

ORGULHEMO-NOS, mais uma vez, de nosso País. Porque o Brasil é a primeira nação do mundo que conseguiu safar-se da tirania comunista, quando os futuros tiranos e traidores da Pátria já se preparavam para dividir os seus despojos. O Brasil deu uma lição de firmeza, decisão, coragem e esperança a todos os povos do mundo! Brasileiros, orgulhem-nos do dia

histórico que viveu a nossa Pátria! Colabore, você também, na consolidação e salvaguarda da Democracia, anulando a ação nefasta dos comunistas. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

A série “Brasileiros” era, antes de tudo, espaço de comemoração. Apresentava sempre uma característica do comunismo, discorria sobre ela e lembrava a população de que o Brasil estava livre dessa ameaça, e que era necessário “consolidar e salvaguardar” a democracia. Em 24 de maio essa comemoração deixava claro que essa era uma ação conjunta entre as “Forças Armadas e o povo brasileiro” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), responsáveis por colocar o Brasil “no caminho” do “respeito a Deus e à dignidade humana.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

BRASILEIROS:

As fôrças armadas e o povo brasileiro repuseram o Brasil no caminho da lei e da ordem, do respeito a Deus e à dignidade humana. Agora, retomemos as nossas esperanças, positivas que podem ter todos os cidadãos de um país com as gigantescas perspectivas de progresso e prosperidade que tem o Brasil. As possibilidades do nosso progresso asseguram bem-estar e constante melhoria de vida a todos os brasileiros que se dedicam ao trabalho ou aos estudos, no presente e no futuro. Colabore, você também, na consolidação e salvaguarda da Democracia, anulando a ação nefasta dos comunistas. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1).

Para o JM, os comunistas poderiam chegar ao poder de duas maneiras: pela “revolução armada e pela inflação” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). Nesse sentido, observava que uma vez que a revolução armada no Brasil seria inviável, porque o exército já havia reprimido uma tentativa, a exemplo de 1935, a alternativa encontrada foi a inflação. Portanto, o “governo deposto criou diabolicamente uma inflação galopante” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), desvalorizando “propositalmente a moeda nacional” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), com o objetivo de gerar um caos, e assim as pessoas passariam a acreditar que “soluções violentas”, como o comunismo, seriam uma saída para esse estado de coisas: “Você, com o seu desespero, seria a carne do canhão par os demagogos comunistas obterem o poder, e dominarem o Brasil com a sua ditadura, humilhação, fuzilamento ou miséria” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). A ação do exército frente ao governo Goulart teria acontecido para resolver este “caos pré-fabricado” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). E o leitor era convidado a colaborar com a “consolidação e salvaguarda da Democracia.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

BRASILEIROS:

Os comunistas sabem que há 2 caminhos para chegar ao poder através de uma revolução armada, como aconteceu na Rússia, em 1917, ao através da inflação, como aconteceu na Tchecoslováquia, em 1946. No Brasil, os

comunistas sabiam que não adiantava pegar em armas, seriam repelidos prontamente, como em 1935. Os comunistas optaram então pela criação do desespero e da inflação. Por isso, o governo deposto emitia bilhões e bilhões de cruzeiros, desvalorizando, deliberadamente, o poder aquisitivo da nossa moeda para, assim, lançar dúvidas sobre as instituições democráticas. Foi contra esse caos pré-fabricado que se ergueram unidos o povo brasileiro e suas Forças armadas, restabelecendo a confiança nos destinos da nação e pondo em fuga aqueles que tripudiam sobre ela.

Colabore, você também, para a consolidação e salvaguarda da democracia, anulando a ação nefasta dos comunistas. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

O dinheiro valer menos, o salário não ser suficiente para cobrir as necessidades, foi apresentado como uma ação ardilosa do governo Goulart para que o povo aceitasse o comunismo.

BRASILEIROS:

Sabe por que é que o seu dinheiro vale menos? Sabe por que o seu salário cada dia ficava menor para atender suas compras e necessidades? É porque o governo deposto criou diabolicamente uma inflação galopante para fazer de voce um desesperado e torná-lo um partidário das soluções violentas, como o comunismo. Você, com o seu desespero, seria a carne do canhão para os demagogos comunistas obterem o poder, e dominarem o Brasil com a sua ditadura, humilhação, fuzilamento ou miséria. Colabore, voce também, na consolidação e salvaguarda da democracia, anulando a ação nefasta dos comunistas. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

O discurso nem sempre parecia coerente:

Durante os últimos 3 anos, o governo deposto anunciou inúmeras medidas contra a inflação. Mas o que vimos foi a alta constante nos preços do feijão, da carne, do arroz, do óleo, porque era o próprio governo que desfazia os esforços dos brasileiros para conter a inflação. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.1).

Em alguns momentos os argumentos utilizados são confusos; um exemplo é o argumento utilizado para falar da crise econômica durante o governo Goulart. O texto começa afirmando que “durante os últimos 3 anos, o governo deposto anunciou inúmeras medidas contra a inflação” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), porém sem sucesso, de maneira que o que se via era a alta de preços, porém a justificativa para a alta de preços era que “o próprio governo que desfazia os esforços dos brasileiros para conter a inflação. Emitindo incessantemente bilhões e bilhões de cruzeiros os comunistas montados no poder, desvalorizavam dia a dia a nossa moeda dentro e fora do país” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). E isso era, na visão do JM, intencional, porque “o governo deposto e seus agentes comunistas sabiam que a maneira mais fácil de implantar um regime totalitário seria através da inflação, como aconteceu na

Tchecoslováquia e na China Vermelha e na Alemanha após a guerra 14-18.” (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

E para resolver esse estado de coisas, “Forças Armadas reagiram, estabelecendo o clima de legalidade democrática” (JORNAL DA MANHÃ, 1964) e a “ordem necessária ao progresso da Nação” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). O golpe havia sido dado para que a democracia se restabelecesse e para a manutenção dessa ordem das coisas era necessário que todos colaborassem. Para o JM, o contrário de democracia era o governo Goulart e não a ditadura que se instalava com os militares.

O governo mentia que tomava medidas para resolver os problemas, mas, de acordo com o jornal, a crise fazia parte de um plano para, posteriormente, implantar o comunismo, “como aconteceu na Tchecoslováquia e na China Vermelha e na Alemanha após a guerra 14-18” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). O processo de implantação do comunismo nesses países teria sido resultado de uma crise criada pelo próprio comunismo? Então, lá, como aqui, o comunismo já estava no poder e queria tomar o poder?

BRASILEIROS!

Durante os últimos 3 anos, o governo deposto anunciou inúmeras medidas contra a inflação. Mas o que vimos foi a alta constante nos preços do feijão, da carne, do arroz, do óleo, porque era o próprio governo que desfazia os esforços dos brasileiros para conter a inflação. Emitindo incessantemente bilhões e bilhões de cruzeiros os comunistas, montados no poder, desvalorizavam dia a dia a nossa moeda dentro e fora do país. Isso, porque o governo deposto e seus agentes comunistas sabiam que a maneira mais fácil de implantar um regime totalitário seria através da inflação, como aconteceu na Tchecoslováquia e na China Vermelha e na Alemanha após a guerra 14-18. Foi contra tudo isso que o povo brasileiro e suas valorosas Forças Armadas reagiram, estabelecendo o clima de legalidade democrática e a ordem necessária ao progresso da Nação.

Colabore, você também, na consolidação e salvaguarda da Democracia, anulando a ação nefasta dos comunistas.

Todas as ações do governo Goulart foram usadas, e atacadas como comunista, para o JM, o objetivo primeiro do governo era desestabilizar a economia brasileira, o povo brasileiro, para ter motivos e melhor explorar e manipular a população, construindo assim caminho para a implantação do regime. E esta visão está sempre explícita nas páginas do jornal. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1).

Em 7 de junho, o JM acusa o governo de fabricar desespero para que assim pudesse explorar politicamente a população. Essa definição define bem a visão que ao longo do ano de 1964 o jornal construiu acerca do governo Goulart: uma ideia segundo a qual a crise reinante no país não passava de manobra para se implantar o comunismo a partir do desespero da população.

Brasileiros!

O Brasil ficou livre de um governo que legislava demagógicamente sobre aluguéis, mas não construía casas populares. Um governo que falava em tabelamento, mas não facilitava o aumento da produção de gêneros. Um governo que punia com ameaça de encampação, àqueles que sabiam produzir melhor e muito mais eficientemente que as indústrias do Estado, desorganizadas pelo empreguismo do governo deposto. Um governo que FRABRICAVA DESESPERO porque precisava explorar, politicamente, os desesperados.

Colabore, você também, na consolidação e salvaguarda da Democracia anulando a ação nefasta dos comunistas. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p.1).

No dia 4 de junho, o texto com título “Campanha de esclarecimento” (JORNAL DA MANHÃ, 1964) começa num tom pedagógico, que era o de ensinar à população a “noção e o dever de trabalhar”, e esta missão era dos democratas: “neste momento, nós, democratas, devemos sair para uma campanha de esclarecimentos da opinião pública, pois que o trabalho é um dos problemas mais graves do País e precisamos infundir no trabalhador brasileiro a noção do dever de trabalhar” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). O trabalho era apresentado como uma característica dos democratas. E é claro que essas eram palavras de um democrata, o deputado federal “João Mendes” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). No discurso do deputado é possível pensar que os problemas do Brasil em relação ao trabalho em nada tinham relação com ações dos governos, era apenas resultado de uma espécie de “corpo mole”, como se o brasileiro não gostasse do trabalho.

Mas o tom que ganha na sequência é o de alertar a população de que forças trabalhavam para desestabilizar o governo recém instaurado:

[...] não tenhamos dúvidas a respeito: os descontentes, os insatisfeitos, os fariseus da democracia, o que foram desmamados continuam trabalhando, à socapa, ocultamente, com disfarces bem urdidos pela sua manhã, no sentido de desacreditar a Revolução Democrática. O Governo está tomando medidas impopulares, mas nem por isso menos justa e necessária, para repor a Nação no seu devido lugar. (JORNAL DA MANHÃ, 1964, p. 1).

Trabalhava-se no leitor a ideia de que a participação do povo era fundamental para a manutenção do governo golpista. Além disso era preciso mostrar à população as intenções do governo militar diante das ações impopulares: “impõe, urgentemente, uma campanha de esclarecimento em torno das medidas governamentais, especialmente das que têm reflexo atual desfavorável na opinião pública, como a de extinção dos subsídios do petróleo e do trigo” (JORNAL DA MANHÃ, 1964). E para o JM, “não basta afastar os vermes. É preciso, também, limpar os focos que geravam, as fontes de ontem êles procediam, sujeitando o ambiente e empestando a atmosfera”

(JORNAL DA MANHÃ, 1964). E para que isso fosse feito o que mais era preciso? Para o JM, até onde o governo poderia chegar com suas ações? O que este sabia ao certo era que:

Criou-se o Serviço Federal de Informações. Sua missão deve ser essa. Urgente e cuidadosa. Em cada Estado, em cada Município, em cada povoado. Em toda a imensa vastidão territorial brasileira. Para que todos saibam que a Revolução não foi uma quartelada destinada a extinguir privilégios de uns para concedê-los a outros. Para ensinar a todos que a Revolução foi um imperativo de salvação nacional. Para que todos se convençam de que estamos no caminho certo, ainda por serem bem limpos, em busca de um futuro positivamente glorioso e imortal. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

No texto com título “Campanha do esclarecimento”, o JM se propõe a esclarecer algumas ações do governo, observando que:

Não basta afastar os vermes os germes. E preciso, também, limpar os focos que geravam, as fontes de ontem eles procediam, sujeitando o ambiente e empestando a atmosfera. Não subestimem, os nossos governantes, o que aqui estamos dizendo. Não é fantasia nem exagero. É uma realidade indiscutível, embora não se saiba, com certeza, de onde partem essas manifestações contrárias ao bem do Brasil e da sua gente. Criou-se o Serviço Federal de Informações. Sua missão deve ser essa. Urgente e cuidadosa. Em cada Estado, em cada Município, em cada povoado. Em toda a imensa vastidão territorial brasileira. Para que todos saibam que a Revolução não foi uma quartelada destinada a extinguir privilégios de uns para concedê-los a outros. Para ensinar a todos que a Revolução foi um imperativo de salvação nacional. Para que todos se convençam de que estamos no caminho certo, ainda por serem bem limpos, em busca de um futuro positivamente glorioso e imortal. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

O jornal tinha razão: a “revolução” se mostrou implacável, atingindo inclusive os aliados. Foi o caso da UDN, partido de João Vargas de Oliveira, que deixaria de existir com a adoção do bipartidarismo.

CAPÍTULO 04 - UNIDADE DIDÁTICA - ANTICOMUNISMO: UMA CONSTRUÇÃO

Esta unidade didática tem por objetivo a compreensão do fenômeno do anticomunismo e sua consequência direta: o golpe civil-militar de 1964. Para isso é aqui apresentado um estudo bibliográfico e como fonte histórica utilizaremos considerações anticomunistas apresentadas no ano de 1964 no *Jornal da Manhã* de Ponta Grossa. Destina-se aos professores e alunos do terceiro ano do Ensino Médio, podendo ser utilizada com alunos do nono ano do Ensino Fundamental, desde que apresentados ajustes necessários ao grau de escolaridade.

Espera-se contribuir com o trabalho do professor, com a formação de alunos críticos e não meros reprodutores de conteúdo, além do incentivo ao respeito à pluralidade de ideias e pensamentos políticos.

4.1 DE PROFESSOR PARA PROFESSOR: O USO DO JORNAL NO ENSINO DE HISTÓRIA

Assim como a História enquanto ciência passou por mudanças importantes ao longo dos anos, e a História enquanto disciplina escolar acompanhou tais mudanças, ainda que tardiamente em comparação à ciência mãe. E dentre essas mudanças, podemos destacar a visão que se tem sobre o documento histórico. Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli (2009) observam que a valorização do documento no trabalho do historiador começou a acontecer no século XIX:

A valorização do documento como recurso imprescindível ao historiador foi um fenômeno do século XIX. Para os historiadores daquele século, o documento escrito converte-se no fundamento do fato histórico. O trabalho do historiador seria extrair do documento a informação que nele estava contida, sem lhe acrescentar nada de seu. (SCHIMIDT; CAINELLI, 2009, p. 112).

O documento era a expressão da verdade e ao historiador cabia a função de repassar a informação presente no documento, sem questioná-lo. Na escola, o ensino de História acompanhando essa visão historiográfica entendia a História como expressão fiel da verdade e preocupava-se especialmente com a história da nação, e o documento era a prova dessa verdade, enquanto o aluno recebia passivamente o conhecimento pronto e acabado. Segundo Schmidt e Cainelli (2009),

O documento histórico servia para a pesquisa e para o ensino como prova irrefutável da realidade passada que deveria ser transmitida ao aluno. Este

era visto como mero receptor passivo e preocupado em decorar o conteúdo ou o ponto ensinado. (SCHIMIDT; CAINELLI, 2009, p. 112-113).

No correr do século XX a historiografia passa a entender o documento não mais como expressão da verdade. Schmidt e Cainelli (2009, p. 116) observam que “o documento, considerado vestígio deixado pelos homens, voluntária ou involuntariamente, passou a ser encarado como produto da sociedade que o fabricou, de acordo com determinadas relações de poder.” O documento é, agora, um vestígio, uma testemunha do passado, uma parte do real, ele pode ter uma intencionalidade, não é neutro e a escrita da História depende dos questionamentos do historiador diante desses documentos.

No ensino de História, ainda que lentamente, os documentos passaram a ser vistos como ricas fontes de informação e como uma possibilidade de ensinar o aluno a pensar historicamente a partir de fontes diversas, objetos e documentos presentes em seu dia a dia, em sua própria casa. Quase tudo passou a ser uma fonte histórica, mas para esse tipo de ensino ser eficiente é necessário que o professor desenvolva habilidades para além do conhecimento da História.

O trabalho com fontes históricas em sala de aula é tão sério e exigente quanto é o trabalho do historiador em sua pesquisa. Este exige mais tempo e preparo por parte do professor, pois o conhecimento dele precisa ser para além do conteúdo, deve-se também buscar e conhecer as fontes, entender como construir o conhecimento histórico a partir delas e saber como repassar tudo isso ao aluno.

Para Flávia Eloisa Caimi (2008, p.129), o uso de fontes históricas na sala de aula pode ajudar a superar o conteudismo e o verbalismo. A vontade de “vencer o conteúdo” tem sido ao longo dos anos uma preocupação dos professores, especialmente porque há uma cobrança por parte das secretárias de educação, e mesmo dos pais de alunos, para que “todo o conteúdo” seja trabalhado até o final de cada ano letivo. Porém, é sabido que jamais daremos conta de ensinar todo o conhecimento histórico. O verbalismo também é frequente, porém sabemos que o aluno aprende de diversas maneiras e ouvir o professor é apenas uma delas; possibilitar que o aluno manuseie a fonte e tente compreendê-la é oportunizar ao aluno mais uma forma de aprendizagem.

Para Marieta de Moraes Ferreira e Renato Franco (2009, p. 102), “a simples repetição de conteúdos acaba por dificultar o entendimento da disciplina, obrigando professores e alunos à reprodução de conteúdos e afastando o ensino de História do

processo de elaboração do conhecimento”, e certamente tornando a aula entediante para o aluno. Por isso, ensinar os alunos a pensar as fontes históricas, possibilitará que o mesmo, sem a presença do professor, construa um olhar histórico sobre as fontes presentes no dia a dia, preparando-o para pensar historicamente para além da sala de aula, além de tornar a aula menos cansativa e mais atrativa ao aluno.

Nessa maneira de ver o ensino de História e também as fontes, um novo professor se faz necessário, um professor que se distancie do verbalismo e do conteudismo e que saiba como usar as fontes em seu trabalho pedagógico. Segundo Schimidt e Cainelli (2009),

[...] o que se procura é uma prática docente distanciada o mais possível da imagem do ‘professor-enciclopédia’, detentor do saber, buscando a construção de um ‘professor-consultor’, que contribui para a construção do conhecimento de seus alunos em sala de aula. (SCHIMIDT; CAINELLI, 2009, p.34).

Nesse sentido, o professor deixa a posição de “detentor” do conhecimento para ser o mediador do conhecimento; ele não vai transmitir o que sabe sobre o conteúdo, ele deve ensinar como construir o conhecimento. Ainda segundo Schimidt e Cainelli (2009),

[...] o professor de história ajuda o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias para aprender a pensar historicamente, o saber-fazer, o saber-fazer-bem, lançando os germes do histórico. Ele é o responsável por ensinar ao aluno como captar e valorizar a diversidade das fontes e dos pontos de vista históricos, levando-o a reconstruir, por adução, o percurso da narrativa histórica. Ao professor cabe ensinar ao aluno como levantar problemas, procurando transformar, em cada aula de história, temas e problemáticas em narrativas históricas. (SCHIMIDT; CAINELLI, 2009, p. 34).

O aluno é, portanto, chamado a fazer parte da aula como indivíduo atuante, participativo, entendendo o conhecimento histórico como uma construção possível também para ele. Deve entender esse conhecimento como algo para além da sala de aula, o aluno deve ser levado a pensar historicamente também no seu cotidiano. E o professor deixa de ser um repetidor do conhecimento para ser um produtor, um pesquisador.

Assim, a aula de história é o espaço em que um embate é travado diante do próprio saber: de um lado, a necessidade de o professor ser o produtor do saber, de ser partícipe da produção do conhecimento histórico, de contribuir, pessoalmente, para isso; de outro, a opção de se tornar tão somente eco do que já foi dito por outros. (SCHIMIDT; CAINELLI, 2009, p. 35).

Com a utilização das fontes nas aulas de História, a sala de aula passa a ser um espaço dinâmico, onde se constroem significações e sentidos (SCHIMIDT; CAINELLI, 2009, p.35). O professor também é convidado a ganhar autonomia diante da produção do conhecimento, e para esta construção de autonomia de professor e aluno as fontes históricas se mostram indispensáveis. Caimi (2008) reforça esta ideia:

[...] há importantes indicações metodológicas que preconizam o papel ativo do estudante nos procedimentos de compreensão e interpretação. Mais do que objetos ilustrativos, as fontes são trabalhadas no sentido de desenvolver habilidades de observação, problematização, análise, comparação, formulação de hipóteses, crítica, produção de sínteses, reconhecimentos de diferenças e semelhanças, enfim, capacidades que favorecem a construção do conhecimento histórico numa perspectiva autônoma. (CAIMI, 2008, p. 141).

Caro professor, é preciso compreender que o aluno não vem pronto, sabendo o que fazer em relação às fontes, o professor é que necessita dominar alguns procedimentos, precisa saber lidar com elas para poder ensinar ao aluno. Para pensar esses procedimentos, Caimi (2008) recorre aos PCNs, quando estes indicam ações a serem realizadas pelo professor:

[...] solicitar suas primeiras impressões, instigá-los no questionamento, confrontar com informações divergentes, destacar detalhes, socializar observações, criar momentos para que possam comparar suas idéias iniciais com as novas interpretações conquistadas ao longo do trabalho de análise. [...] É importante que o trabalho envolva observação, descrição, análise, pesquisa, relações e interpretações e, no final aconteça um momento de retorno ao documento para que os alunos comparem as novas informações – o seu ‘novo olhar’ - com suas apreensões iniciais e reflitam sobre problemáticas históricas a ele relacionadas (BRASIL, 1998, p. 86-87 *apud* CAIMI, 2008, p. 142).

Ou seja, o trabalho com as fontes precisa ir além da mera ilustração do conteúdo, ele deve percorrer caminhos que levem o aluno a olhar a fonte a partir de uma problematização que o conduza ao conhecimento. Muito embora um dos objetivos seja a autonomia do aluno na busca do conhecimento, a presença do professor como mediador do processo é fundamental. Sobre isso, Caimi (2008) explica:

[...] é imprescindível o trabalho do professor e do aluno na problematização e significado dos documentos, utilizando-os de modo a extrapolar meras funções de ilustração, motivação, informação ou prova, ainda que estas possam ter relativa importância. O desafio é, tomando os documentos como fontes, entendê-los como marcas do passado, portadores de indícios sobre situações vividas, que contêm saberes e significados que não estão dados, mas que precisam ser construídos com base em olhares, indagações e

problemáticas colocadas pelo trabalho ativo e construtivo dos alunos, mediados pelo trabalho do professor. (CAIMI, 2008, p. 147).

O uso dos documentos em sala de aula são diversos, sendo importante inclusive como ilustração de um determinado assunto, mas é preciso que o professor explore o documento ao máximo para retirar dele o máximo. Sobre a utilização do documento em sala de aula, a historiadora Circe Maria Fernandes Bittencourt (2018) observa:

Um documento pode ser usado simplesmente como ilustração, para servir como instrumento de reforço de uma ideia expressa na aula pelo professor ou pelo texto do livro didático. Pode também servir como fonte de informação, explicitando uma situação histórica, reforçando a ação de determinados sujeitos etc., ou pode servir ainda para introduzir o tema de estudo, assumindo neste caso a condição de *situação-problema*, para que o aluno identifique o objeto de estudo ou tema histórico a ser pesquisado. Dessa forma, os objetivos do uso de documentos são bastante diversos para o professor e para o historiador, assim como os problemas a que ambos fazem frente. Um desafio para o professor é exatamente ter critérios para seleção desse recurso. (BITTENCOURT, 2018, p. 267, grifo da autora).

Bittencourt (2018, p. 267) ainda alerta para os cuidados que o professor deve ter ao trabalhar com documentos em sala de aula, como considerar que o aluno não entende do contexto histórico de produção do documento. É preciso observar o nível e condições de escolarização no momento de escolha do documento a ser levado para sala de aula; é necessário escolher fontes atrativas e que não apresentem muitos obstáculos, que não tenham grande extensão, para que possam ser utilizadas considerando o tempo da aula; faz necessário que o documento seja motivador, que produza interesse e curiosidade; é preciso que os documentos tenham informações claras, para fornecer boa compreensão das informações.

Ao preparar sua aula o professor deseja que seu aluno se mostre interessado naquilo que é proposto pelo professor. O uso do documento em sala de aula também deve ter esse objetivo, de fazer o aluno pegar gosto pela História, fazer o aluno querer entender e descobrir o conhecimento histórico a partir da fonte. É preciso que o aluno encontre a partir da aula o sentido histórico de fontes que possam ser encontradas em sua casa, em seu bairro, em sua cidade.

Para que o documento se transforme em material didático significativo e facilitador da compreensão de acontecimentos vividos por diferentes sujeitos em diferentes situações, é importante haver sensibilidade ao sentido que lhe conferimos enquanto *registro do passado*. Nessa condição, convém os alunos perceberem que tais registros e marcas do passado são os mais

diversos e encontram-se por toda parte: em livros, revistas, quadros, músicas, filmes e fotografias. (BITTENCOURT, 2018, p. 268).

Maria Alice Faria (2013, p.11) observa que “um dos principais papéis do professor seria, pois, o de estabelecer laços entre a escola e a sociedade”, e isso se faz possível a partir do uso de fontes históricas em sala de aula. A autora ainda observa que os “jornais e revistas são, portanto, mediadores entre a escola e o mundo.” E assim como aponta Bittencourt, os jornais são fontes históricas disponíveis e se fazem presentes na vida de professores e também alunos.

Levar o jornal para sala de aula poderá envolver o aluno em um aprendizado riquíssimo, tanto do jornal, enquanto fonte histórica, como do jornal enquanto fonte de informação utilizada pelo aluno em seu em seu dia a dia. Nesse sentido, Faria aponta:

O jornal é também **uma fonte primária de informação**, espelha muitos valores e se torna assim um instrumento importante para o leitor se situar e se inserir na vida social e profissional. Como apresenta um conjunto dos mais variados conteúdos, preenche plenamente seu papel de objeto de comunicação. Mas não só, pois como os pontos de vista costumam ser diferentes e mesmo conflitantes, ele leva o aluno a conhecer diferentes posturas ideológicas frente a um fato, a tomar posições fundamentadas e a aprender a respeitar os diferentes pontos de vista, necessários ao pluralismo numa sociedade democrática. (FARIA, 2013, p. 11, grifos da autora).

E não é só isso, a autora indica o jornal como uma ponte entre os conteúdos escolares e a realidade do aluno, demonstrando que os motivos para o uso do jornal em sala de aula são diversos.

Como **formador do cidadão**, se a leitura do jornal for bem conduzida, ela prepara leitores experientes e críticos para desempenhar bem seu papel na sociedade.

Na **formação geral do estudante**, a leitura crítica do jornal aumenta sua cultura e desenvolve suas capacidades intelectuais.

Como **padrão de língua**, os bons jornais oferecem, tanto ao professor como os alunos, uma norma padrão escrita que sirva de ponto de referência para a correção na produção de textos. [...]

A leitura do jornal oferece, ainda, um contato direto com **o texto escrito autêntico** (e não com textos preparados apenas para serem usados na escola). [...]

O jornal é também **um registro da história**, no seu dia a dia. (FARIA, 2013, p.11-12, grifos da autora).

Para ensinar História, o professor precisará dominar a arte da História e de como ensinar essa História. Não acontecerá aprendizagem se um desses elementos faltar. E para trabalhar com o jornal da sala de aula a regra se repete: o professor deverá entender como pesquisar no jornal, como escrever História a partir do jornal,

e deverá conhecer sobre o assunto pesquisado e saber como mostrar tais elementos ao aluno.

O trabalho com o jornal não foge à regra de qualquer fonte histórica; os cuidados a serem considerados são os mesmos, porém o jornal apresenta algumas particularidades e um universo grande de possibilidades. Bittencourt (2018) observa:

As possibilidades de utilizar jornais como fonte histórica são múltiplas: a análise dos conteúdos das notícias (políticas, econômicas, culturais etc.), da forma pela qual são apresentadas as notícias, as propagandas, os anúncios, as fotografias etc. e de como esse conjunto de informações está distribuído nas diversas partes do jornal, entre outras. (BITTENCOURT, 2018, p. 271.).

Em sala de aula o jornal pode ser utilizado como um todo; ele poderá ser o objeto estudado, podendo se conhecer a sua história em particular e também poderá ser estudado a partir de seu conteúdo, ou seja, é possível estudar diversos assuntos a partir daquilo que diz o jornal. Nesse sentido, Bittencourt alerta que é necessário pensar sobre a autoria dos acontecimentos:

Para análise do conteúdo, tem sido importante a reflexão sobre a autoria dos acontecimentos, dando-se destaque ao papel do jornalista como agente significativo na criação de fatos históricos. O jornal, como veículo de comunicação fundamental na sociedade moderna, exige igualmente tratamento bastante cuidadoso quanto à análise externa, devendo ser considerado como objeto cultural, mas também como mercadoria, como um produto de uma empresa capitalista. (BITTENCOURT, 2018, p. 271-272).

O professor deverá levar o aluno a compreender que um jornal é produzido pelo jornalista a partir da sua visão de mundo com o objetivo claro do lucro porque um jornal é quase sempre uma mercadoria, o produto a ser vendido, consumido por alguém.

Além disso, Bittencourt (2018, p. 272) alerta para o caráter político do jornal: “sendo um meio de comunicação influente, o jornal tem sido analisado em seu papel de formador da opinião pública ligado a interesses variados e, como órgão da denominada “imprensa livre”, faz parte do jogo político e do poder.” Esse elemento deve ser considerado pelo professor; o aluno deverá entender que as informações presentes no jornal possuem uma intencionalidade, e que muito frequentemente o jornal representa grupos políticos e religiosos, dentre outros, com objetivos e intenções próprias. E, portanto, é preciso considerar a notícia como um discurso que jamais é neutro ou imparcial (BITTENCOURT, 2018, p. 273).

O professor precisa também mostrar ao aluno que o leitor também não é um indivíduo neutro, ele possui posição política, religiosa e valores que são considerados diante da leitura do jornal. A partir da análise de jornais, a escola pode contribuir com a formação de sujeitos mais críticos, autônomos e participativos. Ferreira e Franco (2009) refletem sobre o papel da escola,

[...] a disciplina tem um papel de ensinar a refletir e a ler o mundo a partir de uma orientação histórica. Contribui na medida em que ajuda os alunos a entenderem noções como o tempo, as permanências, as mudanças, o contexto e, a partir disso, serem capazes de selecionar e criticar as informações do seu dia a dia. A história, isoladamente, ou qualquer outra disciplina, são forma cidadãos, por outro lado é impossível construir cidadania sem as noções de historicidade, de construção do saber sobre o vivido e sobre o tempo que só o conhecimento histórico pode dar. (FERREIRA; FRANCO, 2009, p. 104).

O ensino deve estar conectado com as necessidades da sociedade. Nos últimos anos ficou evidente a necessidade da formação de cidadãos com capacidade de leitura e em especial de leitura crítica dos meios de comunicação. A utilização de jornais no ensino de História contribui para esta formação.

4.2 PARA COMEÇAR... ANTICOMUNISMO: UMA CONSTRUÇÃO

Você certamente já deve ter lido nas redes sociais, jornais ou mesmo escutado expressões do tipo: “vai pra Cuba”, “o Brasil não será uma nova Cuba”, “nossa bandeira jamais será vermelha”, “forças armadas salve-nos do comunismo”, “conspiração comunista”, “perigo vermelho”, “ameaça comunista” e tantas outras. Esse movimento, que apresenta como característica o medo do comunismo, recebe o nome de anticomunismo. Você sabe o que isso significa?

O que é comunismo?

Por que será que as pessoas têm tanto medo do comunismo?

Será que o Brasil já esteve ou está em perigo de se tornar um país comunista?

É preciso ter medo do comunismo?

Nesta unidade didática iremos compreender como surgiu o anticomunismo, você verá se ele faz sentido, também irá aprender sobre suas consequências para a história política do Brasil.

Vamos pensar e estudar!

Proposta de atividade:

- 1) Você conhece algum comunista?
- 2) Faça uma lista de pessoas que você considera comunista.
- 3) Esta pessoa já se declarou comunista?
- 4) Como você sabe que esta pessoa é comunista?
- 5) Você já ouviu falar da “lista atualizada de comunistas”? Observe a lista abaixo e diga por que, em sua opinião, estas pessoas foram consideradas comunistas.

Figura 5 – Lista atualizada de comunistas



Fonte: LISTA..., 2020.

4.3 JORNAL: VEÍCULO DE REPRESENTAÇÕES

Quais são os meios que você utiliza para se manter informado?

Quando você lê uma informação, você acredita inteiramente nela?

Você já leu um jornal impresso?

Você sabia que durante muitos anos o jornal impresso foi o principal meio de comunicação do Brasil?

Hoje os jornais estão mais presentes na internet, com inúmeros sites de notícias que possibilitam ao cidadão estar informado. Alguns desses sites permitem o compartilhamento de seus conteúdos em redes sociais, o que permite um amplo acesso em suas reportagens e notícias. Mas não foi sempre assim, no passado os jornais eram exclusivamente impressos.

Responsáveis pela circulação de inúmeras informações e ideias, os jornais eram utilizados pelos mais diversos grupos sociais e era por meio deles que os diversos grupos anticomunistas transmitiam seus pontos de vista políticos. Para a historiadora Maria Helena Capelato (1988), “a imprensa registra, comenta e participa da história”, e era exatamente esta a condição dos jornais durante a década de 1960. Os jornais apresentavam a notícia e comentavam essa notícia expondo claramente seu posicionamento em relação a ela e participavam da História na medida em que se construíam e ajudavam a construir o posicionamento político de seus leitores.

Toda a produção jornalística possui uma intencionalidade. Dentro de um jornal nenhuma representação ou discurso é neutro, este interfere no contexto histórico e sofre também a influência dele. Mas como os jornais interferem no contexto histórico e como esse contexto interfere nas representações presentes nos jornais? O jornal é fruto de uma sociedade e é utilizado por grupos políticos e empresariais. Ele é primeiramente um produto à venda, até mesmo quando não é vendido e tem a função de despertar interesses e consciências e de disseminar valores e crenças, conforme o interesse de seus donos e dos grupos dominantes.

Inúmeros elementos devem ser levados em conta quando se pretende ler um jornal e pesquisar a História por meio dos jornais, como, por exemplo: quem escreve? Por que escreve? Para quem escreve? Nenhum discurso é neutro e ele se faz para alguém. Eles são feitos dentro de uma determinada realidade, num determinado contexto, com objetivos determinados e se destina a um público-alvo em específico. Dessa forma, resultam em representações capazes de modificar modos de pensar e agir de um grupo ou de uma sociedade. A voz de um jornal tem dono e esses donos defendem uma determinada versão da realidade, uma determinada visão de mundo.

O que dizem os historiadores? Segundo Capelato (1988):

Todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos. (CAPELATO, 1988, p.15).

A imprensa age deliberadamente para a formação de opiniões, para interferir direta e indiretamente na maneira que a sociedade constrói sua visão das coisas e do mundo. A utilização de linguagem simples, tratando de assuntos atuais e cotidianos, desperta o interesse de leitores de todas as classes sociais e níveis culturais. Por meio do estudo da imprensa, podemos entender práticas culturais, políticas e ideológicas de uma determinada sociedade. Os jornais informam ao mesmo tempo em que formam seus leitores; nesse caso, a informação se torna sinônimo de conhecimento e é capaz de moldar pensamentos e reações individuais e coletivas. Esse conhecimento, no entanto, pode ser fortemente questionado, ainda assim é um conhecimento. As representações presentes nos jornais se tornam representações e práticas de seus leitores a respeito de determinados assuntos. Com frequência, o conjunto de representações é assumido pelos leitores de forma inconsciente, porém, muito consistente.

Assim como os jornais, todos os textos devem ser lidos com criticidade. Vamos praticar?

Proposta de atividade:

1) Vemos atualmente milhares de textos e conteúdos sendo compartilhados nas redes sociais. Assim como nos jornais, os conteúdos presentes nessas redes não são neutros: foram produzidos por alguém e possuem uma intencionalidade. Antes de decidir compartilhar um conteúdo, o usuário das redes deve se informar se o fato é verdadeiro, se as opiniões presentes no texto são coerentes. O texto abaixo foi retirado do Facebook, uma das redes sociais mais acessadas no mundo. Leia com atenção e faça o que se pede:

Filho agora sou como você

Pai falando:

- Filho, eu descobri essas coisas no seu armário...

Filho responde:

- Qual é o problema de ter uma máscara do grupo Antifas e um taco de baseball?

PAI

- Você usa isso?

FILHO

- Não... quer dizer, às vezes.

PAI

- É que estou precisando, será que você me empresta?

FILHO

- Precisando...? Pra quê?

PAI

- É que eu li as coisas que você andou escrevendo na internet...

FILHO

- Você andou lendo meu Face?

PAI

- Qual é o problema, não é público?!

FILHO

- É, mas...

PAI

- Pois é, eu li o que você escreveu, e...

FILHO

- Pai, eu sei que você não gostou do que eu escrevi lá, mas eu não vou discutir, são as minhas idéias... Eu tenho 27 anos! Sou anarquista, e...

PAI

- Não filho! Eu achei legal! Você me convenceu!

FILHO

- Convenceu?? Do quê?!

PAI

- Tá tudo errado mesmo! Você faz bem em nunca ter trabalhado. Eu li o que você escreveu e concordo. Agora eu sou anarquista também, que nem você!

FILHO

- Você o quê??? Pai, que história é essa?! Você está maluco?!?

PAI

- É, você fez a minha cabeça! Tem que quebrar tudo mesmo! Agora eu sou 'Old Black Block'!!

FILHO

- Pai, você não pode! Você é diretor de uma empresa enorme! E...

PAI

- Não sou mais não, larguei meu emprego, xinguei todo mundo lá, xinguei meu chefe...

FILHO

- Pai, você não pode largar o seu emprego, você está lá há 30 anos! Isso é um absurdo!

PAI

- Posso sim, aliás já tô juntando uma galera pra ir lá e quebrar tudo!

FILHO

- Quebrar tudo onde???

PAI

- Na empresa onde eu trabalhava, vamos quebrar TUDO! Abaixo a opressão! Abaixo o capitalismo! Abaixo tudo! Sou contra TUDO agora!

FILHO

- Você não pode fazer isso Pai!

PAI

- Posso sim! É só você me emprestar a máscara e o taco de baseball. Você vem comigo?

FILHO

- Não, acho melhor não...

PAI

- É melhor você vir junto, porque agora que eu larguei tudo, a gente vai ter que sair deste apartamento.

FILHO

- Sair daqui? E a gente vai morar onde?

PAI

- Sei lá! Vamos acampar em frente a uma empresa capitalista qualquer e exigir o fim do Capitalismo!

FILHO

- Pai, você não pode fazer isso, não pode abandonar tudo!

PAI

- Tô indo, fui!

FILHO

- Peraí Pai! Paaai... E minha mesada, e meu carro? Onde eu vou morar? E as minhas férias em Floripa? Minhas compras em Miami? E meu computador, meu tablet? E minha internet de fibra ótica? Volta aqui... Volta aqui, Pai! Vooooooooooooooooo!!!

Resumo:

Como dizia Margaret Thatcher : ‘O socialismo é muito bom, mas só enquanto durar o dinheiro... dos outros’.

É necessário mostrar que os jovens de hoje abusam da condição de ‘rebeldes’ e só se lembram que o movimento que eles defendem é errado, quando suas mordomias são atingidas!

Quem leu até o final de um UP! (RIBEIRO, 2020).

a) Quem é Morá Wilma Ribeiro, autora do texto?

b) Logo no início do texto, após o comentário do pai, o filho o filho pergunta: “Qual o problema de ter máscara do grupo Antifas e um taco de baseball?” Você sabe o que é Antifas? Eles usam máscara? O que eles defendem? Qual a relação entre o Antifas e um taco de baseball?

c) Logo após, o filho comenta: Sou anarquista, e... O que isto significa? O que foi o anarquismo? Quais ideias defendiam? Ele ainda existe nos dias atuais? Como o pensamento anarquista se apresenta hoje?

d) Na frase: “É, você fez minha cabeça! Tem que quebrar tudo mesmo! Agora sou “*Old Black Block*”! Qual a relação entre quebrar tudo e *black block*? Você já ouviu falar deste movimento? Que ideias eles defendem? Como eles agem?

e) O texto cita uma frase atribuída a Margaret Thatcher: “O socialismo é muito bom, mas só enquanto durar o dinheiro... dos outros”. Quem foi Margaret Thatcher? Que ideias e princípios ela defendia? Ela realmente disse essa frase? O que é socialismo?

f) Realize uma breve pesquisa na web e defina Antifas, Old Black Block, anarquismo, socialismo e capitalismo.

g) Estabeleça semelhanças e diferenças entre esses conceitos Antifas, Old Black Block, anarquismo, socialismo e capitalismo.

h) Você acha que da forma que foram utilizados no texto tais conceitos foram trabalhados corretamente? Justifique.

i) Em sua opinião, qual a intenção do autor do texto?

j) Você compartilharia este texto? Justifique sua resposta.

4.4 MAS, AFINAL, O QUE SÃO REPRESENTAÇÕES?

São as formas que temos de retratar alguma coisa ou ideia. Para construir essas representações consideramos nosso conhecimento, opiniões, ideologias, as influências que recebemos e a maneira que vemos o mundo à nossa volta. Essas representações são construídas a partir do mundo à nossa volta e o mundo à nossa volta é construído por meio das representações.

Os jornais foram e são veículos de representações. Por meio deles tais representações chegam até o leitor. Os diversos grupos que se dedicaram a construir representações sobre o comunismo possuíam sua maneira de ver o mundo. E se construíam uma representação sobre o comunismo ou qualquer outra coisa, era porque acreditavam nessa ideia, mas, acima de tudo, porque a proposta de uma sociedade nos moldes do comunismo significaria o fim de seus privilégios. O grande problema é que toda representação possui consequências, que podem ser positivas e negativas; porém no caso das representações construídas sobre o comunismo os resultados acabaram por interferir na vida política do país de forma muito negativa, criando inclusive uma intolerância ao pensamento comunista e aos partidários do comunismo, inclusive resultando no golpe militar e instauração da ditadura no país.

O que dizem os historiadores? Chartier (1988) afirma que:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas sociais, escolares, políticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. [...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 1988 p. 17).

Se as percepções do social não são discursos neutros, saber como elas foram construídas, por quem, com quais objetivos, permite construir uma visão própria do mundo: ler o mundo por si só e não absorver ideias e visões de mundo dos outros sem reflexão. As representações anticomunistas não foram construídas por trabalhadores, ainda assim foram absorvidas por eles. Muito embora o comunismo pautasse a construção de uma sociedade igualitária, com os trabalhadores no comando e a divisão comum dos meios de produção, a partir das construções de representações do anticomunismo, este passou a ser odiado mesmo entre os trabalhadores, indivíduos mais beneficiados caso estas ideias fossem colocadas em prática.

Assim como o texto jornalístico, ou qualquer outro texto, não é neutro; possui uma intencionalidade, representa a opinião de um determinado grupo, indivíduo, religião; o indivíduo que lê o texto também não é neutro. Ele também possui valores, posição política e religiosa que se acrescentam à informação lida.

Proposta de atividade:

1) Como você pode compreender, todos os jornais sejam eles impressos ou não, não são neutros, ou seja, defendem uma ideia. Com base nas informações do texto acima escolha dois jornais, ou revistas e pesquise seu posicionamento político. Para isso você poderá escolher um assunto, por exemplo, a política do governo federal, o aborto, gênero dentro outros e procure mostrar como o assunto é representado. Registre sua pesquisa.

4.4.1 O *Jornal da Manhã* de Ponta Grossa: um veículo de representações anticomunistas

Em Ponta Grossa, cidade do interior do Paraná, o *Jornal da Manhã*, (JM) assim como diversos jornais pelo Brasil, também construiu representações acerca do comunismo e dos comunistas, e não o fez por acaso.

No dia 31 de março de 1964, no cabeçalho de uma das páginas, era possível ler “Verde e amarelo, sem foice e sem martelo” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), como que fazendo uma “previsão” dos acontecimentos no decorrer do dia. Nesse dia, as forças políticas contrárias ao governo João Goulart, aliadas a militares, alegando ligação entre o presidente da República e comunistas, deram um golpe que mergulharia o país em 21 anos de ditadura militar.

O JM, criado em 4 de julho de 1954, teve como seu primeiro dono Petrônio Fernal, advogado e político influente na região, e em 1964 o jornal pertencia a João Vargas de Oliveira, proprietário do jornal entre 1962 e 1967. Vargas nasceu em Ponta Grossa, em 1908, foi aluno do Regente Feijó, importante ginásio da cidade. Era comerciante, dono das “Lojas João Vargas” e da “Companhia Pontagrossense de Automóveis”; bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná; foi prefeito de Ponta Grossa, assumindo a prefeitura em 1947; e deputado estadual por três mandatos: o primeiro pela União Democrática Nacional (UDN), em 1951; o segundo pela Frente Democrática do Paraná, que foi uma coligação entre União Democrática Nacional (UDN), Partido Republicano (PR) e Partido Social Progressista (PSP), em 1959; e, novamente pela união Democrática Nacional (UDN),

em 1962. Após o Ato Institucional nº 2 e a adoção do bipartidarismo, Vargas se filiou a Arena, partido de apoio ao governo militar. Foi também deputado federal pela Arena, em 1971, e reeleito em 1974, concluindo seu mandato em janeiro de 1979. Ainda no cargo de deputado federal, foi membro da Comissão de Segurança Nacional.

Figura 6 – Deputado João Vargas de Oliveira



Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

Em 1964, o JM conservou um cunho claramente político, servindo como um informativo para os leitores dos feitos de Vargas de Oliveira e seus pontos de vista político. Enquanto esteve sob o comando de João Vargas, o jornal serviu, dentre outras coisas, para exaltar o papel do seu dono na condição de político, com manchetes indicando seu papel de “bom deputado”, sempre com muito destaque e em primeira página, de maneira que o jornal representava um veículo de divulgação de suas ideias e feitos, uma maneira de aproximá-lo de seus eleitores e dos pontagrossenses em geral. Além disso, Vargas escrevia sobre assuntos pertinentes à política e, dessa maneira, oferecia sua opinião política aos leitores.

Neste trabalho vamos conhecer como o *Jornal da Manhã* apresentou o comunismo para seus leitores. Para isso, analisaremos o que é o anticomunismo, como ele aconteceu na prática em nosso país e o que ele de fato é, intercalando a essas informações reportagem, notícias e opiniões do JM.

Você sabia?

Atualmente, um problema muito sério relacionado à informação é o compartilhamento de informações falsas, as chamadas fake news. Isso acontece porque as pessoas não checam se a informação é verdadeira, mas também porque essas informações confirmam o posicionamento do leitor diante de algum assunto. Inúmeros problemas são acarretados quando compartilhamos informações falsas, como, por exemplo, a desconfiança e o insucesso das campanhas de vacinação, o que levou ao retorno de doenças antes erradicadas. Por isso, ao repassar uma informação, o leitor deve ter responsabilidade social, ou seja, deve ter certeza que estará compartilhando uma informação verdadeira.

Proposta de atividade:

1) Para realizar esta atividade, não se preocupe com julgamentos. Analise o conhecimento que você tem sobre o assunto, científico ou não (pode ser o “ouvi falar”), e responda:

- a) Liste de 5 a 10 características de um comunista.
- b) Por que você tem essa opinião sobre o comunista?
- c) O que você sabe a respeito do comunismo?

2) Agora leia o texto “Comunistas”, retirado do *Jornal da Manhã*, e faça o que se pede:

Figura 7 – Comunistas.

COMUNISTAS

As maiores fábricas de comunistas, entre nós, podem ser assim catalogadas: frustração, recalque, complexo e oportunismo. Bem poucos os idealistas, os que abraçaram o bolchevismo alimentando um ideal honesto e sincero. A estes, com o nosso respeito. Aos outros, também com a nossa luta contínua, o nosso desprezo.

Daí resulta que os vermelhos indígenas precisam ser audaciosos na sua ação não só de catequese como, também, de infiltração, sabotagem do regime e expansão dos seus malfadados princípios.

Irreligiosos e cruéis, esposando pontos de vistas nos quais eles mesmos não acreditam, constituem perigo à nacionalidade, porque negam sua qualidade esquerdista, escapam dos debates mais francos, transigem quando necessário, fraudam quando podem, mentem sempre que preciso e tudo fazem, em síntese, para que a sua nefasta doutrina, de destruição e morte, possa ampliar os seus tentáculos escravizadores. Usando e abusando das liberdades fundamentais asseguradas pelo regime democrático, onde dominam negam-nas de qualquer aspecto, naturalmente porque o comunismo não pode se manter onde existem pluralidade partidária e liberdade de crítica e de associação.

Estão eles, os sinceros e os oportunistas, com o campo livre para o seu trabalho dissolvente, no Brasil. Todas as oportunidades e facilidades estão obtendo desse Governo. E aproveitam tudo, para que mais e mais afundem suas garras na carne da Democracia, a fim de extingui-la entre nós.

Daí, sem dúvida, a necessidade de uma reação corajosa e eficiente da parte dos legítimos democratas, mesmo dos que estão fora dos partidos. Para combater os comunistas não há necessidade de ser político atuante. Basta que seja um brasileiro atuante, na defesa da sua Pátria e na preservação das instituições que regem a nossa vida.

Entendemos que ninguém, sob qualquer desculpa ou alegação, deve permanecer indiferente. O inimigo é comum. Por isso, todos devem estar na frente da luta, com amor e fraternidade sim, mas com muita energia e rigor, pois não, a fim de que todos, em conjunto, defendam um patrimônio que também não é de algumas classes, mas da própria nacionalidade.

Os que hoje cruzam os braços, pensando que o problema não é seu, poderão ser os primeiros a pagar, com o seu sangue ou com o sangue da sua família, pela sua omissão e indiferença. Com a democracia, apenas com este regime, poderemos resolver os nossos problemas, sem necessidade de ensopar de sangue inocente essas soluções. Lembremo-nos de que, em 1935, os comunistas chegaram a matar amigos e colegas, estes dormindo tranquilamente. Que não fará agora, que têm o apoio do Governo?

NOTA : Estes comentários, como os de ontem, já se encontravam redigidos quando a Nação, erguendo-se, enxotou os comunistas do Governo, juntamente com os seus protetores. A advertência, todavia, permanece, de onde julgarmos oportunos, ainda, os referidos comentários.

- a) Retire do texto palavras que representem o comunista.
- b) Estabeleça uma comparação entre a sua opinião e as características apresentadas na fonte, anote-as.
- c) A sua representação de um comunista se parece com a representação do *Jornal da Manhã*? Justifique sua resposta.
- d) Existe diferenças? Quais?
- e) Você conhece alguém assumidamente comunista?

4.5 O QUE É ANTICOMUNISMO?

O que dizem os historiadores? Rodeghero afirma:

O fenômeno do anticomunismo diz respeito a uma postura de oposição sistemática ao comunismo ou àquilo que é a ele identificado, uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas. O anticomunismo é o conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, que constroem e se guiam por um conjunto de representações que tem sido chamado de imaginário anticomunista. Trata-se de atividades como produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, pregações religiosas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no Legislativo, etc. (RODEGHERO, 2002, p.44).

Vamos procurar entender essa aversão ao comunismo sob o ponto de vista de estudos realizados por dois historiadores: Ricardo Antonio Souza Mendes (2004), pesquisador e professor na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e Rodrigo Patto Sá Motta (2000), pesquisador e professor na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Você sabia? O conhecimento produzido por historiadores não é opinião. Esse conhecimento requer formação em área específica, pesquisa em diversas fontes e vestígios e a confrontação de ideias com pesquisas realizadas na mesma área e também em áreas afins. Pesquisa histórica não é opinião, é conhecimento científico.

4.5.1 O anticomunismo brasileiro segundo Mendes

Segundo Mendes (2004), até o início da década de 1920 o anticomunismo representava uma oposição a toda ideologia que tivesse por objetivo “instrumentalizar as reivindicações”, organizar a classe trabalhadora em torno da busca por seus direitos. Mas após a Revolução Russa de 1917 ele adquire mais um elemento: a

oposição às tentativas de organização de uma sociedade controlada pela classe trabalhadora, ou seja, a oposição à formação de Estados socialistas, ou seja, nesse segundo momento o anticomunismo ganha inspiração e tende a se fortalecer na medida em que Moscou apoia tentativas de instauração de regimes comunistas em outros países.

Depois da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, o anticomunismo vai ganhar o apoio da Doutrina Truman, que visava justamente se opor ao avanço do comunismo. Nesse contexto, embora não tenham sido os únicos, os Estados Unidos da América tornaram-se os principais propagadores de uma cultura anticomunista.

Ao estudar alguns seguimentos políticos das direitas no Brasil entre 1961 e 1965, Mendes (2004) analisa o anticomunismo a partir de três grupos: o empresarial, o militar e o udenista. Vejamos:

1) Para Mendes (2004), o anticomunismo empresarial vai estar influenciado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), fundado em 1962, e teria dentre outro objetivo, defender a democracia e impedir a propagação do comunismo e o estabelecimento de regimes totalitários; e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), uma organização política que defendia o combate ao comunismo, ainda que para isso fosse necessário agir contrário ao estabelecido na Constituição Federal. Para promover entre a população sua visão sobre o comunismo, esses institutos utilizaram diversos meios de comunicação, inclusive o cinema. Para esses empresários a ameaça maior do comunismo era a falta de liberdade, de expressão, religiosa e, sobretudo, a econômica, considerada indispensável à classe. Entendiam que a condição de miséria da sociedade era elemento importante ao desenvolvimento do comunismo, uma vez que só ela desencadearia a revolta necessária para a adoção de um governo comunista, e que, portanto, toda a manifestação de contestação à estrutura social vigente seria resultado da influência de comunistas.

2) O anticomunismo militar vai ser disseminado pela Doutrina de Segurança Nacional e pela Escola Superior de Guerra (ESG). Ele observa que a partir de 1950, a luta contra o “totalitarismo” passa a ser presente na realidade brasileira e não mais apenas como elemento externo ligado a realidade da Guerra Fria e considera também que o foco fundamental dos militares ligados a ESG era a crença de que era fundamental a ordem para se conquistar o progresso econômico. Num país com

movimentos sociais se organizando, greves crescentes e manifestações em busca de direitos ocorrendo a todo momento não estava presente a ordem idealizada pela ESG; ao contrário, havia uma “guerra revolucionária” em curso. Mendes (2004) ainda observa que esta ideia de guerra revolucionária vai ser potencializada com a Revolução Cubana e a aproximação entre Cuba e União Soviética em 1961. Este momento demonstrou não só que o medo do avanço do comunismo promovido pela Guerra Fria era real, mas também que estava presente na América Latina.

Ainda que o Estado fosse laico, os militares anticomunistas do exército brasileiro se apresentavam como defensores do cristianismo e entendiam que comunismo não combinava com religiosidade por este se apresentar contrário a ela. E muito embora estivesse na pauta a defesa da democracia, as manifestações dos trabalhadores não correspondiam a um direito dentro deste “Estado democrático”, uma vez que perturbava a ordem.

3) Já o anticomunismo presente entre os membros da União Democrática Nacional (UDN) na década de 1960, trazia de certa maneira resquícios do antigetulismo, uma vez que Goulart era herdeiro político de Vargas. Outrora a UDN trabalhou incansavelmente contra a política de Vargas e agora Goulart apresentava características semelhantes, como o trabalhismo; porém, observavam que Goulart era, em comparação a Getúlio, mais propenso às influências de uma esquerda cada vez mais atuante. O anticomunismo udenista era baseado na defesa de diversos elementos: democracia, propriedade privada, cristianismo, sobretudo o católico, e defesa dos valores ocidentais. Os udenistas entendiam que a democracia era o único regime capaz de assegurar o desenvolvimento econômico do país e a igreja era considerada a última barreira contra à revolução comunista.

Proposta de atividade:

1) Com base nas informações apresentadas no texto anterior, seus conhecimentos e apoio do professor descreva o que significam as siglas e órgãos e diga como se posicionaram em relação ao anticomunismo:

- a) IPES;
- b) IBADs;
- c) Escola Superior de Guerra;
- d) Doutrina de Segurança Nacional;
- e) União Democrática Nacional.

4.5.2 O anticomunismo segundo Sá Motta

Motta (2000) considera o anticomunismo no Brasil a partir de três matrizes: o cristianismo, o nacionalismo e o liberalismo. A isso Motta chama de fontes ideológicas, que são responsáveis por elaborar e apresentar ao Brasil os argumentos contra o comunismo de maneira que estes possam ser considerados os criadores do anticomunismo brasileiro.

1) A matriz cristã combatia o comunismo por entender que isso era uma condição de sobrevivência, ou seja, acreditavam que em estados comunistas não haveria lugar para o cristianismo. Entendia o comunismo um inimigo a altura da Reforma Protestante, da Revolução Francesa, eram verdadeiros inimigos de Deus. Para o cristianismo, o comunismo era ateu, pregava um ideal de sociedade que poderia ser alcançado por meio da violência e não da resignação e da fé, logo, deveria ser combatido. Além disso, os comunistas negavam a existência de Deus, eram materialistas, incentivavam a desobediência e a luta de classes, propunham o fim das igrejas, enfim, todos os valores comunistas eram contrários à moral religiosa.

Para a igreja, lutar contra o comunismo era defender seus fiéis de um grande mal e, para isso, ela não mediu esforços, criou associações de trabalhadores, vinculou constantemente discursos na imprensa de todo o país e criou, inclusive, jornais próprios para ajudar no combate, tendo sido atuante em período de eleições, orientando os fiéis a votarem em candidatos assumidamente anticomunistas.

2) Para os nacionalistas, em especial os militares, o comunismo acreditavam na divisão da sociedade em classes, quebrando dessa maneira uma verdade histórica, segundo a qual o Brasil era resultado do que havia de melhor em cada grupo e não de relações de exploração de um determinado grupo social pelo outro. O comunismo se apresentava como uma ameaça à unidade nacional e levaria à destruição da nação, que era entendida como um corpo orgânico; nesse sentido, os nacionalistas negavam ou ignoravam as diferenças culturais, sociais e econômicas tão presentes na realidade brasileira.

Outro elemento de crítica era o internacionalismo, pois entendiam que para os comunistas a grande pátria seria a Rússia e não o Brasil. Além disso, pensavam que a “revolução comunista” no país seria feita por estrangeiros e o Brasil seria entregue aos desmandos do comunismo internacional. De certa maneira, os comunistas brasileiros eram vistos como ingênuos e como marionetes nas mãos dos

verdadeiros comunistas: os russos. Motta (2000, p. 51) observa que o internacionalismo comunista tinha por objetivo instaurar uma ordem mundial baseada na fraternidade universal.

Os nacionalistas viam o comunismo como uma ameaça à pátria e por isso deveriam ser fortemente reprimidos; para eles todo verdadeiro patriota deveria não só ser anticomunista como também deveria ser um soldado nesta batalha contra o comunismo. O patriotismo era considerado quase um sinônimo de anticomunismo. Motta destaca que dentre os nacionalistas os militares foram os mais representativos.

3) A terceira matriz estudada por Motta (2000) foi o liberalismo, entendido aqui por liberalismo político e econômico. Entre os liberais, representados principalmente pelos empresários, o problema maior era a destruição da propriedade privada, além da ideia disseminada que os comunistas eram autoritários e, portanto, acabariam com as liberdades. Para os liberais, o comunismo era o contrário de liberdade e só poderia se constituir em regimes ditatoriais. Eles se apresentavam como guardiões da democracia e da liberdade; porém, isso não significa dizer que eles fossem assim tão democráticos. Além disso, o discurso liberal se apresentava fraco devido às características políticas do próprio estado brasileiro que não possuía uma cultura democrática; muito pelo contrário, os políticos brasileiros sempre flertaram com o autoritarismo, mesmo que se dissessem liberais.

Para Motta (2000), o discurso democrático dos liberais não passava de falácia, porque o que eles demonstravam na prática era apenas sua aversão ao comunismo; a democracia fazia parte apenas da retórica, pois eles não defendiam a participação popular, por exemplo. O combate severo ao comunismo era a própria demonstração de que seu conceito de democracia acabava quando se deparava com uma opinião contrária. A ideia de liberdade também não era assim tão ampla, pois estava especialmente ligada às liberdades econômicas. Outro ponto relevante que diz respeito ao econômico era a propriedade privada, fortemente combatida pelos comunistas e para os liberais se constituía como um direito individual inalienável e sagrado, porém apenas para alguns (MOTTA, 2000, p. 64). Já o sistema econômico soviético era sempre associado ao fracasso; a respeito disso Motta aponta para a inconsistência e falta de coerência do discurso liberal uma vez que a economia da União Soviética apresentava na época um bom desenvolvimento econômico.

Para Motta (2000, p.68), o cristianismo, nacionalismo e liberalismo formam as “fontes doutrinárias” do anticomunismo brasileiro. E, muito embora, em muitas

situações, tais grupos cristãos, nacionalistas e liberais utilizassem os mesmos argumentos, não significa que não possuísssem divergências. Esses grupos forneceram para a sociedade brasileira os argumentos e as representações necessárias para se construir o ódio ao comunismo e aos comunistas e, para tanto, utilizaram a imprensa, em especial o jornal impresso, como veículo de divulgação destas representações.

Proposta de atividade:

1) Rodrigo Patto Sá Motta pensou o anticomunismo brasileiro a partir de três fontes ideológicas: cristianismo, nacionalismo e liberalismo. Ao longo de sua vida escolar você já estudou sobre elas. Agora releia o texto, pense um pouco, pesquise se preferir e elabore uma síntese sobre elas. Registre.

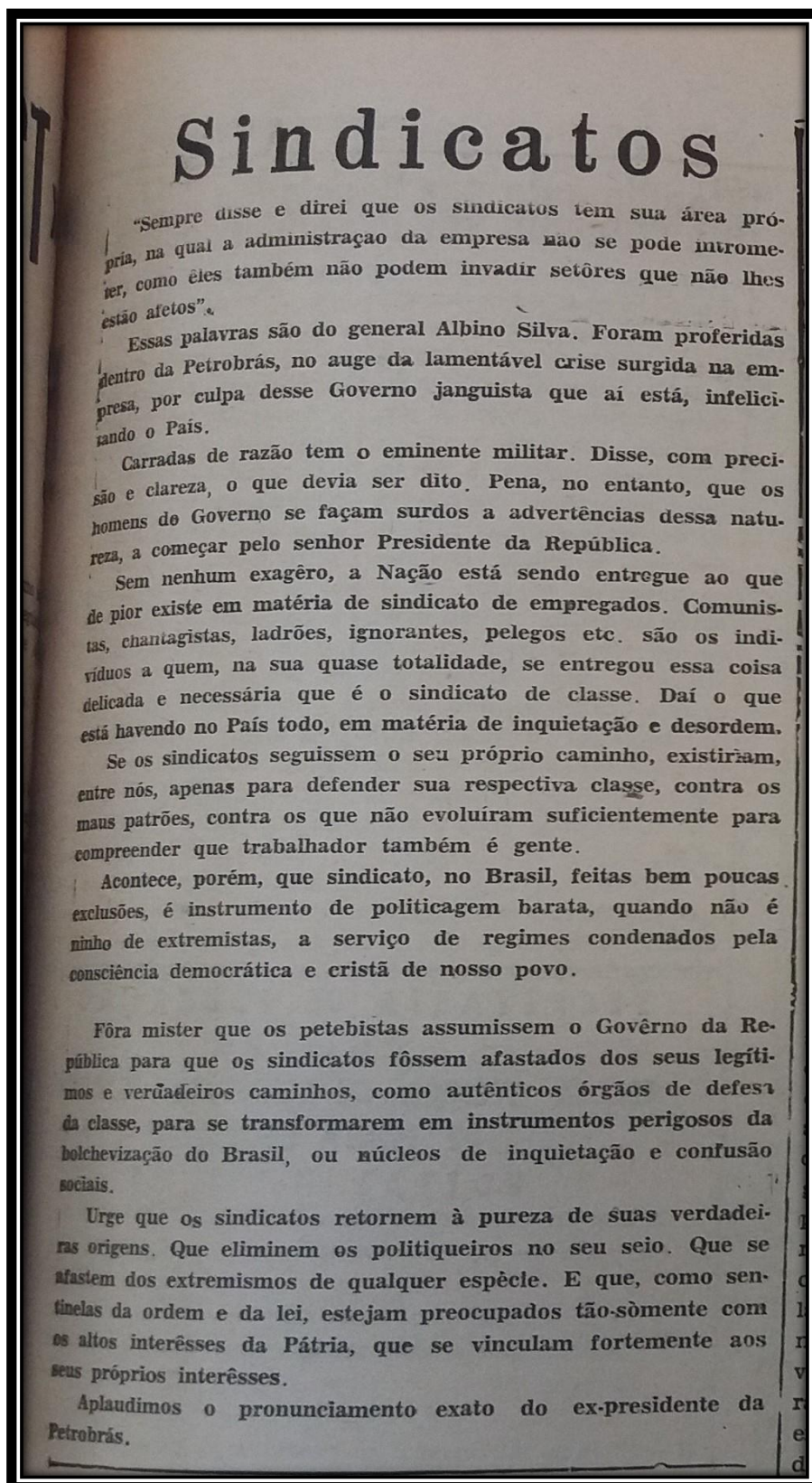
- a) Cristianismo;
- b) Nacionalismo;
- c) Liberalismo.

Proposta de atividade:

1) Releia os textos sobre o anticomunismo para Mendes e Motta, leia o texto “Sindicatos” do *Jornal da Manhã* e responda:

- a) Segundo o texto, quais as características dos sindicatos?
- b) Quais deveriam ser?
- c) Releia a frase: “Acontece, porém, que sindicato, no Brasil, feitas bem poucas exclusões, é instrumento de politicagem barata, quando não é ninho de extremistas, a serviço de regimes condenados pela consciência democrática de nosso povo”. Entendendo o verdadeiro sentido da palavra política, é possível um indivíduo pertencer a um sindicato e não fazer política? Justifique sua resposta.
- d) Pertencer a um sindicato torna o indivíduo comunista? Justifique sua resposta.
- e) Retire do texto elementos da presença do anticomunismo nacionalista apontado por Motta.

Figura 8 – Sindicatos

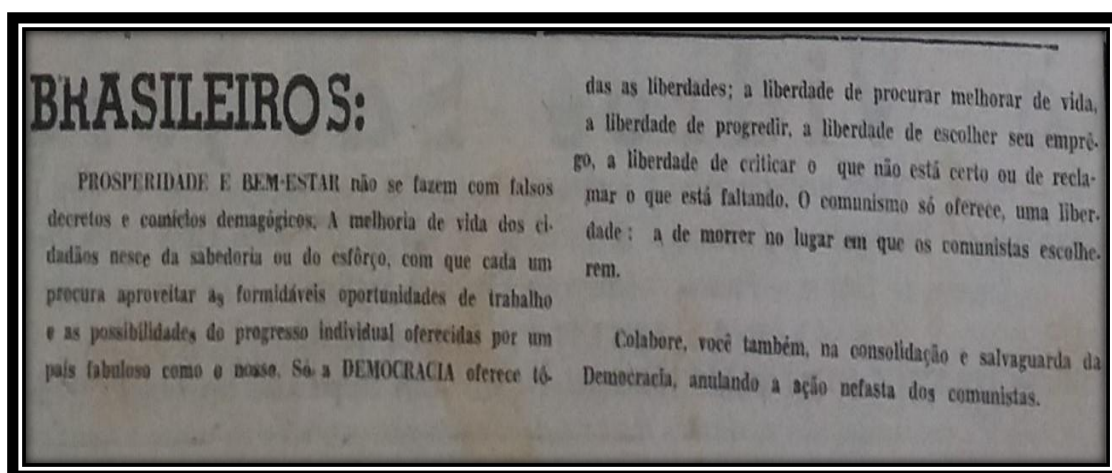


Fonte: Jornal da manhã, 1964.

Proposta de atividade:

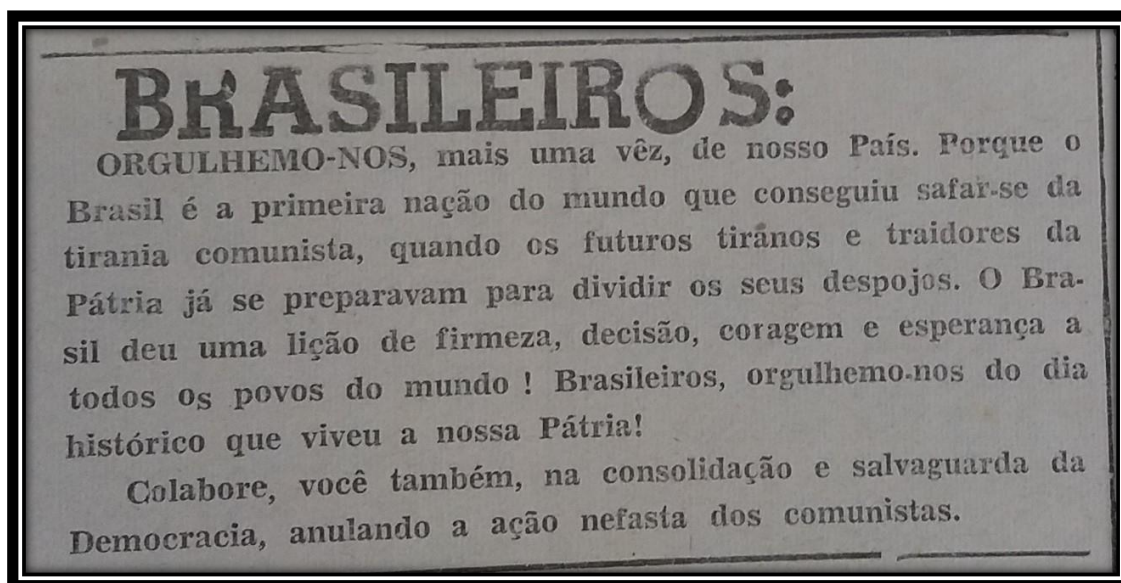
1) Ricardo Mendes estuda o anticomunismo a partir de três grupos: empresarial, militar e udenista, enquanto Rodrigo Motta estuda a partir de três matrizes: o cristianismo, nacionalismo e liberalismo. Sabendo que essas matrizes e grupos podem coexistir, leia os textos abaixo, retire dele frases que relacionem o anticomunismo do *Jornal da Manhã* aos estudos dos historiadores e classifique as frases dentro dos grupos e matrizes.

a) Figura 9 – Brasileiros I



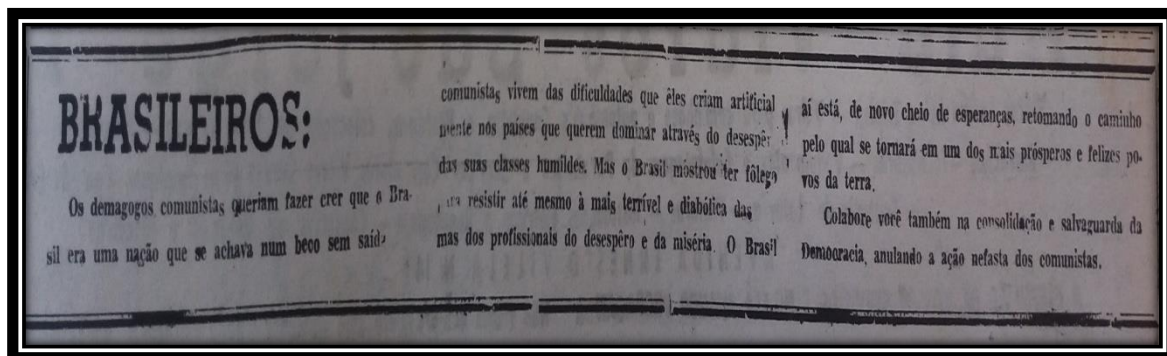
Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

b) Figura 10 – Brasileiros II



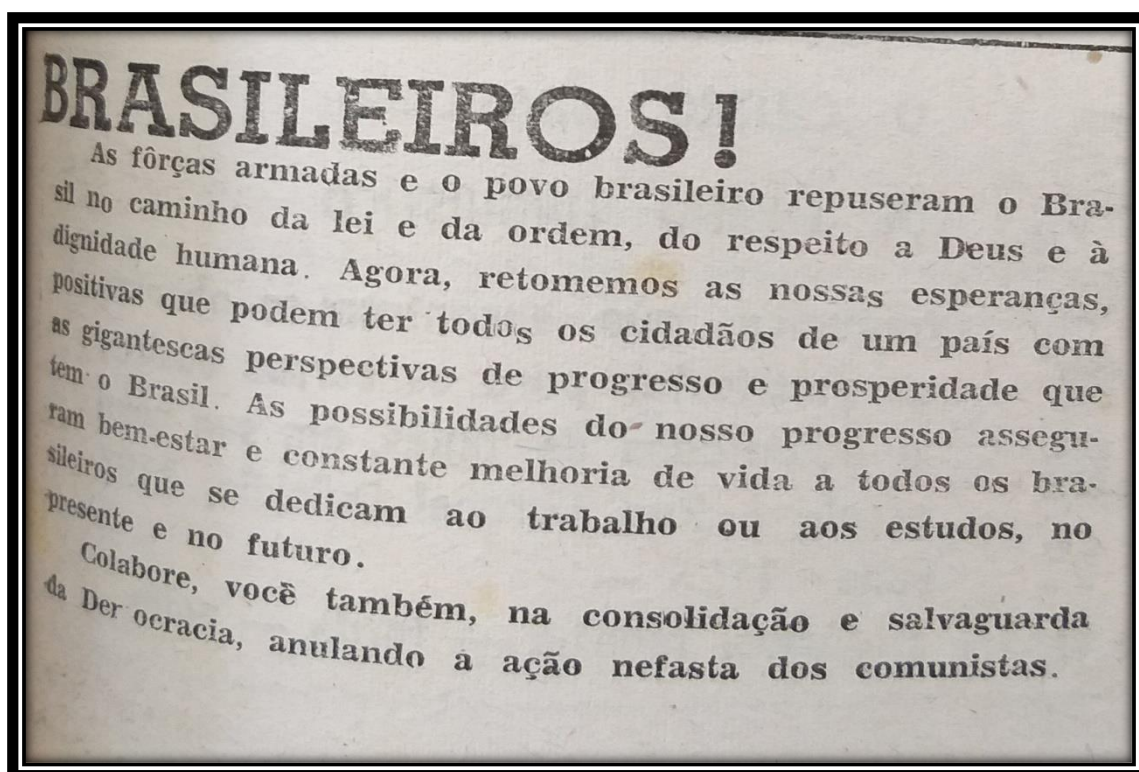
Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

c) Figura 11 – Brasileiros III



Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

d) Figura 12 – Brasileiros IV



Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

e) Figura 13 – Brasileiros V

BRASILEIROS!

O Brasil ficou livre de um governo que legislava demagógicamente sobre aluguéis, mas não construía casas populares. Um governo que falava em tabelamento, mas não facilitava o aumento da produção de gêneros. Um governo que punia com ameaça de encampação, àqueles que sabiam produzir melhor e muito mais eficientemente que as

indústrias do Estado, desorganizadas pelo empreguismo do governo deposto. Um governo que FABRICAVA DESESPERO porque precisava explorar, politicamente, os desesperados.

Colabore, você também, na consolidação e salvaguarda da Democracia anulando a ação nefasta dos comunistas.

Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

f) Figura 14 – Brasileiros VI

BRASILEIROS!

Durante os últimos 3 anos, o governo deposto anunciou inúmeras medidas contra a inflação. Mas o que vimos foi a alta constante nos preços do feijão, da carne, do arroz, do óleo, porque era o próprio governo que desfazia os esforços dos brasileiros para conter a inflação. Emitindo incessantemente bilhões e bilhões de cruzeiros os comunistas, montados no poder,

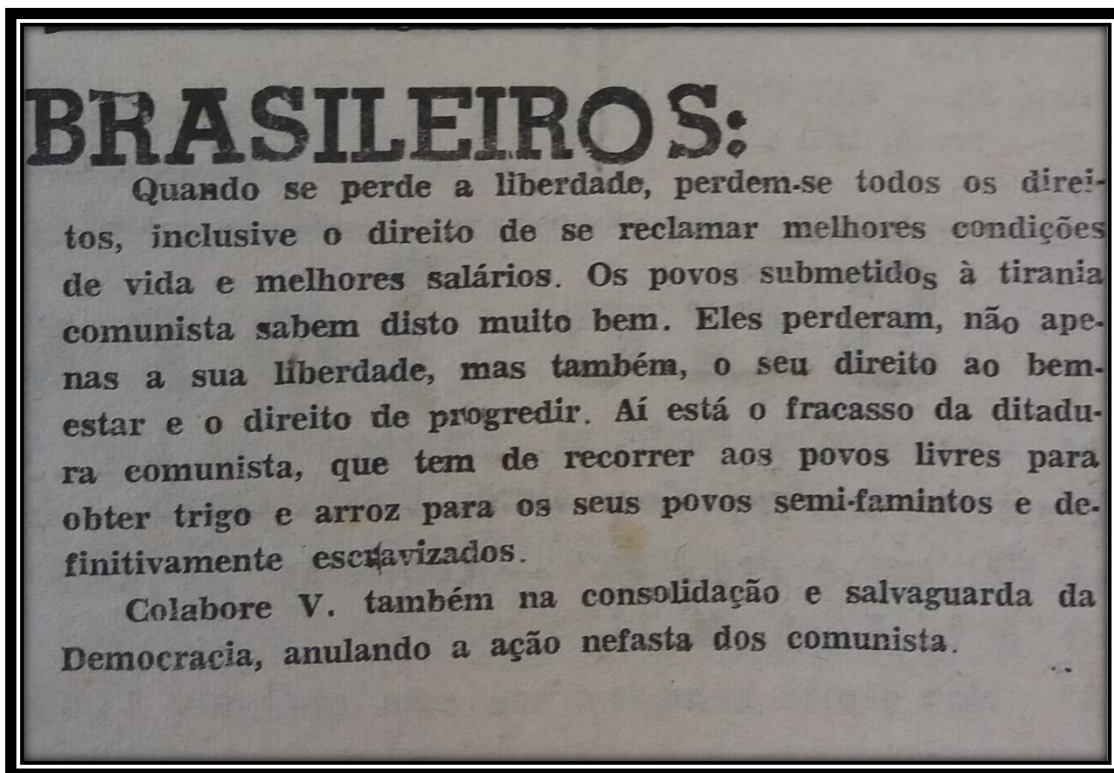
desvalorizavam dia a dia a nossa moeda dentro e fora do país. Isso, porque o governo deposto e seus agentes comunistas sabiam que a maneira mais fácil de implantar um regime totalitário seria através da inflação, como aconteceu na Tchecoslováquia e na China Vermelha e na Alemanha após a guerra 14-18. Foi

contra tudo isso que o povo brasileiro e suas valorosas Forças Armadas reagiram, esbolecendo o clima de legalidade democrática e a ordem necessária ao progresso da Nação.

Colabore, você também, na consolidação e salvaguarda da Democracia, anulando a ação nefasta dos comunistas.

Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

g) Figura 15 – Brasileiros VII



Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

4.6 OS PASSOS DO ANTICOMUNISMO NO BRASIL ATÉ 1964

O anticomunismo foi utilizado em diferentes períodos da História do Brasil, alguns democráticos, outros não. Em dois momentos tivemos como consequências a instauração de ditaduras: Estado Novo de 1937 a 1945 e a Ditadura Militar de 1964 a 1985. Ambas caracterizadas por diversas atrocidades realizadas pelo Estado, por meio de seu aparato repressivo, retirando do povo os direitos fundamentais.

E, acredite, não foi com a leitura de obras comunistas que o medo do comunismo começou e se fortaleceu no país; o anticomunismo vai nascer e se fortalecer por meio de elementos internos e externos, sempre relacionado às lutas dos trabalhadores por direitos. Vejamos:

4.6.1 O anticomunismo na República Velha

Ele começa com a chegada dos imigrantes e junto com eles ideais anarquistas, socialistas e marxistas, presentes, sobretudo dentro do movimento operário. As influências recebidas pelo movimento operário era uma mistura de tudo

o que propunha melhores condições de vida ao trabalhador, com uma influência maior do anarquismo. Com tais ideais presentes em meio aos trabalhadores, em 1906, durante o governo Afonso Pena, houve a publicação da Lei Adolfo Gordo, uma lei de repressão ao movimento operário, e por meio dela o governo brasileiro poderia expulsar operários estrangeiros que estivessem envolvidos na luta por direitos e melhores condições de trabalho.

O que dizem os historiadores? Segundo Coggiola:

A história do movimento socialista no Brasil iniciou se, portanto, já na primeira metade do século XIX, quando a economia nacional era baseada no setor primário e o desenvolvimento das ideias dos socialistas seguia ainda mais os princípios liberais da Revolução Francesa. O movimento deu grandes passos a partir da Proclamação da República, juntamente com o início do desenvolvimento industrial do Brasil. No final do século XIX surgiram os primeiros partidos operários, que tiveram vida breve em meio à forte repressão. Em finais do século XIX, Tobias Barreto foi o primeiro autor brasileiro a fazer referência, em artigos jornalísticos, à obra e a atividade de Karl Marx (a Associação Internacional dos Trabalhadores, AIT). Décadas depois, em 1902, 1909, 1912 e 1925 foram criados, em diversos estados da União, partidos socialistas regionais, cujos programas refletiam uma mistura doutrinária, alternando conteúdos marxistas e humanitarismo. (COGGIOLA 2015, p. 28).

Em 1917 a experiência da primeira greve geral de trabalhadores preocupou muito fortemente o governo brasileiro. E foi energicamente reprimida.

O que dizem os historiadores? Coggiola (2015) afirma:

A paralisação de 1917, iniciada no setor têxtil, propagou se rapidamente e atingiu a área portuária e o interior, envolvendo cerca de 50 mil trabalhadores. As principais reivindicações eram aumento de salários, proibição do trabalho infantil, jornada de oito horas, garantia de emprego e direito de associação. O governo reprimiu o movimento com todos os recursos de que dispunha, mobilizando a polícia, tropas militares e até a Marinha de Guerra. (COGGIOLA, 2015, p.31).

Durante o ano de 1917, as manifestações de trabalhadores estiveram presentes nas principais cidades do país e esse movimento se estendeu até 1919. O resultado da greve foi controverso e, embora poucos, houve ganhos aos trabalhadores: patrões deram aumento, o movimento operário passou a ser visto como legítimo e foi criada em 1918 a Comissão de Legislação Social, que deveria pensar leis específicas para os trabalhadores. Porém, os resultados negativos foram muitos: trabalhadores extraditados, presos, humilhados em público, além de censura, tortura, assassinatos (COGGIOLA, 2015).

A Revolução Russa de 1917 foi, na visão dos anticomunistas, o comunismo na prática, pois se fez a primeira tentativa de efetivar o comunismo. Ela promoveu mudanças significativas em todos os aspectos: social, econômico, religioso e cultural, além de retirar a Rússia da Primeira Guerra Mundial. As ações realizadas pelos revolucionários, tais como o fuzilamento da família imperial em julho de 1918, a estatização de empresas e terras, e todas as medidas tomadas pelo governo, promoveram o medo de possíveis revoluções fora do território russo. As elites dirigentes consideravam o movimento revolucionário russo como um mau exemplo aos trabalhadores brasileiros, que já estavam realizando greves nesse período.

O que dizem os historiadores? Motta (2007) observa que:

O radicalismo bolchevique, com seu projeto de revolucionar o mundo e destruir as classes dominantes tradicionais, naturalmente causava consternação à elite dirigente brasileira, particularmente tendo em vista a onda de greves em cidades industriais brasileiras no período 1917-1918. A existência de país com governo orientado para os interesses operários constituía perigoso mau exemplo para o proletariado brasileiro, e urgia evitar o risco de contágio. (MOTTA, 2007, p. 230-231).

Nesse contexto, a movimentação de trabalhadores em torno das greves e a Revolução Russa acabou por contribuir com a formação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foi criado por um grupo formado por antigos anarquistas e socialistas em março de 1922. Naquele período, este foi considerado o porta-voz dos trabalhadores, mas acabou sendo posto na ilegalidade já em junho do mesmo ano, situação constante em toda a história do PCB.

Proposta de atividade:

1) Os primeiros momentos do anticomunismo estudado no texto anterior dizem respeito ao período da República Velha. Escreva um texto de uma lauda explicando as características da política brasileira neste período.

4.6.2 O anticomunismo na Era Vargas

Em março de 1935, temos a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma organização ligada ao PCB, de caráter antifascista, que possuía um programa que congregava a defesa da reforma agrária, da democracia, da suspensão do pagamento da dívida externa e do combate ao latifúndio e ao imperialismo. Ela se apresentava como oposição ao governo Vargas e possuía como presidente de honra

o comunista Luís Carlos Prestes. A ANL seria motivo de um forte impulso do anticomunismo no Brasil. Em abril de 1935 foi aprovada a Lei de Segurança Nacional e em julho do mesmo ano a ANL foi colocada na ilegalidade.

Em novembro de 1935 foi deflagrada uma revolta, uma tentativa frustrada da ANL com o objetivo de derrubar Vargas e tomar o poder. O movimento provocou um levante militar em Natal, seguido de Recife e Rio de Janeiro, e deveria contar com o apoio de operários, mas isso não aconteceu. Em Natal os revoltosos chegaram a instalar um “governo popular revolucionário” durante quatro dias. O movimento foi rapidamente reprimido e a repressão sobre os comunistas foi forte e enérgica. Muitas pessoas foram presas, incluindo parlamentares e lideranças do movimento, como Luís Carlos Prestes. A partir disso, o governo Vargas passou a usar a Lei de Segurança Nacional, que havia sido promulgada em 4 de abril. A Revolta Comunista de 1935 ficou conhecida pejorativamente como Intentona Comunista. A Revolta Comunista foi um verdadeiro fracasso, ainda assim serviu para aumentar o medo do comunismo na elite brasileira.

O que dizem os historiadores? Segundo Motta:

O evento teve impacto profundo sobre a elite do país e consolidou os argumentos e valores contrários ao comunismo já em circulação previamente. A Intentona de 1935 deu origem a uma grande onda anticomunista, que não se resumiu apenas à repressão e à censura, mas implicou a criação de mecanismos de propaganda e contrapropaganda visando a erradicar o risco da expansão das ideias revolucionárias no Brasil. As representações e instituições inspiradas na campanha contra o comunismo enraizaram-se e teriam impacto em eventos futuros. (MOTTA, 2007, p. 233-234).

Após a Revolta Comunista de 1935, o comunismo teve uma derrota significativa. O governo Vargas não mediu esforços para prender e apresentar os integrantes do PCB como um grande perigo à nação e o PCB foi colocado na ilegalidade, condição que foi praticamente uma constante durante toda sua existência. A demonização dos comunistas após a Intentona foi tão forte que, segundo o historiador Carlos Fico (2014), as comemorações do Exército sobre a derrota dos levantes de 1935 mantiveram-se até o governo Fernando Henrique Cardoso. Em 26 de novembro de 1964, o *Jornal da Manhã* de Ponta Grossa trazia em suas páginas uma amostra destas homenagens.

Figura 16 – Homenagens em memória dos mortos da Intentona Comunista



Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

Em 1937, Vargas se apropriou do medo do comunismo criado a partir da Intentona Comunista e agentes do governo elaboraram o Plano Cohen; nele, o Estado brasileiro reconheceu um suposto plano comunista para tomar o poder. Este seria atribuído ao PCB e à Internacional Comunista, órgão máximo do comunismo mundial. Seria, portanto, a segunda vez que o Estado brasileiro seria alvo de tentativa de “golpe de estado” pelos comunistas. Posteriormente, a verdade veio à tona e se descobriu que tudo não passava de uma farsa criada para justificar a instauração do Estado Novo, uma ditadura que durou até 1945.

O que dizem os historiadores? Segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV):

Plano Cohen

Documento divulgado pelo governo brasileiro em setembro de 1937, atribuído à Internacional Comunista, contendo um suposto plano para a tomada do poder pelos comunistas. Anos mais tarde, ficaria comprovado que o documento foi forjado com a intenção de justificar a instauração da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937. (A ERA...2020)

Proposta de atividade:

1) Com base nas informações do texto acima, seus conhecimentos, pesquisa, apoio do professor elabore um texto explicando:

- a) ANL;
- b) Revolta Comunista/Intentona Comunista.

4.6.3 O anticomunismo na década de 1960

Os brasileiros sentiram mais fortemente os efeitos do anticomunismo na década de 60, principalmente no governo João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), pois Goulart sofria acusação de ligação com o comunismo e em 1 de abril de 1964 o presidente foi deposto por meio de um golpe civil-militar. O medo do governo se render ao comunismo e transformar o Brasil numa “república bolchevique” foi a justificativa de muitos grupos envolvidos no golpe.

Imbuídos da missão de livrar o Brasil do perigo comunista, os militares implantaram uma ditadura que durou 21 anos. Durante todo esse período, inúmeras pessoas foram perseguidas por serem comunistas, ou por apresentarem atitudes ou mesmo defenderem ideias e ideais que se parecessem com comunismo.

Essas pessoas foram enquadradas na Lei de Segurança Nacional e foram constantemente vigiadas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). Nenhum grupo social ou posição política foi poupado. Houve perseguição de políticos, professores, advogados, jornalistas, artistas de todas as áreas, militares, religiosos, estudantes, trabalhadores do campo e da cidade.

Mas o Brasil estava mesmo à beira de uma revolução comunista? Para responder essa pergunta vamos começar pensando quem era João Goulart: será que ele era mesmo comunista?

O que dizem os historiadores? De acordo com Fico:

[...] Jango estava longe de ser comunista. Era um fazendeiro, dono de boa quantidade de terras no Rio Grande do Sul. Mas também era um político popular, sobretudo desde que aumentara em 100% o salário mínimo, em 1954, enquanto estivera no Ministério do trabalho, aspecto que os ministros militares não mencionaram diretamente, mas que se pode antever em seu manifesto. Era um homem simples, acostumado ao convívio com o povo, com os trabalhadores, inclusive por sua atuação no Ministério do Trabalho, quando estreitou laços com os sindicatos. Era estimado pela população até mesmo por ter sido adotado como afilhado político pelo mítico presidente Getúlio Vargas – e boa parcela dos militares era antigetulista. Considerava de maneira genuína, que o povo pobre do Brasil precisava receber um tratamento mais justo do ponto de vista social. Mas, se Jango não era comunista, então o que seria? Ele padecia de certa indefinição, titubeava não apenas em discursos e transparecia, algumas vezes, uma imagem vacilante, embora também fosse reconhecido como habilidoso negociador. É uma das personalidades mais controvertidas da história do Brasil. Seus biógrafos oscilam entre classificá-lo como um covarde ou como um herói. (FICO, 2014, p. 18).

Goulart, assim como Getúlio Vargas, era gaúcho de São Borja; sua carreira política começou com o mandato de deputado federal pelo Rio Grande do Sul, depois foi ministro do Trabalho do último governo Vargas e foi vice-presidente da República de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. Naquele período a eleição para presidente e vice-presidente era independente, de maneira que era possível eleger o presidente de uma coligação e o vice de outra e nas duas eleições os votos de João Goulart foram muito expressivos.

O que dizem os historiadores? Fico afirma que:

Jango superou os demais candidatos a vice-presidente Milton Campos e Fernando Ferrari, contabilizando mais de 4,5 milhões de votos. Já havia feito o mesmo em outubro de 1955: fora candidato a vice-presidente e elegeu-se com mais de 3,5 milhões de votos, derrotando Milton Campos e Danton Coelho, ultrapassando, desse modo, a votação do candidato eleito à Presidência da República, Juscelino Kubitschek, que obteve pouco mais de 3 milhões de votos. (FICO, 2014, p. 14).

Proposta de atividade:

1) Leia o texto “Goulart e o comunismo”.

a) Qual a representação de João Goulart apresentada no texto?

b) Relacione com o texto do historiador Carlos Fico.

Figura 17 – Goulart e o comunismo

GOULART E O COMUNISMO

BRASILIA, 22 (Asa) — Grande parte da sessão da Câmara dos Deputados foi ocupada com discursos de alerta contra o comunismo. Um dos oradores, o sr. Abel Rafael (PRP—Minas), condenou a realização marcada para o período de 24 a 28 deste mês, em Belo Horizonte, do congresso comunista para a formação de uma central sindical latino-americana e acentuou que a sociedade e o povo mineiro se estão arrematando para reagir contra esse movimento de agitação. Referiu-se à atuação do Governo de Minas em relação ao episódio.

Já o sr. Benedito Vaz (PSD Goiás) expôs à Casa as preocupações do homem do interior com a filosofia política do presidente da República. Disse que toda vez que se encontra, no interior, com seus correligionários ou com elementos da sociedade dos diversos municípios goianos, vive momentos de dificuldade para, em resposta a perguntas, explicar a ideologia do sr. João Goulart. A maioria, disse, supõe que o sr. Goulart é comunista, mas alimenta dúvidas por tratar-se de homem riquíssimo, possuidor de imensas fazendas. Ao mesmo tempo entretanto, são consideradas certas atitudes do chefe do governo: interferência nas eleições sindicais em favor dos comunistas, declarações do sr. Luis Carlos Prestes, afirmando que este governo é dos vermelhos.

Falando no grande expediente, o vice-líder udenista Hamilton Nogueira, após considerações de ordem doutrinária sobre o comunismo, salientou que uma grande massa de trabalhadores está sendo desenraizada das suas tradições nacionais pela pregação do internacionalismo e, às vezes, de um falso internacionalismo ou de uma xenofobia parcial. Reconhece que o Brasil não pode ficar a vida inteira à mercê do capital estrangeiro, na sua totalidade, mas isto, sublinhou, não quer dizer que seja isolacionista, por quanto ninguém o é. Argumentou que a Rússia pretendeu isolar-se, mas, hoje, é uma potência inteiramente ocidentalista.

Se não fôsse pelo Ocidente, ela não poderia alimentar a sua gente. Logo, não pode haver em nenhum país um nacionalismo completo, uma xenofobia unilateral, como encontramos, aqui, em certos grupos nacionalistas brasileiros.

Fêz, em seguida novas considerações de ordem histórica e declarou que, no Brasil de hoje há cinco ou seis páginas de Lenine que estão perfeitamente aplicadas à revolução feita pelo comunismo em nosso país. Salientou as dissensões profundas nas classes, entre patrões e empregados, entre professores e alunos, quebrando toda a hierarquia militar e a estrutura de uma sociedade juridicamente organizada.

— O grande mal do marxismo — frisou — é o desrespeito completo a uma ordem jurídica que vem a ser a base de toda a sociedade.

"SERIA CATAPULTADO"

O sr. Guerreiro Ramos (PTB-Guanabara) afirmou que o Presidente da República "seria catapultado do proscênio político brasileiro", caso tentasse dar um golpe de Estado, pois não teria sequer o apoio das massas trabalhadoras que o seguem e nem mesmo o dos membros do PTB.

POSSE

BASES DE UM NOVO REGIME E

S pelos quais a Pátria atravessa.

A Frente Cívica Pontagrossense — disse-nos o sr. David de Oliveira Gomes — não tem caráter político-partidário. É um movimento

Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

Jânio Quadros assumiu a presidência do Brasil em janeiro de 1961 e renunciou em agosto do mesmo ano. João Goulart, seu vice-presidente, que estava em viagem à República Popular da China, foi surpreendido com a renúncia de Jânio e com a posição dos comandantes das Forças Armadas, que declaram que eram contrários ao seu retorno ao Brasil e também contrários a sua posse como presidente. Os comandantes Odílio Denis, Gabriel Grum Moss e Silvio Heck assinaram um manifesto à nação explicando suas razões.

O que dizem os historiadores? Segundo Fico:

[...] mostrara 'suas tendências ideológicas incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e freqüentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossa classe trabalhadora'. Disseram que Jango nomeara esquerdistas para cargos importantes no ministério, 'ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional'. Mencionaram inclusive, a presença do vice-presidente na China, onde teria deixado 'clara e patente sua incontida admiração ao regime [...] exaltando o êxito das comunas populares'. (FICO, 2014, p 18-19).

Para assumir o poder, Jango contou com a Campanha da Legalidade, movimento liderado por Leonel Brizola, cunhado de Goulart e governador do Rio Grande do Sul pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que defendia a posse de Goulart, com base no cumprimento dos termos da Constituição Federal. Jango assumiu em 7 de setembro de 1961, mas com seus poderes reduzidos sob um regime parlamentarista, que teve 14 meses de duração, adotado após emenda constitucional. Sem muitos poderes, Jango assumiu um país com problemas econômicos, altos índices de inflação, problemas políticos, com uma oposição forte e incansável; problemas sociais urgentes, carecendo de soluções e ainda contava com movimentos ativos em busca de direitos.

Jango assumiu a presidência após um plebiscito realizado em 6 de janeiro de 1963, com resultados positivos ao presidencialismo.

O que dizem os historiadores? Ainda segundo Fico:

No dia do plebiscito, mais de 11 milhões de pessoas votaram. O presidencialismo ganhou com 9.457.448, contra apenas 2.073.582 dados ao parlamentarismo. Foi uma confirmação da legitimidade do mandato de Goulart. Ele se sentiu inteiramente fortalecido. (FICO, 2014, p.23-24).

João Goulart estava longe de ser um presidente ilegítimo, por mais de uma vez o povo decidiu por sua presença no governo do Brasil, mas a vitória no plebiscito não garantiu a Goulart um governo fácil. O presidente governou sem o apoio

necessário do Congresso Nacional e com muitos problemas econômicos, sociais e políticos.

As reformas agrária, urbana, tributária, educacional, bancária e eleitoral eram algumas das principais pautas do governo e necessárias ao desenvolvimento nacional; era o que o aproximava dos movimentos sociais. Essa aproximação entre o governo e os movimentos sociais alimentou na cabeça dos conservadores contrários ao seu governo a certeza de sua ligação com os comunistas. Os anticomunistas da época entendiam que muito embora Jango não fosse comunista ele permitia que comunistas usassem seu governo para implantar seu projeto; viam o presidente como um estadista fraco e por conta disso acreditavam que os comunistas muito em breve tomariam o poder.

O argumento anticomunista se fortaleceu quando João Goulart, em um comício no dia 13 de março de 1964, apresentou em seu discurso um compromisso com a aprovação das reformas de base.

A reação foi imediata. Tais reformas, assim como outros fatores ligados ao governo de Goulart, feriam os interesses das classes mais abastadas da sociedade brasileira, que por essa razão se uniram em diversas manifestações realizadas nas principais cidades do país. No dia 19 de março, cerca de 500 mil pessoas foram para as ruas de São Paulo a uma passeata que ficou conhecida por Marcha da Família com Deus pela Liberdade, esta foi organizada pela União Cívica Feminina e se espalhou pelas principais cidades do país. Para o historiador Napolitano, “a marcha mirava o comunismo, mas queria acertar o reformismo”, ou seja, com medo das reformas e querendo impedir que se concretizassem, as classes conservadoras balançaram a bandeira anticomunista, mesmo que, de fato, o comunismo não apresentasse ameaça.

O mês de março foi um período de intensos embates entre o governo e a oposição, formada tanto por civis quanto por militares. Assim, em 1 de abril de 1964, Goulart foi deposto. Os motivos que levaram a deposição do presidente foram diversos, mas o comunismo fora usado constantemente para tornar a imagem de Jango negativa.

A população estava, desde muito tempo, “acostumada” a ver o comunismo como algo negativo, isto esteve sempre muito escancarado nos jornais de todo o país. Com o argumento de ligação entre o presidente e os comunistas, com o risco do mal

tomar conta do país, então, os militares nesse momento apareceram como os “salvadores da pátria”, recebendo o apoio da população.

Porém, o comunismo no Brasil nunca foi assim tão forte, nunca representou de fato um perigo e, com exceção de 1935, sequer tinha intenções de tomar o poder. Defendiam, ao contrário do que pensava os anticomunistas, uma transição lenta, contínua. Não defendiam a tomada de poder de forma autoritária, mesmo porque não haveria condições para isso. É possível que os anticomunistas até soubessem disso. Essa construção negativa, sobretudo em 1964, se fortaleceu e teve como objetivo derrubar um governo que possuía um apoio popular e que, vez ou outra, se aproximava do anseio popular. Um exemplo disso foi o anúncio das reformas de base, que propunham várias mudanças, especialmente a reforma agrária, absolutamente temida pela elite brasileira.

A elite brasileira, extremamente conservadora, nunca foi favorável à participação popular e tampouco era favorável a reformas, em particular aquelas que ampliassem o direito do trabalhador ou que permitisse maior participação política da população. E no desenrolar de um anticomunismo que vinha sendo construído há décadas, encontrava-se um presidente que ousava se aproximar do povo e tentava atender seus anseios.

Imbuídos da missão de livrar o Brasil do perigo comunista, os militares implantaram uma ditadura que durou 21 anos. Durante todo esse período, inúmeras pessoas foram perseguidas por serem comunistas, ou por apresentarem atitudes ou mesmo defenderem ideias e ideais que se parecessem com comunismo.

Essas pessoas foram enquadradas na Lei de Segurança Nacional e foram constantemente vigiadas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). Nenhum grupo social ou posição política foi poupado. Houve perseguição de políticos, professores, advogados, jornalistas, artistas de todas as áreas, militares, religiosos, estudantes, e trabalhadores do campo e da cidade.

O que dizem os sociólogos? Ridenti afirma:

Foram realizadas prisões, intervenções em sindicatos e movimentos populares, cassações, expulsão de funcionários civis e militares de seus cargos, abertura de Inquéritos Policiais Militares e toda sorte de violência e humilhação contra os adeptos do governo deposto, até mesmo alguns assassinatos. (RIDENTI, 2014, p. 2).

Proposta de atividade:

1) Para esta atividade o professor deverá pedir que os alunos realizem uma pesquisa bibliográfica sobre os comunistas citados no texto: Darci Ribeiro, Paulo Freire, Celso Furtado, Assis Brasil, Paulo de Tarso, Júlio Furquim Sambaqui, e ainda Leonel Brizola e João Goulart. É importante que o professor leve para sala uma pesquisa prévia; sugerimos o material apresentado pelo Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, que poderá ser encontrado nas seguintes páginas:

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/paulo_freire

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/paulo_de_tarso

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/darcy_ribeiro

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/leonel_brizola

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/joao_goulart

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/celso_furtado

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/juliofurquimsambaqui>

2) Divida a turma em grupos e distribua as biografias; após a leitura peça que os grupos apresentem para a classe.

3) Reflita com os alunos acerca das biografias:

- a) Você já conhecia essa pessoa? Se sim, o que sabia sobre ela?
- b) Esta pessoa parece muito perigosa? Por quê?
- c) Ela fez algo importante? O quê?
- d) Você acha que esta pessoa é comunista? Por quê?
- e) Você considera esta pessoa “perigosa”? Justifique.

Proposta de atividade:

1) Apresente os textos “Comunistas no Govêrno” e “Por que sou contra o livro único”, do *Jornal da Manhã* (JM), e peça que os alunos façam a leitura.

2) Retire do texto as informações mais importantes.

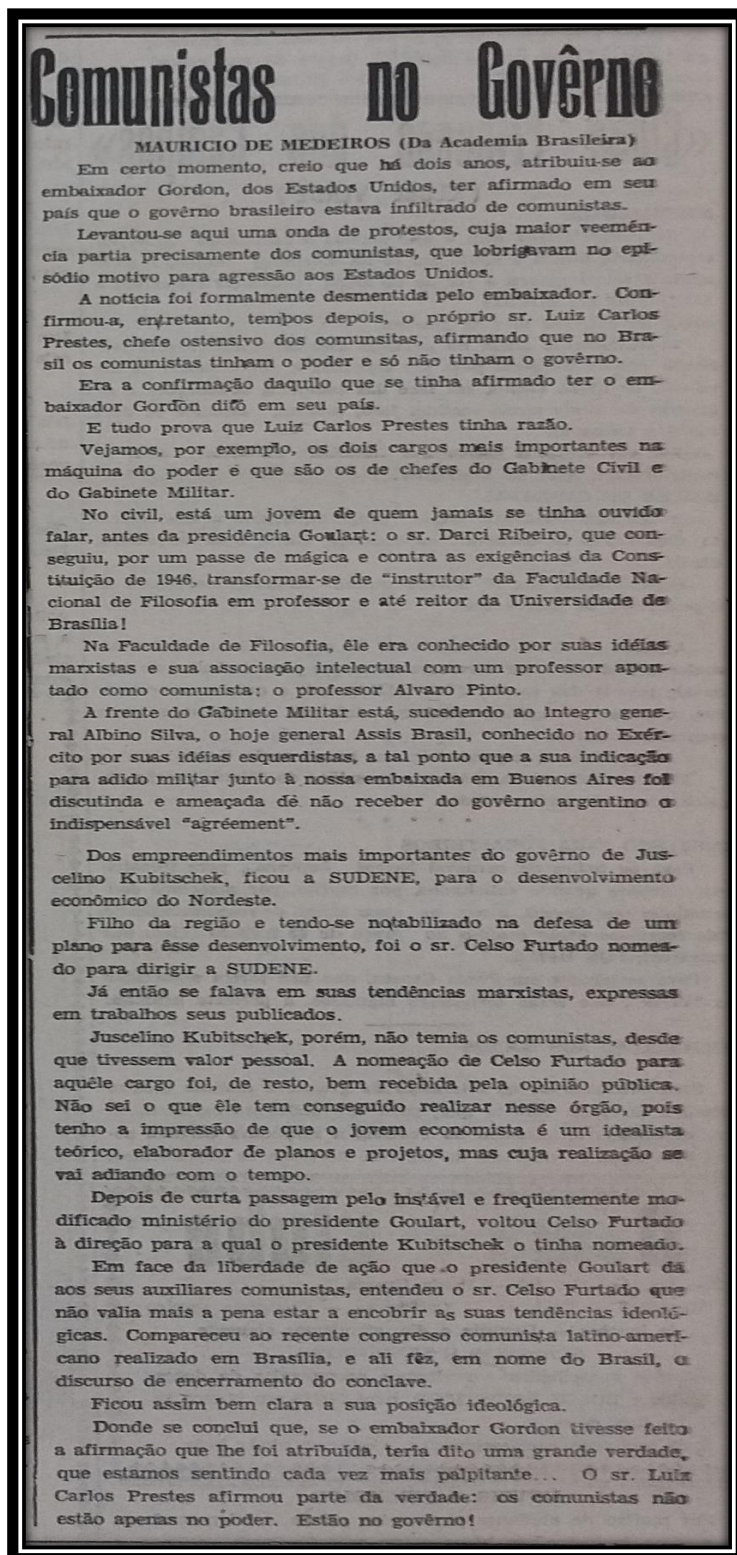
3) Estabeleça uma relação entre a pesquisa realizada na atividade anterior e o texto do JM.

4) Agora que você conhece um pouco dos personagens históricos apresentados pelo JM responda:

- a) Eles eram comunistas? Por quê?
- b) Por que o JM os considerava comunistas?
- c) Eles eram perigosos? Por quê?

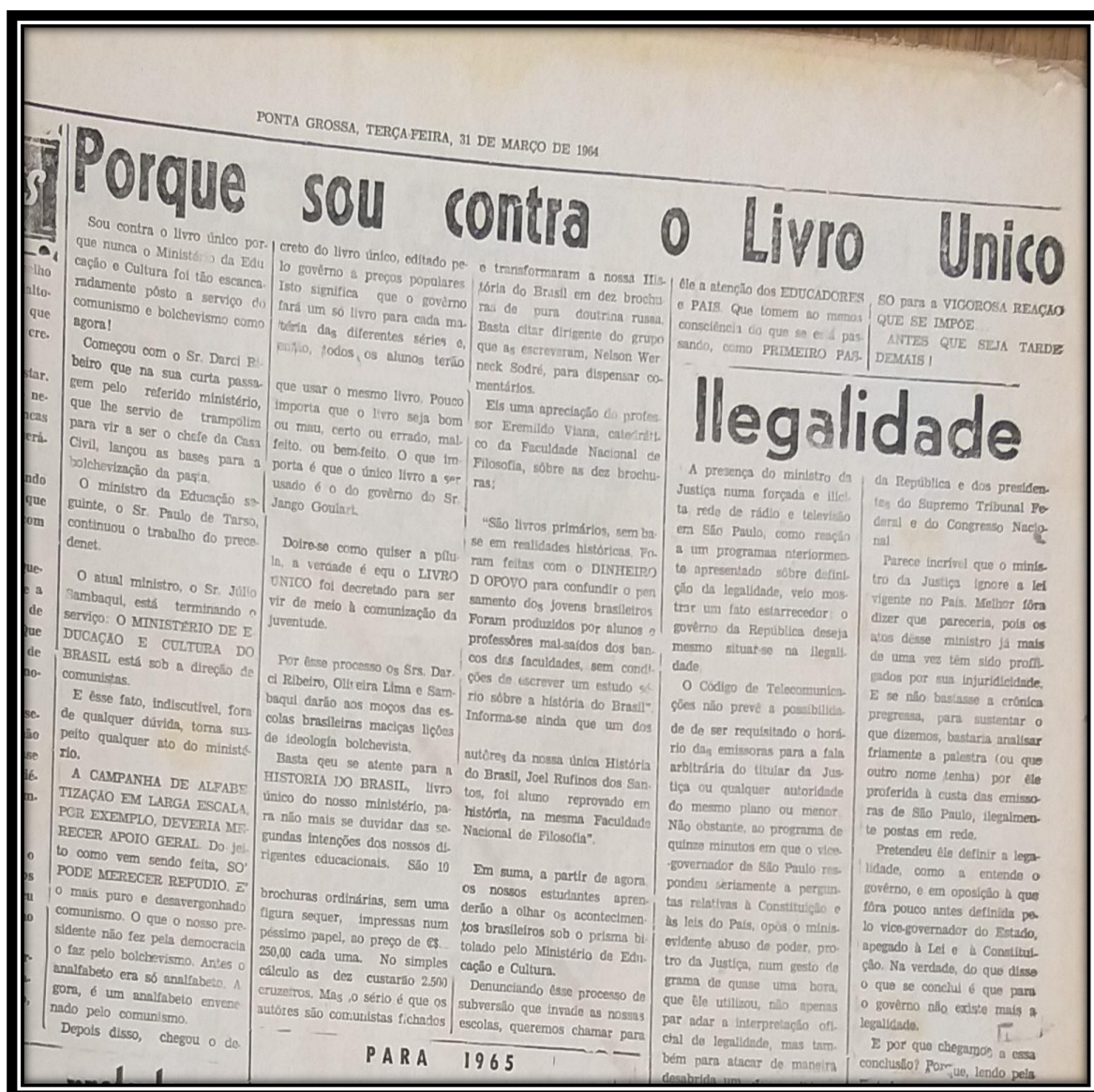
d) Por que o JM os considerava perigosos?

Figura 18 – Comunistas no governo



Fonte: Jornal da manhã, 1964.

Figura 19 – Porque sou contra o livro único



Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

Proposta de atividade:

- 1) Após a leitura do texto "Médicos mineiros afirmam que a ameaça do comunismo não permite mais omissão", escreva um breve resumo com as principais ideias do texto.
- 2) Ao longo do ano de 1964, o JM afirmava haver comunistas no governo de João Goulart. De acordo com o texto, quem eram os comunistas?

Figura 20 – Médicos mineiros

Médicos Mineiros afirmam que a ameaça do comunismo não permite mais omissão

BELO HORIZONTE, 27 (Asa-press) — Em manifesto, divulgado os médicos mineiros afirmam que, nesta hora, não é lícito a ninguém muito menos aos que exercem mandato do povo julgar que a democracia no Brasil não corre perigo e que, direta ou indiretamente, favorecem o comunismo aqueles que julgam o contrário.

Acrescentam que a “nenhum cidadão assiste o direito de calar, de alegar ignorância, de ser indiferente ou comodista, a menos que, acumpliciado em luta fratricida, se propugne talar de sangue o solo generoso da Pátria”, pois em grandes nações do mundo a omissão das maiorias permitiu a minorias atuantes a extinção do regime democrático.

A SITUAÇÃO

Analisando a situação nacional, diz o manifesto que, através de greves ilegais, criminosas e até desumanas, os covardes do regime cavam a cova rasa das nossas instituições e liberdade, escondendo-se sob o escudo do falso nacionalismo, sob as vistas complacentes e a conivência de certas autoridades. Afirma que os agitadores tem livre acesso ao rádio e à televisão, para pregar a anarquia e até o fechamento do Congresso, enquanto sofrem vexames e ameaças as emissoras que abrem suas portas aos autênticos democratas.

APELOS

Os médicos mineiros fazem um apelo ao Presidente da República para que tome atitude positiva, clara e insofismável em defesa da democracia e da Constituição, e às Forças Armadas, para que atuem, a todo o instante, pela sustentação e valorização da democracia, “dizendo basta aos agentes da pernicioso, guerra fria”. Termina afirmando ser necessária a união de todas as forças, no Executivo, Legislativo e Judiciário, para salvaguardar o Brasil das minorias que se agrupam no CGT, UNE Ligas Camponesas e outras organizações a serviço de greves, tumultos e desordens.

É P

Fonte: Jornal da manhã, 1964.

Proposta de atividade:

1) Pesquisa:

Você sabe o que é a UNE?

Roteiro:

a) O que é e para que serve a UNE?

b) O que aconteceu com a UNE após o golpe militar?

c) Quem era o presidente da UNE em 1964? Será que ele era comunista?

d) Quem é o atual presidente da UNE?

e) Quais são as bandeiras de luta da UNE hoje?

Você sabia que entre as centenas de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar 125 eram estudantes? Para saber mais, você pode acessar a página do Centro de Referência Memórias Reveladas do Arquivo Nacional. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>.

Para saber mais sobre o movimento estudantil durante a ditadura militar, você ainda pode assistir a documentários, como os listados aqui:

a) 1968: estudantes X polícia: Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=t7EHp76aYV4](https://www.youtube.com/watch?v=t7EHp76aYV4;);

b) A invasão do Crusp, 50 anos depois: Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=51bEci_GSac;

c) Memórias do Movimento Estudantil (2007): Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z3SqC4mzKug>;

d) Para saber mais sobre as Ligas Camponesas, você pode assistir ao filme *Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HGSRLIs8BGw>.

2) A Central Geral dos Trabalhadores (CGT) é uma central sindical.

a) Você sabe o que é uma central sindical?

b) Quantas centrais sindicais existe no Brasil?

c) E um sindicato, você sabe o que é?

d) Será que quem faz parte de um sindicato é comunista? Justifique.

Proposta de atividade:

1) Realizar a leitura dos textos “Juventude abandonada” e “Desintoxicação da mocidade” e fazer um breve resumo dos textos.

Figura 21 – Desintoxicação da mocidade

Desintoxicação da Mocidade

O honrado Comandante da Infantaria Divisionária da 5a. Região Militar, em recente pronunciamento público, fez referência ao diabólico trabalho realizado pelos agentes do comunismo internacional, junto ao espírito de nossa juventude.

Utilizando-se de palavras vigorosas, o eminente militar citou inclusive sucessos do seu pessoal conhecimento, no Estado da Guanabara.

Na verdade, a dialética comunista foi manejada de toda a maneira, a fim de seduzir os jovens estudantes. Principalmente estudantes. Inquietos por sua própria condição de idade e ansiando por obter maiores conhecimentos, êsses jovens, desde que sem uma perfeita e sólida formação cristã, constituíam presa fácil para os soviéticos. E corrompendo a juventude estudantil, com a sua propaganda dissolvente, os comunistas sabiam que estavam minando as principais bases nacionais, tanto da Pátria como da sociedade e da família.

Desenvolvendo suas considerações, o ilustre Coronel Itiberê Gouvêa do Amaral alertou a mocidade sobre isso, embora tivesse assinalado que Ponta Grossa não oferece as mesmas condições proporcionadas pelos estudantes cariocas.

De qualquer modo, no entanto, a advertência, que também já fizemos mais de uma vez, permanece de pé. Cuidem-se os moços contra a terrível arma sedutora de que se utilizam os vermelhos. O que não pudermos fazer e resolver, com a democracia, também não o faremos, de modo algum, com regimes ateístas.

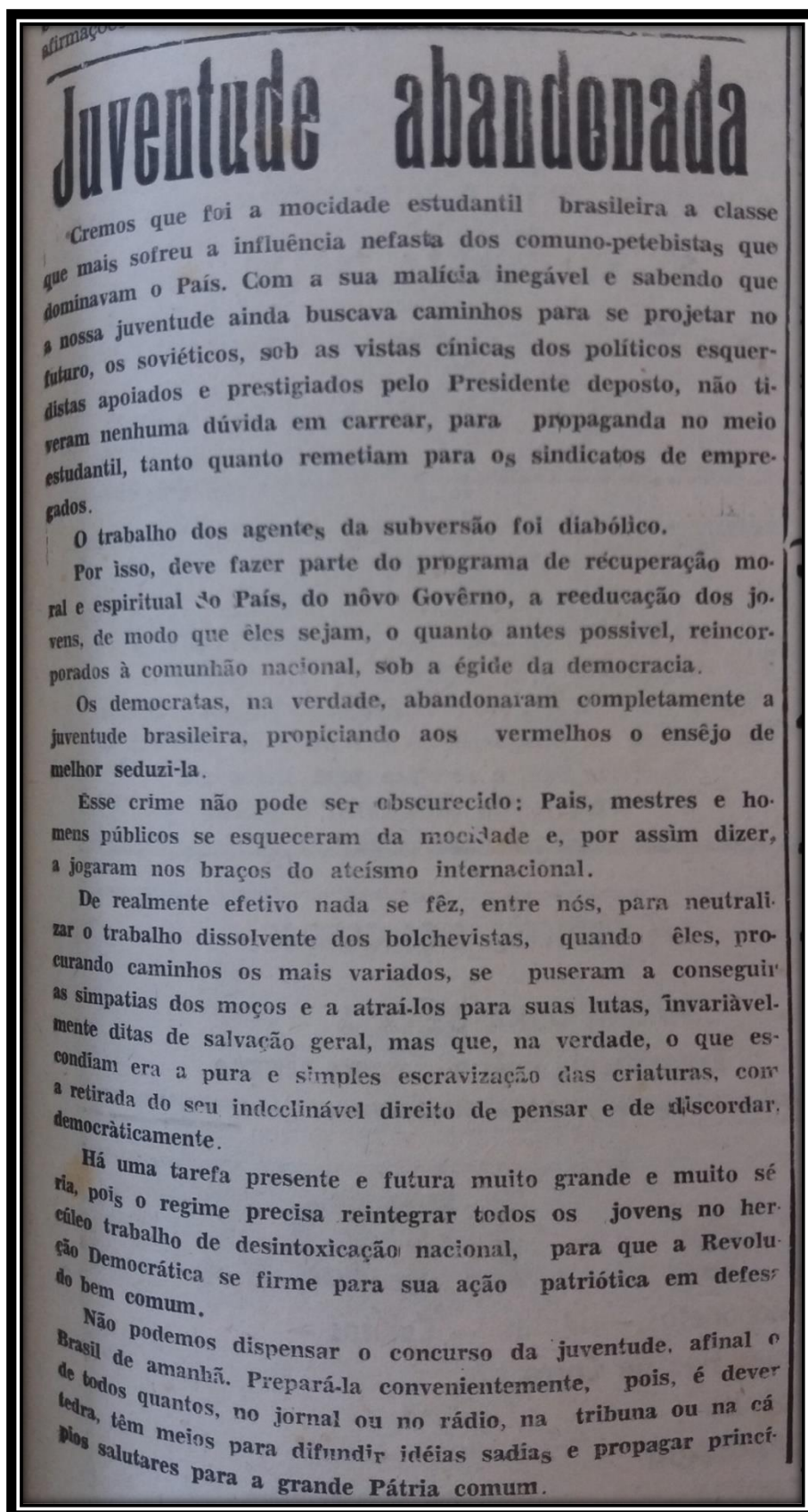
Cumpre a todos, especialmente aos mestres, nesta altura dos acontecimentos, um trabalho urgente e delicado, junto aos estudantes: sua desintoxicação. Há muito espírito jovem torcido pela dialética bolchevista. Muito rapaz pensando errado na suposição de que pensa certo, segundo a cartilha marxista.

A desintoxicação da mocidade estudantil é trabalho meritório e inadiável. E aos mestres é que cabe a maior tarefa para o fim em vista, em defesa dos próprios moços.

Não retardem o início dessa tarefa.

Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

Figura 22 – Juventude abandonada



Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

- a) Qual era o “trabalho diabólico” realizado pelos comunistas segundo o texto?
- b) O que seria a “desintoxicação da mocidade”?
- c) De acordo com o texto “Juventude abandonada”, que males os comunistas poderiam causar na juventude?
- d) Você se considera influenciável como aponta os textos do JM? Justifique sua resposta.
- e) Você sabe quem era o presidente deposto citado no texto? Por que ele foi deposto?
- f) O que seria a revolução democrática citada no texto? Ela foi realmente democrática? Por quê?
- g) No quarto parágrafo lê-se “[...] o que escondiam era a pura e simples escravização das criaturas, com a retirada do seu indeclinável direito de pensar e de discordar democraticamente”. Você já ouviu falar de algum momento da História do Brasil onde não se tinha liberdade para “discordar democraticamente”? Quais?
- h) Atualmente, algumas pessoas acusam a escola e as universidades, especialmente as públicas, de fazer “doutrinação ideológica”. Escreva um parágrafo explicando o que isso significa e não esqueça de dar sua opinião sobre o assunto.

Proposta de atividade:

1) A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é a lei que regulamenta a educação brasileira em todos os níveis. Leia o trecho da lei e responda o que se pede:

TÍTULO II

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 - III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
 - IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- [...] (BRASIL, 1996).

- a) Explique com suas palavras os incisos II, III e IV sobre os princípios da LDB.
- b) Você acha que sua escola atende a esses princípios? Por quê?

c) Que relação podemos estabelecer entre o texto da LDB e os textos do JM

d) Agora que você conhece um pouco do texto da LDB, repense sua opinião sobre a doutrinação ideológica e escreva um parágrafo justificando-a.

Proposta de atividade:

1) Você aprendeu muitas coisas sobre o anticomunismo e sobre uma das consequências mais sérias deste anticomunismo: o golpe civil-militar de 1964. No texto abaixo, é possível ver a opinião do então deputado estadual João Vargas de Oliveira sobre os fatos ocorridos em 1964. Leia-o com atenção:

VARGAS OLIVEIRA: NINGUÉM DEVE JULGAR NINGUÉM, MAS A JUSTIÇA DEVE JULGAR A TODOS

Ainda com a finalidade de esclarecer a sua posição em face da situação nacional, resultante das atividades dos inquéritos policiais-militares ao redor da corrupção que imperava no País, o Deputado João Vargas de Oliveira voltou a ocupar a tribuna da Assembleia Legislativa do Estado. Entre outras coisas, afirmou o parlamentar pryncessino:

- 'Ninguém pode aplaudir a corrupção e muito menos quando ela se apresentava com as características simplesmente espantosas nos desgovernos anteriores. Dispunha-se dos dinheiros públicos como se a Nação estivesse sendo saqueada. O tráfico de influências maltratava o País e depunha contra a administração pública. Os bons eram prejudicados em favor dos maus. Viveu-se a era dos audaciosos, porque o cafajestismo dominava por toda parte, como o beneplácito oficial. As fortunas mais altas foram feitas do dia para a noite, enquanto o povo era vítima do maior processo espoliativo de que se tem memória. Furtava-se às escâncaras e o grupo de inescrupulosos, protegidos pelos principais homens do Governo, não tinha mãos a medir no seu trabalho de empobrecimento do Brasil e de aviltamento das instituições. Tudo em prejuízo do povo, desse pobre e triste povo brasileiro, que tanto tem sofrido pela incapacidade dos seus governantes'.

Subversão

'A par de tudo isso, o processo de subversão vinha se desenvolvendo com rapidez e audácia incriveis. Pondo reformas sociais necessárias e justas, à frente de atitudes demagógicas as mais aviltantes, os principais líderes da situação anterior outra coisa não estavam fazendo senão levar o País à República Sindicalista, sonho dourado dos comuno-sindicalistas que vinham desassossegando o povo e intranquilizando os espíritos República Sindicalista idealizada pelo ex-presidente nos seus contactos com o ditador da Argentina, o general Perón, a fim de que pelegos semianalfabetos, fossem elevados à condição de estadistas e o povo passeasse à situação de párias sociais, em benefício de uma casta de aproveitadores. Aliaram-se, dessa forma, a corrupção e a subversão e tudo marchava a contento desses maus brasileiros, quando a Nação se alertou'.

Reação feminina

'E o brado de alerta foi proferido, do alto das montanhas de Minas Gerais, pela Mulher mineira, logo apoiada pelas senhoras de São Paulo, da Guanabara, do Rio Grande do Sul e de outras unidades federativas. Num instante, o Rosário, nas mãos femininas, se transformou numa poderosa arma de combate à subversão e à corrupção desenfreadas, advindo, daí, o movimento democrático mais bonito da nossa História. Pressionada por essa atitude das senhoras brasileiras, que não queriam o comunismo ateu nem desejavam que o roubo se transformasse em costume natural dos administradores, a opinião pública brasileira também se mobilizou. E as

marchas da família com Deus pela liberdade, constituíram acontecimentos que imortalizaram os homens e as mulheres livres do Brasil'.

Revolução

'Foram as nossas Fôrças Armadas, nessa emergência, quando se jogavam os destinos da Pátria comum, chamadas a intervir. O soldado do Brasil foi convocado para a luta, que se impunha de forma imediata. O povo brasileiro é que chamou os soldados de Osório, de Tamandaré e de Eduardo Gomes para que livrassem a nacionalidade do assalto que lhe vinha sendo desferido, impiedosamente. E as Fôrças Armadas não tiveram outro caminho a seguir senão aquele que lhes estavam sendo indicados pelo Rosário, que as mulheres seguravam em suas mãos, seus olhos voltados a Deus, rogando amparo e proteção. Não preciso rememorar os dias desse movimento democrático. Não há necessidade de voltar a citar os episódios marcantes e decisivos da vitória do bem contra o mal. Do triunfo da democracia. Os maus foram afastados do Poder, uns fugindo covardemente, outros se deixando ficar, certos de que estávamos em face de uma quartelada, de um simples movimento para troca de nomes'.

Apuração de culpas

'Não se tratava, porém, de troca de homens ou de nomes, como muitos acreditavam. Estávamos em face de um movimento sério, profundamente honesto, com o único sentido de recuperar o País e repor o Brasil na posse de si mesmo. Deu-se começo, por isso, à apuração de culpas e responsabilidades por todos os males praticados contra a Nação. Creio que se cometeram algumas injustiças, tanto e tão difícil era o trabalho a executar para chegar se depressa ao fim, que seria o início, real e efetivo, de uma nova era para o povo brasileiro, livre dos seus exploradores. Essas injustiças, porém, serão reparadas, tenho disso certeza absoluta. Quem não deve nada terá que pagar. Apenas os faltosos é que sentirão o pêso da Justiça. Vou mais longe: acredito que dentro de tempo menor do que se pensa, os inocentes serão inteiramente justificados, pois a Revolução não trouxe, na sua crista, o ódio e o rancor. Conduziu, isso sim, uma mensagem que todos saberão compreender quando ela estiver sendo totalmente exposta pelo preclaro presidente Castelo Branco, após feita a indispensável e intransferível limpeza do terreno. Dentro do programa esposado e defendido por todos os revolucionários, com o apoio entusiástico da população brasileira, foi atribuído aos militares, sem ligações político-partidárias, a delicada e espinhosa tarefa de apurar as culpas e proclamar as responsabilidades de tudo quanto fôsse considerado atentatório ao bem estar do povo e ao renome do Brasil. É o que deveria ser feito. É o que está sendo feito. É possível que tenha havido excessos e violências de militares menos serenos e mais afoitos, mas isso foi condenado pelo Sr. Marechal Castelo Branco e não encontrou receptividade no Sr. Ministro da Guerra, general Arthur Costa e Silva. O trabalho tinha que ser feito. E o foi, nas condições já mencionadas. Terminado o período necessário o próprio Sr. Presidente da República extinguiu a Comissão Geral de Investigações, devendo os processos ser entregues à apreciação do Poder Judiciário, para todos os efeitos'.

Julgamentos

'Os julgamentos dos processos, portanto, serão realizados por Juízes com toga e não por militares com juponas. Atinjam a quem atingir. Doam a quem doer, as culpas serão proclamadas e punidas, como satisfação do novo Governo, à opinião pública do País. Não vejo, por isso, razão para tanta celeuma em torno do processo normal a que a Revolução se propôs, isto é, apurar as culpas dos culpados e a responsabilidade dos responsáveis. Os inocentes nada sofrerão, naturalmente, e os que acaso estão neste rol, tenho a certeza, como já acentuei, terão o seu caso revisto e a sua situação reparada totalmente. Os indivíduos que se aproveitaram das facilidades anteriores, vindo a se favorecer pessoalmente ou beneficiar parentes ou grupos, êsses, no entanto, têm que prestar contas dos bens mal-havidos. Devem ser justificados, mesmo porque a justiça não existe apenas para alguns. E não importa se entre eles estejam ex-presidentes da República, ex-governadores de Estado, senadores, deputados e outras figuras altamente

postas na vida. Todos são iguais perante a lei e é isso que, dentro em breve, todos haveremos de sentir no País como principal efeito da Revolução Democrática. Ninguém deve julgar ninguém, mas a Justiça deve julgar todos como é preciso sob pena de ficarem comprometidos os grandes ideais em razão dos quais se desejou e se fez a revolução’.

Conclusões

Finalizando o seu pronunciamento, na Assembleia, o Deputado João Vargas de Oliveira, cujo pensamento, então exposto, aqui estamos registrando, afirmou:

‘Não desejo nem peço o mal de ninguém. Não sou homem de ódios nem de acertos de contas pessoais. Costumo entregar tudo nas mãos de Deus, mas a parte que me cabe, como representante do povo, eu a procuro realizar da melhor maneira possível. Repugna-me, como cristão, cometer qualquer injustiça motivo pelo qual mais uma vez eu apelo para que qualquer ato, que tenha por ventura constituído injustiça, seja reparado sem qualquer demora. Não concebo uma Revolução como a que fizemos, entregando-se a fazer o mal pelo simples prazer de o praticar. E quero, de passagem, repetir a afirmativa anterior: julgo o corrupto um criminoso que deve ser castigado sob pena de se comprometer todos os princípios morais que norteiam e disciplinam a vida humana. Quanto ao subversivo, penso que sua falta deve ser apurada, com muito cuidado pois não considero subversivo o brasileiro que defende uma ideia e não pratica ato material que possa colocar em perigo a Pátria ou as suas instituições republicanas’.

‘Assim sendo, devemos concluir que não cabe culpa aos militares, quando se descobrem irregularidades de quem quer que seja. Se as testemunhas, que depõem nos inquéritos, citam tais ou quais nomes, aos militares e civis, de que se compõe essas comissões de inquéritos, não têm outra alternativa, se quiserem ser honestas, senão a de apurar a denúncia. Se houve, ou ainda há, sensacionalismo na divulgação de nomes de pessoas proeminentes, isso ocorre à conta da liberdade de imprensa que existe no País, nunca à conta das comissões de inquéritos e dos seus respectivos membros’.

Eram esses os esclarecimentos que eu desejava prestar desta minha tribuna de representatividade do povo paranaense. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

a) Imagine que você é um historiador e escreva uma carta para João Vargas de Oliveira, questionando seu texto e apresentando argumentos com base no conteúdo e historiadores aqui estudados.

b) Realize uma pesquisa na web para saber como foram realizados os interrogatórios de pessoas suspeitas de subversão durante a ditadura militar.

4.7 COMUNISMO, O QUE É?

Para Marx (2020, p. 1), “De cada qual segundo sua capacidade; a cada qual segundo suas necessidades.” Depois de falar tanto em comunismo e comunistas, você já consegue saber o que isso significa?

O comunismo é uma ideologia política, social e econômica que tem por objetivo construir uma sociedade igualitária, ou seja, construir uma sociedade onde todos os indivíduos sejam iguais, política, social e economicamente. Isso não seria muito bom?

Mas como construir essa sociedade igualitária?

Segundo os ideais comunistas, para construir essa sociedade seria necessário acabar com a propriedade privada, com as classes sociais e com o Estado.

Isso pode parecer impossível, especialmente porque vivemos em uma sociedade fortemente capitalista que nos transmite constantemente a ideia de que outro tipo de sociedade não é possível, porém basta que pensemos nas comunidades indígenas brasileiras para percebermos que outros projetos de sociedade são possíveis e até existem.

E quem teve essa ideia?

Os primeiros registros de ideias de uma sociedade igualitária, sem propriedade privada apareceram na antiguidade. Platão, o filósofo grego que viveu entre 428-347 a.C., escreveu a obra *A república*, e nela ele já havia pensado em uma sociedade ideal, onde haveria o fim da propriedade privada.

Entre o século XVIII e XIX surgem os socialistas utópicos, que são chamados de utópicos porque, muito embora pensassem a sociedade a partir de ideais de igualdade e combate à propriedade privada, suas ideias não alcançaram condições de superação da sociedade burguesa desigual à qual combatiam, nem mesmo apresentaram uma crítica consistente à sociedade capitalista. Em outras palavras, não explicaram como fazer. Entendiam que as mudanças para superação das diferenças sociais e econômicas deveriam ser lentas e graduais e também acreditavam que chegaria um momento em que as pessoas se convenceriam de que era bom fazer o bem e dividir os bens. Dentre eles, temos: Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837) e Robert Owen (1771-1858).

Ainda no século XIX temos a presença dos socialistas cristãos pregando a construção de uma sociedade igualitária, baseada nos ensinamentos de Jesus Cristo. Esses socialistas vão condenar a sociedade capitalista e as desigualdades, porém irão discordar de qualquer ideia que vise a mudança na sociedade por meio da violência. Atualmente as ideias socialistas dentro do cristianismo são muito difundidas e estão presentes em várias religiões cristãs.

Muito embora as ideias de sociedades igualitárias já fossem pensadas desde a antiguidade, foi com a publicação do livro *Manifesto do Partido Comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels, em 1848, que nasceu uma obra sistematizada sobre o comunismo. O manifesto foi escrito dentro de um contexto de conflitos operários, revoluções e crises em toda a Europa, mais especificamente no ano de 1848; portanto

durante a Segunda Revolução Industrial. Sendo escrito nesse período, o *Manifesto* se apresentou como o resultado de tudo o que a Europa vivera, nascia da análise das diversas teorias como socialismo utópico e das lutas operárias, e representou uma síntese melhorada da teoria socialista pensada até aquele momento. E mais do que isso, configurou uma crítica à sociedade capitalista e todas as desigualdades dela decorrentes, cabendo-lhe assim o título de “socialismo científico”. O *Manifesto do Partido Comunista* era de fato uma declaração, no qual se fazia presente os ideais de todos os partidos comunistas.

Marx e Engels escreveram diversas outras obras onde discutem a sociedade de seu tempo. Dentre as obras de Marx, ganha destaque *O capital*; para muitos estudiosos o estudo mais completo sobre o capitalismo já realizado. Em seus escritos, além de explicar o que é e como funciona a sociedade capitalista e o capitalismo, Marx aponta uma possibilidade de superação desse tipo de sociedade e é por isso que as suas ideias são tão temidas.

Marx e Engels, os responsáveis pelo *Manifesto do Partido Comunista*, acumularam uma capacidade ímpar de análise e escrita, com uma participação política prática no movimento operário alemão. Eles conciliaram teoria e prática, na medida em que viveram as lutas sociais próprias do século XIX e estudaram a própria realidade para escrever o *Manifesto*.

Contrapondo as ideias dos socialistas utópicos, Marx entendia que as mudanças sociais não viriam da bondade dos homens, mas das condições dos sujeitos, que Marx chamou de proletários, condição esta de profundas desigualdades e injustiças, que os levariam a promover uma revolução.

O *Manifesto* começa com a frase “Um espectro ronda a Europa: o espectro do comunismo” (MARX; ENGELS, 2018), demonstrando assim que os partidos e ideias comunistas já estavam presentes no continente europeu e que já era temido pelas classes economicamente dominantes. Também no *Manifesto*, Marx e Engels (2018) dizem que a história da humanidade foi construída a partir da “luta de classes”:

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre e companheiro, numa palavra, opressor e oprimido, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma batalha ininterrupta, ora aberta, ora dissimulada, uma luta que terminava sempre com uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou com a destruição das duas classes em luta. (MARX; ENGELS, 2018, p. 46).

Para eles, no século XIX a sociedade europeia se dividia entre a burguesia, proprietária dos meios de produção, terras, minas, indústrias etc.; e o proletariado, trabalhadores assalariados, proprietários apenas da sua força de trabalho (MARX; ENGELS, 2018). Em texto intitulado *Princípios básicos do comunismo*, escrito por Engels em 1847, ele diferencia o proletário de um escravo:

O escravo está vendido de uma vez para sempre; o proletário tem de se vender a si próprio diariamente e hora a hora. O indivíduo escravo, propriedade de um senhor, tem uma existência assegurada, por muito miserável que seja, em virtude do interesse do senhor; o indivíduo proletário – propriedade, por assim dizer, de toda a classe burguesa - , a quem o trabalho só é comprado quando alguém dele precisa, não tem a existência assegurada. (ENGELS, 2006).

Enquanto o trabalhador só pode se alimentar e sobreviver a partir do momento em que consegue vender sua força de trabalho, a burguesia, dona dos meios de produção lucra cada vez mais com a exploração do trabalho. Desenvolvendo o conceito de “mais-valia”, Marx (2018) observou que o lucro do patrão decorre da exploração da mão de obra do operário, este que por meio de seu trabalho produz muito mais do que o necessário para o pagamento de sua mão de obra, produzindo, portanto, o lucro do capitalista e aumentando, dessa maneira, ainda mais as desigualdades entre o burguês e o proletariado, empregado e empregador.

Mas não é só isso. A burguesia além de possuir os meios de produção, ela possui o controle do poder político e nos dias atuais ela ainda controla os meios de comunicação, sobrando aos trabalhadores a exploração da mão de obra e nenhuma representatividade política.

Segundo José Paulo Netto (1986), pesquisador e professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para Marx:

É no segredo da produção de mercadorias (produção mercantil) da sociedade capitalista que se esconde o mecanismo da exploração do trabalho – que não pode ser suprimido por qualquer ‘salário justo’. E é no desenvolvimento dessa mesma produção que a exploração essencialmente econômica transita para a opressão social e política: para sustentar e gerir o sistema de exploração da força de trabalho, a sociedade burguesa engendra formas de controle do poder políticos que criam as condições para a reprodução daquela exploração. (NETTO, 1986, p. 43).

Segundo Marx, cabe aos proletários, nesse contexto de exploração, a união para mudar essa realidade por meio da “revolução”, ou seja, tomar o poder político e promover uma profunda mudança na sociedade. Para reconhecer a necessidade de mudança, de fazer a revolução, os trabalhadores deveriam se reconhecer como

classe, adquirindo o que Marx chamou de “consciência de classe”, ou seja, se reconhecer enquanto trabalhador assalariado, explorado pelo capitalista e se organizar enquanto classe, para buscar a revolução. Mudando essa realidade, os trabalhadores poderiam abolir a propriedade privada, que é o motivo de sua exploração, e controlar o poder político, responsável pela manutenção dessa exploração.

Para Marx e Engels (2018), era necessário abolir a propriedade privada burguesa, aquela responsável pela exploração e dominação do trabalhador. Você não deve confundir, portanto, propriedade privada burguesa com propriedade de bens pessoais, sua casa, seu carro adquirido com o suor de seu trabalho, sem explorar ninguém. Sobre a propriedade é possível ler no Manifesto Comunista:

Vocês ficam horrorizados porque queremos abolir a propriedade privada. Mas, em sua sociedade, a propriedade privada já está abolida para nove décimos de seus membros; ela existe para vocês precisamente porque não existe para esses nove décimos. Vocês nos recriminam, portanto, por queremos abolir uma forma de propriedade cuja condição necessária é que a imensa maioria da sociedade não possua qualquer propriedade. (MARX; ENGELS, 2018, p. 65)

Esta desestruturação do Estado burguês culminaria com a implantação do “Estado socialista”, fase de transição entre o capitalismo e o comunismo, que seria a etapa responsável pela reorganização do Estado pelos trabalhadores. Momento de extinção da propriedade privada dos bens de produção e, conseqüentemente, de toda a forma de exploração, opressão e desigualdade. Essa mudança, entretanto, não afetaria apenas o proletariado, mas toda a sociedade que passaria a ter acesso a todos os bens de forma igualitária.

O socialismo também recebeu o nome de “ditadura do proletariado”. Este termo: “ditadura”, acabou por assustar muita gente, mas, nesse caso, não entenda ditadura como antônimo de democracia. O termo “ditadura do proletariado” pode ser substituído por “hegemonia do proletariado”. Vamos explicar: atualmente vivemos sob a hegemonia do capital, do mercado; dessa maneira, tudo na sociedade é determinado a partir das necessidades dos grupos que dominam os meios de produção; portanto, pelos capitalistas; na ditadura do proletariado, os trabalhadores é que seriam grupo hegemônico, ou seja, tudo passaria a ser determinado pelas necessidades dos trabalhadores e não mais dos capitalistas. Se ao invés dos capitalistas, que são poucos, os trabalhadores tivessem o controle do poder político,

teríamos um governo muito mais democrático, porque nós trabalhadores somos a imensa maioria.

No socialismo, que é uma etapa para se chegar até ao regime comunista, a sociedade deveria: deixar de ser explorada pelo capitalista; socializar todos os meios de produção, que seriam controlados pelos trabalhadores; controlar o poder político, que estaria nas mãos dos trabalhadores, até que chegaria uma fase de superação de todo elemento característico do sistema capitalista, onde o Estado não seria mais necessário e se implantaria o comunismo.

Também, dentro do comunismo, existe o caráter “internacionalista”. O que isso significa? O objetivo do comunismo é abolir o capitalismo, sabemos que os mercados são interligados, enquanto alguns países fornecem produtos industrializados, outros fornecem matéria-prima. Sabemos também que ocorre a exploração de um país sobre o outro. Para os comunistas, era necessário levar o comunismo para todos os países e construir um mundo mais igual. Sobre isso o *Manifesto* diz: “À medida que se procede à abolição da exploração do homem pelo homem, procede-se igualmente à abolição da exploração de uma nação por outra.” (MARX; ENGELS, 2018).

O comunismo de Marx e Engels não era um regime pensado apenas para uma nação; ao contrário, eles entendiam que era necessário acabar com os Estados e construir uma sociedade ideal onde todas as nações e indivíduos fossem iguais, política, social e economicamente. Marx e Engels (2018) finalizam o *Manifesto Comunista* com a frase “Proletários de todos os países, uni-vos!”

E para você, como seria o mundo ideal?

4.8 PARA TERMINAR...

Por meio deste estudo você pode compreender de onde vem o medo do comunismo. Pode perceber que esse anticomunismo é uma representação e que representações não são neutras, ao contrário, representam o posicionamento político de determinados grupos.

Aprendeu também que, assim como o anticomunismo foi construído, a opinião segundo a qual o golpe civil-militar de 1964 foi necessário para “livrar” o Brasil de um golpe comunista também foi uma construção, que visava justificar o golpe em um governo legítimo, que havia sido escolhido pelo povo. Pode compreender que o Brasil

não estava à beira do comunismo em 1964, assim como não esteve em nenhum momento de sua história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha de um tema de pesquisa e a problemática construída em torno desse tema estão intimamente ligadas à realidade vivida pelo historiador no seu dia a dia, suas inquietações, bem como sua maneira de ver o mundo. Esta pesquisa foi motivada por essas inquietações, por perceber a cada dia o avanço dos discursos de ódio, por acompanhar “narrativas históricas” há muito superadas serem reproduzidas largamente e apontadas como a “verdade dos fatos”. O processo que nos levou e nos tirou de uma ditadura militar, que durou 21 anos, foi traumático e doloroso. Ainda assim, há quem defenda e ainda peça o retorno dos militares ao poder. As desculpas utilizadas em 1964 voltaram à tona, e são repetidas constantemente: “o Brasil está cheio de comunistas”; “eles estão no governo”; “irão transformar o Brasil em uma ditadura comunista”. O Brasil nunca esteve à beira de um golpe comunista, mas a construção dessa narrativa foi muito forte e perdura até hoje, assim como as representações negativas sobre o comunismo e os comunistas.

Entendemos, por meio desta pesquisa, que no Brasil o anticomunismo começou já no início do século XX e que esteve sempre relacionado às demandas dos trabalhadores, ligando-se, de maneira a se confundir, as bandeiras e lutas por direitos desses grupos ao comunismo. Vai ganhar reforço duplo em 1917, em primeiro lugar pela greve geral dos trabalhadores, aqui mesmo no Brasil, e em segundo lugar pela Revolução Russa. Segundo Mendes (2004), essa aversão ao comunismo apresentava dois medos: o medo de que as reivindicações dos trabalhadores fossem “instrumentalizadas” e de que os trabalhadores tomassem o poder, à exemplo da Rússia. Esses dois medos serão reforçados pelo levante comunista de 1935, conhecida como Intentona Comunista, e posteriormente pela Guerra Fria, momento de crescente anticomunismo, especialmente nos países sobre a influência dos Estados Unidos da América.

Estudamos, aqui, o anticomunismo sobre a perspectiva de dois pesquisadores: Ricardo Antônio de Souza Mendes e Rodrigo Patto de Sá Motta. Para Mendes (2004), o anticomunismo vai ser uma bandeira de empresários, militares e udenistas. Os empresários apoiados pelos Institutos de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) viam o comunismo como oposto à democracia e às liberdades, religiosas e, sobretudo, econômicas; o anticomunismo militar será disseminado pela Escola Superior de Guerra e pela

“doutrina de segurança nacional”, ligando o comunismo às lutas dos operários, que eram vistas como “falta de ordem” e como uma suposta “guerra revolucionária” em curso. Muito embora os militares fossem “defensores” do “estado democrático”, as reivindicações e lutas dos trabalhadores não eram vistas como um direito dentro desse “estado democrático”; o anticomunismo udenista, portanto dos membros da UDN, era na verdade um resquício de antigetulismo, por isso atingia tão fortemente João Goulart, visto por estes como herdeiro do trabalhismo getulista. Os udenistas eram defensores da democracia, da propriedade privada, do cristianismo e dos valores ocidentais próprios do capitalismo estadunidense.

Na perspectiva de Motta (2000), o anticomunismo é apresentado sobre três matrizes: cristianismo, nacionalismo e liberalismo.

Para os cristãos, o combate ao comunismo era visto como uma questão de sobrevivência, por entenderem que o comunismo pregava o ateísmo e o fim das religiões. Além disso, pregava a mudança da sociedade por meio do uso da violência e não da resignação e da fé. Os cristãos entendiam o caráter materialista do comunismo como a negação da existência de Deus.

O anticomunismo nacionalista, tendo como principais representantes os militares, combatia a ideia de divisão da sociedade em classes, pois viam a construção da sociedade brasileira a partir da união daquilo que havia de melhor em cada grupo e não de uma relação de exploração de uma classe pela outra. Os nacionalistas entendiam o comunismo como uma ameaça à unidade nacional e a possível destruição da nação, a qual era entendida como um corpo orgânico. Consideravam os comunistas brasileiros como ingênuos e o internacionalismo comunista como uma ideia que defendia a URSS como grande pátria e não a defesa de uma fraternidade universal. O patriotismo era para eles sinônimo de anticomunismo.

O anticomunismo liberal, especialmente liberalismo político e econômico, representado em especial pelos empresários, combatia os ideais comunistas por estes defenderem o fim da propriedade privada e devido a um suposto autoritarismo comunista que acabaria com as liberdades, especialmente a liberdade econômica.

Em 1964, além do anticomunismo, esses grupos tinham em comum o desejo de derrubar o presidente João Goulart. Os motivos eram diversos, mas especialmente pelo fato desse governo se disponibilizar a atender as reivindicações dos trabalhadores, assim colocando em risco os privilégios dos grupos economicamente dominantes. O contexto da Guerra Fria vai acirrar ainda mais os ânimos.

Tais grupos irão utilizar diversos meios para apresentar e divulgar suas representações do comunismo, e em especial os jornais. O *Jornal da Manhã* de Ponta Grossa, fonte desta pesquisa, apresentava em 1964 todas as características do anticomunismo apontadas por Mendes (2004) e Motta (2000). João Vargas de Oliveira, seu proprietário, era um empresário pontagrossense e deputado estadual pela UDN e defendia o cristianismo, o nacionalismo, o liberalismo, a manutenção da propriedade privada e uma sociedade “ordeira”, que na visão dele só seria possível com a queda de Goulart, que era representado no seu jornal, ora como ingênuo e manipulado pelos comunistas, ora como corrupto prestes a dar um golpe na nação.

O *Jornal da Manhã* utilizou suas páginas para construir sua representação do comunismo e de João Goulart de tal maneira a convencer o leitor de suas convicções. Essa prática foi utilizada em todo o território nacional, construindo dessa maneira, uma aversão ao comunismo que permanece até os dias atuais.

Essa representação sobre o comunismo e sobre o governo Goulart é apenas uma construção, uma versão dos fatos. O Brasil nunca esteve à beira de um golpe comunista.

Buscar com os alunos a construção deste conhecimento é formá-los críticos e autônomos, capazes de desenvolver consciência histórica e de perceber que representações não são neutras, são construções carregadas de ideologias e objetivos. E, acima de tudo, é formar indivíduos conscientes da importância da pluralidade de ideias e concepções políticas tão necessárias a um país democrático.

REFERÊNCIAS

A ERA Vargas: dos anos 20 a 1945. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FVG**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen>. Acesso em: 09 out. 2020.

ADAMCZAK, B. **Comunismo para crianças**: um livro para todas as pessoas que desejam um mundo melhor. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

ATHAIDES, R. O ódio sem razão no “a razão”: um periódico fascista no Paraná (1935). In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA NACIONAL, 29, 2017, Brasília. **Anais [...]**, Brasília, 2017.

BANDEIRA, L. A. M. **O governo Goulart**: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. 7. ed. rev. e ampliada, Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Rd. UnB, 2001.

BARROS, J. D'A. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

BATISTA, A. C. O anticomunismo brasileiro e a afirmação de um passado recomposto. In: SEMANA DE HISTÓRIA UFES, 11, 2017, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: 2017. Disponível em: www.periodicos.ufes.br/semanadehistoria/article/download/23089/15660. Acesso em: 07 ago. 2019.

BATISTELLA, A. O governo Ney Braga e o golpe civil-militar de 1964 no Paraná. **Diálogos**, v. 18, p. 203-242, out. 2016.

BENTO, F. R. Sobre o ateísmo do socialismo soviético: origens exógenas, influência internacional e repercussão nas políticas públicas locais. **Revista Eletrônica Correlatio**, São Paulo, v. 16, n. 2, 2017.

BETT, I. A imprensa e a construção do anticomunismo católico: Brasil e Argentina nos golpes militares da década de 60. **Signos**, n. 1, p. 77-89, 2012.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BOHOSLAVSKY, E.; MOTTA, R. P. S; BOISARD, S. **Pensar as direitas na América Latina**. 1. ed. São Paulo: Editora Alameda, 2019.

BOLSONARO, J. O caminho da prosperidade. **Proposta de Plano de Governo**. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 01 out. 2020.

BOLSONARO ameaça perseguição ao “comunismo”, mirando as organizações da juventude e trabalhadores. **Esquerda Diário**, São Paulo, 15 ago. 2019. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Bolsonaro-ameaca-perseguiçao-ao->

comunismo-mirando-as-organizacoes-da-juventude-e-trabalhadores-30154. Acesso em: 21 jul. 2020.

BOLSONARO quer comemoração do golpe de 1964 nos quartéis. **Veja**, São Paulo, mar. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-quer-quarteis-comemorando-golpe-de-64-generais-sugerem-cautela/>. Acesso em: 01 out. 2020.

BRASIL esteve à beira do comunismo nos anos 1960? História não mostra isso. **Uol**, São Paulo, out. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/10/01/brasil-esteve-a-beira-do-comunismo-nos-anos-1960-historia-nao-mostra-isso.htm>. Acesso em: 01 out. 2020.

BOLSONARO quer comemoração do golpe de 1964 nos quartéis. **Veja**, São Paulo, 25 mar. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-quer-quarteis-comemorando-golpe-de-64-generais-sugerem-cautela/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

BOLSONARO fala em democracia, mas defende Golpe de 64 em pronunciamento do Dia da Independência. **Estado de Minas**, 07 set. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/09/07/interna_politica,1183289/independencia-bolsonaro-fala-em-democracia-mas-defende-golpe-de-64.shtml. Acesso em: 30 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL esteve à beira do comunismo nos anos 1960? História não mostra isso. **Notícias UOL**, São Paulo, 01 out. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/10/01/brasil-esteve-a-beira-do-comunismo-nos-anos-1960-historia-nao-mostra-isso.htm>. Acesso em: 30 ago. 2020.

BRITO, A. O PCB e o estigma da "ameaça vermelha": o discurso anticomunista do Jornal Folha do Norte (1962-1965). In: INTERNATIONAL CONGRESS OF HISTORY, 5, 2011. Maringá, **Anais** [...], Maringá, 2011.

CABRINI, C.; CIAMPI, H.; VIEIRA, M.; PEIXOTO, M.; BORGES, V. **O ensino de história**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CALONGA, M. D. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história. **Comunicação e Mercado UNIGRAN**, Dourados, vol. 01, n. 02, p. 79-87, nov. 2012.

CAMPOS, N. de; SOUZA, E. F. de. Flávio Suplicy de Lacerda: aliados das forças armadas e combatente contra comunistas e estudantes. **História: Questões e Debates**, Curitiba, v. 67, n. 2, p. 159-197, 2019.

CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CAVALVANTE, M. J. M. O jornal como fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional. In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2019, Belém. **Anais** [...] Belém: UFPA, 2019. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0429.pdf>. Acesso em: 23 de fev. 2020.

CERRI, L. F. **Ensino de História e Educação**: olhares em convergência. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.

CERRI, L. F.; PACIEVITCH, C. Esquerda ou direita? Professores, opção política e didática da história. **Antíteses**. Londrina, v. 9, n. 18, p. 298-324, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/22412>. Acesso em: 01 out. 2020.

CERVI, E. U.; MASSUCHIN, M. G.; ENGELBRECHT, C. W. Jornalismo público ou convencional: que faz diferença para a democracia brasileira? *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO POLÍTICA, 3, 2009, São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo: Compolítica, 2009.

CESTARI, L. R. A pedagogia política anticomunista no jornal Notícias Populares (1963-1964). **Revista Brasileira de História da Mídia**, Teresina, v. 2, n. 1, p. 61-69, jan. 2013.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CHARTIER, R. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVII. 2. ed., Brasília: Editora UNB, 2017.

CHARTIER, R. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

CHARTIER, R. Escutar os mortos com os olhos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 7-30, 2010.

CHARTIER, R. O Mundo como Representação. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

CHARTIER, R.; BOURDIEU, P. Gente com história, gente sem história: diálogo entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. **História Unisinos**, v. 10, n. 1, p. 90-98, jan./abr. 2006.

CHAVES, N. B. A saia verde está na ponta da escada!: as representações discursivas do Diário dos Campos a respeito do integralismo em Ponta Grossa. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 57-80, 1999.

CODATO, A. N.; OLIVEIRA, M. R. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302. 2004.

COGGIOLA, O. Origens do movimento operário e do socialismo no Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 51-91, dez. 2015.

COIMBRA, C. M. B. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. **Revista Psicologia em Estudo**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 1-22, 2000.

COM arma na mão, Roberto Jefferson ameaça “comunistas” e manda Bolsonaro promover golpe de estado. **Sul 21**, mai. 2020. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2020/05/com-arma-na-mao-roberto-jefferson-ameaca-comunistas-e-manda-bolsonaro-promover-golpe-de-estado/>. Acesso em: 01 out. 2020.

CUNHA, M. A. F. Os jornais e o ensino de História no Maranhão: os periódicos como ferramenta pedagógica. **Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea**. 2018. Disponível em: <http://nupehic.net.br/wp-content/uploads/2018/08/Artigo-colet%C3%A2nea-educa%C3%A7%C3%A3o-2017-MANOEL-AFONSO.pdf>. Acesso em: 21 set. 2020.

CUNHA, M. I. da. **O bom professor e sua prática**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1994.

DELGADO, L. de A. N. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Revista Tempo**, v. 14, n. 28, p. 123-143, 2010.

DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, M. de M. História do tempo presente e ensino de história. **Revista História Hoje**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

DINES, A. (Org.). **Os idos de março e a queda em abril**. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

DITZEL, C. de H. M. Verde que te quero verde: o integralismo nos Campos Gerais. **Portal de Periódicos UFSC**, Florianópolis, v. 8, n. 8, p. 32-34, 2000.

DITZEL, C. de H. M. **Manifestações autoritárias: o integralismo nos Campos Gerais (1932-1955)**. 2004, 305 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/86669>. Acesso em: 07 ago. 2019.

DOMENICI, T. 1964: "O Brasil não estava à beira do comunismo", diz historiador. **UOL**. São Paulo, 1 abr. 2019. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/memoria/55561/1964-o-brasil-nao-estava-a-beira-do-comunismo-diz-historiador>. Acesso em: 07 ago. 2019.

DREIFUSS, R. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

ENGELS, F. **Princípios básicos do comunismo**. Trad. José Barata Moura. Transcrição de José Braz e Maria de Jesus Coutinho. HTML de Fernando Araújo, jan. 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/11/principios.htm>. Acesso em: 12 out. 2020.

FARIA, M. A. **Como usar o jornal na sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

FARIA, M. A. **O jornal na sala de aula: a organização de um jornal, leitura crítica, redação escolar e linguagem da imprensa**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

FERNANDES, E. da S. O estudo do revisionismo histórico brasileiro na sala de aula: os casos da "ditabranda" da Folha de S. Paulo e da "ditadura à brasileira" de Marco

Antonio Villa. **Dia a Dia Educação**. 2016. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_hist_uem_euricodasilvafernandes.pdf. Acesso em: 23 set. 2019.

FERNANDES, R. J. Democratas e totalitários: a lógica anticomunista. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 14, 2014, Campo Mourão. **Anais [...]** Campo Mourão, 2014, p. 653-666

FERREIRA, J. O Partido Comunista Brasileiro e o governo João Goulart. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 66, p. 113-134, 2013.

FERREIRA, M. de M. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, maio/jun. 2000.

FERREIRA, M. de M.; FRANCO, R. **Aprendendo história**: reflexão e ensino. São Paulo: Editora do Brasil, 2009.

FERREIRA, M. M. (Org.). **João Goulart**: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

FERREIRA, R. F. dos S. Ensino de história com o uso de jornais: construindo olhares investigativos. **Revista Travessias**, v. 5, n. 1, 2011.

FIGUEIREDO, A. C. **Democracia ou Reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961 -1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FICO, C. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, C. **Como eles agiam**: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, jan./abr. 2017.

FICO, C. Ditadura militar e concordata moral. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, p. 191-199, mar. 2002.

FICO, C. Ditadura militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. [Entrevista concedida a] Silvia Maria Fávero Arend, Rafael Rosa Hagemeyer e Reinaldo Lindolfo Lohn. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, p. 464 – 483, jul./dez. 2013.

FICO, C. **O grande irmão**: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, C. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FICO, C. Prezada Censura: cartas ao regime militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 251-286, dez. 2002.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

FONSECA, A. D. Revista A Seara e o anticomunismo no governo de João Goulart. **Projeto História**, São Paulo, n. 51, p. 215-226, 2014.

FONSECA, S. G. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 56. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 65. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREITAS, M. C. de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001.

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRANATO, N. C. **O campo político paranaense no contexto do golpe de 1964 e suas lutas políticas**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

GUEBERT, C. A; KARVAT, E. C. De histórias e tradições: o Centro Cultural Euclides da Cunha e a historiografia no periódico tapejara (1950-1961). **Ateliê de História UEPG**, Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 41-77, 2015.

HESSMANN, D. R. L. **Cartilha da repressão**: os ensinamentos de um delegado sobre a subversão e a segurança nacional. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

HESSMANN, D. R. L. **Ele, que amava tanto a ditadura**: o subversivo sob o ponto de vista de um delegado durante o regime militar brasileiro (1964-1985). 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Licenciatura e Bacharelado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

HOCHMAN, G. Vigiar e, depois de 1964, punir: sobre Samuel Pessoa e o Departamento Vermelho da USP. **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 66, n. 4, p. 26-31, out./dez. 2014.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Conselho Nacional de Estatística. **Coleção de Monografias**, nº 43, 2. ed. Ponta Grossa/PR: IBGE, UEPG, 1958.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Conselho Nacional de Estatística. **Coleção de Monografias**, nº 43, 2. ed. Ponta Grossa/PR: IBGE, UEPG, 1955.

JORNAL DA MANHÃ. Ponta Grossa/PR, 1964.

JOVEM defende ‘morte de comunistas’ e mostra arma em carreta contra o isolamento social em SP. **G1 Santos**, São Paulo, 27 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2020/04/27/jovem-defende-morte-de-comunistas-e-mostra-arma-em-carreta-contra-o-isolamento-social-em-sp-assista.ghml>. Acesso em 11 out. 2020.

JUNIOR, O. R; SEBA, L. A ditadura militar narrada nos livros didáticos de História. **História e Ensino**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 217-237, 2019.

KARNAL, L. (Org). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

KUSHNIR, B. Decifrando as astúcias do mal. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n.1, p. 43-52, jan./jun. 2006.

LAPUENTE, R. S. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10, 2015, Porto Alegre. **Anais [...]**, Porto Alegre: 2015.

LEITÃO, M. Ódio de Weintraub pelo termo “povos indígenas” contraria a Constituição. **Veja**, São Paulo, maio 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/matheus-leitao/odio-de-weintraub-pelo-termo-povos-indigenas-contraria-a-constituicao/>. Acesso em: 11 out. 2020.

LEITE, C. H. F. História e Imprensa: a importância e a contribuição dos jornais no conhecimento histórico. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 14, 2014, Campo Mourão, **Anais [...]**, Campo Mourão, 2014, p. 822-828.

LISTA atualizada de comunistas. **Diário do Cento do Mundo**, maio 2020. Disponível: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/caiu-na-rede-teich-e-o-novo-integrante-da-lista-atualizada-de-comunistas/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

LOWY, M. Marxismo e religião: ópio do povo?. **CLACSO**. Buenos Aires, 2007. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715080929/cap11.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MANIFESTANTE confunde bandeira do Japão com símbolo comunista. **Veja**, São Paulo, nov. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/manifestante-confunde-bandeira-do-japao-com-simbolo-comunista/>. Acesso em: 01 out. 2020.

MIARTINS, M. do C. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. **Editora UFPR**, Curitiba, n. 51, p. 37-50, jan./mar. 2014.

MARTINS FILHO, J. R. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. Texto preparado para o congresso da Associação de Estudos Latino-americanos, Dallas, Texas, 27-29 de março de 2003.

MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Lafonte, 2018.

MARX, K. **Crítica ao programa de Gotha**. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2265. Acesso em: 10 out. 2020.

MATTOS, M. B. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 245-263, 2008.

MEDEIROS, E. W. Ensino de história: fontes e linguagens para uma prática renovada. **VIDYA**, Santa Maria, v. 25, n. 2, p. 59-71, jul./dez. 2005.

MELO, D. B. de. “A historietografia de Marco Antonio Villa: um negacionista à brasileira”. **Brasil 247**. 07/02/2014. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/a-historietografia-de-marco-antonio-villa-um-negacionismo-a-brasileira>. Acesso em 20 ago. 2020.

MELO, D. B. de. “Revisão e revisionismo historiográfico: as disputas pelo passado e os embates políticos contemporâneos”. **Marx e o Marxismo**, Niterói, v.1, n.1, p.49-74 jul/dez 2013. Disponível em: <http://www.marxeomarxismo.uff.br/index.php/MM/article/view/11/7>. Acesso em: 12 ago. 2020.

MEMÓRIAS reveladas. **Arquivo Nacional**. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 16 set. 2020.

MENDES, R. A. S. As direitas e o anticomunismo no Brasil: 1961-1965. **Revista Locus**, Juiz de Fora, v. 10, n. 1. 2004.

MINISTRO da Educação diz que pretende revisar livros didáticos sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar. **G1**, Rio de Janeiro, 04 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/04/ministro-da-educacao-diz-que-pretende-revisar-livros-didaticos-sobre-o-golpe-de-1964-e-a-ditadura-militar.ghtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.

MOLIN FILHO, M. A. D. **Um estudo da alienação como efeito do Programa Escola Sem Partido**: como defender o ofício de ensinar História. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431528/2/Um%20Estudo%20da%20Aliena%C3%A7%C3%A3o%20como%20efeito%20do%20Programa%20Escola%20Sem%20Partido%20como%20defender%20o%20of%C3%ADcio%20de%20ensinar%20Hist%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2020.

MOTTA, R. P. S. A “intentona comunista” ou a construção de uma legenda negra. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 189-207, 2002.

MOTTA, R. P. S. A indústria do anticomunismo. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Porto Alegre, n. 15, p. 71-91. 2001.

MOTTA, R. P. S. A tradição anticomunista no Brasil, as eleições de 2018 e o início da era Bolsonaro. **Academia.edu**. Disponível em: https://www.academia.edu/38662012/A_TRADI%C3%87%C3%83O_ANTICOMUNISTA_NO_BRASIL_AS_ELEI%C3%87%C3%95ES_DE_2018_E_O_IN%C3%8DCIO_DA_ERA_BOLSONARO. Acesso em: 22 fev. 2020.

MOTTA, R. P. S. Anticomunismo e antipetismo na atual onda direitista. **Academia.Edu**. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/37518793/ANTICOMUNISMO_E_ANTIPETISMO_NA_ATAUAL_ONDA_DIREITISTA. Acesso em: 25 set. 2019.

MOTTA, R. P. S. Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política. **Revista Locus**, Juiz de Fora, v. 30, n. 1, p. 17-27, 2010.

MOTTA, R. P. S. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, jan./mar. 2018.

MOTTA, R. P. S. O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. **Contemporânea**. Belo Horizonte, v. 3, p. 1-16, 2012.

MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil. 2000. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOTTA, R. P. S. O perigo é vermelho e vem de fora: o Brasil e a URSS. **Revista Locus**, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 227-246, 2007.

MOTTA, R. P. S. **1964: Entrevistas**. [Entrevista cedida a] Mônica Teixeira. São Paulo: Universidade Virtual de São Paulo – TV. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zcSH0QulUBU>. Acesso em: 09 out. 2020.

NAPOLITANO, M. **1964**: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018.

NAPOLITANO, M. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 103-126, jul. 2004.

NAPOLITANO, M. Roteiro de leituras para o estudo do golpe civil-militar de 1964. **Guia bibliográfico da FFLCH**, São Paulo, 2016.

NAPOLITANO, M. **1964**: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018.

NARLOCH, L. **Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. São Paulo: Leya, 2009.

NASCIMENTO, A. de J. Roger Chartier: contribuições e perspectivas gerais de suas obras. **Portal de Periódicos UFPB**, n. 5, p. 188-205, mai. 2018.

NASCIMENTO, L. P. S. do. **A imprensa paranaense e a ditadura militar: 1964-1974**. 2014. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

NETTO, J. P. **O que todo cidadão precisa saber sobre comunismo**. São Paulo: Global, 1986.

NICOLIELO, B. Isabel Barca fala sobre o ensino de História. **Nova Escola**. Portugal, 01 mar. 2013. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/930/isabel-barca-fala-sobre-o-ensino-de-historia>. Acesso em: 07 ago. 2019.

NIKITIUK, S. L. (Org.). **Repensando o ensino de história**. São Paulo: Cortez, 1996.

O ILUMINISMO venceu o obscurantismo: STF enterra escola sem partido. **Congresso em Foco**, Curitiba, 24 ago. 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaocolumnas/o-iluminismo-venceu-o-obscurantismo-stf-enterra-escola-sem-partido/>. Acesso em: 30 set. 2020.

ODEIO o termo povos indígenas. Veja íntegra da fala de Weintraub na reunião. **Esquerda Diário**, São Paulo, 22 mai. 2020. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Odeio-o-termo-povos-indigenas-veja-integra-da-fala-de-Weintraub-na-reuniao>. Acesso em: 27 jun. 2020.

ÓDIO de Weintraub pelo termo “povos indígenas” contraria a Constituição. **Veja**, São Paulo, 23 mai. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/matheus-leitao/odio-de-weintraub-pelo-termo-povos-indigenas-contraria-a-constituicao/>. Acesso em: 27 jun. 2020.

OLIVEIRA, M. A. de. Esteja preso, comunista! Breves considerações sobre práticas anticomunistas no pós-golpe civil-militar de 1964 no Piauí. **Revista Crítica Histórica**, n. 10, p. 109-131, 2014.

PACIEVITCH, C.; CERRI, L.F. Esquerda ou direita? Professores, opção política e didática da história. **Antíteses**, Londrina, v. 9, n. 18, p. 298-324, jul./dez. 2016.

PEREIRA, M. A. M. L. O anticomunismo católico em cena. **Revista Nures**, São Paulo, n. 11, p. 01-24, 2009.

PEREIRA, M. H. F.; PEREIRA, A. C. I. Os sentidos do Golpe de 1964 nos livros didáticos de História (1970-2000): entre continuidades e discontinuidades. **Tempo**, v.16, n.30, p.197-220, 2011.

PEREZ, L. Q. R.; MUSSE, C. F. *Lar Católico: a Igreja e a função pedagógica da imprensa*. In: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 3., Rio de Janeiro. Anais [...] Porto Alegre: Alcar, 2014. Disponível em: https://pesquisafacomufjf.files.wordpress.com/2013/06/gthistoriadamidiaimprensa_lui_za_perez.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

PETUBA, R. M. S. Cidade, ferrovia e trabalhadores ferroviários em Ponta Grossa/PR (1950-1990): memórias e histórias sobre o viver e trabalhar como ferroviário em períodos de modernização urbana. **Instituto de História**. Disponível em:

<https://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snepe/docs/091.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2019.

PINSKY, J.; NADAI, E.; MICELI, P.; BITTENCOURT, C; DAVIES, N.; GALZERANI, M. C. **O ensino de história e a criação do fato**: que fato ensinar em classe? Por outras histórias do Brasil o tempo histórico no ensino. 5. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1992.

POMARI, L. R.; PRIORI, A. DOPS, trabalhadores rurais, comunistas e anticomunistas. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 128, p. 102-109, jan. 2012.

PONTES, F. S.; GADINI, S. L. Mídia, História e Memória dos Campos Gerais do Paraná. Breve análise histórica do jornalismo impresso na cidade de Ponta Grossa (PR). In: Encontro Nacional da História da Mídia, 3., 2005, Novo Hamburgo. **Anais [...]** Novo Hamburgo: ALCAR, 2005.

PRAXEDES, W. A teoria das representações sociais de Pierre Bourdieu. **Walter Praxedes**. 18 jul. 2015. Disponível em: <https://walterpraxedes.wordpress.com/2015/07/18/a-teoria-das-representacoes-sociais-de-pierre-bourdieu/>. Acesso em: 12 dez. 2019.

RADÜNZ, R.; CARDOSO, T. A. Anticomunismo nas páginas do Jornal Pioneiro. **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 7, n. 19, p. 190-206, jan. 2018.

RAMOS, M. S. Subversão e resistência docente: notas sobre a ditadura militar e o Programa Escola sem Partido. **Espaço do Currículo**, João Pessoa, v.9, n.2, p. 249-270, ago. 2016.

REIS FILHO, D. A. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

REIS, D. A. **Ditadura Militar**: esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REIS, T. O iluminismo venceu o obscurantismo: STF enterra escola sem partido. **Congresso em Foco**, ago. 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaocolumnas/o-iluminismo-venceu-o-obscurantismo-stf-enterra-escola-sem-partido/>. Acesso em: 01 out. 2020.

REZENDE, A. P. **História do movimento operário no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.

RIBEIRO, M. W. R. Filho agora sou como você. **Facebook**, set. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/ariane.beatriz.395>. Acesso em: 16 set. 2020.

RIDENTI, M. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 81-110, jun. 2005.

RIDENTI, M. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: MOTTA, R. P. S.; REIS, D. A.; RIDENTI, M; (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

RIDENTI, M. Cultura e política: enterrar os anos 60? *In*: BASTOS, E., RIDENTI, M., ROLLAND, D. (orgs.) **Intelectuais: sociedade e política**, Brasil-França. São Paulo: Cortez, 2003.

RODEGHERO, C. S. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-488, 2002.

RONAN, G. "Bolsonaro fala em democracia, mas defende Golpe de 64 em pronunciamento do Dia da Independência." **Estado de Minas**, Belo Horizonte, set. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/09/07/interna_politica,1183289/independencia-bolsonaro-fala-em-democracia-mas-defende-golpe-de-64.shtml. Acesso em: 01 out. 2020.

SALES, J. R. História do Partido Comunista do Brasil (PCdoB): um balanço bibliográfico. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 290-311, 2017.

SAMWAYS, D. T. A "ameaça vermelha": medo e paranoia anticomunista. **Café História**, São Paulo, 22 jan. 2018. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/medo-e-paranoia-anticomunista/>. Acesso em: 07 ago. 2019.

SAMWAYS, D. T. O anticomunismo do serviço nacional de informações na ditadura civil-militar brasileira. **Outros Tempos**, Curitiba, v. 11, n. 17, p. 98-118, 2014.

SAMWAYS, D. T. O que eles dizem, o que eles fazem: a construção do inimigo vermelho e anticomunismo na ditadura civil-militar brasileira. **Revista Contemporâneos**, n. 11, p. 01-23. abr. 2013.

SANTOS, W. G. dos. **O cálculo do conflito**: estabilidade e crise na política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SCHIMIDT, M. A.; GARCIA, T. M. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. **SciELO**, Campinas, v. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005.

SCHIMIDT, M. A. Construindo conceitos no ensino de história: a captura lógica da realidade social. **História e Ensino**, Londrina, v. 5, p. 147-163, out. 1999.

SCHIMIDT, M. A.; CAINELLI, M. **Ensinar História**. São Paulo: Editora Scipione, 2009.

SILVA, C. G. O imaginário anticomunista católico no Rio Grande do Sul: 1945-1964. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 19, n. 2, p. 295-299, 2013.

SILVA, H. **A fuga de João Goulart**: 1962-1963. 3 ed. São Paulo: Editora Três, 2004.

SILVA, H. **A renúncia de Jânio**: 1961. 3 ed. São Paulo: Editora Três, 2004.

SILVA, H. **Desenvolvimento e democracia**: 1956-1960. 3 ed. São Paulo: Editora Três, 2004.

SILVA, H. **O golpe de 64**: 1964-1968. 3. ed. São Paulo: Editora Três, 2004.

SILVA, M. A. da. **Repensando a história**. 6. ed. São Paulo: Marco Zero, 1994.

SILVA, V. G. da. **A aliança para o progresso do Brasil**: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SILVEIRA, I. F. da; CARVALHO, S. **Golpe de 1964**: o que os livros de história não contaram. São Paulo: Peixoto Neto, 2016.

SKIDMORE, T. E. **Brasil**: de Getúlio a Castelo (1930 – 1964). São Paulo: Paz e Terra, 1969.

SIMÕES, R. D.; RAMOS, V. da S.; RAMOS, D. da Silva. O livro didático e a ditadura militar no Brasil. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Tubarão, v. 12, n. 21, p. 251-266, 2018.

SOUZA, M. G. de. Ou vocês mudam ou acabam: aspectos políticos da censura teatral (1964-1985). **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 235-259, jun./dez. 2010.

SOUZA, T. H. de. A ditadura militar na UEL: apontamentos iniciais sobre a atuação da AESI. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS, 11, 2016, Londrina. **Anais [...]** Londrina: Blucher Proceedings, 2016, p. 1013-1026.

STEPAN, A. C. **Os militares na política**: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

USTRA, C. B. **A verdade sufocada**: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. Brasília: Editora Ser, 2006.

VILLA, M. A. **Ditadura à brasileira 1964–1985**: a democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: Leya, 2014.

WEBER, D. M. **Metodologia para pesquisa em imprensa**: experiências através d'o Paladino. **Revista Signos**. n. 1. p. 9-21, 2012.

WOITOWICZ, K. J.; SCHMITT, E. Discurso anticomunista: apropriações e construções do jornalismo do interior de Santa Catarina e Paraná em 1964. **Revista Observatório**, Palmas, v. 4, n. 5, p. 373-395, ago. 2018.

ZICMAN, R. B. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História/PUCSP**, São Paulo, n. 4, 1985.

ZULIAN, R. W. Entre os operários: Igreja católica, anticomunismo e trabalhadores ferroviários em Ponta Grossa (1952-1976). In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DA ABHR, III, 2016, Florianópolis. **Anais [...]**, Florianópolis: UFSC, 2016.

APÊNDICE A – MATERIAL DIDÁTICO – ANTICOMUNISMO: UMA CONSTRUÇÃO

ANTI COMUNISMO

uma construção



UNIDADE DIDÁTICA

Iara Luzia Sales da Luz Tizot

SUMÁRIO

Apresentação	227
De professor para professor: o uso do jornal no Ensino de História	227
PARA COMEÇAR...	236
Anticomunismo: uma construção	236
Jornal: veículo de representações	238
Mas, afinal, o que são representações?	244
O Jornal da Manhã de Ponta Grossa um veículo de representações anticomunistas	246
O que é anticomunismo?	250
O anticomunismo brasileiro segundo Mendes	250
O Anticomunismo segundo Sá Motta	253
Os passos do anticomunismo no Brasil até 1964	259
Anticomunismo na República Velha	260
Anticomunismo na Era Vargas	262
Anticomunismo na década de 1960	265
Comunismo, o que é?	280
PARA TERMINAR...	286
Referências	287

Apresentação

Esta unidade didática tem por objetivo a compreensão do fenômeno do anticomunismo e sua consequência direta: o golpe civil-militar de 1964. Para isso é aqui apresentado um estudo bibliográfico e como fonte histórica utilizaremos considerações anticomunistas apresentadas no ano de 1964 no *Jornal da Manhã* de Ponta Grossa.

Destina-se a professores e aos alunos do terceiro ano do Ensino Médio, podendo ser utilizada com alunos do nono ano do Ensino Fundamental, desde que apresentados ajustes necessários ao grau de escolaridade.

Espera-se contribuir com o trabalho do professor, com a formação de alunos críticos e não meros reprodutores de conteúdos, além do incentivo ao respeito à pluralidade de ideias e pensamentos políticos.

De professor para professor: o uso do jornal no Ensino de História

Assim como a História enquanto ciência passou por mudanças importantes ao longo dos anos, e a História enquanto disciplina escolar acompanhou tais mudanças, ainda que tardiamente em comparação à ciência mãe. E dentre essas mudanças, podemos destacar a visão que se tem sobre o documento histórico. Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli (2009) observam que a valorização do documento no trabalho do historiador começou a acontecer no século XIX:

A valorização do documento como recurso imprescindível ao historiador foi um fenômeno do século XIX. Para os historiadores daquele século, o documento escrito converte-se no fundamento do fato histórico. O trabalho do historiador seria extrair do documento a informação que nele estava contida, sem lhe acrescentar nada de seu. (SCHIMIDT; CAINELLI, 2009, p.112).

O documento era a expressão da verdade e ao historiador cabia a função de repassar a informação presente no documento, sem questioná-lo. Na escola, o ensino de História acompanhando essa visão historiográfica entendia a História como expressão fiel da verdade e preocupava-se especialmente com a história da nação, e o documento era a prova dessa verdade, enquanto o aluno recebia passivamente o conhecimento pronto e acabado. Segundo Schmidt e Cainelli (2009),

O documento histórico servia para a pesquisa e para o ensino como prova irrefutável da realidade passada que deveria ser transmitida ao aluno. Este era visto como mero receptor passivo e preocupado em decorar o conteúdo ou o ponto ensinado. (SCHIMIDT; CAINELLI, 2009, p. 112-113).

Schmidt e Cainelli (2009, p. 116) observam que “o documento, considerado vestígio deixado pelos homens, voluntária ou involuntariamente, passou a ser encarado como produto da sociedade que o fabricou, de acordo com determinadas relações de poder.” O documento é, agora, um vestígio, uma testemunha do passado, uma parte do real, ele pode ter uma intencionalidade, não é neutro e a escrita da História depende dos questionamentos do historiador diante desses documentos.

No ensino de História, ainda que lentamente, os documentos passaram a ser vistos como ricas fontes de informação e como uma possibilidade de ensinar o aluno a pensar historicamente a partir de fontes diversas, objetos e documentos presentes em seu dia a dia, em sua própria casa. Quase tudo passou a ser uma fonte histórica, mas para esse tipo de ensino ser eficiente é necessário que o professor desenvolva habilidades para além do conhecimento da História.

O trabalho com fontes históricas em sala de aula é tão sério e exigente quanto é o trabalho do historiador em sua pesquisa. Este exige mais tempo e preparo por parte do professor, pois o conhecimento dele precisa ser para além do conteúdo, deve-se também buscar e conhecer as fontes, entender como construir o conhecimento histórico a partir delas e saber como repassar tudo isso ao aluno.

Para Flávia Eloisa Caimi (2008, p.129), o uso de fontes históricas na sala de aula pode ajudar a superar o conteudismo e o verbalismo. A vontade de “vencer o conteúdo” tem sido ao longo dos anos uma preocupação dos professores, especialmente porque há uma cobrança por parte das secretárias de educação, e mesmo dos pais de alunos, para que “todo o conteúdo” seja trabalhado até o final de cada ano letivo. Porém, é sabido que jamais daremos conta de ensinar todo o conhecimento histórico. O verbalismo também é frequente, porém sabemos que o aluno aprende de diversas maneiras e ouvir o professor é apenas uma delas; possibilitar que o aluno manuseie a fonte e tente compreendê-la é oportunizar ao aluno mais uma forma de aprendizagem.

Para Marieta de Moraes Ferreira e Renato Franco (2009, p. 102), “a simples repetição de conteúdos acaba por dificultar o entendimento da disciplina,

obrigando professores e alunos à reprodução de conteúdos e afastando o ensino de História do processo de elaboração do conhecimento”, e certamente tornando a aula entediante para o aluno. Por isso, ensinar os alunos a pensar as fontes históricas, possibilitará que o mesmo, sem a presença do professor, construa um olhar histórico sobre as fontes presentes no dia a dia, preparando-o para pensar historicamente para além da sala de aula, além de tornar a aula menos cansativa e mais atrativa ao aluno.

Nessa maneira de ver o ensino de História e também as fontes, um novo professor se faz necessário, um professor que se distancie do verbalismo e do conteudismo e que saiba como usar as fontes em seu trabalho pedagógico. Segundo Schmidt e Cainelli (2009),

[...] o que se procura é uma prática docente distanciada o mais possível da imagem do “professor-enciclopédia”, detentor do saber, buscando a construção de um “professor-consultor”, que contribui para a construção do conhecimento de seus alunos em sala de aula. (SCHIMIDT; CAINELLI, 2009, p.34).

Nesse sentido, o professor deixa a posição de “detentor” do conhecimento para ser o mediador do conhecimento; ele não vai transmitir o que sabe sobre o conteúdo, ele deve ensinar como construir o conhecimento. Ainda segundo Schmidt e Cainelli (2009),

[...] o professor de história ajuda o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias para aprender a pensar historicamente, o saber-fazer, o saber-fazer-bem, lançando os germes do histórico. Ele é o responsável por ensinar ao aluno como captar e valorizar a diversidade das fontes e dos pontos de vista históricos, levando-o a reconstruir, por adução, o percurso da narrativa histórica. Ao professor cabe ensinar ao aluno como levantar problemas, procurando transformar, em cada aula de história, temas e problemáticas em narrativas históricas. (SCHIMIDT; CAINELLI, 2009, p. 34).

O aluno é, portanto, chamado a fazer parte da aula como indivíduo atuante, participativo, entendendo o conhecimento histórico como uma construção possível também para ele. Deve entender esse conhecimento como algo para além da sala de aula, o aluno deve ser levado a pensar historicamente também no seu cotidiano. E o professor deixa de ser um repetidor do conhecimento, para ser um produtor, um pesquisador

Assim, a aula de história é o espaço em que um embate é travado diante do próprio saber: de um lado, a necessidade de o professor ser o produtor do saber, de ser partícipe da produção do conhecimento histórico, de contribuir, pessoalmente, para isso; de outro, a opção de se tornar tão somente eco do que já foi dito por outros. (SCHIMIDT, CAINELLI, 2009, p. 35).

Com a utilização das fontes nas aulas de História, a sala de aula passa a ser um espaço dinâmico, onde se constroem significações e sentidos (SCHIMIDT, CAINELLI, 2009, p.35). O professor também é convidado a ganhar autonomia diante da produção do conhecimento, e para esta construção de autonomia de professor e aluno as fontes históricas se mostram indispensáveis. Caimi (2008) reforça esta ideia:

[...] há importantes indicações metodológicas que preconizam o papel ativo do estudante nos procedimentos de compreensão e interpretação. Mais do que objetos ilustrativos, as fontes são trabalhadas no sentido de desenvolver habilidades de observação, problematização, análise, comparação, formulação de hipóteses, crítica, produção de sínteses, reconhecimentos de diferenças e semelhanças, enfim, capacidades que favorecem a construção do conhecimento histórico numa perspectiva autônoma. (CAIMI, 2008, p. 141).

Caro professor, é preciso compreender que o aluno não vem pronto, sabendo o que fazer em relação às fontes, o professor é que necessita dominar alguns procedimentos, precisa saber lidar com elas para poder ensinar ao aluno. Para pensar esses procedimentos, Caimi (2008) recorre aos PCNs, quando estes indicam ações a serem realizadas pelo professor:

[...] solicitar suas primeiras impressões, instigá-los no questionamento, confrontar com informações divergentes, destacar detalhes, socializar observações, criar momentos para que possam comparar suas idéias iniciais com as novas interpretações conquistadas ao longo do trabalho de análise. [...] É importante que o trabalho envolva observação, descrição, análise, pesquisa, relações e interpretações e, no final aconteça um momento de retorno ao documento para que os alunos comparem as novas informações – o seu “novo olhar” – com suas apreensões iniciais e reflitam sobre problemáticas históricas a ele relacionadas (BRASIL, 1998, p. 86-7 apud CAIMI, 2008, p. 142).

Ou seja, o trabalho com as fontes precisa ir além da mera ilustração do conteúdo, ele deve percorrer caminhos que levem o aluno a olhar a fonte a partir de uma problematização que o conduza ao conhecimento. Muito embora um dos objetivos seja a autonomia do aluno na busca do conhecimento, a presença do professor como mediador do processo é fundamental. Sobre isso, Caimi (2008) explica:

[...] é imprescindível o trabalho do professor e do aluno na problematização e significado dos documentos, utilizando-os de modo a extrapolar meras funções de ilustração, motivação, informação ou prova, ainda que estas possam ter relativa importância. O desafio é, tomando os documentos como fontes, entendê-los como marcas do passado, portadores de indícios sobre situações vividas, que contêm saberes e significados que não estão dados, mas que precisam ser construídos com base em olhares, indagações e problemáticas colocadas pelo trabalho ativo e construtivo dos alunos, mediados pelo trabalho do professor. (CAIMI, 2008, p.147).

O uso dos documentos em sala de aula são diversos, sendo importante inclusive como ilustração de um determinado assunto, mas é preciso que o professor explore o documento ao máximo para retirar dele o máximo. Sobre a utilização do documento em sala de aula, a historiadora Circe Maria Fernandes Bittencourt (2018) observa:

Um documento pode ser usado simplesmente como ilustração, para servir como instrumento de reforço de uma ideia expressa na aula pelo professor ou pelo texto do livro didático. Pode também servir como fonte de informação, explicitando uma situação histórica, reforçando a ação de determinados sujeitos etc., ou pode servir ainda para introduzir o tema de estudo, assumindo neste caso a condição de situação-problema, para que o aluno identifique o objeto de estudo ou tema histórico a ser pesquisado. Dessa forma, os objetivos do uso de documentos são bastante diversos para o professor e para o historiador, assim como os problemas a que ambos fazem frente. Um desafio para o professor é exatamente ter critérios para seleção desse recurso. (BITTENCOURT, 2018, p. 267, grifo da autora).

Bittencourt (2018, p.267) ainda alerta para os cuidados que o professor deve ter ao trabalhar com documentos em sala de aula, como considerar que o aluno não entende do contexto histórico de produção do documento.

É preciso observar o nível e condições de escolarização no momento de escolha do documento a ser levado para sala de aula; é necessário escolher fontes atrativas e que não apresentem muitos obstáculos, que não tenham grande extensão, para que possam ser utilizadas considerando o tempo da aula; faz necessário que o documento seja motivador, que produza interesse e curiosidade; é preciso que os documentos tenham informações claras, para fornecer boa compreensão das informações.

Ao preparar sua aula o professor deseja que seu aluno se mostre interessado naquilo que é proposto pelo professor. O uso do documento em sala de aula também deve ter esse objetivo, de fazer o aluno pegar gosto pela História, fazer o aluno querer entender e descobrir o conhecimento histórico a partir da fonte. É preciso que o aluno encontre a partir da aula o sentido histórico de fontes que possam ser encontradas em sua casa, em seu bairro, em sua cidade.

Para que o documento se transforme em material didático significativo e facilitador da compreensão de acontecimentos vividos por diferentes sujeitos em diferentes situações, é importante haver sensibilidade ao sentido que lhe conferimos enquanto registro do passado. Nessa condição, convém os alunos perceberem que tais registros e marcas do passado são os mais diversos e encontram-se por toda parte: em livros, revistas, quadros, músicas, filmes e fotografias. (BITTENCOURT, 2018, p. 268).

Maria Alice Faria (2013, p.11) observa que “um dos principais papéis do professor seria, pois, o de estabelecer laços entre a escola e a sociedade”, e isso se faz possível a partir do uso de fontes históricas em sala de aula. A autora ainda observa que os “jornais e revistas são, portanto, mediadores entre a escola e o mundo.” E assim como aponta Bittencourt, os jornais são fontes históricas disponíveis e se fazem presentes na vida de professores e também alunos.

Levar o jornal para sala de aula poderá envolver o aluno em um aprendizado riquíssimo, tanto do jornal, enquanto fonte histórica, como do jornal enquanto fonte de informação utilizada pelo aluno em seu em seu dia a dia. Nesse sentido, Faria aponta:

O jornal é também uma fonte primária de informação, espelha muitos valores e se torna assim um instrumento importante para o leitor se situar e se inserir na vida social e profissional. Como apresenta um conjunto dos mais variados conteúdos, preenche plenamente seu papel de objeto de comunicação. Mas não só, pois como os pontos de vista costumam ser diferentes e mesmo conflitantes, ele leva o aluno a conhecer diferentes posturas ideológicas frente a um fato, a tomar posições fundamentadas e a aprender a respeitar os diferentes pontos de vista, necessários ao pluralismo numa sociedade democrática. (FARIA, 2013, p.11, grifos da autora).

E não é só isso, a autora indica o jornal como uma ponte entre os conteúdos escolares e a realidade do aluno, demonstrando que os motivos para o uso do jornal em sala de aula são diversos.

Como formador do cidadão, se a leitura do jornal for bem conduzida, ela prepara leitores experientes e críticos para desempenhar bem seu papel na sociedade.

Na formação geral do estudante, a leitura crítica do jornal aumenta sua cultura e desenvolve suas capacidades intelectuais.

Como padrão de língua, os bons jornais oferecem, tanto ao professor como os alunos, uma norma padrão escrita que sirva de ponto de referência para a correção na produção de textos. [...]

A leitura do jornal oferece, ainda, um contato direto com o texto escrito autêntico (e não com textos preparados apenas para serem usados na escola). [...]

O jornal é também um registro da história, no seu dia a dia. (FARIA, 2013, p.11-12, grifos da autora).

Para ensinar História, o professor precisará dominar o conhecimento histórico e metodológico. Não acontecerá aprendizagem se um desses elementos faltar. E para trabalhar com o jornal da sala de aula a regra se repete: o professor deverá entender como pesquisar no jornal, como escrever História a partir do jornal, e deverá conhecer sobre o assunto pesquisado e saber como mostrar tais elementos ao aluno.

O trabalho com o jornal não foge à regra de qualquer fonte histórica; os cuidados a serem considerados são os mesmos, porém o jornal apresenta algumas particularidades e um universo grande de possibilidades. Bittencourt (2018) observa:

As possibilidades de utilizar jornais como fonte histórica são múltiplas: a análise dos conteúdos das notícias (políticas, econômicas, culturais etc.), da forma pela qual são apresentadas as notícias, as propagandas, os anúncios, as fotografias etc. e de como esse conjunto de informações está distribuído nas diversas partes do jornal, entre outras. (BITTENCOURT, 2018, p. 271.).

Em sala de aula o jornal pode ser utilizado como um todo; ele poderá ser o objeto estudado, podendo se conhecer a sua história em particular e também poderá ser estudado a partir de seu conteúdo, ou seja, é possível estudar diversos assuntos a partir daquilo que diz o jornal. Nesse sentido, Bittencourt alerta que é necessário pensar sobre a autoria dos acontecimentos:

Para análise do conteúdo, tem sido importante a reflexão sobre a autoria dos acontecimentos, dando-se destaque ao papel do jornalista como agente significativo na criação de fatos históricos. O jornal, como veículo de comunicação fundamental na sociedade moderna, exige igualmente tratamento bastante cuidadoso quanto à análise externa, devendo ser considerado como objeto cultural, mas também como mercadoria, como um produto de uma empresa capitalista. (BITTENCOURT, 2018, p. 271-272).

O professor deverá levar o aluno a compreender que um jornal é produzido pelo jornalista a partir da sua visão de mundo com o objetivo claro do lucro porque um jornal é, quase sempre, uma mercadoria, o produto a ser vendido, consumido por alguém.

Além disso, Bittencourt (2018, p. 272) alerta para o caráter político do jornal: “sendo um meio de comunicação influente, o jornal tem sido analisado em seu papel de formador da opinião pública ligado a interesses variados e, como órgão da denominada “imprensa livre”, faz parte do jogo político e do poder.” Esse elemento deve ser considerado pelo professor; o aluno deverá entender que as informações presentes no jornal possuem uma intencionalidade, e que muito frequentemente o jornal representa grupos políticos e religiosos, dentre outros, com objetivos e intenções próprias. E, portanto, é preciso considerar a notícia como um discurso que jamais é neutro ou imparcial (BITTENCOURT, 2018, p. 273).

O professor precisa também mostrar ao aluno que o leitor também não é um indivíduo neutro, ele possui posição política, religiosa e valores que são considerados diante da leitura do jornal. A partir da análise de jornais, a escola pode contribuir com a formação de sujeitos mais críticos, autônomos e participativos. Ferreira e Franco (2009) refletem sobre o papel da escola,

[...] a disciplina tem um papel de ensinar a refletir e a ler o mundo a partir de uma orientação histórica. Contribui na medida em que ajuda os alunos a entenderem noções como o tempo, as permanências, as mudanças, o contexto e, a partir disso, serem capazes de selecionar e criticar as informações do seu dia a dia. A história, isoladamente, ou qualquer outra disciplina, são forma cidadãos, por outro lado é impossível construir cidadania sem as noções de historicidade, de construção do saber sobre o vivido e sobre o tempo que só o conhecimento histórico pode dar. (FERREIRA; FRANCO, 2009, p. 104).

O ensino deve estar conectado com as necessidades da sociedade. Nos últimos anos ficou evidente a necessidade da formação de cidadãos com capacidade de leitura e em especial de leitura crítica dos meios de comunicação. A utilização de jornais no ensino de História contribui para esta formação.



Para começar

Anticomunismo: uma construção



Você certamente já deve ter lido nas redes sociais, jornais ou mesmo escutado expressões do tipo: “vai pra Cuba”, “o Brasil não será uma nova Cuba”, “nossa bandeira jamais será vermelha”, “forças armadas salve-nos do comunismo”, “conspiração comunista”, “perigo vermelho”, “ameaça comunista” e tantas outras. Esse movimento, que apresenta como característica o medo do comunismo, recebe o nome de anticomunismo. Você sabe o que isso significa?

Para refletir

O que é comunismo?

Por que será que as pessoas têm tanto medo do comunismo?

Será que o Brasil já esteve ou está em perigo de se tornar um país comunista?

É preciso ter medo do comunismo?



Nesta unidade didática iremos compreender como surgiu o anticomunismo, você verá se ele faz sentido e, também irá aprender sobre suas consequências para a história política do Brasil.

Vamos pensar e estudar!



ATIVIDADE

- 1) Você conhece algum comunista?
- 2) Faça uma lista de pessoas que você considera comunista.
- 3) Esta pessoa já se declarou comunista?
- 4) Como você sabe que esta pessoa é comunista?
- 5) Você já ouviu falar da “lista atualizada de comunistas”?

Observe a lista abaixo e diga por que, em sua opinião, estas pessoas foram consideradas comunistas.



Figura 5 – Lista atualizada de comunistas

Fonte: Disponível: < <https://abre.ai/b6qx> > Acesso em: 22 jul. 2020.

Jornal: veículo de representação

Para refletir

Quais são os meios que você utiliza para se manter informado?

Quando você lê uma informação, você acredita inteiramente nela?

Você já leu um jornal impresso?

Você sabia que durante muitos anos o jornal impresso foi o principal meio de comunicação do Brasil?



Hoje os jornais estão mais presentes na internet, com inúmeros sites de notícias que possibilitam ao cidadão estar informado. Alguns desses sites permitem o compartilhamento de seus conteúdos em redes sociais, o que permite um amplo acesso em suas reportagens e notícias. Mas não foi sempre assim, no passado os jornais eram exclusivamente impressos.

Responsáveis pela circulação de inúmeras informações e ideias, os jornais eram utilizados pelos mais diversos grupos sociais e era por meio deles que os diversos grupos anticomunistas transmitiam seus pontos de vista políticos. Para a historiadora Maria Helena Capelato (1988), “a imprensa registra, comenta e participa da história”, e era exatamente esta a condição dos jornais durante a década de 1960. Os jornais apresentavam a notícia e comentavam essa notícia expondo claramente seu posicionamento em relação a ela e participavam da História na medida em que se construíam e ajudavam a construir o posicionamento político de seus leitores.

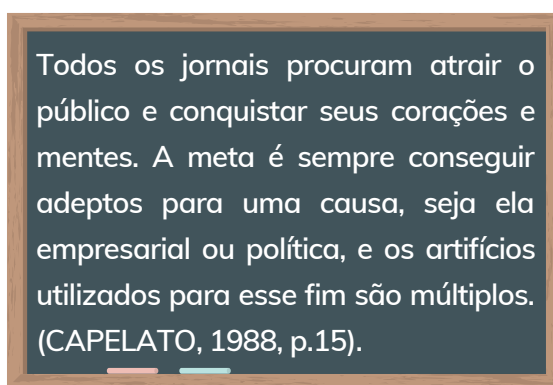
Toda a produção jornalística possui uma intencionalidade. Dentro de um jornal nenhuma representação ou discurso é neutro, este interfere no contexto histórico e sofre também a influência dele. Mas como os jornais interferem no contexto histórico e como esse contexto interfere nas representações presentes nos jornais?

O jornal é fruto de uma sociedade e é utilizado por grupos políticos e empresariais. Ele é primeiramente um produto à venda, até mesmo quando não é vendido e tem a função de despertar interesses e consciências e de disseminar valores e crenças, conforme o interesse de seus donos e dos grupos dominantes.

Inúmeros elementos devem ser levados em conta quando um leitor ou historiador pretende ler um jornal e pesquisar a História por meio dos jornais, como, por exemplo: quem escreve? Por que escreve? Para quem escreve?

Nenhum discurso é neutro e ele se faz para alguém. Eles são feitos dentro de uma determinada realidade, num determinado contexto, com objetivos determinados e se destina a um público-alvo em específico. Dessa forma, resultam em representações capazes de modificar modos de pensar e agir de um grupo ou de uma sociedade. A voz de um jornal tem dono e esses donos defendem uma determinada versão da realidade, uma determinada visão de mundo.

O que dizem os historiadores?



A imprensa age deliberadamente para a formação de opiniões, para interferir direta e indiretamente na maneira que a sociedade constrói sua visão das coisas e do mundo. A utilização de linguagem simples, tratando de assuntos atuais e cotidianos, desperta o interesse de leitores de todas as classes sociais e níveis culturais. Por meio do estudo da imprensa, podemos entender práticas culturais, políticas e ideológicas de uma determinada sociedade.

Os jornais informam ao mesmo tempo em que formam seus leitores; nesse caso, a informação se torna sinônimo de conhecimento e é capaz de moldar pensamentos e reações individuais e coletivas. Esse conhecimento, no entanto, pode ser fortemente questionado, ainda assim é um conhecimento. As representações presentes nos jornais se tornam representações e práticas de seus leitores a respeito de determinados assuntos.

Com frequência, o conjunto de representações é assumido pelos leitores de forma inconsciente, porém, muito consistente.

Assim como os jornais, todos os textos devem ser lidos com criticidade.

Vamos praticar?



ATIVIDADE

Vemos atualmente milhares de textos e conteúdos sendo compartilhados nas redes sociais. Assim como nos jornais, os conteúdos presentes nessas redes não são neutros: foram produzidos por alguém e possuem uma intencionalidade. Antes de decidir compartilhar um conteúdo, o usuário das redes deve se informar se o fato é verdadeiro, se as opiniões presentes no texto são coerentes. O texto abaixo foi retirado do Facebook, uma das redes sociais mais acessadas no mundo.

Leia com atenção e faça o que se pede:

Filho agora sou como você

Pai falando:

- Filho, eu descobri essas coisas no seu armário...

Filho responde:

- Qual é o problema de ter uma máscara do grupo Antifas e um taco de baseball?

PAI

- Você usa isso?

FILHO

- Não... quer dizer, às vezes.

PAI

- É que estou precisando, será que você me empresta?

FILHO

- Precisando...? Pra quê?

PAI

- É que eu li as coisas que você andou escrevendo na internet...

FILHO

- Você andou lendo meu Face?

PAI

- Qual é o problema, não é público?!

FILHO

- É, mas...

PAI

- Pois é, eu li o que você escreveu, e...

FILHO

- Pai, eu sei que você não gostou do que eu escrevi lá, mas eu não vou discutir, são as minhas idéias... Eu tenho 27 anos! Sou anarquista, e...

PAI

- Não filho! Eu achei legal! Você me convenceu!

FILHO

- Convenceu?? Do quê?!

PAI

- Tá tudo errado mesmo! Você faz bem em nunca ter trabalhado. Eu li o que você escreveu e concordo. Agora eu sou anarquista também, que nem você!

FILHO

- Você o quê??? Pai, que história é essa?! Você está maluco?!?

PAI

- É, você fez a minha cabeça! Tem que quebrar tudo mesmo! Agora eu sou "Old Black Block"!!

FILHO

- Pai, você não pode! Você é diretor de uma empresa enorme! E...

PAI

- Não sou mais não, larguei meu emprego, xinguei todo mundo lá, xinguei meu chefe...

FILHO

- Pai, você não pode largar o seu emprego, você está lá há 30 anos! Isso é um absurdo!

PAI

- Posso sim, aliás já tô juntando uma galera pra ir lá e quebrar tudo!

FILHO

- Quebrar tudo onde???

PAI

- Na empresa onde eu trabalhava, vamos quebrar TUDO! Abaixo a opressão! Abaixo o capitalismo! Abaixo tudo! Sou contra TUDO agora!

FILHO

- Você não pode fazer isso Pai!

PAI

- Posso sim! É só você me emprestar a máscara e o taco de baseball. Você vem comigo?

FILHO

- Não, acho melhor não...

PAI

- É melhor você vir junto, porque agora que eu larguei tudo, a gente vai ter que sair deste apartamento.

FILHO

- Sair daqui? E a gente vai morar onde?

PAI

- Sei lá! Vamos acampar em frente a uma empresa capitalista qualquer e exigir o fim do Capitalismo!

FILHO

- Pai, você não pode fazer isso, não pode abandonar tudo!

PAI

- Tô indo, fui!

FILHO

- Peraí Pai! Paaai... E minha mesada, e meu carro? Onde eu vou morar? E as minhas férias em Floripa? Minhas compras em Miami? E meu computador, meu tablet? E minha internet de fibra ótica? Volta aqui... Volta aqui, Pai! Vooooooooooooooooo!!!

Resumo:

Como dizia Margaret Thatcher : “O socialismo é muito bom, mas só enquanto durar o dinheiro... dos outros.

É necessário mostrar que os jovens de hoje abusam da condição de “rebeldes” e só se lembram que o movimento que eles defendem é errado, quando suas mordomias são atingidas!

Quem leu até o final de um UP! (Morá Wilma Ribeiro).

Disponível em: <https://www.facebook.com/ariane.beatriz.395>. Acesso em: 16 set. 2020.

1) Quem é Morá Wilma Ribeiro, autora do texto?

2) Logo no início do texto, após o comentário do pai, o filho o filho pergunta: “Qual o problema de ter máscara do grupo Antifas e um taco de baseball?” Você sabe o que é Antifas? Eles usam máscara? O que eles defendem? Qual a relação entre o Antifas e um taco de baseball?

3) Logo após, o filho comenta: Sou anarquista, e... O que isto significa? O que foi o anarquismo? Quais ideias defendiam? O anarquismo ainda existe nos dias atuais? Como o pensamento anarquista se apresenta hoje?

4) Na frase: “É, você fez minha cabeça! Tem que quebrar tudo mesmo! Agora sou “Old Black Block”! Qual a relação entre quebrar tudo e black block? Você já ouviu falar deste movimento? Que ideias eles defendem? Como eles agem?

5) O texto cita uma frase atribuída a Margaret Thatcher: “O socialismo é muito bom, mas só enquanto durar o dinheiro... dos outros”. Quem foi Margaret Thatcher? Que ideias e princípios ela defendia? Ela realmente disse essa frase? O que é socialismo?

6) Realize uma breve pesquisa na web e defina Antifas, Old Black Block, anarquismo, socialismo e capitalismo.

7) Estabeleça semelhanças e diferenças entre os conceitos Antifas, Old Black Block, anarquismo, socialismo e capitalismo.

8) Você acha que da forma que foram utilizados no texto tais conceitos foram trabalhados corretamente? Justifique.

9) Em sua opinião, qual a intenção do autor do texto?

10) Você compartilharia este texto? Justifique sua resposta.

Mas, afinal, o que são representações?

São as formas que temos de retratar alguma coisa ou ideia. Para construir essas representações consideramos nosso conhecimento, opiniões, ideologias, as influências que recebemos e a maneira que vemos o mundo à nossa volta. Essas representações são construídas a partir do mundo à nossa volta e o mundo à nossa volta é construído por meio das representações.

Os jornais foram e são veículos de representações. Por meio deles tais representações chegam até o leitor. Os diversos grupos que se dedicaram a construir representações sobre o comunismo possuíam sua maneira de ver o mundo. E se construíam uma representação sobre o comunismo ou qualquer outra coisa, era porque acreditavam nessa ideia, mas, acima de tudo, porque a proposta de uma sociedade nos moldes do comunismo significaria o fim de seus privilégios.

O grande problema é que toda representação possui consequências, que podem ser positivas e negativas; porém no caso das representações construídas sobre o comunismo os resultados acabaram por interferir na vida política do país de forma muito negativa, criando inclusive uma intolerância ao pensamento comunista e aos partidários do comunismo, inclusive resultando no golpe militar e instauração da ditadura no país.

O que dizem os historiadores?



As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas sociais, escolares, políticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. [...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 1988 p. 17).

Se as percepções do social não são discursos neutros, saber como elas foram construídas, por quem, com quais objetivos, permite construir uma visão própria do mundo: ler o mundo por si só e não absorver ideias e visões de mundo dos outros sem reflexão.



Em Ponta Grossa, cidade do interior do Paraná, o Jornal da Manhã, (JM) assim como diversos jornais pelo Brasil, também construiu representações acerca do comunismo e dos comunistas, e não o fez por acaso.

No dia 31 de março de 1964, no cabeçalho de uma das páginas, era possível ler “Verde e amarelo, sem foice e sem martelo” (JORNAL DA MANHÃ, 1964), como que fazendo uma “previsão” dos acontecimentos no decorrer do dia. Nesse dia, as forças políticas contrárias ao governo João Goulart, aliadas a militares, alegando ligação entre o presidente da República e comunistas, deram um golpe que mergulharia o país em 21 anos de ditadura militar.

O JM, criado em 4 de julho de 1954, teve como seu primeiro dono Petrônio Fernal, advogado e político influente na região, e em 1964 o jornal pertencia a João Vargas de Oliveira, proprietário do jornal entre 1962 e 1967. Vargas nasceu em Ponta Grossa, em 1908, foi aluno do Regente Feijó, importante ginásio da cidade. Era comerciante, dono das “Lojas João Vargas” e da “Companhia Pontagrossense de Automóveis”; bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná; foi prefeito de Ponta Grossa, assumindo a prefeitura em 1947; e deputado estadual por três mandatos: o primeiro pela União Democrática Nacional (UDN), em 1951; o segundo pela Frente Democrática do Paraná, que foi uma coligação entre União Democrática Nacional (UDN), Partido Republicano (PR) e Partido Social Progressista (PSP), em 1959; e, novamente pela união Democrática Nacional (UDN), em 1962. Após o Ato Institucional nº 2 e a adoção do bipartidarismo, Vargas se filiou a Arena, partido de apoio ao governo militar. Foi também deputado federal pela Arena, em 1971, e reeleito em 1974, concluindo seu mandato em janeiro de 1979. Ainda no cargo de deputado federal, foi membro da Comissão de Segurança Nacional.



Figura 6 – Deputado João Vargas de Oliveira
Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

Em 1964, o JM conservou um cunho claramente político, servindo como um informativo para os leitores dos feitos de Vargas de Oliveira e seus pontos de vista político. Enquanto esteve sob o comando de João Vargas, o jornal serviu, dentre outras coisas, para exaltar o papel do seu dono na condição de político, com manchetes indicando seu papel de “bom deputado”, sempre com muito destaque e em primeira página, de maneira que o jornal representava um veículo de divulgação de suas ideias e feitos, uma maneira de aproximá-lo de seus eleitores e dos pontagrossenses em geral. Além disso, Vargas escrevia sobre assuntos pertinentes à política e, dessa maneira, oferecia sua opinião política aos leitores.

Neste trabalho vamos conhecer como o Jornal da Manhã apresentou o comunismo para seus leitores. Para isso, analisaremos o que é o anticomunismo, como ele aconteceu na prática em nosso país e o que ele de fato é, intercalando a essas informações reportagem, notícias e opiniões do JM.



VOCÊ SABIA?

Atualmente, um problema muito sério relacionado à informação é o compartilhamento de informações falsas, as chamadas fakes news. Isso acontece porque as pessoas não checam se a informação é verdadeira, mas também porque essas informações confirmam o posicionamento do leitor diante de algum assunto. Inúmeros problemas são acarretados quando compartilhamos informações falsas, como, por exemplo, a desconfiança e o insucesso das campanhas de vacinação, o que levou ao retorno de doenças antes erradicadas. Por isso, ao repassar uma informação, o leitor deve ter responsabilidade social, ou seja, deve ter certeza de que compartilhará uma informação verdadeira.



ATIVIDADE

Para realizar esta atividade, não se preocupe com julgamentos. Analise o conhecimento que você tem sobre o assunto, científico ou não (pode ser o “ouvi falar”), e responda:

- 1) Liste de 5 a 10 características de um comunista.
- 2) Por que você tem essa opinião sobre o comunista?
- 3) O que você sabe a respeito do comunismo?



- [illegible]

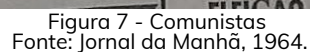


Figura 7 - Comunistas
Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

O que é anticomunismo?

O que dizem os historiadores?



O fenômeno do anticomunismo diz respeito a uma postura de oposição sistemática ao comunismo ou àquilo que é a ele identificado, uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas. O anticomunismo é o conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, que constroem e se guiam por um conjunto de representações que tem sido chamado de imaginário anticomunista. Trata-se de atividades como produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, pregações religiosas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no Legislativo, etc. (RODEGHERO, 2002, p.44).

Vamos procurar entender essa aversão ao comunismo sob o ponto de vista de estudos realizados por dois historiadores: Ricardo Antonio Souza Mendes (2004), pesquisador e professor na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e Rodrigo Patto Sá Motta (2000), pesquisador e professor na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).



VOCÊ SABIA?



O conhecimento produzido por historiadores não é opinião. Esse conhecimento requer formação em área específica, pesquisa em diversas fontes e vestígios e a confrontação de ideias com pesquisas realizadas na mesma área e em áreas afins. Pesquisa histórica não é opinião, é conhecimento científico.



O anticomunismo brasileiro segundo Mendes

Segundo Mendes (2004), até o início da década de 1920 o anticomunismo representava uma oposição a toda ideologia que tivesse por objetivo “instrumentalizar as reivindicações”, organizar a classe trabalhadora em torno da busca por seus direitos.

Mas após a Revolução Russa de 1917 ele adquire mais um elemento: a oposição às tentativas de organização de uma sociedade controlada pela classe trabalhadora, ou seja, a oposição à formação de Estados socialistas, ou seja, nesse segundo momento o anticomunismo ganha inspiração e tende a se fortalecer na medida em que Moscou apoia tentativas de instauração de regimes comunistas em outros países.

Depois da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, o anticomunismo vai ganhar o apoio da Doutrina Truman, que visava justamente se opor ao avanço do comunismo. Nesse contexto, embora não tenham sido os únicos, os Estados Unidos da América tornaram-se os principais propagadores de uma cultura anticomunista.

Ao estudar alguns seguimentos políticos das direitas no Brasil entre 1961 e 1965, Mendes (2004) analisa o anticomunismo a partir de três grupos: o empresarial, o militar e o udenista. Vejamos:

★ Para Mendes (2004), o **anticomunismo empresarial** vai estar influenciado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), fundado em 1962, e teria dentre outro objetivo, defender a democracia e impedir a propagação do comunismo e o estabelecimento de regimes totalitários; e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), uma organização política que defendia o combate ao comunismo, ainda que para isso fosse necessário agir contrário ao estabelecido na Constituição Federal. Para promover entre a população sua visão sobre o comunismo, esses institutos utilizaram diversos meios de comunicação, inclusive o cinema. Para esses empresários a ameaça maior do comunismo era a falta de liberdade, de expressão, religiosa e, sobretudo, a econômica, considerada indispensável à classe. Entendiam que a condição de miséria da sociedade era elemento importante ao desenvolvimento do comunismo, uma vez que só ela desencadearia a revolta necessária para a adoção de um governo comunista, e que, portanto, toda a manifestação de contestação à estrutura social vigente seria resultado da influência de comunistas.

★ O **anticomunismo militar** vai ser disseminado pela Doutrina de Segurança Nacional e pela Escola Superior de Guerra (ESG). Ele observa que a partir de 1950, a luta contra o “totalitarismo” passa a ser presente na realidade brasileira e não mais apenas como elemento externo ligado a realidade da Guerra Fria e considera também que o foco fundamental dos militares ligados a ESG era a crença de que era fundamental a ordem para se conquistar o progresso econômico.

Num país com movimentos sociais se organizando, greves crescentes e manifestações em busca de direitos ocorrendo a todo momento não estava presente a ordem idealizada pela ESG; ao contrário, havia uma “guerra revolucionária” em curso. Mendes (2004) ainda observa que esta ideia de guerra revolucionária vai ser potencializada com a Revolução Cubana e a aproximação entre Cuba e União Soviética em 1961. Este momento demonstrou não só que o medo do avanço do comunismo promovido pela Guerra Fria era real, mas também que estava presente na América Latina. Ainda que o Estado fosse laico, os militares anticomunistas do exército brasileiro se apresentavam como defensores do cristianismo e entendiam que comunismo não combinava com religiosidade por este se apresentar contrário a ela. E muito embora estivesse na pauta a defesa da democracia, as manifestações dos trabalhadores não correspondiam a um direito dentro deste “Estado democrático”, uma vez que perturbava a ordem.

★ Já o **anticomunismo udenista**, presente entre os membros da União Democrática Nacional (UDN) na década de 1960, trazia de certa maneira resquícios do antigetulismo, uma vez que Goulart era herdeiro político de Vargas. Outrora a UDN trabalhou incansavelmente contra a política de Vargas e agora Goulart apresentava características semelhantes, como o trabalhismo; porém, observavam que Goulart era, em comparação a Getúlio, mais propenso às influências de uma esquerda cada vez mais atuante. O anticomunismo udenista era baseado na defesa de diversos elementos: democracia, propriedade privada, cristianismo, sobretudo o católico, e defesa dos valores ocidentais. Os udenistas entendiam que a democracia era o único regime capaz de assegurar o desenvolvimento econômico do país e a igreja era considerada a última barreira contra à revolução comunista.

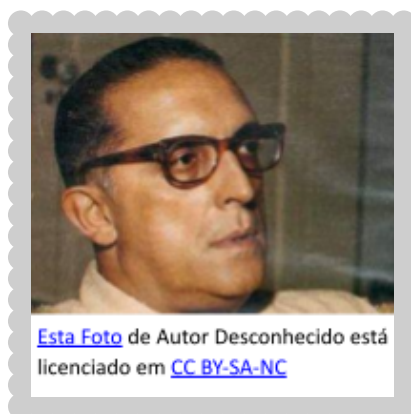


Foto: Carlos Lacerda, presidente da UDN.



Com base nas informações apresentadas no texto anterior, seus conhecimentos e apoio do professor descreva o que significam as siglas e órgãos e diga como se posicionaram em relação ao anticomunismo:

- a) IPES
- b) IBADs
- c) Escola Superior de Guerra
- d) Doutrina de Segurança Nacional
- e) União Democrática Nacional

O anticomunismo segundo Sá Motta

Motta (2000) considera o anticomunismo no Brasil a partir de três matrizes: o cristianismo, o nacionalismo e o liberalismo. A isso Motta chama de fontes ideológicas, que são responsáveis por elaborar e apresentar ao Brasil os argumentos contra o comunismo de maneira que estes possam ser considerados os criadores do anticomunismo brasileiro. Vejamos:

★ A **matriz cristã** combatia o comunismo por entender que isso era uma condição de sobrevivência, ou seja, acreditavam que em estados comunistas não haveria lugar para o cristianismo. Entendia o comunismo um inimigo a altura da Reforma Protestante, da Revolução Francesa, eram verdadeiros inimigos de Deus. Para o cristianismo, o comunismo era ateu, pregava um ideal de sociedade que poderia ser alcançado por meio da violência e não da resignação e da fé, logo, deveria ser combatido. Além disso, os comunistas negavam a existência de Deus, eram materialistas, incentivavam a desobediência e a luta de classes, propunham o fim das igrejas, enfim, todos os valores comunistas eram contrários à moral religiosa.

Para a igreja, lutar contra o comunismo era defender seus fiéis de um grande mal e, para isso, ela não mediu esforços, criou associações de trabalhadores, vinculou constantemente discursos na imprensa de todo o país e criou, inclusive, jornais próprios para ajudar no combate, tendo sido atuante em período de eleições, orientando os fiéis a votarem em candidatos assumidamente anticomunistas.



Foto: Marcha da Família com Deus pela Liberdade, 1964.
Disponível em: <https://historiahoje.com/comunismo-e-anticomunismo-no-brasil-novos-e-velhos-conflitos/> acesso: 20/03/21.

★ Para os **nacionalistas**, em especial os militares o comunismo acreditava na divisão da sociedade em classes, quebrando dessa maneira uma verdade histórica, segundo a qual o Brasil era resultado do que havia de melhor em cada grupo e não de relações de exploração de um determinado grupo social pelo outro. O comunismo se apresentava como uma ameaça à unidade nacional e levaria à destruição da nação, que era entendida como um corpo orgânico; nesse sentido, os nacionalistas negavam ou ignoravam as diferenças culturais, sociais e econômicas tão presentes na realidade brasileira.

Outro elemento de crítica era o internacionalismo, pois entendiam que para os comunistas a grande pátria seria a Rússia e não o Brasil. Além disso, pensavam que a “revolução comunista” no país seria feita por estrangeiros e o Brasil seria entregue aos desmandos do comunismo internacional. De certa maneira, os comunistas brasileiros eram vistos como ingênuos e como marionetes nas mãos dos verdadeiros comunistas: os russos. Motta (2000, p. 51) observa que o internacionalismo comunista tinha por objetivo instaurar uma ordem mundial baseada na fraternidade universal.

Os nacionalistas viam o comunismo como uma ameaça à pátria e por isso deveriam ser fortemente reprimidos; para eles todo verdadeiro patriota deveria não só ser anticomunista como também deveria ser um soldado nesta batalha contra o comunismo. O patriotismo era considerado quase um sinônimo de anticomunismo. Motta destaca que dentre os nacionalistas os militares foram os mais representativos.

★ A terceira matriz estudada por Motta (2000) foi o **liberalismo**, entendido aqui por liberalismo político e econômico. Entre os liberais, representados principalmente pelos empresários, o problema maior era a destruição da propriedade privada, além da ideia disseminada que os comunistas eram autoritários e, portanto, acabariam com as liberdades. Para os liberais, o comunismo era o contrário de liberdade e só poderia se constituir em regimes ditatoriais. Eles se apresentavam como guardiões da democracia e da liberdade; porém, isso não significa dizer que eles fossem assim tão democráticos. Além disso, o discurso liberal se apresentava fraco devido às características políticas do próprio estado brasileiro que não possuía uma cultura democrática; muito pelo contrário, os políticos brasileiros sempre flertaram com o autoritarismo, mesmo que se dissessem liberais. Para Motta (2000), o discurso democrático dos liberais não passava de falácia, porque o que eles demonstravam na prática era apenas sua aversão ao comunismo; a democracia fazia parte apenas da retórica, pois eles não defendiam a participação popular, por exemplo. O combate severo ao comunismo era a própria demonstração de que seu conceito de democracia acabava quando se deparava com uma opinião contrária. A ideia de liberdade também não era assim tão ampla, pois estava especialmente ligada às liberdades econômicas. Outro ponto relevante que diz respeito ao econômico era a propriedade privada, fortemente combatida pelos comunistas e para os liberais se constituía como um direito individual inalienável e sagrado, porém apenas para alguns (MOTTA, 2000, p. 64). Já o sistema econômico soviético era sempre associado ao fracasso; a respeito disso Motta aponta para a inconsistência e falta de coerência do discurso liberal uma vez que a economia da União Soviética apresentava na época um bom desenvolvimento econômico.

Para Motta (2000, p.68), o cristianismo, nacionalismo e liberalismo formam as “fontes doutrinárias” do anticomunismo brasileiro. E, muito embora, em muitas situações, tais grupos cristãos, nacionalistas e liberais utilizassem os mesmos argumentos, não significa que não possuíssem divergências. Esses grupos forneceram para a sociedade brasileira os argumentos e as representações necessárias para se construir o ódio ao comunismo e aos comunistas e, para tanto, utilizaram a imprensa, em especial o jornal impresso, como veículo de divulgação destas representações.



ATIVIDADE

256

Rodrigo Patto Sá Motta pensou o anticomunismo brasileiro a partir de três fontes ideológicas: cristianismo, nacionalismo e liberalismo. Ao longo de sua vida escolar você já estudou sobre elas. Agora releia o texto, pense um pouco, pesquise se preferir e elabore uma síntese sobre elas. Registre.

- a) Cristianismo
- b) Nacionalismo
- c) Liberalismo



ATIVIDADE

Releia os textos sobre o anticomunismo para Mendes e Motta, leia o texto “Sindicatos” do Jornal da Manhã e responda:

- 1) Segundo o texto, quais as características dos sindicatos?
- 2) Quais deveriam ser?
- 3) Releia a frase: “Acontece, porém, que sindicato, no Brasil, feitas bem poucas exclusões, é instrumento de politicagem barata, quando não é ninho de extremistas, a serviço de regimes condenados pela consciência democrática de nosso povo”. Entendendo o verdadeiro sentido da palavra política, é possível um indivíduo pertencer a um sindicato e não fazer política? Justifique sua resposta.
- 4) Pertencer a um sindicato torna o indivíduo comunista? Justifique sua resposta.
- 5) Retire do texto elementos da presença do anticomunismo nacionalista apontado por Motta.

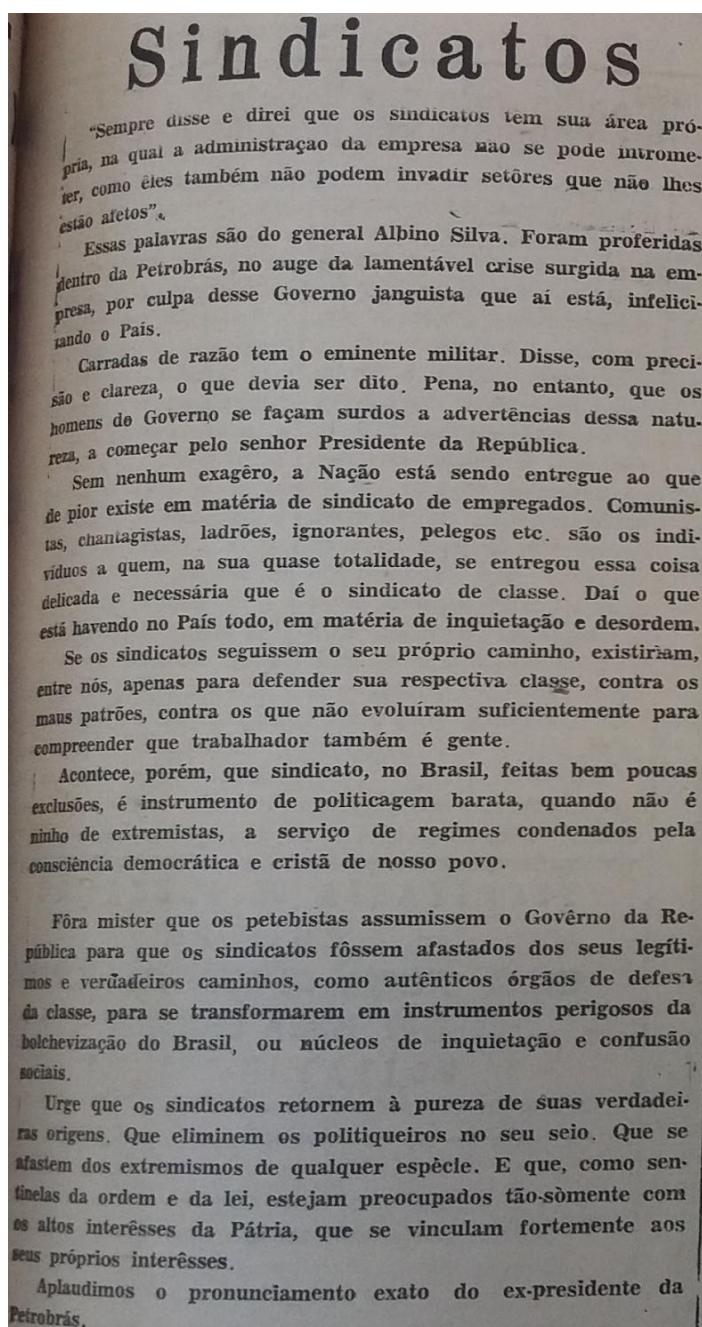


Figura 8 – Sindicatos. Fonte: Jornal da manhã, 1964.

Ricardo Mendes estuda o anticomunismo a partir de três grupos: empresarial, militar e udenista, enquanto Rodrigo Motta estuda a partir de três matrizes: o **cristianismo**, **nacionalismo** e **liberalismo**. Sabendo que essas matrizes e grupos podem coexistir, leia os textos abaixo, retire dele frases que relacionem o anticomunismo do Jornal da Manhã aos estudos dos historiadores e classifique as frases dentro dos grupos e matrizes.

a)

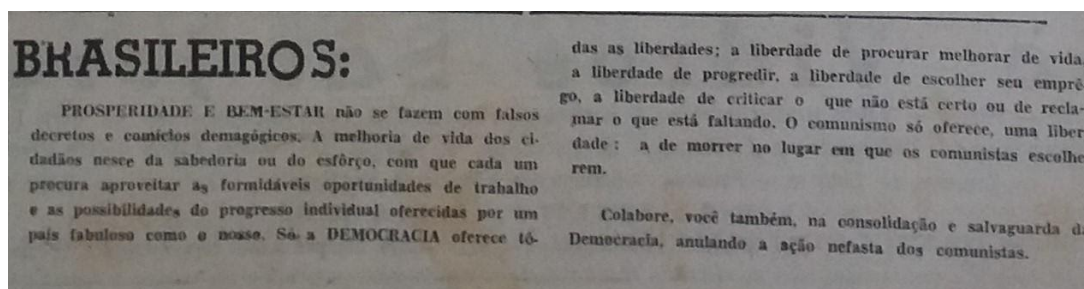


Figura 9 – Brasileiros I. Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

b)

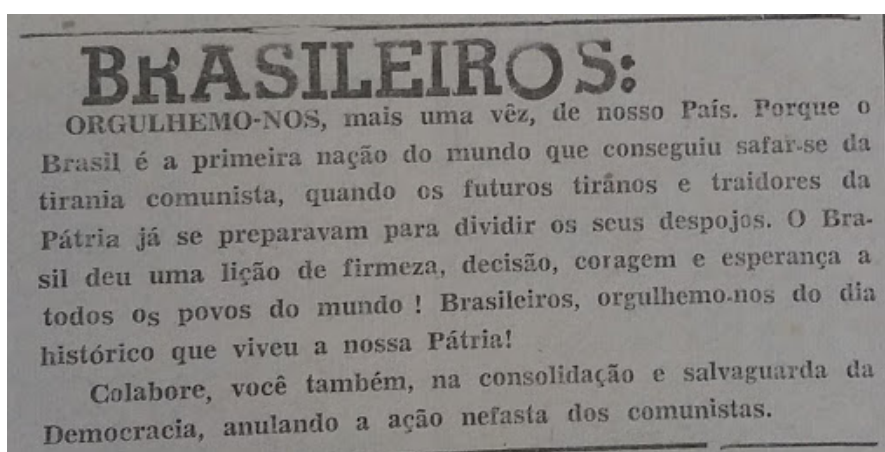


Figura 10 – Brasileiros II. Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

c)

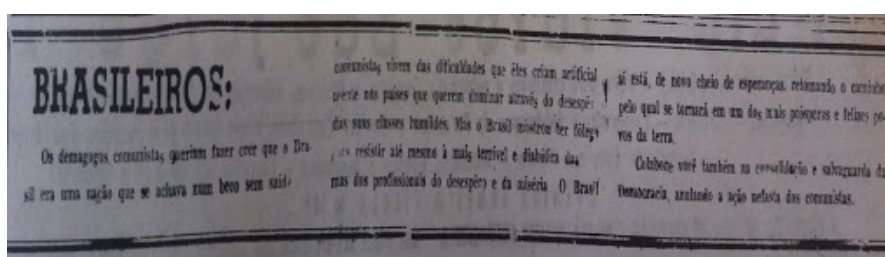


Figura 11 – Brasileiros III. Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

d)

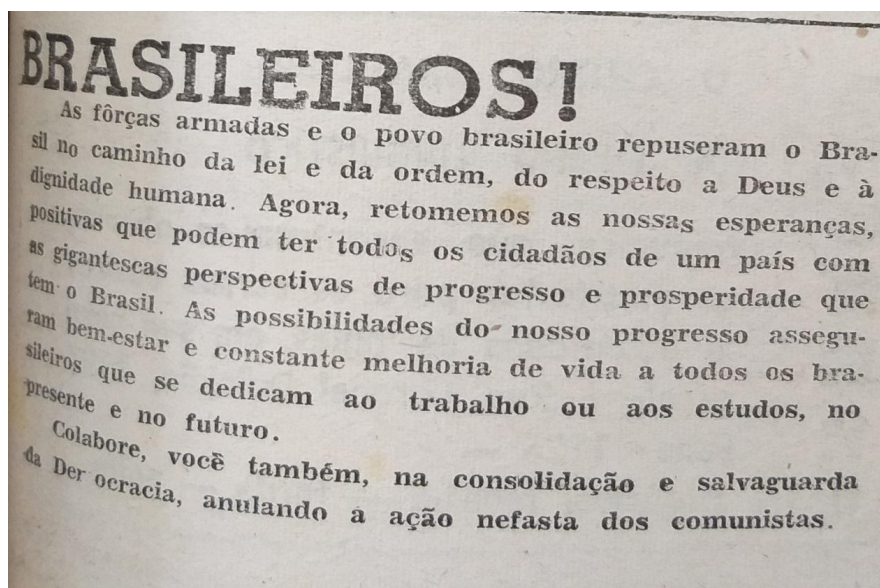


Figura 12 – Brasileiros IV. Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

e)

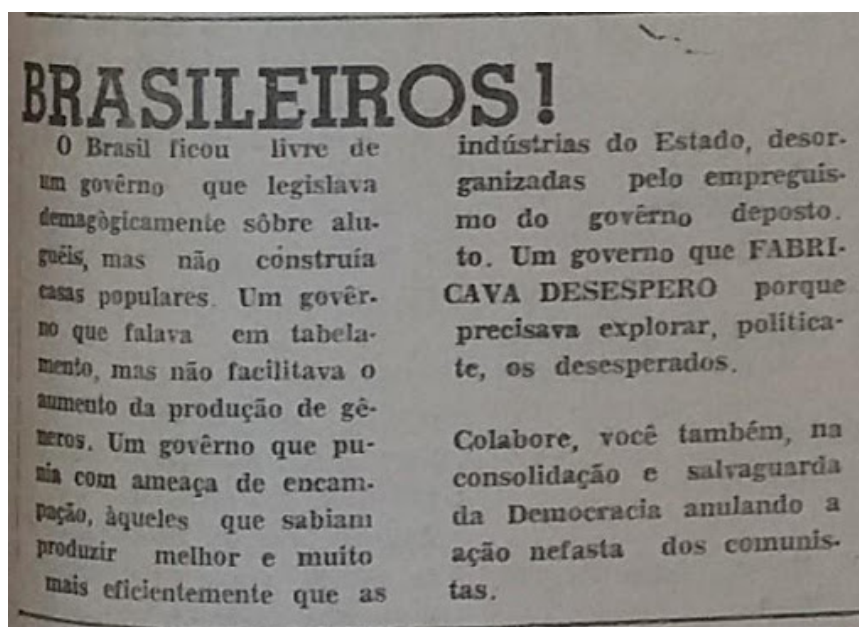


Figura 13 – Brasileiros V. Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

f)

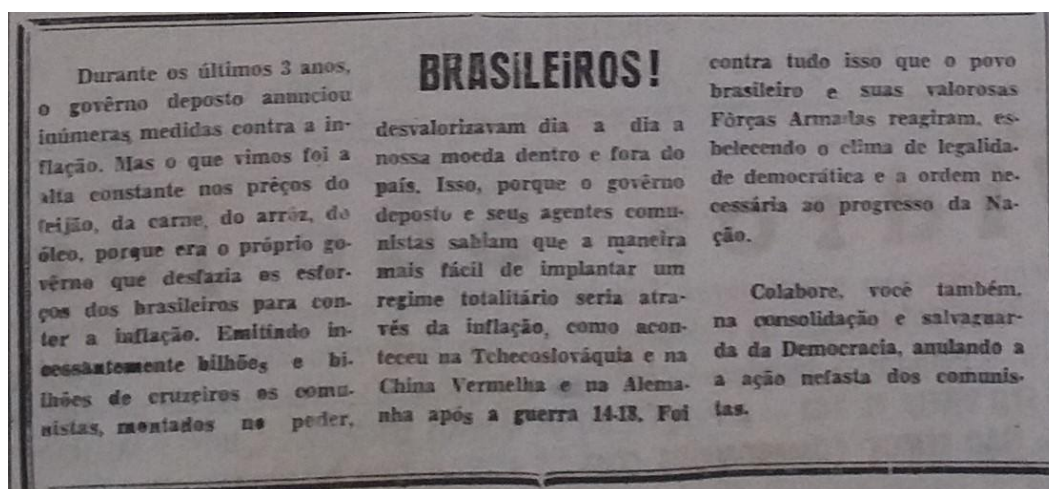


Figura 14 – Brasileiros VI. Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

g)

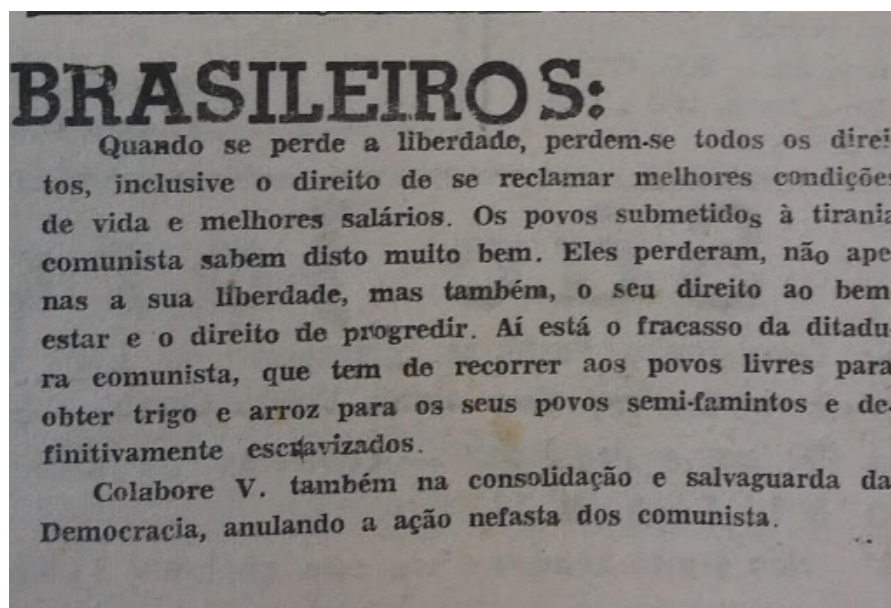


Figura 15 – Brasileiros VII. Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

Os passos do anticomunismo no Brasil até 1964

O anticomunismo foi utilizado em diferentes períodos da História do Brasil, alguns democráticos, outros não. Em dois momentos tivemos como consequências a instauração de ditaduras: Estado Novo de 1937 a 1945 e a Ditadura Militar de 1964 a 1985. Ambas caracterizadas por diversas atrocidades realizadas pelo Estado, por meio de seu aparato repressivo, retirando do povo os direitos fundamentais.

E, acredite, não foi com a leitura de obras comunistas que o medo do comunismo começou e se fortaleceu no país; o anticomunismo vai nascer e se fortalecer por meio de elementos internos e externos, sempre relacionado às lutas dos trabalhadores por direitos. Vejamos:

O anticomunismo na República Velha

1) Ele começa com a chegada dos imigrantes e junto com eles ideais anarquistas, socialistas e marxistas, presentes, sobretudo dentro do movimento operário. As influências recebidas pelo movimento operário era uma mistura de tudo o que propunha melhores condições de vida ao trabalhador, com uma influência maior do anarquismo. Com tais ideais presentes em meio aos trabalhadores, em 1906, durante o governo Afonso Pena, houve a publicação da Lei Adolfo Gordo, uma lei de repressão ao movimento operário, e por meio dela o governo brasileiro poderia expulsar operários estrangeiros que estivessem envolvidos na luta por direitos e melhores condições de trabalho.

O que dizem os historiadores?



A história do movimento socialista no Brasil iniciou-se, portanto, já na primeira metade do século XIX, quando a economia nacional era baseada no setor primário e o desenvolvimento das ideias dos socialistas seguia ainda mais os princípios liberais da Revolução Francesa. O movimento deu grandes passos a partir da Proclamação da República, juntamente com o início do desenvolvimento industrial do Brasil. No final do século XIX surgiram os primeiros partidos operários, que tiveram vida breve em meio à forte repressão. Em finais do século XIX, Tobias Barreto foi o primeiro autor brasileiro a fazer referência, em artigos jornalísticos, à obra e à atividade de Karl Marx (a Associação Internacional dos Trabalhadores, AIT). Décadas depois, em 1902, 1909, 1912 e 1925 foram criados, em diversos estados da União, partidos socialistas regionais, cujos programas refletiam uma mistura doutrinária, alternando conteúdos marxistas e humanitarismo. (COGGIOLA 2015, p. 28).

2) Em 1917 a experiência da primeira greve geral de trabalhadores preocupou muito fortemente o governo brasileiro. E foi energeticamente reprimida.

O que dizem os historiadores?



A paralisação de 1917, iniciada no setor têxtil, propagou-se rapidamente e atingiu a área portuária e o interior, envolvendo cerca de 50 mil trabalhadores. As principais reivindicações eram aumento de salários, proibição do trabalho infantil, jornada de oito horas, garantia de emprego e direito de associação. O governo reprimiu o movimento com todos os recursos de que dispunha, mobilizando a polícia, tropas militares e até a Marinha de Guerra. (COGGIOLA, 2015, p.31).

Durante o ano de 1917, as manifestações de trabalhadores estiveram presentes nas principais cidades do país e esse movimento se estendeu até 1919. O resultado da greve foi controverso e, embora poucos, houve ganhos aos trabalhadores: patrões deram aumento, o movimento operário passou a ser visto como legítimo e foi criada em 1918 a Comissão de Legislação Social, que deveria pensar leis específicas para os trabalhadores. Porém, os resultados negativos foram muitos: trabalhadores extraditados, presos, humilhados em público, além de censura, tortura, assassinatos (COGGIOLA, 2015).

3) A Revolução Russa de 1917 foi, na visão dos anticomunistas, o comunismo na prática, pois se fez a primeira tentativa de efetivar o comunismo. Ela promoveu mudanças significativas em todos os aspectos: social, econômico, religioso e cultural, além de retirar a Rússia da Primeira Guerra Mundial. As ações realizadas pelos revolucionários, tais como o fuzilamento da família imperial em julho de 1918, a estatização de empresas e terras, e todas as medidas tomadas pelo governo, promoveram o medo de possíveis revoluções fora do território russo. As elites dirigentes consideravam o movimento revolucionário russo como um mau exemplo aos trabalhadores brasileiros, que já estavam realizando greves nesse período.

O que dizem os historiadores?



O radicalismo bolchevique, com seu projeto de revolucionar o mundo e destruir as classes dominantes tradicionais, naturalmente causava consternação à elite dirigente brasileira, particularmente tendo em vista a onda de greves em cidades industriais brasileiras no período 1917-1918. A existência de país com governo orientado para os interesses operários constituía perigoso mau exemplo para o proletariado brasileiro, e urgia evitar o risco de contágio. (MOTTA, 2007, p. 230-231).

4) Nesse contexto, a movimentação de trabalhadores em torno das greves e a Revolução Russa acabou por contribuir com a formação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foi criado por um grupo formado por antigos anarquistas e socialistas em março de 1922. Naquele período, este foi considerado o porta-voz dos trabalhadores, mas acabou sendo posto na ilegalidade já em junho do mesmo ano, situação constante em toda a história do PCB.



Os primeiros momentos do anticomunismo estudado no texto anterior dizem respeito ao período da República Velha. Escreva um texto de uma lauda explicando as características da política brasileira neste período.

O anticomunismo na Era Vargas

5) Em março de 1935, temos a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma organização ligada ao PCB, de caráter antifascista, que possuía um programa que congregava a defesa da reforma agrária, da democracia, da suspensão do pagamento da dívida externa e do combate ao latifúndio e ao imperialismo. Ela se apresentava como oposição ao governo Vargas e possuía como presidente de honra o comunista Luís Carlos Prestes. A ANL seria motivo de um forte impulso do anticomunismo no Brasil. Em abril de 1935 foi aprovada a Lei de Segurança Nacional e em julho do mesmo ano a ANL foi colocada na ilegalidade.

6) Em novembro de 1935 foi deflagrada uma revolta, uma tentativa frustrada da ANL com o objetivo de derrubar Vargas e tomar o poder. O movimento provocou um levante militar em Natal, seguido de Recife e Rio de Janeiro, e deveria contar com o apoio de operários, mas isso não aconteceu. Em Natal os revoltosos chegaram a instalar um “governo popular revolucionário” durante quatro dias. O movimento foi rapidamente reprimido e a repressão sobre os comunistas foi forte e enérgica. Muitas pessoas foram presas, incluindo parlamentares e lideranças do movimento, como Luís Carlos Prestes. A partir disso, o governo Vargas passou a usar a Lei de Segurança Nacional, que havia sido promulgada em 4 de abril. A Revolta Comunista de 1935 ficou conhecida pejorativamente como Intentona Comunista. A Revolta Comunista foi um verdadeiro fracasso, ainda assim serviu para aumentar o medo do comunismo na elite brasileira.

O que dizem os historiadores?



O evento teve impacto profundo sobre a elite do país e consolidou os argumentos e valores contrários ao comunismo já em circulação previamente. A Intentona de 1935 deu origem a uma grande onda anticomunista, que não se resumiu apenas à repressão e à censura, mas implicou a criação de mecanismos de propaganda e contrapropaganda visando a erradicar o risco da expansão das ideias revolucionárias no Brasil. As representações e instituições inspiradas na campanha contra o comunismo enraizaram-se e teriam impacto em eventos futuros. (MOTTA, 2007, p. 233-234).

Após a Revolta Comunista de 1935, o comunismo teve uma derrota significativa. O governo Vargas não mediu esforços para prender e apresentar os integrantes do PCB como um grande perigo à nação e o PCB foi colocado na ilegalidade, condição que foi praticamente uma constante durante toda sua existência. A demonização dos comunistas após a Intentona foi tão forte que, segundo o historiador Carlos Fico (2014), as comemorações do Exército sobre a derrota dos levantes de 1935 mantiveram-se até o governo Fernando Henrique Cardoso. Em 26 de novembro de 1964, o Jornal da Manhã de Ponta Grossa trazia em suas páginas uma amostra destas homenagens.

Homenagens em Memória dos Mortos da Intentona Comunista de 1.935 !

Várias solenidades assinalarão a passagem de mais um trágico aniversário da intentona comunista de 1.935, no dia de amanhã, sob os auspícios do Comando da ID.S.A., com sede nesta cidade.

MISSA
Missa solene, a ser celebrada por S. Excia. revma. o sr. Bispo Oadjuar, Dom Geraldo Pellanda, às 9.00 horas, na Catedral do Bispado, insulará o programa elaborado.

ALOCUÇÃO
Às 20 horas, no Auditório da Rádio Difusora, o brilhante jornalista José Garcia Redondo pronunciará uma alocução, alusiva à data.

CONVITE AO POVO
O Comando da ID.S.A., organizador das homenagens postumas aos heróis brasileiros mortos traiçoeiramente pelos comunistas, há 29 anos atrás, convida o povo pentagrossense à comparecer à Santa Missa, às 9 horas, na Catedral, e à conferência do jornalista Garcia Redondo, às 20 horas, no Auditório da Rádio Difusora.

ALERTA
Ao encargo do transcurso de mais um aniversário do bárbaro massacre de 27 de novembro de 1.935, todos devem meditar sobre o caminho pelo qual o governo passado estava conduzindo o povo brasileiro, ao mesmo tempo que todos devem estar alertas sobre a necessidade de cada e cada um estar atento e pronto para agir como guardião da Democracia.

"LEMBRE-SE DE 35"
Na segunda quinzena de novembro, de 1.935, irrompeu um movimento de caráter extremista em vários pontos do território nacional, particularmente intenso nas cidades de Rio de Janeiro e no Recife (Conclui na última página)

EXPOSIÇÃO
No decorrer de todo o dia haverá exposição anti-comunista, nas vitrines de casas comerciais, ao longo da Avenida Dr. Vicente Machado e no Posto Azul, a cargo da União Cívica Feminina de Ponta Grossa.

Figura 16 – Homenagens em memória dos mortos da Intentona Comunista
Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

7) Em 1937, Vargas se apropriou do medo do comunismo criado a partir da Intentona Comunista e agentes do governo elaboraram o Plano Cohen; nele, o Estado brasileiro reconheceu um suposto plano comunista para tomar o poder. Este seria atribuído ao PCB e à Internacional Comunista, órgão máximo do comunismo mundial. Seria, portanto, a segunda vez que o Estado brasileiro seria alvo de tentativa de “golpe de estado” pelos comunistas. Posteriormente, a verdade veio à tona e se descobriu que tudo não passava de uma farsa criada para justificar a instauração do Estado Novo, uma ditadura que durou até 1945.

O que dizem os historiadores?



Plano Cohen Documento divulgado pelo governo brasileiro em setembro de 1937, atribuído à Internacional Comunista, contendo um suposto plano para a tomada do poder pelos comunistas. Anos mais tarde, ficaria comprovado que o documento foi forjado com a intenção de justificar a instauração da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937. (FGV/CPDOC. Disponível em: Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen>.)



ATIVIDADE

Com base nas informações do texto acima, seus conhecimentos, pesquisa, apoio do professor elabore um texto explicando:

a) ANL

b) Revolta Comunista/Intentona Comunista

O anticomunismo na década de 1960

8) Os brasileiros sentiram mais fortemente os efeitos do anticomunismo na década de 60, principalmente no governo João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), pois Goulart sofria acusação de ligação com o comunismo e em 1 de abril de 1964 o presidente foi deposto por meio de um golpe civil-militar. O medo do governo se render ao comunismo e transformar o Brasil numa “república bolchevique” foi a justificativa de muitos grupos envolvidos no golpe. Imbuídos da missão de livrar o Brasil do perigo comunista, os militares implantaram uma ditadura que durou 21 anos. Durante todo esse período, inúmeras pessoas foram perseguidas por serem comunistas, ou por apresentarem atitudes ou mesmo defenderem ideias e ideais que se parecessem com comunismo. Essas pessoas foram enquadradas na Lei de Segurança Nacional e foram constantemente vigiadas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). Nenhum grupo social ou posição política foi poupado. Houve perseguição de políticos, professores, advogados, jornalistas, artistas de todas as áreas, militares, religiosos, estudantes, trabalhadores do campo e da cidade. Mas o Brasil estava mesmo à beira de uma revolução comunista? Para responder essa pergunta vamos começar pensando quem era João Goulart: será que ele era mesmo comunista?

O que dizem os historiadores?



[...] Jango estava longe de ser comunista. Era um fazendeiro, dono de boa quantidade de terras no Rio Grande do Sul. Mas também era um político popular, sobretudo desde que aumentara em 100% o salário mínimo, em 1954, enquanto estivera no Ministério do trabalho, aspecto que os ministros militares não mencionaram diretamente, mas que se pode antever em seu manifesto. Era um homem simples, acostumado ao convívio com o povo, com os trabalhadores, inclusive por sua atuação no Ministério do Trabalho, quando estreitou laços com os sindicatos. Era estimado pela população até mesmo por ter sido adotado como afilhado político pelo mítico presidente Getúlio Vargas – e boa parcela dos militares era antigetulista. Considerava de maneira genuína, que o povo pobre do Brasil precisava receber um tratamento mais justo do ponto de vista social. Mas, se Jango não era comunista, então o que seria? Ele padecia de certa indefinição, titubeava não apenas em discursos e transparência, algumas vezes, uma imagem vacilante, embora também fosse reconhecido como habilidoso negociador. É uma das personalidades mais controversas da história do Brasil. Seus biógrafos oscilam entre classificá-lo como um covarde ou como um herói. (FICO, 2014, p. 18).

Goulart, assim como Getúlio Vargas, era gaúcho de São Borja; sua carreira política começou com o mandato de deputado federal pelo Rio Grande do Sul, depois foi ministro do Trabalho do último governo Vargas e foi vice-presidente da República de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros.

Naquele período a eleição para presidente e vice-presidente era independente, de maneira que era possível eleger o presidente de uma coligação e o vice de outra e nas duas eleições os votos de João Goulart foram muito expressivos.

O que dizem os historiadores?



Jango superou os demais candidatos a vice-presidente Milton Campos e Fernando Ferrari, contabilizando mais de 4,5 milhões de votos. Já havia feito o mesmo em outubro de 1955: fora candidato a vice-presidente e elegeu-se com mais de 3,5 milhões de votos, derrotando Milton Campos e Danton Coelho, ultrapassando, desse modo, a votação do candidato eleito à Presidência da República, Juscelino Kubitschek, que obteve pouco mais de 3 milhões de votos. (FICO, 2014, p. 14).

Jânio Quadros assumiu a presidência do Brasil em janeiro de 1961 e renunciou em agosto do mesmo ano. João Goulart, seu vice-presidente, que estava em viagem à República Popular da China, foi surpreendido com a renúncia de Jânio e com a posição dos comandantes das Forças Armadas, que declaram que eram contrários ao seu retorno ao Brasil e também contrários a sua posse como presidente. Os comandantes Odílio Denis, Gabriel Grum Moss e Silvio Heck assinaram um manifesto à nação explicando suas razões.

O que dizem os historiadores?



[...] mostrara “suas tendências ideológicas incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e freqüentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossa classe trabalhadora”. Disseram que Jango nomeara esquerdistas para cargos importantes no ministério, “ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional”. Mencionaram inclusive, a presença do vice-presidente na China, onde teria deixado “clara e patente sua incontida admiração ao regime (...) exaltando o êxito das comunas populares”. (FICO, 2014, p 18-19).

Para assumir o poder, Jango contou com a Campanha da Legalidade, movimento liderado por Leonel Brizola, cunhado de Goulart e governador do Rio Grande do Sul pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que defendia a posse de Goulart, com base no cumprimento dos termos da Constituição Federal.

Jango assumiu em 7 de setembro de 1961, mas com seus poderes reduzidos sob um regime parlamentarista, que teve 14 meses de duração, adotado após emenda constitucional. Sem muitos poderes, Jango assumiu um país com problemas econômicos, altos índices de inflação, problemas políticos, com uma oposição forte e incansável; problemas sociais urgentes, carecendo de soluções e ainda contava com movimentos ativos em busca de direitos.

Jango assumiu a presidência após um plebiscito realizado em 6 de janeiro de 1963, com resultados positivos ao presidencialismo.

O que dizem os historiadores?



No dia do plebiscito, mais de 11 milhões de pessoas votaram. O presidencialismo ganhou com 9.457.448, contra apenas 2.073.582 dados ao parlamentarismo. Foi uma confirmação da legitimidade do mandato de Goulart. Ele se sentiu inteiramente fortalecido. (FICO, 2014, p.23-24).

João Goulart estava longe de ser um presidente ilegítimo, por mais de uma vez o povo decidiu por sua presença no governo do Brasil, mas a vitória no plebiscito não garantiu a Goulart um governo fácil. O presidente governou sem o apoio necessário do Congresso Nacional e com muitos problemas econômicos, sociais e políticos.

As reformas agrária, urbana, tributária, educacional, bancária e eleitoral eram algumas das principais pautas do governo e necessárias ao desenvolvimento nacional; era o que o aproximava dos movimentos sociais. Essa aproximação entre o governo e os movimentos sociais alimentou na cabeça dos conservadores contrários ao seu governo a certeza de sua ligação com os comunistas.

Os anticomunistas da época entendiam que muito embora Jango não fosse comunista ele permitia que comunistas usassem seu governo para implantar seu projeto; viam o presidente como um estadista fraco e por conta disso acreditavam que os comunistas muito em breve tomariam o poder.

O argumento anticomunista se fortaleceu quando João Goulart, em um comício no dia 13 de março de 1964, apresentou em seu discurso um compromisso com a aprovação das reformas de base.

A reação foi imediata. Tais reformas, assim como outros fatores ligados ao governo de Goulart, feriam os interesses das classes mais abastadas da sociedade brasileira, que por essa razão se uniram em diversas manifestações realizadas nas principais cidades do país.

No dia 19 de março, cerca de 500 mil pessoas foram para as ruas de São Paulo a uma passeata que ficou conhecida por Marcha da Família com Deus pela Liberdade, esta foi organizada pela União Cívica Feminina e se espalhou pelas principais cidades do país. Para o historiador Napolitano, “a marcha mirava o comunismo, mas queria acertar o reformismo”, ou seja, com medo das reformas e querendo impedir que se concretizassem, as classes conservadoras balançaram a bandeira anticomunista, mesmo que, de fato, o comunismo não apresentasse ameaça.

O mês de março foi um período de intensos embates entre o governo e a oposição, formada tanto por civis quanto por militares. Assim, em 1 de abril de 1964, Goulart foi deposto. Os motivos que levaram a deposição do presidente foram diversos, mas o comunismo fora usado constantemente para tornar a imagem de Jango negativa.

A população estava, desde muito tempo, “acostumada” a ver o comunismo como algo negativo, isto esteve sempre muito escancarado nos jornais de todo o país. Com o argumento de ligação entre o presidente e os comunistas, com o risco do mal tomar conta do país, então, os militares nesse momento apareceram como os “salvadores da pátria”, recebendo o apoio da população.

Porém, o comunismo no Brasil nunca foi assim tão forte, nunca representou de fato um perigo e, com exceção de 1935, sequer tinha intenções de tomar o poder. Defendiam, ao contrário do que pensava os anticomunistas, uma transição lenta, contínua. Não defendiam a tomada de poder de forma autoritária, mesmo porque não haveria condições para isso. É possível que os anticomunistas até soubessem disso. Essa construção negativa, sobretudo em 1964, se fortaleceu e teve como objetivo derrubar um governo que possuía um apoio popular e que, vez ou outra, se aproximava do anseio popular. Um exemplo disso foi o anúncio das reformas de base, que propunham várias mudanças, especialmente a reforma agrária, absolutamente temida pela elite brasileira.

A elite brasileira, extremamente conservadora, nunca foi favorável à participação popular e tampouco era favorável a reformas, em particular aquelas que ampliassem o direito do trabalhador ou que permitisse maior participação política da população. E no desenrolar de um anticomunismo que vinha sendo construído há décadas, encontrava-se um presidente que ousava se aproximar do povo e tentava atender seus anseios.

Imbuídos da missão de livrar o Brasil do perigo comunista, os militares implantaram uma ditadura que durou 21 anos. Durante todo esse período, inúmeras pessoas foram perseguidas por serem comunistas, ou por apresentarem atitudes ou mesmo defenderem ideias e ideais que se parecessem com comunismo.

Essas pessoas foram enquadradas na Lei de Segurança Nacional e foram constantemente vigiadas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). Nenhum grupo social ou posição política foi poupado. Houve perseguição de políticos, professores, advogados, jornalistas, artistas de todas as áreas, militares, religiosos, estudantes, e trabalhadores do campo e da cidade.

O que dizem os historiadores?



Foram realizadas prisões, intervenções em sindicatos e movimentos populares, cassações, expulsão de funcionários civis e militares de seus cargos, abertura de Inquéritos Policiais Militares e toda sorte de violência e humilhação contra os adeptos do governo deposto, até mesmo alguns assassinatos. (RIDENTI, 2014, p. 2).



ATIVIDADE

Para esta atividade o professor deverá pedir que os alunos realizem uma pesquisa bibliográfica sobre os comunistas citados no texto: Darci Ribeiro, Paulo Freire, Celso Furtado, Assis Brasil, Paulo de Tarso, Júlio Furquim Sambaqui, e ainda Leonel Brizola e João Goulart. É importante que o professor leve para sala uma pesquisa prévia; sugerimos o material apresentado pelo Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, que poderá ser encontrado nas seguintes páginas:

Paulo Freire - https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/paulo_freire
 Paulo de Tarso - https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/paulo_de_tarso
 Darcy Ribeiro - https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/darcy_ribeiro
 Leonel Brizola - https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/leonel_brizola
 João Goulart - https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/joao_goulart
 Celso Furtado - https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/celso_furtado
 Julio Furquim Sambaqui - https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/julio_furquim_sambaqui

Divida a turma em grupos e distribua as biografias; após a leitura peça que os grupos apresentem para a classe. Reflita com os alunos acerca das biografias: Você já conhecia essa pessoa? Se sim, o que sabia sobre ela? Esta pessoa parece muito perigosa? Por quê? Ela fez algo importante? O quê? Você acha que esta pessoa é comunista? Por quê? Você considera esta pessoa “perigosa”? Justifique.



- 1) Qual a representação de João Goulart apresentada no texto?
- 2) Relacione com o texto do historiador Carlos Fico.

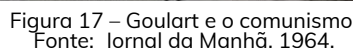
[illegible]

Figura 17 – Goulart e o comunismo
Fonte: Jornal da Manhã, 1964.



Apresente os textos “Comunistas no Govêrno” e “Por que sou contra o livro único” do Jornal da Manhã (JM), e peça que os alunos façam a leitura. Retire do texto as informações mais importantes.

Estabeleça uma relação entre a pesquisa realizada na atividade anterior e o texto do JM.

Agora que você conhece um pouco dos personagens históricos apresentados pelo JM responda:

- 1) Eles eram comunistas? Por quê?
- 2) Por que o JM os considerava comunistas?
- 3) Eles eram perigosos? Por quê?
- 4) Por que o JM os considerava perigosos?

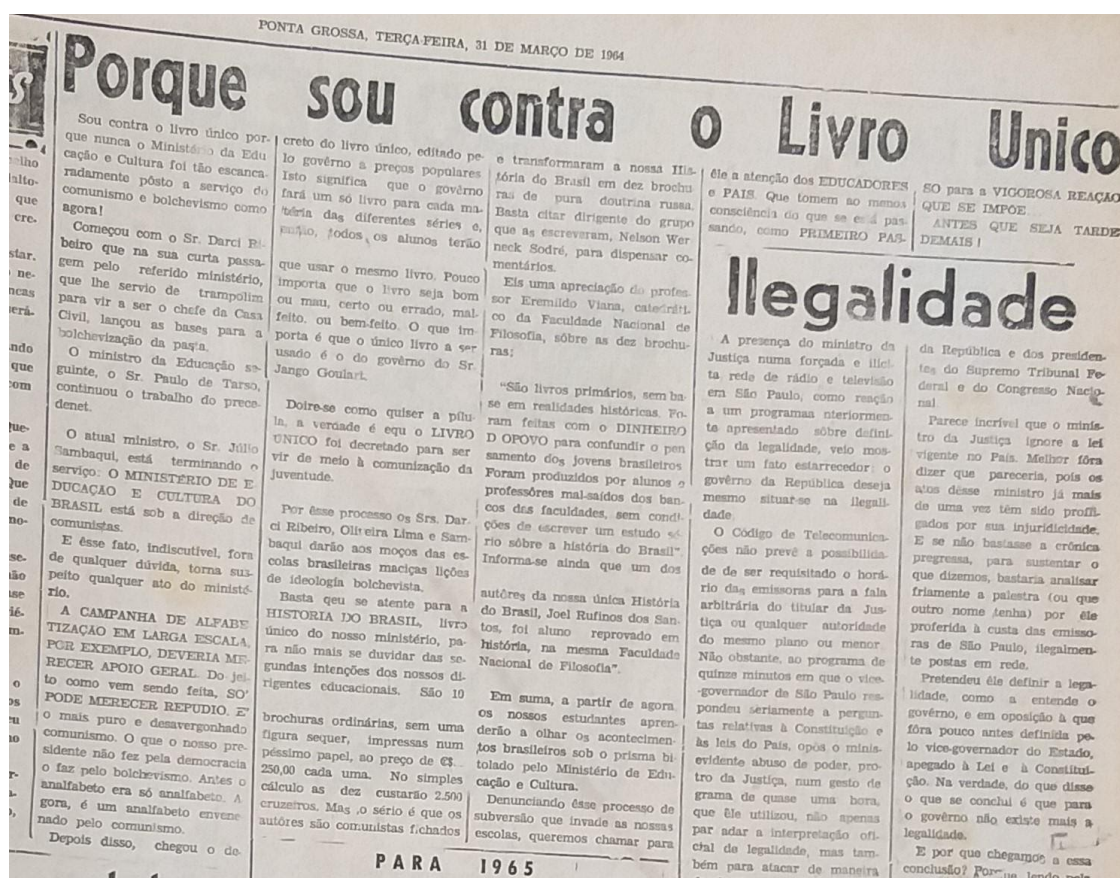


Figura 19 – Porque sou contra o livro único
Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

Comunistas no Governo

MAURICIO DE MEDEIROS (Da Academia Brasileira)

Em certo momento, creio que há dois anos, atribuiu-se ao embaixador Gordon, dos Estados Unidos, ter afirmado em seu país que o governo brasileiro estava infiltrado de comunistas.

Levantou-se aqui uma onda de protestos, cuja maior veemência partia precisamente dos comunistas, que lobrigavam no episódio motivo para agressão aos Estados Unidos.

A notícia foi formalmente desmentida pelo embaixador. Confirmou-a, entretanto, tempos depois, o próprio sr. Luiz Carlos Prestes, chefe ostensivo dos comunistas, afirmando que no Brasil os comunistas tinham o poder e só não tinham o governo.

Era a confirmação daquilo que se tinha afirmado ter o embaixador Gordon dito em seu país.

E tudo prova que Luiz Carlos Prestes tinha razão.

Vejamos, por exemplo, os dois cargos mais importantes na máquina do poder e que são os de chefes do Gabinete Civil e do Gabinete Militar.

No civil, está um jovem de quem jamais se tinha ouvido falar, antes da presidência Goulart: o sr. Darci Ribeiro, que conseguiu, por um passe de mágica e contra as exigências da Constituição de 1946, transformar-se de "instrutor" da Faculdade Nacional de Filosofia em professor e até reitor da Universidade de Brasília!

Na Faculdade de Filosofia, ele era conhecido por suas idéias marxistas e sua associação intelectual com um professor apontado como comunista: o professor Alvaro Pinto.

A frente do Gabinete Militar está, sucedendo ao Integro general Albino Silva, o hoje general Assis Brasil, conhecido no Exército por suas idéias esquerdistas, a tal ponto que a sua indicação para adido militar junto à nossa embaixada em Buenos Aires foi discutida e ameaçada de não receber do governo argentino o indispensável "agrément".

Dos empreendimentos mais importantes do governo de Juscelino Kubitschek, ficou a SUDENE, para o desenvolvimento econômico do Nordeste.

Filho da região e tendo-se notabilizado na defesa de um plano para esse desenvolvimento, foi o sr. Celso Furtado nomeado para dirigir a SUDENE.

Já então se falava em suas tendências marxistas, expressas em trabalhos seus publicados.

Juscelino Kubitschek, porém, não temia os comunistas, desde que tivessem valor pessoal. A nomeação de Celso Furtado para aquele cargo foi, de resto, bem recebida pela opinião pública. Não sei o que ele tem conseguido realizar nesse órgão, pois tenho a impressão de que o jovem economista é um idealista teórico, elaborador de planos e projetos, mas cuja realização se vai adiando com o tempo.

Depois de curta passagem pelo instável e freqüentemente modificado ministério do presidente Goulart, voltou Celso Furtado à direção para a qual o presidente Kubitschek o tinha nomeado.

Em face da liberdade de ação que o presidente Goulart dá aos seus auxiliares comunistas, entendeu o sr. Celso Furtado que não valia mais a pena estar a encobrir as suas tendências ideológicas. Compareceu ao recente congresso comunista latino-americano realizado em Brasília, e ali fez, em nome do Brasil, o discurso de encerramento do conclave.

Ficou assim bem clara a sua posição ideológica.

Donde se conclui que, se o embaixador Gordon tivesse feito a afirmação que lhe foi atribuída, teria dito uma grande verdade, que estamos sentindo cada vez mais palpitante... O sr. Luiz Carlos Prestes afirmou parte da verdade: os comunistas não estão apenas no poder. Estão no governo!

Figura 18 – Comunistas no governo
Fonte: Jornal da Manhã, 1964.



- 1) Após a leitura do texto “Médicos mineiros afirmam que a ameaça do comunismo não permite mais omissão”, escreva um breve resumo com as principais ideias do texto.
- 2) Ao longo do ano de 1964, o JM afirmava haver comunistas no governo de João Goulart. De acordo com o texto, quem eram os comunistas?

Médicos Mineiros afirmam que a ameaça do comunismo não permite mais omissão

BELO HORIZONTE, 27 (Asa-press) — Em manifesto, divulgado os médicos mineiros afirmam que, nesta hora, não é lícito a ninguém muito menos aos que exercem mandato do povo julgar que a democracia no Brasil não corre perigo e que, direta ou indiretamente, favorecem o comunismo aqueles que julgam o contrário.

Acrescentam que a “nenhum cidadão assiste o direito de calar, de alegar ignorância, de ser indiferente ou comodista, a menos que, acumpliciado em luta fratricida, se propugne talar de sangue o solo generoso da Pátria”, pois em grandes nações do mundo a omissão das maiorias permitiu a minorias atuantes a extinção do regime democrático.

A SITUAÇÃO

Analizando a situação nacional, diz o manifesto que, através de greves ilegais, criminosas e até desumanas, os covardes do regime cavam a cova rasa das nossas instituições e liberdade, escondendo-se sob o escudo do falso nacionalismo, sob as vistas complacentes e a conivência de certas autoridades. Afirma que os agitadores tem livre acesso ao rádio e à televisão, para pregar a anarquia e até o fechamento do Congresso, enquanto sofrem vexames e ameaças as emissoras que abrem suas portas aos autênticos democratas.

APELOS

Os médicos mineiros fazem um apelo ao Presidente da República para que tome atitude positiva, clara e insofismável em defesa da democracia e da Constituição, e às Forças Armadas, para que atuem, a todo o instante, pela sustentação e valorização da democracia, “dizendo basta aos agentes da perniciososa, guerra fria”. Termina afirmando ser necessária a união de todas as forças, no Executivo, Legislativo e Judiciário, para salvaguardar o Brasil das minorias que se agrupam no CGT, UNE Ligas Camponesas e outras organizações a serviço de greves, tumultos e desordens.

É P

Figura 20 – Médicos mineiros
Fonte: Jornal da Manhã, 1964.



PESQUISA

I - VOCÊ SABE O QUE É A UNE?

- 1) O que é e para que serve a UNE?
- 2) O que aconteceu com a UNE após o golpe militar?
- 3) Quem era o presidente da UNE em 1964? Será que ele era comunista?
- 4) Quem é o atual presidente da UNE?
- 5) Quais são as bandeiras de luta da UNE hoje?

II - A CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES (CGT) É UMA CENTRAL SINDICAL

- 1) Você sabe o que é uma central sindical?
- 2) Quantas centrais sindicais existe no Brasil?
- 3) E um sindicato, você sabe o que é?
- 4) Será que quem faz parte de um sindicato é comunista? Justifique.



VOCÊ SABIA?



Você sabia que entre as centenas de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar 125 eram estudantes? Para saber mais, você pode acessar a página do Centro de Referência Memórias Reveladas do Arquivo Nacional. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>.



Para saber mais sobre o movimento estudantil durante a ditadura militar, você ainda pode assistir a documentários, como os listados aqui:

- 📺 1968: estudantes X polícia: <https://www.youtube.com/watch?v=t7EHp76aYV4>
- 📺 A invasão do Crusp, 50 anos depois: https://www.youtube.com/watch?v=51bEci_GSac
- 📺 Memórias do Movimento Estudantil (2007): <https://www.youtube.com/watch?v=Z3SqC4mzKug>

Para saber mais sobre as Ligas Camponesas, você pode assistir ao filme *Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho:

- 📺 <https://www.youtube.com/watch?v=HGSRLIs8BGw>





ATIVIDADE

275

Realizar a leitura dos textos “Desintoxicação da mocidade” e “Juventude abandonada”. Depois realize um breve resumo dos textos.

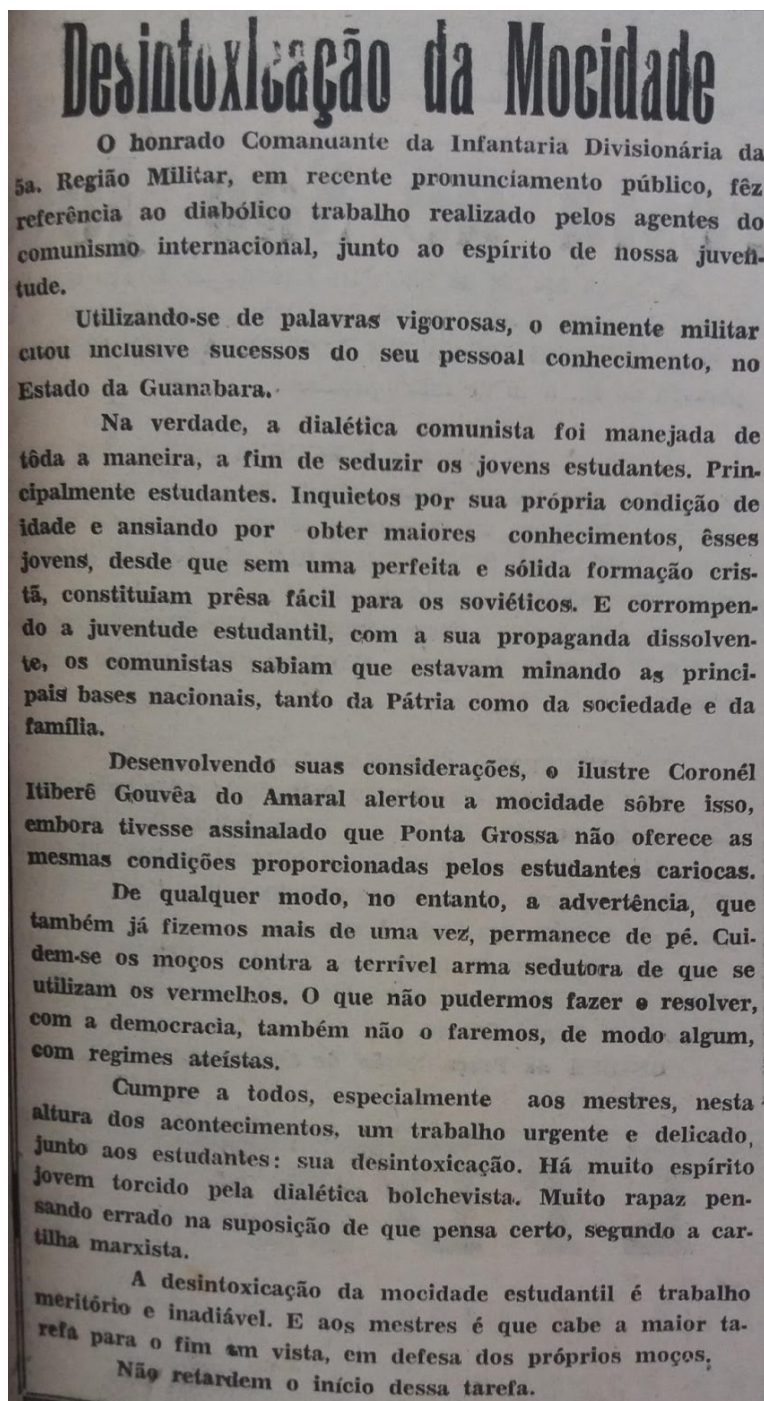


Figura 21 – Desintoxicação da mocidade
Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

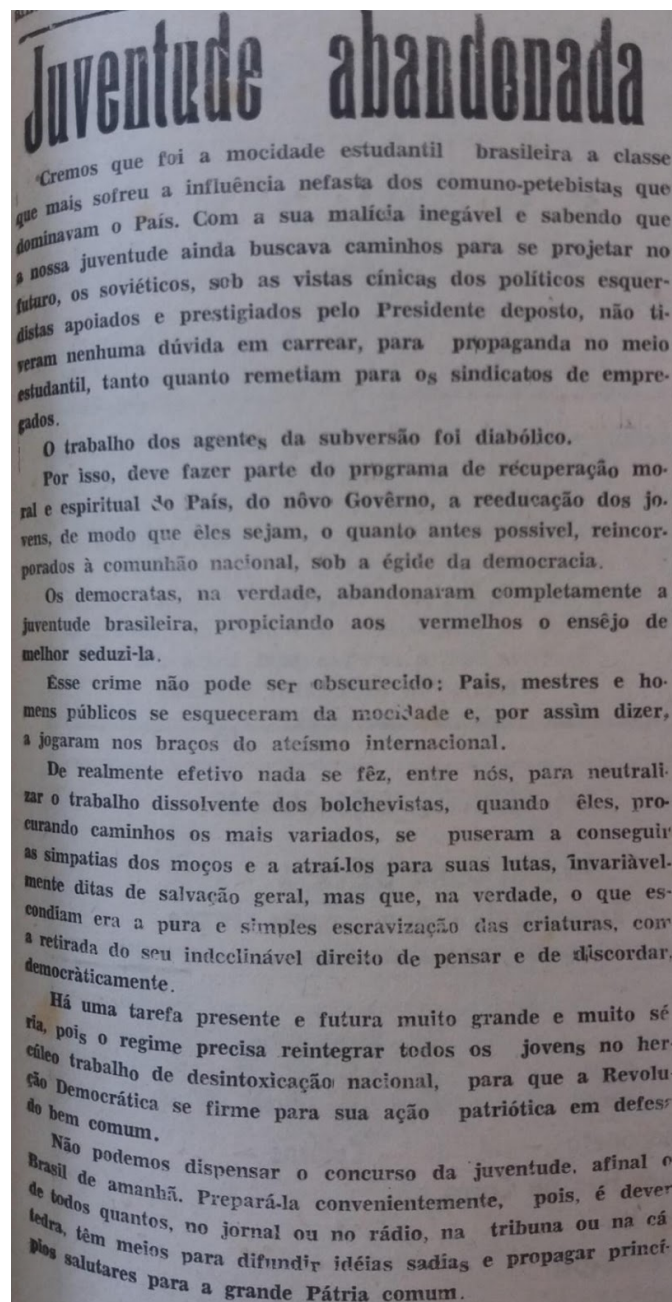


Figura 22 – Juventude abandonada
Fonte: Jornal da Manhã, 1964.

- 1) Qual era o “trabalho diabólico” realizado pelos comunistas segundo o texto?
- 2) O que seria a “desintoxicação da mocidade”?

- 3) De acordo com o texto “Juventude abandonada”, que males os comunistas poderiam causar na juventude?
- 4) Você se considera influenciável como aponta os textos do JM? Justifique sua resposta.
- 5) Você sabe quem era o presidente deposto citado no texto? Por que ele foi deposto?
- 6) O que seria a revolução democrática citada no texto? Ela foi realmente democrática? Por quê?
- 7) No quarto parágrafo lê-se “[...] o que escondiam era a pura e simples escravização das criaturas, com a retirada do seu indeclinável direito de pensar e de discordar democraticamente”. Você já ouviu falar de algum momento da História do Brasil onde não se tinha liberdade para “discordar democraticamente”? Quais?
- 8) Atualmente, algumas pessoas acusam a escola e as universidades, especialmente as públicas, de fazer “doutrinação ideológica”. Escreva um parágrafo explicando o que isso significa e não esqueça de dar sua opinião sobre o assunto.



ATIVIDADE

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é a lei que regulamenta a educação brasileira em todos os níveis. Leia o trecho da lei e responda o que se pede:

TÍTULO II: Dos Princípios e Fins da Educação Nacional Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; [...] (BRASIL, 1996)

- 1) Explique com suas palavras os incisos II, III e IV sobre os princípios da LDB.
- 2) Você acha que sua escola atende a esses princípios? Por quê?
- 3) Que relação podemos estabelecer entre o texto da LDB e os textos do JM
- 4) Agora que você conhece um pouco da LDB, repense sua opinião sobre a doutrinação ideológica e escreva um parágrafo justificando-a.



Você aprendeu muitas coisas sobre o anticomunismo e sobre uma das consequências mais sérias deste anticomunismo: o golpe civil-militar de 1964. No texto abaixo, é possível ver a opinião do então deputado estadual João Vargas de Oliveira sobre os fatos ocorridos em 1964. Leia-o com atenção:

VARGAS OLIVEIRA: NINGUÉM DEVE JULGAR NINGUÉM, MAS A JUSTIÇA DEVE JULGAR A TODOS

Ainda com a finalidade de esclarecer a sua posição em face da situação nacional, resultante das atividades dos inquéritos policiais-militares ao redor da corrupção que imperava no País, o Deputado João Vargas de Oliveira voltou a ocupar a tribuna da Assembleia Legislativa do Estado. Entre outras coisas, afirmou o parlamentar pryncessino:

- “Ninguém pode aplaudir a corrupção e muito menos quando ela se apresentava com as características simplesmente espantosas nos desgovernos anteriores. Dispunha-se dos dinheiros públicos como se a Nação estivesse sendo saqueada. O tráfico de influências maltratava o País e depunha contra a administração pública. Os bons eram prejudicados em favor dos maus. Viveu-se a era dos audaciosos, porque o cafajestismo dominava por tôda parte, como o beneplácito oficial. As fortunas mais altas foram feitas do dia para a noite, enquanto o povo era vítima do maior processo espoliativo de que se tem memória. Furtava-se às escâncaras e o grupo de inescrupulosos, protegidos pelos principais homens do Govêrno, não tinha mãos a medir no seu trabalho de empobrecimento do Brasil e de aviltamento das instituições. Tudo em prejuízo do povo, dêsse pobre e triste povo brasileiro, que tanto tem sofrido pela incapacidade dos seus governantes”.

Subversão

A par de tudo isso, o processo de subversão vinha se desenvolvendo com rapidez e audácia incríveis. Pondo reformas sociais necessárias e justas, à frente de atitudes demagógicas as mais aviltantes, os principais líderes da situação anterior outra coisa não estavam fazendo senão levar o País à República Sindicalista, sonho dourado dos comuno-sindicalistas que vinham desassossegando o povo e intranquilizando os espíritos República Sindicalista idealizada pelo ex-presidente nos seus contactos com o ditador da Argentina, o general Perón, a fim de que pelegos semianalfabetos, fossem elevados à condição de estadistas e o povo passeasse à situação de párias sociais, em benefício de uma casta de aproveitadores. Aliaram-se, dessa forma, a corrupção e a subversão e tudo marchava a contento dêsses maus brasileiros, quando a Nação se alertou”.

Reação feminina

E o brado de alerta foi proferido, do alto das montanhas de Minas Gerais, pela Mulher mineira, logo apoiada pelas senhoras de São Paulo, da Guanabara, do Rio Grande do Sul e de outras unidades federativas. Num instante, o Rosário, nas mãos femininas, se transformou numa poderosa arma de combate à subversão e à corrupção desenfreadas, advindo, daí, o movimento democrático mais bonito da nossa História. Pressionada por essa atitude das senhoras brasileiras, que não queriam o comunismo ateu nem desejavam que o roubo se transformasse em costume natural dos administradores, a opinião pública brasileira também se mobilizou. E as marchas da família com Deus pela liberdade, constituíram acontecimentos que imortalizaram os homens e as mulheres livres do Brasil”.

Revolução

Foram as nossas Fôrças Armadas, nessa emergência, quando se jogavam os destinos da Pátria comum, chamadas a intervir. O soldado do Brasil foi convocado para a luta, que se impunha de forma imediata. O povo brasileiro é que chamou os soldados de Osório, de Tamandaré e de Eduardo Gomes para que livrassem a nacionalidade do assalto que lhe vinha sendo desferido, impiedosamente. E as Fôrças Armadas não tiveram outro caminho a seguir senão aquêles que lhes estavam sendo indicados pelo Rosário, que as mulheres seguravam em suas mãos, seus olhos voltados a Deus, rogando amparo e proteção. Não preciso rememorar os dias dêsse movimento democrático. Não há necessidade de voltar a citar os episódios marcantes e decisivos da vitória do bem contra o mal. Do triunfo da democracia. Os maus foram afastados do Poder, uns fugindo covardemente, outros se deixando ficar, certos de que estávamos em face de uma quartelada, de um simples movimento para troca de nomes”.

Apuração de culpas

“Não se tratava, porém, de troca de homens ou de nomes, como muitos acreditavam. Estávamos em face de um movimento sério, profundamente honesto, com o único sentido de recuperar o País e repor o Brasil na posse de si mesmo. Deu-se começo, por isso, à apuração de culpas e responsabilidades por todos os males praticados contra a Nação. Creio que se cometeram algumas injustiças, tanto e tão difícil era o trabalho a executar para chegar se depressa ao fim, que seria o início, real e efetivo, de uma nova era para o povo brasileiro, livre dos seus exploradores. Essas injustiças, porém, serão reparadas, tenho disso certeza absoluta. Quem não deve nada terá que pagar. Apenas os faltosos é que sentirão o pêso da Justiça. Vou mais longe: acredito que dentro de tempo menor do que se pensa, os inocentes serão inteiramente justificados, pois a Revolução não trouxe, na sua crista, o ódio e o rancor. Conduziu, isso sim, uma mensagem que todos saberão compreender quando ela estiver sendo totalmente exposta pelo preclaro presidente Castelo Branco, após feita a indispensável e intransferível limpeza do terreno. Dentro do programa esposado e defendido por todos os revolucionários, com o apoio entusiástico da população brasileira, foi atribuído aos militares, sem ligações político-partidárias, a delicada e espinhosa tarefa de apurar as culpas e proclamar as responsabilidades de tudo quanto fôsse considerado atentatório ao bem estar do povo e ao renome do Brasil. É o que deveria ser feito. É o que está sendo feito. É possível que tenha havido excessos e violências de militares menos serenos e mais afoitos, mas isso foi condenado pelo Sr. Marechal Castelo Branco e não encontrou receptividade no Sr. Ministro da Guerra, general Arthur Costa e Silva. O trabalho tinha que ser feito. E o foi, nas condições já mencionadas. Terminado o período necessário o próprio Sr. Presidente da República extinguiu a Comissão Geral de Investigações, devendo os processos ser entregues à apreciação do Poder Judiciário, para todos os efeitos”.

Julgamentos

“Os julgamentos dos processos, portanto, serão realizados por Juízes com toga e não por militares com juponas. Atinjam a quem atingir. Doam a quem doer, as culpas serão proclamadas e punidas, como satisfação do novo Govêrno, à opinião pública do País. Não vejo, por isso, razão para tanta celeuma em tôrno do processo normal a que a Revolução se propôs, isto é, apurar as culpas dos culpados e a responsabilidade dos responsáveis. Os inocentes nada sofrerão, naturalmente, e os que acaso estão neste rol, tenho a certeza, como já acentuei, terão o seu caso revisto e a sua situação reparada totalmente. Os indivíduos que se aproveitaram das facilidades anteriores, vindo a se favorecer pessoalmente ou beneficiar parentes ou grupos, êsses, no entanto, têm que prestar contas dos bens mal-havidos. Devem ser justificados, mesmo porque a justiça não existe apenas para alguns.

E não importa se entre eles estejam ex-presidentes da República, ex-governadores de Estado, senadores, deputados e outras figuras altamente postas na vida. Todos são iguais perante a lei e é isso que, dentro em breve, todos haveremos de sentir no País como principal efeito da Revolução Democrática. Ninguém deve julgar ninguém, mas a Justiça deve julgar todos como é preciso sob pena de ficarem comprometidos os grandes ideais em razão dos quais se desejou e se fez a revolução”.

Conclusões

Finalizando o seu pronunciamento, na Assembleia, o Deputado João Vargas de Oliveira, cujo pensamento, então exposto, aqui estamos registrando, afirmou:

“Não desejo nem peço o mal de ninguém. Não sou homem de ódios nem de acertos de contas pessoais. Costumo entregar tudo nas mãos de Deus, mas a parte que me cabe, como representante do povo, eu a procuro realizar da melhor maneira possível. Repugna-me, como cristão, cometer qualquer injustiça motivo pelo qual mais uma vez eu apelo para que qualquer ato, que tenha por ventura constituído injustiça, seja reparado sem qualquer demora. Não concebo uma Revolução como a que fizemos, entregando-se a fazer o mal pelo simples prazer de o praticar. E quero, de passagem, repetir a afirmativa anterior: julgo o corrupto um criminoso que deve ser castigado sob pena de se comprometer todos os princípios morais que norteiam e disciplinam a vida humana. Quanto ao subversivo, penso que sua falta deve ser apurada, com muito cuidado pois não considero subversivo o brasileiro que defende uma ideia e não pratica ato material que possa colocar em perigo a Pátria ou as suas instituições republicanas”.

“Assim sendo, devemos concluir que não cabe culpa aos militares, quando se descobrem irregularidades de quem quer que seja. Se as testemunhas, que depõem nos inquéritos, citam tais ou quais nomes, aos militares e civis, de que se compõe essas comissões de inquéritos, não têm outra alternativa, se quiserem ser honestas, senão a de apurar a denúncia. Se houve, ou ainda há, sensacionalismo na divulgação de nomes de pessoas proeminentes, isso ocorre à conta da liberdade de imprensa que existe no País, nunca à conta das comissões de inquéritos e dos seus respectivos membros”.

Eram esses os esclarecimentos que eu desejava prestar desta minha tribuna de representatividade do povo paranaense. (JORNAL DA MANHÃ, 1964).

1) Imagine que você é um historiador e escreva uma carta para João Vargas de Oliveira, questionando seu texto e apresentando argumentos com base no conteúdo e historiadores estudados.

2) Realize uma pesquisa na Internet para saber como foram realizados os interrogatórios de pessoas suspeitas de subversão durante a ditadura militar de 1964.

Comunismo, o que é?

“De cada qual segundo sua capacidade;
a cada qual segundo suas necessidades.”
(Karl Marx)

Depois de falar tanto em comunismo e comunistas, você já consegue saber o que isso significa?



O comunismo é uma ideologia política, social e econômica que tem por objetivo construir uma sociedade igualitária, ou seja, construir uma sociedade onde todos os indivíduos sejam iguais, política, social e economicamente. Isso não seria muito bom?

Mas como construir essa sociedade igualitária?

Segundo os ideais comunistas, para construir essa sociedade seria necessário acabar com a propriedade privada, com as classes sociais e com o Estado.

Isso pode parecer impossível, especialmente porque vivemos em uma sociedade fortemente capitalista que nos transmite constantemente a ideia de que outro tipo de sociedade não é possível, porém basta que pensemos nas comunidades indígenas brasileiras para percebermos que outros projetos de sociedade são possíveis e até existem.

E quem teve essa ideia?

Os primeiros registros de ideias de uma sociedade igualitária, sem propriedade privada apareceram na antiguidade. **Platão**, o filósofo grego que viveu entre 428-347 a.C., escreveu a

obra "A república", e nela ele já havia pensado em uma sociedade ideal, onde haveria o fim da propriedade privada.

Entre o século XVIII e XIX surgem os **socialistas utópicos**, que são chamados de utópicos porque, muito embora pensassem a sociedade a partir de ideais de igualdade e combate à propriedade privada, suas ideias não alcançaram condições de superação da sociedade burguesa desigual à qual combatiam, nem mesmo apresentaram uma crítica consistente à sociedade capitalista. Em outras palavras, não explicaram como fazer. Entendiam que as mudanças para superação das diferenças sociais e econômicas deveriam ser lentas e graduais e também acreditavam que chegaria um momento em que as pessoas se convenceriam de que era bom fazer o bem e dividir os bens. Dentre eles, temos: **Saint-Simon** (1760-1825), **Charles Fourier** (1772-1837) e **Robert Owen** (1771-1858).

Ainda no século XIX temos a presença dos **socialistas cristãos** pregando a construção de uma sociedade igualitária, baseada nos ensinamentos de Jesus Cristo. Esses socialistas vão condenar a sociedade capitalista e as desigualdades, porém irão discordar de qualquer ideia que vise a mudança na sociedade por meio da violência. Atualmente as ideias socialistas dentro do cristianismo são muito difundidas e estão presentes em várias religiões cristãs.

Muito embora as ideias de sociedades igualitárias já fossem pensadas desde a antiguidade, foi com a publicação do livro **Manifesto do Partido Comunista**, de **Karl Marx** e **Friedrich Engels**, em 1848, que nasceu uma obra sistematizada sobre o comunismo. O manifesto foi escrito dentro de um contexto de conflitos operários, revoluções e crises em toda a Europa, mais especificamente no ano de 1848; portanto durante a Segunda Revolução Industrial. Sendo escrito nesse período, o Manifesto se apresentou como o resultado de tudo o que a Europa vivera, nascia da análise das diversas teorias como socialismo utópico e das lutas operárias, e representou uma síntese melhorada da teoria socialista pensada até aquele momento. E mais do que isso, configurou uma crítica à sociedade capitalista e todas as desigualdades dela decorrentes, cabendo-lhe assim o título de "socialismo científico". O Manifesto do Partido Comunista era de fato uma declaração, no qual se fazia presente os ideais de todos os partidos comunistas.

Marx e Engels escreveram diversas outras obras onde discutem a sociedade de seu tempo. Dentre as obras de Marx, ganha destaque *O capital*; para muitos estudiosos o estudo mais completo sobre o capitalismo já realizado. Em seus escritos, além de explicar o que é e como funciona a sociedade capitalista e o capitalismo, Marx aponta uma possibilidade de superação desse tipo de sociedade e é por isso que as suas ideias são tão temidas.

Marx e Engels, os responsáveis pelo Manifesto do Partido Comunista, acumularam uma capacidade ímpar de análise e escrita, com uma participação política prática no movimento operário alemão. Eles conciliaram teoria e prática, na medida em que viveram as lutas sociais próprias do século XIX e estudaram a própria realidade para escrever o Manifesto.

Contrapondo as ideias dos socialistas utópicos, Marx entendia que as mudanças sociais não viriam da bondade dos homens, mas das condições dos sujeitos, que Marx chamou de proletários, condição esta de profundas desigualdades e injustiças, que os levariam a promover uma revolução.

O Manifesto começa com a frase

“Um espectro ronda a Europa: o espectro do comunismo” (MARX; ENGELS, 2018)

Demonstrando, assim, que os partidos e ideias comunistas já estavam presentes no continente europeu e que já era temido pelas classes economicamente dominantes. Também no Manifesto, Marx e Engels (2018) dizem que a história da humanidade foi construída a partir da “luta de classes”:

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre e companheiro, numa palavra, opressor e oprimido, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma batalha ininterrupta, ora aberta, ora dissimulada, uma luta que terminava sempre com uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou com a destruição das duas classes em luta”. (MARX; ENGELS, 2018, p. 46).

Para eles, no século XIX a sociedade europeia se dividia entre a burguesia, proprietária dos meios de produção, terras, minas, indústrias etc.; e o proletariado, trabalhadores assalariados, proprietários apenas da sua força de trabalho (MARX; ENGELS, 2018). Em texto intitulado Princípios básicos do comunismo, escrito por Engels em 1847, ele diferencia o proletário de um escravo:

O escravo está vendido de uma vez para sempre; o proletário tem de se vender a si próprio diariamente e hora a hora. O indivíduo escravo, propriedade de um senhor, tem uma existência assegurada, por muito miserável que seja, em virtude do interesse do senhor; o indivíduo proletário – propriedade, por assim dizer, de toda a classe burguesa - , a quem o trabalho só é comprado quando alguém dele precisa, não tem a existência assegurada.

(ENGELS, 2006).

Enquanto o trabalhador só pode se alimentar e sobreviver a partir do momento em que consegue vender sua força de trabalho, a burguesia, dona dos meios de produção lucra cada vez mais com a exploração do trabalho. Desenvolvendo o conceito de “mais-valia”, Marx (2018) observou que o lucro do patrão decorre da exploração da mão de obra do operário, este que por meio de seu trabalho produz muito mais do que o necessário para o pagamento de sua mão de obra, produzindo, portanto, o lucro do capitalista e aumentando, dessa maneira, ainda mais as desigualdades entre o burguês e o proletariado, empregado e empregador.

Mas não é só isso. A burguesia além de possuir os meios de produção, ela possui o controle do poder político e atualmente ela ainda controla os meios de comunicação, sobrando aos trabalhadores a exploração da mão de obra e nenhuma representatividade política.

Segundo José Paulo Netto (1986), pesquisador e professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para Marx:

É no segredo da produção de mercadorias (produção mercantil) da sociedade capitalista que se esconde o mecanismo da exploração do trabalho – que não pode ser suprimido por qualquer “salário justo”. E é no desenvolvimento dessa mesma produção que a exploração essencialmente econômica transita para a opressão social e política: para sustentar e gerir o sistema de exploração da força de trabalho, a sociedade burguesa engendra formas de controle do poder políticos que criam as condições para a reprodução daquela exploração. (NETTO, 1986, p. 43).

Segundo Marx, cabe aos proletários, nesse contexto de exploração, a união para mudar essa realidade por meio da “revolução”, ou seja, tomar o poder político e promover uma profunda mudança na sociedade. Para reconhecer a necessidade de mudança, de fazer a revolução, os trabalhadores deveriam se reconhecer como classe, adquirindo o que Marx chamou de “consciência de classe”, ou seja, se reconhecer enquanto trabalhador assalariado, explorado pelo capitalista e se organizar enquanto classe, para buscar a revolução. Mudando essa realidade, os trabalhadores poderiam abolir a propriedade privada, que é o motivo de sua exploração, e controlar o poder político, responsável pela manutenção dessa exploração.

Para Marx e Engels (2018), era necessário abolir a propriedade privada burguesa, aquela responsável pela exploração e dominação do trabalhador. Você não deve confundir, portanto, propriedade privada burguesa com propriedade de bens pessoais, sua casa, seu carro adquirido com o suor de seu trabalho, sem explorar ninguém. Sobre a propriedade é possível ler no Manifesto Comunista:

Vocês ficam horrorizados porque queremos abolir a propriedade privada. Mas, em sua sociedade, a propriedade privada já está abolida para nove décimos de seus membros; ela existe para vocês precisamente porque não existe para esses nove décimos. Vocês nos recriminam, portanto, por queremos abolir uma forma de propriedade cuja condição necessária é que a imensa maioria da sociedade não possua qualquer propriedade.

(MARX; ENGELS, 2018, p. 65)

Esta desestruturação do Estado burguês culminaria com a implantação do “Estado socialista”, fase de transição entre o capitalismo e o comunismo, que seria a etapa responsável pela reorganização do Estado pelos trabalhadores. Momento de extinção da propriedade privada dos bens de produção e, conseqüentemente, de toda a forma de exploração, opressão e desigualdade. Essa mudança, entretanto, não afetaria apenas o proletariado, mas toda a sociedade que passaria a ter acesso a todos os bens de forma igualitária.

O socialismo também recebeu o nome de “ditadura do proletariado”. Este termo: “ditadura”, acabou por assustar muita gente, mas, nesse caso, não entenda ditadura como antônimo de democracia. O termo “ditadura do proletariado” pode ser substituído por “hegemonia do proletariado”. Vamos explicar: atualmente vivemos sob a hegemonia do capital, do mercado; dessa maneira, tudo na sociedade é determinado a partir das necessidades dos grupos que dominam os meios de produção; portanto, pelos capitalistas; na ditadura do proletariado, os trabalhadores é que seriam grupo hegemônico, ou seja, tudo passaria a ser determinado pelas necessidades dos trabalhadores e não mais dos capitalistas. Se ao invés dos capitalistas, que são poucos, os trabalhadores tivessem o controle do poder político, teríamos um governo muito mais democrático, porque nós trabalhadores somos a imensa maioria.

No socialismo, que é uma etapa para se chegar até ao regime comunista, a sociedade deveria: deixar de ser explorada pelo capitalista; socializar todos os meios de produção, que seriam controlados pelos trabalhadores; controlar o poder político, que estaria nas mãos dos trabalhadores, até que chegaria uma fase de superação de todo elemento característico do sistema capitalista, onde o Estado não seria mais necessário e se implantaria o comunismo.

Também, dentro do comunismo, existe o caráter “internacionalista”. O que isso significa? O objetivo do comunismo é abolir o capitalismo, sabemos que os mercados são interligados, enquanto alguns países fornecem produtos industrializados, outros fornecem matéria-prima. Sabemos também que ocorre a exploração de um país sobre o outro.

Para os comunistas, era necessário levar o comunismo para todos os países e construir um mundo mais igual. Sobre isso o Manifesto diz:

“À medida que se procede à abolição da exploração do homem pelo homem, procede-se igualmente à abolição da exploração de uma nação por outra.” (MARX; ENGELS, 2018).

O comunismo de Marx e Engels não era um regime pensado apenas para uma nação; ao contrário, eles entendiam que era necessário acabar com os Estados e construir uma sociedade ideal onde todas as nações e indivíduos fossem iguais, política, social e economicamente. Marx e Engels (2018) finalizam o Manifesto Comunista com a frase

“Proletários de todos os países, uni-vos!”

E pra você, como seria o mundo ideal?

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Para terminar

Por meio deste estudo você pode compreender de onde vem o medo do comunismo. Pode perceber que esse anticomunismo é uma representação e que representações não são neutras, ao contrário, representam o posicionamento político de determinados grupos.

Aprendeu também que, assim como o anticomunismo foi construído, a opinião segundo a qual o golpe civil-militar de 1964 foi necessário para “livrar” o Brasil de um golpe comunista também foi uma construção, que visava justificar o golpe em um governo legítimo, que havia sido escolhido pelo povo. Pode compreender que o Brasil não estava à beira do comunismo em 1964, assim como não esteve em nenhum momento de sua história.



Referências

- ADAMCZAK, B. *Comunismo para crianças: um livro para todas as pessoas que desejam um mundo melhor*. São Paulo: Três Estrelas, 2018.
- BITTENCOURT, C. M. F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- CABRINI, C.; CIAMPI, H.; VIEIRA, M.; PEIXOTO, M.; BORGES, V. *O ensino de História*. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- CALONGA, M. D. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história. *Comunicação e Mercado UNIGRAN*, Dourados, v. 01, n. 2, p. 79-87, nov. 2012.
- CAPELATO, M. H. R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
- CAVALVANTE, M. J. M. O jornal como fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional. In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2019. Belém. *Anais [...]* Belém: UFPA, 2019. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0429.pdf>>. Acesso em: 23 de fev. 2020.
- CERRI, L. F. *Ensino de História e Educação: olhares em convergência*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- CHARTIER, R. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVII*. 2. ed., Brasília: Editora UNB, 2017.
- CHARTIER, R. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.
- CHARTIER, R. Escutar os mortos com os olhos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 7-30, 2010.
- CHARTIER, R. O Mundo como Representação. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.
- CHARTIER, R.; BOURDIEU, P. Gente com história, gente sem história: diálogo entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. *História Unisinos*, v. 10, n. 1, p. 90-98, jan./abr. 2006.
- COGGIOLA, O. Origens do movimento operário e do socialismo no Brasil. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 7, n. 2, p. 51-91, dez. 2015.
- CUNHA, M. I. da. *O bom professor e sua prática*. 4. ed. Campinas: Papirus, 1994.

- ENGELS, F. **Princípios básicos do comunismo**. Trad. José Barata Moura. Transcrição de José Braz e Maria de Jesus Coutinho. HTML de Fernando Araújo, jan. 2006. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/11/principios.htm>> Acesso em: 12 out. 2020.
- FARIA, M. A. **Como usar o jornal na sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- FARIA, M. A. **O jornal na sala de aula: a organização de um jornal, leitura crítica, redação escolar e linguagem da imprensa**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- FERREIRA, M. de M. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, maio/jun. 2000.
- FERREIRA, M. de M.; FRANCO, R. **Aprendendo história: reflexão e ensino**. São Paulo: Editora do Brasil, 2009.
- FERREIRA, R. F. dos S. **Ensino de história com o uso de jornais: construindo olhares investigativos**. *Revista Travessias*, v. 5, n. 1, 2011.
- FICO, C. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FICO, C. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- FONSECA, S. G. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 56. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 65. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- JORNAL DA MANHÃ. Ponta Grossa/PR, 1964.
- KARNAL, L. (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- LAPUENTE, R. S. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10, 2015, Porto Alegre. **Anais [...]**, Porto Alegre: 2015.
- LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Lafonte, 2018.
- MARX, K. **Crítica ao programa de Gotha**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2265> Acesso em: 10 out. 2020.
- MEDEIROS, E. W. Ensino de história: fontes e linguagens para uma prática renovada. **VIDYA**, Santa Maria, v. 25, n. 2, p. 59-71, jul./dez. 2005.

- MENDES, R. A. S. As direitas e o anticomunismo no Brasil: 1961-1965. *Revista Locus*, Juiz de Fora, v. 10, n. 1. 2004.
- MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. 2000. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- MOTTA, R. P. S. O perigo é vermelho e vem de fora: o Brasil e a URSS. *Revista Locus*, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 227-246, 2007.
- NAPOLITANO, M. 1964: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018.
- NETTO, J. P. *O que todo cidadão precisa saber sobre comunismo*. São Paulo: Global, 1986.
- NICOLIELO, B. Isabel Barca fala sobre o ensino de História. *Nova Escola*. Portugal, 01 mar. 2013. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/930/isabel-barca-fala-sobre-o-ensino-de-historia>> Acesso em: 07 ago. 2019.
- NIKITIUK, S. L. (Org.). *Repensando o ensino de história*. São Paulo: Cortez, 1996.
- PINSKY, J.; NADAI, E.; MICELI, P.; BITTENCOURT, C.; DAVIES, N.; GALZERANI, M. C. *O ensino de história e a criação do fato: que fato ensinar em classe? Por outras histórias do Brasil o tempo histórico no ensino*. 5. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1992.
- RIDENTI, M. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: MOTTA, R. P. S.; REIS, D. A.; RIDENTI, M; (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
- RODEGHERO, C. S. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-488, 2002.
- SAMWAYS, D. T. A "ameaça vermelha": medo e paranoia anticomunista. *Café História*: São Paulo, 22 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/medo-e-paranoia-anticomunista/>> Acesso em: 07 ago. 2019.
- SCHMIDT, M. A.; GARCIA, T. M. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. *SciELO*, Campinas, v. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005.
- SCHMIDT, M. A. Construindo conceitos no ensino de história: "a captura lógica" da realidade social. *História e Ensino*, Londrina, v. 5, p. 147-163, out. 1999.
- SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2009.
- SILVA, M. A. da. *Repensando a história*. 6. ed. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- ZICMAN, R. B. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História/PUCSP*, São Paulo, n. 4, 1985.